



**Economia Política da Informação,  
da Comunicação e da Cultura:  
tramas do capital no século XXI**

**Rafaela Martins de Souza  
Rodrigo Moreno Marques  
(orgs.)**



União Latina de Economia  
Política da Informação,  
Comunicação e da Cultura  
SEÇÃO BRASIL

**Economia Política da Informação,  
da Comunicação e da Cultura:  
tramas do capital no século XXI**

## **Edições ULEPICC-Brasil**

### **Conselho editorial**

Manoel Dourado Bastos

Verlane Aragão Santos

César Ricardo Siqueira Bolaño

Anderson David Gomes dos Santos

Rodrigo Moreno Marques

### **Comitê Científico AD HOC**

Arthur Coelho Bezerra

César Ricardo Siqueira Bolaño

Fernando José Reis de Oliveira

Ivonete da Silva Lopes

Jonas Chagas Lúcio Valente

Juliana Fernandes Teixeira

Murilo César Ramos

Rozinaldo Miani



**Rafaela Martins de Souza**  
**Rodrigo Moreno Marques**  
(Organizadores)

**Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura:  
tramas do capital no século XXI**

**Autores:**

Aianne Amado  
Bruno Azzani Braga  
Carlos Peres de Figueiredo Sobrinho  
Carlos Shigueki Oki  
Danyela Barros Santos Martins de Queiroz  
Débora Ferreira de Oliveira  
Fábio Alves Silveira  
Gabriel Pansardi Ruiz  
Gabriela Andrietta  
Gina Viviane Mardones Loncomilla  
Guilherme Bernardi  
Juliana Campos de Aguiar Mattos Ribeiro  
Luis Henrique do Nascimento Gonçalves  
Manoel Dourado Bastos  
Márcia Neme Buzalaf  
Mateus Martins Santos  
Pamella Cristina Bassetti de Souza  
Priscila Seixas da Costa  
Reginaldo Moreira  
Rodrigo Moreno Marques  
Rosangela de Jesus Fernandes  
Rozinaldo Antonio Miani  
Sophia de Aguiar Vieira  
Suzy dos Santos  
Tamiris da Anunciação Santos  
Vinícius Sousa de Oliveira

Copyright © 2024 dos(as) autores(as).

Os conteúdos dos capítulos deste livro são de inteira responsabilidade dos(as) respectivos(as) autores(as).

Projeto gráfico  
Ulepícc-Brasil

Editoração eletrônica  
Ulepícc-Brasil

Capa  
Rafaela Martins de Souza e Rodrigo Moreno Marques

Imagem da capa  
Fragmento da obra *Ciudad y abismos* (1946) de Xul Solar.  
Disponível em: <https://www.wikiart.org/en/xul-solar/ciud-y-abismos-1946>

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

E56	<p>Encontro da ULEPICC Brasil - (União Latina de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura – Capítulo Brasil (IX : 2022: online)</p> <p>Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura: [recurso eletrônico] : tramas do capital no século XXI / Rafaela Martins de Souza; Rodrigo Moreno Marques (Organizadores). – Dados eletrônicos. – São Cristóvão (SE): ULEPICC-Brasil. 2024.</p> <p>347 p. : il. E-book. Inclui referências. Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. ISBN: 978-65-88480-08-3</p> <p>1. Economia Política. 2. Capitalismo. 3. Informação. 4. Comunicação. 5. Cultura I. Marques, Rodrigo Moreno. II. Souza, Rafaela Martins de.</p> <p style="text-align: right;">CDU: 330.342.14</p>
-----	---

**ULEPICC- Brasil**

NUPEC/UFS - Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos, S/N,  
Polo de Novas Tecnologias, Jardim Rosa Elze  
CEP 49100-000, São Cristóvão (Sergipe)  
<https://ulepicc.org.br>

## **Agradecimentos**

Esta publicação é fruto do IX Encontro da ULEPICC-Brasil (União Latina de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura, Capítulo Brasil), evento ocorrido de 22 a 25 de novembro de 2022 na Universidade Estadual de Londrina (UEL). O livro é, portanto, o resultado de um esforço coletivo da diretoria da ULEPICC-Brasil (2020-2022), composta por Manoel Dourado Bastos, Verlane Aragão Santos, Carlos Peres de Figueiredo Sobrinho, Guilherme Bernardi, Rodrigo Moreno Marques, Carine Felkl Prevedello e Jacqueline Lima Dourado, bem como da atual diretoria da Ulepícc-Brasil (2022-2026), composta por Verlane Aragão Santos, Rodrigo Moreno Marques, Gabriela Andrietta, Júlio Arantes Azevedo, Rafaela Martins de Souza, Janaíne Sibelle Freires Aires e Renan da Silva Marques, além das coordenações de GTs da Ulepícc-Brasil que, na ocasião do IX Encontro da Ulepícc-Brasil, eram compostas por Arthur Coelho Bezerra, César Ricardo Siqueira Bolaño, Fernando José Reis de Oliveira, Ivonete da Silva Lopes, Jonas Chagas Lúcio Valente, Juliana Fernandes Teixeira, Murilo César Ramos e Rozinaldo Miani.

# SUMÁRIO

## APRESENTAÇÃO

<i>Rafaela Martins de Souza</i>	
<i>Rodrigo Moreno Marques</i> .....	9

## PREFÁCIO

<i>Manoel Dourado Bastos</i> .....	11
------------------------------------	----

## POLÍTICAS DE COMUNICAÇÃO

<b>Para além das mídias sociais: o papel da TV aberta na disseminação de teorias conspiratórias, fake news e negacionismo na pandemia de Covid-19</b>	
<i>Rosângela de Jesus Fernandes, Suzy dos Santos</i> .....	15

## COMUNICAÇÃO POPULAR, ALTERNATIVA E COMUNITÁRIA

<b>Gênero e classe: a contribuição do feminismo para o conceito de comunicação popular e comunitária</b>	
<i>Pamella Cristin Basseti de Souza, Rozinaldo Antonio Miani</i> .....	36

<b>Feminismos subalternos na imprensa alternativa brasileira: as contribuições dos informativos Chanacomchana e Nzinga</b>	
<i>Danyela Barros Santos Martins de Queiroz, Reginaldo Moreira</i> .....	62

## INDÚSTRIAS MIDIÁTICAS

<b>Subsunção do trabalho intelectual, automação e subemprego global: uma análise das transformações na divisão do trabalho a partir da EPC</b>	
<i>Guilherme Bernardi</i> .....	85

<b>Resgatando a centralidade da Indústria Cultural no consumo de fãs</b>	
<i>Aianne Amado</i> .....	100

## POLÍTICAS CULTURAIS E ECONOMIA POLÍTICA DA CULTURA

<b>O adiamento de estreias de blockbusters americanos durante a pandemia e o aumento do espaço de exibição para as cinematografias nacionais</b>	
<i>Gabriela Andrietta</i> .....	123

<b>A lei federal de incentivo à cultura e a polêmica no uso do recurso público na produção cultural no Brasil</b>	
<i>Priscila Seixas da Costa, Juliana Campos de Aguiar Mattos Ribeiro, Carlos Shigueki Oki</i> .....	147

## **ECONOMIA POLÍTICA DO JORNALISMO**

### **As formas de censura na cobertura do assassinato de Marielle Franco: o caso da Agência Brasil**

*Gabriel Pansardi Ruiz, Márcia Neme Buzalaf..... 165*

### **Os limites do jornalismo: a morte de um jornal local**

*Fábio Alves Silveira..... 182*

## **TEORIA E EPISTEMOLOGIA DA ECONOMIA POLÍTICA DA INFORMAÇÃO, DA COMUNICAÇÃO E DA CULTURA**

### **Synco: as tecnologias da informação e da comunicação entre a superação do capitalismo dependente e a ofensiva neoliberal no Chile**

*Gina Viviane Mardones Loncomilla, Manoel Dourado Bastos..... 207*

### **A Economia Política é uma arte de combate: uma crítica à “esportivização” acadêmica da Economia Política da Comunicação**

*Carlos Peres de Figueiredo Sobrinho..... 229*

## **ESTUDOS CRÍTICOS EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

### **Ilusões idealistas: os limites da competência em informação como instrumento para enfrentar a desinformação**

*Rodrigo Moreno Marques, Débora Ferreira de Oliveira, Sophia de Aguiar Vieira, Mateus Martins Santos, Vinícius Sousa de Oliveira..... 251*

### **O uso humano de seres humanos no capitalismo de plataformas**

*Luis Henrique do Nascimento Gonçalves..... 278*

## **ESTUDOS CRÍTICOS SOBRE IDENTIDADE, GÊNERO E RAÇA**

### **Representatividade capitalizada: as configurações do racismo estrutural**

*Tamiris da Anunciação Santos..... 306*

### **Comunicação, biopolítica e fabulação das crianças cuir/queer/viadas: quais futuros possíveis para suas corpos?**

*Bruno Azzani Braga, Reginaldo Moreira..... 322*

**SOBRE AS AUTORIAS..... 342**



## APRESENTAÇÃO

Em novembro de 2022, ocorreu em Londrina (Paraná) o IX Encontro da ULEPICC-Brasil (União Latina de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura – Capítulo Brasil).

Na ocasião do evento, Lula havia sido recém-eleito para seu terceiro mandato, após vencer Jair Bolsonaro por apertada margem de votos. Porém, se o resultado da eleição presidencial representou uma esperança de dias melhores para as forças progressistas do Brasil, aquele alento durou pouco.

Algumas semanas depois, em 8 de janeiro de 2023, as vísceras da democracia burguesa brasileira seriam expostas, na ocasião dos atos golpistas que vandalizaram o Congresso, o Palácio do Planalto e o Palácio de STF. Obviamente, a derrota de Bolsonaro na eleição de 2022 e o mais novo inquérito da Polícia Federal sobre a trama golpista não demonstram que as ideologias e projetos daqueles que o apoiaram estejam perdendo força, como ficou explícito nos recentes resultados das eleições de 2024.

No Congresso Nacional, o arco de alianças liderado pelo governo Lula não demonstra ter forças suficientes para enfrentar seus adversários, que criam obstáculos para o projeto de governo do Partido dos Trabalhadores, que há muito deixou de ser um projeto de esquerda e se tornou um projeto social-democrata.

No cenário internacional, a democracia burguesa estadunidense também revela suas contradições, com a recente reeleição Donald Trump. Na Europa, pipocam manifestações de cunho fascista. Na Argentina, Javier Milei toma parte nesse circo de horrores.

Não bastassem tantos desafios a serem enfrentados por aqueles que lutam para construir uma sociabilidade livre da barbárie capitalista, temos assistido estarecidos um genocídio sem precedentes em Gaza, que também começa a se espriar para o Líbano. No momento que essas linhas são escritas, mais de 42 mil pessoas já foram assassinadas em Gaza por Israel, desde que começou o atual conflito, sendo que quase 70% dos

mortos são mulheres e crianças, conforme reportou a Organização das Nações Unidas em relatório divulgado em 08 de novembro de 2024.<sup>1</sup>

Esses são alguns traços da complexa e difícil conjuntura que chegamos ao fim de 2024, quando a Ulepicc-Brasil realiza o seu décimo encontro nacional e lança a presente coletânea de textos gestados no encontro ocorrido em 2022. Essa conjuntura preocupante enseja que continuemos a desvelar o poder alienante do capital e a enfrentá-lo em diferentes frentes. Esse é o objetivo comum dos autores e autoras reunidos neste livro.

A seleção dos textos aqui publicados ficou a cargo dos(as) coordenadores(as) dos GTs da ULEPICC-Brasil, que indicaram os melhores trabalhos apresentados durante o IX encontro nacional da entidade. Os capítulos estão organizados conforme a estrutura temática dos GTs da ULEPICC-Brasil.

Desejamos a todos(as) uma boa leitura!

Rafaela Martins de Souza

Rodrigo Moreno Marques

---

<sup>1</sup> O relatório da ONU está disponível em: <https://www.ohchr.org/en/documents/reports/six-month-update-report-human-rights-situation-gaza-1-november-2023-30-april-2024>. Acesso em 10 nov. 2024

## PREFÁCIO

### O que pode a Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura?

O crescimento avassalador de uma rede mundial de computadores que emprega protocolos estrategicamente orientados pela arquitetura do que conhecemos como internet fez com que muitos tomassem o processo de globalização neoliberal como uma expressão do fim dos ímpetus imperialistas. Tratava-se de uma dinâmica do passado, que havia ficado para trás quando a disputa em jogo na Guerra Fria deu lugar para um mundo multipolar - assim pensavam todos os apologistas da deriva pós-moderna que derrubou como uma avalanche os postulados críticos que, de um modo ou de outro, sobreviviam no ambiente acadêmico em particular e intelectual como um todo. Ou seja, para esse tipo de argumento, nada mais demodê do que tratar do imperialismo - até que, obviamente, o problema, que nunca deixou de existir, passasse a incomodar, entrando pela porta dos fundos e se tornando impossível de ser ignorado.

A estratégia geopolítica adotada pelos EUA ao longo do século XX já havia deixado em dificuldade todos que tentaram avaliar as dinâmicas globais pelo prisma do imperialismo. A *pax* americana sobreveio no concerto das nações como aquela que impôs a soberania nacional de países periféricos, até pouquíssimo tempo meros enclaves coloniais. Mas, essa soberania, não demorou a se perceber, era tutelada pela condição dos EUA como cavalaria global, a polícia que manda e desmanda nos territórios que permaneciam a terra anômica de ninguém. Assim, os sucessivos golpes militares que instalaram ditaduras na América Latina a partir de 1954 na Guatemala, ou a Guerra do Líbano (1975-1990), além da Guerra do Vietnã (1959-1975), são alguns exemplos de como a contradição entre a emergência global de soberanias nacionais e os exércitos estadunidenses estacionados nessas mesmas nações soberanas ainda demandava a avaliação segundo a perspectiva do imperialismo.

No século XXI, o poder global exercido pelo exército dos EUA como polícia do mundo escancarou ainda mais o uso militar da força como garantia da

transferência de valor entre nações desiguais. A rigor, a globalização trouxe para a ordem do dia um conjunto de equalizações no âmbito do desenvolvimento das forças produtivas que colocaram em perigo os parâmetros de sempre, que promoviam o capitalismo e sua ordenação desigual e combinada. Por isso, de um lado, o expediente da mais-valia extraordinária continuou se fazendo valer por meio dos monopólios tecnológicos e, por outro, o uso da guerra como continuação da política por outros meios manteve seu papel no acerto da hierarquia entre os países. E é aí que uma dimensão tecnológica como o desenvolvimento da internet se mostra cabalmente como uma estratégia geopolítica cujo conteúdo histórico revela a manutenção da lei do valor num período de acirramento da crise do capital.

Foi pensando nisso que a Ulepicc-Brasil convidou pesquisadoras e pesquisadores para mostrar a vitalidade da Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura como chave privilegiada de análise e interpretação das tramas do imperialismo no século XXI. O IX Encontro da entidade, realizado em novembro de 2022 nas dependências da Universidade Estadual de Londrina, proporcionou um conjunto de debates sobre o tema. Proporcionou ainda um ambiente para as mais variadas discussões tematizadas em seus oito Grupos de Trabalhos. Os melhores artigos desses GTs figuram aqui como uma amostra qualificada das discussões que animaram Londrina naquele fim de ano. E mostram que a Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura compreende a urgência das questões que o mundo em vertiginosa transformação nos coloca, sem margem para os ufanismos que moveram e ainda movem boa parte da deriva intelectual que hegemonizou o debate acadêmico.

A leitura dos textos a seguir dá ainda um tom especial para o momento de transformação pelo qual a própria Ulepicc-Brasil vem passando. A vitalidade da Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura que vem sendo produzida no Brasil mostra que a colocação assertiva no que tange o posicionamento da entidade no cenário internacional é o encaminhamento correto para o acúmulo intelectual disponível no país e no continente latino-americano, que exige respeito e a devida consideração. É um exemplo marcante de como a perspectiva latino-americana de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura não

pode empacar em desmandos que, menos do que divergências intelectuais, demonstram apenas a pequenez e mesquinha de quem estranhamente se põe a construir um ponto de vista na luta epistemológica com a chantagem que conhecemos desde a troca de espelhos por ouro. Que a entidade que frutificará a partir do X Encontro da entidade, retornando à sua casa mãe em Aracaju em 2024, continue mostrando a força crítica que o pensamento latino-americano oferece num momento tão urgente como o atual.

Manoel Dourado Bastos

Ex-presidente da Ulepcc-Brasil (2020-2022)

# **POLÍTICAS DE COMUNICAÇÃO**



# **Para além das mídias sociais: o papel da TV aberta na disseminação de teorias conspiratórias, fake news e negacionismo na pandemia de Covid-19<sup>1</sup>**

**Rosangela de Jesus FERNANDES<sup>2</sup>**

**Suzy dos SANTOS<sup>3</sup>**

## **1. Introdução**

A década de 2020 começou com a pandemia do novo coronavírus varrendo o planeta, espalhando insegurança e desafiando a humanidade. Em dois anos, a Covid-19 ultrapassou a marca de 5,8 milhões de vítimas fatais, sendo mais de 640 mil no Brasil<sup>4</sup>. A crise causada pela pandemia não foi apenas sanitária, mas também econômica, política e social.

O novo coronavírus encontrou no Brasil um ambiente fértil para sua disseminação. Em meio às incertezas, o país sofreu com a falta de liderança nacional para o enfrentamento dos riscos de contaminação. O discurso oficial do governo federal foi pautado pelo questionamento sobre o real perigo que o coronavírus significava. A comparação dos efeitos do SARS-CoV-2 com “uma gripezinha ou resfriadinho”<sup>5</sup> - realizada em pronunciamento oficial pelo então presidente Jair Bolsonaro no mês em que o vírus chegou ao país (março de 2020), quando a Organização Mundial de Saúde (OMS) já havia decretado a pandemia e alertava para a gravidade da situação - é

---

<sup>1</sup> Este trabalho é resultado da parceria PEIC/UFRJ e CRIAR Brasil e um dos resultados do projeto “Um discurso (de ódio) e muitas vozes: prestígio, fé e a economia política da desinformação em tempo de desmocratização”, com financiamento da Fundação Ford e CNPQ.

<sup>2</sup> Doutoranda em Comunicação e Cultura pela UFRJ e pesquisadora do grupo de pesquisas em Políticas e Economia Política da Informação e Comunicação (PEIC/UFRJ). E-mail: rofernandes@criarbrasil.org.br

<sup>3</sup> Doutora em Comunicação pelo PósCom/UFBA. Professora da Escola de Comunicação ECO/UFRJ. Coordenadora do grupo de pesquisas em Políticas e Economia Política da Informação e Comunicação (PEIC/UFRJ). E-mail: suzy.santos@eco.ufrj.br

<sup>4</sup> O Ministério da Saúde não divulga dados de vítimas da Covid-19. O acompanhamento no Brasil tem sido feito pelo consórcio de veículos de imprensa. Em 16 de fevereiro de 2022, o país ultrapassou a marca de 640 mil óbitos. Disponível em: Brasil registra 1.046 mortes por Covid e ultrapassa 640 mil vidas perdidas - 16/02/2022 - Equilíbrio e Saúde - Folha (uol.com.br) Acesso em 18 dez. 2023.

<sup>5</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zuBs0NVr-70> Aos 3'05". Acesso em 18 dez. 2023.

simbólica do posicionamento do governo. Pode-se considerar que o *negacionismo*<sup>6</sup> foi a postura adotada pelo presidente em relação à pandemia, se contrapondo à ciência e às autoridades mundiais de saúde. A defesa da tese de que a Covid-19 não representava perigo foi realizada de forma incessante nos discursos oficiais, nas redes sociais, mas também em espaços específicos da mídia tradicional com a disseminação de teorias conspiratórias e *fake news*. O isolamento social, o uso de máscara, a importância da vacinação são algumas das medidas apontadas pelos especialistas como necessárias na estratégia de controle da pandemia e que foram não só questionadas, mas desincentivadas abertamente pelas autoridades brasileiras.

O presente estudo busca refletir sobre duas hipóteses: que a narrativa em relação à pandemia seria estruturada com a adoção de teorias conspiratórias, de *fake news* e de negacionismo; e que na estratégia de comunicação do presidente Jair Bolsonaro os meios tradicionais, particularmente a TV aberta, desempenham importante papel de complementariedade às redes sociais. A centralidade do uso das mídias sociais por Bolsonaro, tanto na campanha eleitoral quanto no mandato, tem sido amplamente abordada, mas inferimos que ela não se estrutura sem o apoio precioso e estratégico dos programas televisivos, num país em que a TV chega a 95,5% dos lares<sup>7</sup>.

A abordagem das questões aqui apresentadas será realizada a partir de um estudo de caso: a investigação do posicionamento do comunicador Sikêra Júnior, apresentador do programa Alerta Nacional - transmitido entre 2019 e início de 2023 nacionalmente pela Rede TV! e localmente, em Manaus, pela TV A Crítica -, nas edições do programa e nas entrevistas exclusivas realizadas com Jair Bolsonaro no período da pandemia da Covid-19 no Brasil. O estudo se propõe a observar também pronunciamentos de Sikêra Júnior nas redes sociais no período tendo como foco o negacionismo, pautado por teorias da conspiração e *fake news*.

---

<sup>6</sup> O historiador francês Henry Rousso fez uso do termo negacionismo para se referir àqueles que negavam o Holocausto e o conceito tem sido utilizado desde então para a negação de fatos comprovados histórica e cientificamente.

<sup>7</sup> Dados de 2021. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/materias-especiais/21581-informacoes-atualizadas-sobre-tecnologias-da-informacao-e-comunicacao.html> Acesso em 17 dez. 2023.

## 2. Conspiração, Fake News e Negacionismo

No que diz respeito à pandemia da Covid-19, a extrema direita articulada internacionalmente encontrou um campo fértil para disseminação de teorias conspiratórias, com destaque para o Brasil, onde ocupava o poder durante o período pandêmico<sup>8</sup>. A velocidade com que o novo coronavírus se espalhou pelo mundo estabeleceu internacionalmente um ambiente de incerteza, preocupação e medo. Inclusive com desencontro nas orientações dadas por autoridades de saúde que, desafiadas por um vírus desconhecido, buscavam compreender a gravidade da situação e encontrar formas eficazes de combatê-lo lutando contra o tempo para salvar vidas. Uma tempestade perfeita para o vírus da conspiração.

Teorias conspiratórias (juntamente com rumores e outras histórias contadas como verdadeiras) circulam rapidamente quando o acesso a informações confiáveis é baixo, quando a confiança em informações acessíveis e suas fontes são baixas, quando informações de alta qualidade são difíceis de encontrar, ou uma combinação desses fatores (Shahsavari, *et al.*, 2020, n.p, tradução nossa)<sup>9</sup>.

O desconhecimento inicial sobre o novo coronavírus; a necessidade de realização de estudos à medida que a contaminação avançava globalmente; a constatação de novas evidências a respeito dos riscos de transmissão; e o surgimento de novas variantes levaram a OMS a revisar constantemente as orientações sobre formas de prevenção<sup>10</sup><sup>11</sup><sup>12</sup>. Neste contexto, se estabeleceu o ambiente propício para que o chamado *novo conspiracionismo* se disseminasse. Uma modalidade conspiratória que dispensa teorias aprofundadas, se baseia na prática de difundir a desconfiança: “para os novos

---

<sup>8</sup> A Organização Mundial da Saúde (OMS) decretou pandemia mundial em 11 mar. 2020. A declaração do fim da emergência em saúde pública ocorreu em 5 mai. 2023. O presidente Jair Bolsonaro exerceu seu mandato de 1º jan. 2019 a 31 dez. 2022.

<sup>9</sup> “Conspiracy theories (along with rumors and other stories told as true) circulate rapidly when access to trustworthy information is low, when trust in accessible information and its sources is low, when high-quality information is hard to come by, or a combination of these factors”.

<sup>10</sup>Disponível em: OMS divulga novas orientações para uso e fabricação de máscaras de pano contra a Covid-19 | Coronavírus | G1 (globo.com). Acesso em 18 dez. 2023.

<sup>11</sup>Disponível em: OMS revisa orientação e indica isolamento de 10 dias para casos de covid-19 (poder360.com.br) Acesso em 18 dez. 2023.

<sup>12</sup>Disponível em: OMS muda orientação para realização de testes contra o novo coronavírus - Rádio BandNews FM (uol.com.br) Acesso em 18 dez. 2023.

conspiracionistas, toda a energia é direcionada para a repetição e a afirmação. A repetição é o oxigênio do novo conspiracionismo e, às vezes parece, todo o seu propósito” (Muirhead e Rosenblum, 2019, p. 32, tradução nossa)<sup>13</sup>.

Os autores apontam que a repetição é realizada com base em insinuações, que não comprovam a teoria apresentada, mas inoculam o vírus da dúvida. Ao fazê-lo circular em diferentes ambientes, garantem que seja revestido da sensação de que há grande possibilidade de que essas teorias sejam verídicas. Para Bessi et. Al. (2015), o conspiracionismo, uma vez disseminado, tem grande poder de consolidação no imaginário popular: “uma infinidade de mecanismos anima o fluxo e a aceitação de falsos rumores que, por sua vez, criam falsas crenças que raramente são corrigidas uma vez adotadas por um indivíduo” (Bessi, *et al.*, 2015, p. 2, tradução nossa)<sup>14</sup>. Muirhead e Rosemblum ressaltam o esgotamento causado pela exposição permanente às teorias conspiratórias: “o ataque aos modos compartilhados de compreensão é fatigante. As consequências das acusações incessantes de conspirações secretas e conspiradores nefastos são políticas, mas ao mesmo tempo nos afetam pessoal e individualmente” (2019, p. 9, tradução nossa)<sup>15</sup>.

As informações falsas são, em grande parte, o alicerce às teorias conspiratórias. No caso da pandemia, a sensação de vidas em risco e a concretização dos temores com o rápido crescimento no número de óbitos causaram comoção e tornaram a população mais suscetível à onda de teorias conspiratórias e *fake news* com forte conteúdo emocional.

Uma característica importante das manchetes de notícias falsas também parece ser que elas muitas vezes são emocionalmente evocativas. Ou seja, as notícias falsas são muitas vezes voltadas para provocar choque, medo, raiva ou (mais amplamente) indignação moral (Pennycock, G.; Rand, D. G., 2021, p. 393, tradução nossa)<sup>16</sup>

---

<sup>13</sup> “For the new conspiracists, all the energy is directed at repetition and affirmation. Repetition is the new conspiracism’s oxygen and, it sometimes seems, its whole purpose”

<sup>14</sup> “A multitude of mechanisms animates the flow and acceptance of false rumors, which in turn create false beliefs that are rarely corrected once adopted by an individual”.

<sup>15</sup> “The attack on shared modes of understanding is fatiguing. The consequences of incessant charges of secret plots and nefarious plotters are political, but at the same time they affect us personally and individually”

<sup>16</sup> “A salient feature of fake news headlines also seems to be that they are often emotionally evocative. That is, fake news is often geared toward provoking shock, fear, anger or (more broadly) moral outrage”.

Desta forma, as *fake news* e teorias conspiratórias buscam pela emoção e por meio de explicações simples sobre realidades complexas apresentar narrativas mobilizadoras. Em muitos casos, como o da pandemia, espalham incertezas com consequências concretas e preocupantes: “Elas são capazes de criar um clima de desengajamento da sociedade convencional e de práticas oficialmente recomendadas - por exemplo vacinas, dieta, etc”, (Bessi A. *et al.*, 2015, p. 2, tradução nossa)<sup>17</sup>.

A avalanche de teorias conspiratórias e *fake news* que circulou durante a pandemia de Covid-19 tem estimulado inúmeras investigações científicas sobre o tema que revelam a profundidade do problema. Pesquisa sobre as consequências da desinformação na intenção de imunização contra a Covid-19 na população dos Estados Unidos e no Reino Unido revelou o estrago causado pelas notícias falsas e teorias conspiratórias.

[...] exposição à desinformação reduz a intenção dos indivíduos de vacinar para se proteger e reduz sua intenção altruísta de vacinar para proteger outras pessoas [...]. As campanhas também podem ter que competir com a desinformação que finge ser baseada na ciência ou medicamento, que parece ser particularmente prejudicial para a intenção de vacinação (Loomba, S., *et al.*, 2021, p. 344, tradução nossa)<sup>18</sup>

O negacionismo avançou nos últimos anos ignorando estudos de instituições internacionalmente reconhecidas sobre a eficácia da imunização. Ana Paula Morel (2021) considera que o movimento antivacina é, ao lado do terraplanista, expoente no Brasil do negacionismo científico. A autora destaca no país duas outras vertentes negacionistas: a racial (que se apoia no mito da democracia racial) e a histórica (que tem como símbolo a negação do golpe de 1964, considerado pelos adeptos da teoria como uma revolução).

Os negacionistas antivacinas, ganharam visibilidade com a pandemia e se empenharam na construção de discurso com apelos pretensamente técnicos para

---

<sup>17</sup> “They are able to create a climate of disengagement from mainstream society and from officially recommended practices e.g. vaccinations, diet, etc”.

<sup>18</sup> “[...] exposure to misinformation lowers individuals’ intent to vaccinate to protect themselves and lowers their altruistic intent to vaccinate to protect others, (...) Campaigns may also have to compete with misinformation purporting to be based in science or medicine, which appears to be particularly damaging to vaccination intentions”.

desestimular a adesão à vacinação, inclusive difundindo teorias conspiratórias sem qualquer prova ou justificativa, como a que alegava que a imunização implantava microchip para rastreamento da população. Ao mesmo tempo, buscavam revestir de credibilidade alternativas ao enfrentamento do novo coronavírus sem que houvesse validação científica, especialmente o tratamento precoce com administração de medicamentos com eficácia não comprovada. Um quadro agravado no Brasil pelo fato deste ter se tornado o discurso oficial reverberado cotidianamente pelo então presidente da República Jair Bolsonaro e seus seguidores, não só nas redes sociais, mas também na mídia tradicional.

### 3. Mídia Tradicional e Mídias Sociais

Estudo realizado por pesquisadores da Universidade da Califórnia (UCLA) identificou um padrão na disseminação de informações falsas relacionadas ao novo coronavírus.

[...] grande número das histórias que circulam nas redes sociais tem uma relação bastante direta e estrutura de ‘narrativa de ameaça’, composta por: *uma orientação* (quem, o quê, onde e quando), *uma ameaça* (identificar quem ou o que está ameaçando ou atrapalhando o grupo identificado na orientação), *uma estratégia* (uma solução proposta para evitar a ameaça), *um resultado* (o resultado de aplicar essa estratégia à ameaça) (Shahsavari, S. et al., 2020, n.p., tradução nossa)<sup>19</sup>.

A pesquisa, no entanto, aponta para a disseminação da “narrativa de ameaça” para além das redes sociais, com a criação de um fluxo permanente que realimenta a estratégia.

Essas conversas não ocorrem em isolamento. Elas não apenas circulam em várias plataformas de mídia social, mas também interagem com reportagens sobre a pandemia à medida que ela se desenrola. Da mesma forma, os jornalistas estão bem atentos às discussões que ocorrem nas mídias sociais, criando assim um loop de feedback entre os dois (Shahsavari, S. et al., 2020, n.p., tradução nossa)<sup>20</sup>.

---

<sup>19</sup> “[...] a large number of the stories circulating on and across social networks have a fairly straight forward “threat narrative” structure, comprised of an orientation (the who, what, where and when), a complicating action: threat (identifying who or what is threatening or disrupting the in-group identified in the orientation), a complicating action: strategy (a proposed solution for averting the threat), and a result (the outcome of applying that strategy to the threat)”

<sup>20</sup> “These conversations do not occur in isolation. They not only circulate on and across various social media platforms but also interact with news reporting on the pandemic as it unfolds. Similarly, journalists



Autores como Pennycock e Rand (2021) corroboram com essa percepção e apontam para o papel da mídia hegemônica na disseminação de notícias falsas:

A desinformação que se origina nas mídias sociais às vezes transita para um público muito maior quando é captada por meios de comunicação tradicionais – seja por repetição direta ou desmascaramento (o que pode resultar em amplificação inadvertida) (p. 389, tradução nossa)<sup>21</sup>.

Os pesquisadores também chamam atenção para outro elemento que contribui para a aceitação da desinformação como verdade: a familiaridade, reforçada pela veiculação do tema em várias mídias: “uma única exposição prévia a uma manchete de notícias falsas aumenta crença posterior na manchete” (Idem, p. 393, tradução nossa)<sup>22</sup>. Desta forma, a população se torna mais suscetível ao ser bombardeada por informações falsas que circulam intensamente nos grupos de *WhatsApp* e *Telegram*, são reproduzidas no *Youtube*, postadas no *Facebook*, *Instagram*, *TikTok* e ganham espaço em sites de notícias e telejornais.

No Brasil, a jornalista Patrícia Campos Mello considera que a mídia tradicional, ao tratar as inverdades como polêmicas e abrir espaço para tais abordagens na sua cobertura, empresta um “verniz de legitimidade a esses disparates” (Mello, 2020, p. 164).

Nem sempre as notícias falsas, o conspiracionismo e o negacionismo são gestadas nas redes sociais e chegam aos veículos jornalísticos num segundo momento, depois de se consolidarem. Em diversas ocasiões, a desinformação se origina na mídia tradicional, em entrevistas de autoridades ou supostos especialistas, ou ao ser abordada em tom de denúncia, com abordagem crítica. De uma forma ou de outra, TV, rádio e jornais podem ser espaços privilegiados de nascimento ou reverberação de tais teorias, se constituindo como atores importantes nestas narrativas.

---

are keenly aware of the discussions occurring in social media, thereby creating a feedback loop between the two”.

<sup>21</sup> “misinformation that originates on social media sometimes transitions to much larger audiences when it is picked up by traditional media outlets – either via direct repetition or debunking (which may result in inadvertent amplification)”.

<sup>22</sup> “a single prior exposure to a fake news headline increases later belief in the headline”.

No Senado brasileiro, a Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia, a chamada CPI da Covid, apontou em seu relatório final<sup>23</sup> o então presidente da República, Jair Bolsonaro, e seus filhos (o senador Flávio Bolsonaro, o deputado federal Eduardo Bolsonaro e o vereador Carlos Bolsonaro) como integrantes do principal núcleo de disseminação de desinformação em relação à pandemia, o chamado *Gabinete do Ódio*. A estrutura montada para criar e divulgar informações inverídicas ou manipuladas sobre os adversários do governo passou a se ocupar dos temas relacionados ao novo coronavírus. A promoção de tratamento sem comprovação científica, de ações contrárias às preconizadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS), notícias falsas em relação às vacinas e o desestímulo à imunização foram alguns dos fatos que levaram a maioria dos parlamentares da CPI a essa conclusão. No relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito, apesar da prevalência de exemplos do uso das redes sociais como espaço livre para a atuação do *Gabinete do Ódio*, é possível identificar que a programação das emissoras de TV foi mobilizada pelas *fake news*, teorias conspiratórias e outras modalidades de desinformação.

O presidente Jair Bolsonaro realizou, somente em 2020, sete pronunciamentos oficiais transmitidos em cadeia nacional de rádio e TV<sup>24</sup>. Destes, seis foram sobre a pandemia de Covid-19, em que questionou a gravidade do vírus, criticou as medidas adotadas pelos governadores, argumentou contra o distanciamento social e defendeu a eficácia do tratamento com administração de hidroxicloroquina. Além da ampla audiência no momento da transmissão ao vivo e sua repercussão na internet, esses pronunciamentos garantiram posteriormente espaço em telejornais, programas de debates e de entretenimento, mobilizados pelo tema durante a pandemia. As falas informais do presidente aos seus apoiadores, como no chamado “cercadinho do Palácio do Planalto”<sup>25</sup>, também forneceram vasto material divulgado pelas emissoras, assim como entrevistas de Jair Bolsonaro, seus ministros e aliados aos programas televisivos.

---

<sup>23</sup> Disponível em: 3063533630\_relatorio\_final\_cpi\_covid.pdf (uol.com.br) Acesso em 16 dez. 2023.

<sup>24</sup> Disponível em: Bolsonaro é o presidente que mais fez pronunciamentos em 2 anos de governo (poder360.com.br) Acesso em 10 jan. 2023

<sup>25</sup> No seu mandato, o presidente Jair Bolsonaro instituiu a prática de falar aos seus apoiadores e à imprensa em frente ao Palácio do Planalto, em área delimitada por grades, que ficou conhecida como “cercadinho”. Neste espaço os jornalistas que questionavam o presidente eram hostilizados frequentemente pelos seguidores do governante.

O presidente contou, além de seus subordinados, com um elenco de parlamentares e de médicos alinhados com a estratégia governamental e assegurou presença na telinha buscando conferir credibilidade às teorias conspiratórias e negacionistas. Mesmo os programas que questionavam as políticas do governo federal, atuaram como divulgadores das argumentações presidenciais. Tendo a pandemia como tema principal diante da gravidade do problema, as emissoras veicularam trechos de discurso e das *lives* realizadas pelo presidente, elaboraram reportagens e debates que repercutiam as inverdades divulgadas pelas autoridades e também levaram ao ar, com grande frequência, as imagens produzidas pelo governo de práticas não recomendadas como a circulação sem máscara e promoção de aglomeração.

Esse acionamento permanente da mídia tradicional nem sempre ganha destaque em tempos de foco nas redes sociais, mas entendemos que ele é decisivo na estratégia comunicativa de Jair Bolsonaro. Segundo o diretor da consultoria Bites, Manoel Fernandes, a prática adotada pelo ex-presidente sempre foi pautada pela exploração de espaço nos maiores veículos de comunicação do país. Segundo Fernandes, há uma espécie de “liturgia bolsonarista”, que muitas vezes passa despercebida:

O primeiro movimento envolve uma entrevista a um veículo de mídia profissional [...]. Com a informação avalizada pela credibilidade jornalística, o segundo movimento é colocado em operação. Formadores de opinião do mundo bolsonarista, como o próprio filho do presidente e influenciadores digitais, entram divulgando o conteúdo da entrevista e convocando a militância a republicar (Fernandes, 2020).

Esse primeiro movimento, não raramente, era feito em espaço considerado seguro, a salvo de questionamentos incômodos. A família Bolsonaro elegeu aliados em programas televisivos. O critério para essa escolha não se baseia necessariamente em audiência, como veremos a seguir.

#### **4. TV Aberta. Sikêra Júnior e Bolsonaro: tudo a ver**

Apesar do crescimento da internet, a televisão mantém o Brasil uma força significativa, chegando a locais onde o acesso à rede mundial de computadores ainda é artigo de luxo. Onde não há dificuldade de conexão, o hábito de assistir à TV tem se transformado, inclusive com a prática cada vez mais comum de utilização de dupla tela,

estando o telespectador ao mesmo tempo acompanhando a programação, mas conectado nas redes sociais, fazendo comentários, aderindo a *hashtags*, dialogando sobre o que vê na tela da TV. Além disso, a convergência midiática reestruturou a veiculação de programas televisivos, agora acessados não só na telinha restrita à grade de programação, mas em qualquer hora e lugar através de computadores e telefones celulares.

Nesse contexto, a televisão não deixa de fazer parte da estratégia de comunicação de Jair Bolsonaro. Se por um lado ele teve seu mandato marcado por conflitos com a Rede Globo, o mesmo não se pode dizer em relação às demais emissoras da TV aberta. Enquanto a líder de audiência viu as verbas publicitárias do governo Federal sofrerem redução de 39% para 16% já no primeiro ano do governo Bolsonaro (2019), as demais emissoras, como revela um relatório do Tribunal de Contas da União<sup>26</sup>, não têm do que reclamar. Apresentadores da Rede Record, Band e Rede TV! foram beneficiados por patrocínios generosos para promover em seus programas iniciativas do governo<sup>27</sup>. Além dos recursos, as emissoras foram recompensadas com prestígio. Simbólico desta aliança foi a presença dos donos da TV Record, Edir Macedo; do SBT, Silvio Santos; e da Rede TV!, Marcelo de Carvalho; no palanque presidencial em 2019 na primeira comemoração do 7 de setembro do mandato do presidente Bolsonaro<sup>28</sup>.

O presente estudo se concentra em jogar luz sobre uma emissora que recebe pouca atenção nas análises televisivas, especialmente por não estar entre as de maior audiência, mas que teve destaque nas alianças firmadas pelo governo Bolsonaro e desempenhou papel importante na construção popular do chamado bolsonarismo. A análise se detém na Rede TV! E, mais especificamente, na atuação de Sikêra Júnior, apresentador do Alerta Nacional que foi transmitido nacionalmente pela emissora e em Manaus pela TV A Crítica durante a maior parte o mandato do ex-presidente, tendo realizado a estreia nacional em janeiro de 2020 e saído do ar no início de 2023.

---

<sup>26</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/08/tcu-ve-falta-de-criterio-do-governo-bolsonaro-no-rateio-de-verbas-para-tvs.shtml> Acesso em 18 dez. 2023.

<sup>27</sup> Disponível em: Governo Bolsonaro pagou cachê para ao menos 32 apresentadores e influenciadores - 20/08/2021 - Poder - Folha (uol.com.br) Acesso em 18 dez. 2023.

<sup>28</sup> Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/bolsonaro-estreia-no-7-de-setembro-ao-lado-de-silvio-santos-e-edir-macedo/> Acesso em 18 dez. 2023.

Observamos em que medida este espaço televisivo se tornou privilegiado na disseminação de narrativa de apoio às teses bolsonaristas relativas à pandemia.

O corpus é formado por entrevistas exclusivas concedidas ao apresentador pelo presidente nos anos de 2020 e 2021 que tiveram como pauta a pandemia, além de falas de Sikêra em outras edições e postagens realizadas por ele nas redes sociais neste período tendo como foco *fake news*, teorias conspiratórias e negacionismo em relação à Covid-19. Numa perspectiva de reflexão sobre as relações de comunicação e poder; considerando a dependência dos meios de comunicação do fomento estatal, que historicamente privilegiam interesses comerciais em detrimento do interesse público (Aires e Santos, 2017); e entendendo que “linguagem e ideologia se articulam” (Orlandi, 2015, p. 41) nos ativemos exclusivamente à análise de discurso das falas do apresentador. Assim, buscamos compreender, a partir da concepção de Charaudeau (2018), em que medida a mídia atua como uma espécie de “espelho deformante” da realidade refletindo fragmentos estereotipados do mundo (2018, p. 20).

Antes do detalhamento da análise, torna-se importante compartilhar informações sobre o comunicador em pauta. José Siqueira Barros Júnior, o Sikêra Júnior, tem mais de 30 anos de carreira com passagens por emissoras de TV locais nas regiões norte e nordeste. Em 2019, passou a comandar o programa Alerta Amazonas, transmitido pela TV A Crítica para o estado. Em 28 de janeiro de 2020, fez sua estreia em rede com o Alerta Nacional, quando o programa passou a ser veiculado também pela Rede TV! Antes disso, já escrevia uma história de sintonia com a família Bolsonaro. Na campanha eleitoral, ironizava movimentos como o “Ele não”, de repúdio a Jair Bolsonaro, e apoiava as pautas do então candidato do PSL à presidência. Em Manaus, Bolsonaro conquistou 65,7% dos votos em 2018. O apoio foi retribuído. Na estreia em rede nacional, o senador Flávio Bolsonaro postava na sua conta do *Twitter* “Boa sorte @sikerajr. Arrebenta!”<sup>29</sup> O deputado Eduardo Bolsonaro usou a mesma rede social para fazer referência ao apresentador como um exemplo da política que a família Bolsonaro defende: “Você sabe o que é ser conservador? Não precisa estudar, ler livros e fazer cursos. Se você concorda com o Sikêra Júnior, parabéns! Você é um. Sikêra, um

---

<sup>29</sup> Disponível em: Flavio Bolsonaro on Twitter: "Boa sorte, @sikerajr Arrebenta!!!" / Twitter Acesso em 17 dez. 2023.

fenômeno que não para de crescer!”<sup>30</sup>. O post conquistou mais de 20 mil curtidas. Durante o seu mandato, o presidente fez deferências ao comandante do Alerta Nacional, não apenas na concessão de entrevistas exclusivas. Em junho de 2021, durante um passeio de motocicleta com seus seguidores, realizado quando estava decretado o estado de pandemia, usou o microfone para dar o recado:

Alô, Sikêra. Parabéns pelo programa. Pena que eu não posso assistir, tenho muito trabalho aqui. Você transmite a verdade, um programa isento que cada vez mais cativa brasileiros. E nós precisamos de gente como você, que trabalhe dessa forma. Um abraço pra você, Sikêra, e a todos os seus telespectadores, tá legal? Até Manaus, quem sabe. Valeu!<sup>31</sup>

A sintonia do apresentador com o discurso reacionário, não raramente marcado pela intolerância e pelo ódio, representou também reverses para Sikêra. Em junho de 2021, dezenas de patrocinadores cancelaram seus anúncios no programa e nas redes sociais do apresentador depois que ele classificou os homossexuais de “raça desgraçada”. O Ministério Público Federal entrou com ação civil pública acusando-o de crime de homofobia. A pressão dos anunciantes fez com que Sikêra pedisse desculpas chorando durante a programação<sup>32</sup>. Ele chegou a ser condenado em primeira instância a pagar multa de R\$ 30 mil. No entanto, foi absolvido posteriormente pela Quinta Câmara do Tribunal de Justiça de São Paulo. O desembargador Rodolfo Pelizzari alegou o direito à “livre expressão”<sup>33</sup>.

Por fim, vale registrar que as performances do apresentador eram marcadas por um misto de religiosidade, humor e apologia à violência. Apesar de abrir o programa com orações e discurso de defesa da família, usava a ironia para julgar e condenar os classificados por ele e pela polícia como criminosos, sem direito de defesa. Em muitos casos, essa condenação era à pena de morte, ainda que ela oficialmente não conste na

---

<sup>30</sup> Disponível em: Eduardo BolsonaroBR on Twitter: "Você sabe o que é ser conservador? Não precisa estudar, ler livros e fazer cursos. Se você concorda com o @sikerajr ,parabéns! Você é um. "Sikera, um fenômeno que não pára de crescer!" <https://t.co/f6OXCxfeGW>" / Twitter Acesso em 17 dez. 2023.

<sup>31</sup> Disponível em: PRESIDENTE BOLSONARO MANDA UM ABRAÇO PRO SIKERA DURANTE PASSEATA! - YouTube Acesso em 11 dez. 2023.

<sup>32</sup> Disponível em: Após perder 62 patrocinadores, Sikêra Jr. posta mensagem enigmática (istoedinheiro.com.br) Acesso em 16 dez. 2023.

<sup>33</sup> Disponível em: Sikêra Jr. é absolvido após chamar homossexuais de "raça desgraçada" (conjur.com.br) Acesso em 10 jan. 2024.



legislação do país. O apresentador tinha como hábito realizar uma coreografia, sempre acompanhado de integrantes da equipe, em comemoração a cada assassinato de suspeitos de crime. No palco do Alerta Nacional, dançavam e cantavam: “Ele morreu, morreu. Antes ele do que eu”. E desfilavam sorridentes carregando um cartão de CPF ampliado em que se lê: “cancelado”<sup>34</sup>. O mesmo “CPF Cancelado” com o qual Sikêra foi fotografado ao lado de Jair Bolsonaro e integrantes do governo durante a pandemia, em abril de 2021, quando o Brasil já ultrapassava a marca de 386 mil vítimas da Covid-19<sup>35</sup>.

Abordando especificamente o nosso corpus, identificamos que a aproximação entre Sikêra Júnior e Bolsonaro rendeu sete entrevistas exclusivas ao apresentador somente nos anos de 2020 e 2021. Em março de 2020, quando o novo coronavírus chegava ao Brasil, o presidente Jair Bolsonaro conversava ao vivo, por telefone, com o apresentador do Alerta Nacional. Sikêra Júnior, conduziu a entrevista utilizando estratégia marcante do novo conspiracionismo que busca semear dúvidas e apontar conhecimento sobre uma suposta realidade velada e a que poucos teriam acesso.

Presidente, me permita. As pessoas que se aproximam de mim sempre perguntam. Será que o presidente Messias Jair Bolsonaro não tem uma informação privilegiada e por isso tem essa segurança em falar que não é tão perigoso quanto se desenha na imprensa? Ele, por ser um militar do Exército Brasileiro, ele que tem conhecimento militar... O senhor não teria... É só esperança de brasileiro? O senhor teria essa resposta?<sup>36</sup>

Não só no Brasil, mas também em outros países, negacionistas disseminaram a teoria de que o vírus não era tão letal e lançaram desconfiança sobre as estatísticas de vítimas da Covid-19. Na mesma entrevista de março de 2020, o apresentador, sem indicar fonte ou confirmar a veracidade da informação, relatava ao presidente um caso, como muitos que foram divulgados sem comprovação, de um óbito por outra causa que teria sido registrado como vítima da Covid-19.

Presidente, já começam a aparecer algumas mortes por outras causas mortis e estão colocando na conta do coronavírus. Vou dar um exemplo que aconteceu no final de semana em Pernambuco. Vamos

---

<sup>34</sup> Dança com música aos 31’20” e CPF cancelado aos 21’40”. Disponível em: Alerta Nacional (06/04/20) | Completo - YouTube Acesso em 18 dez. 2023.

<sup>35</sup> Disponível em: Bolsonaro ignora mortes por covid e posa para foto com placa "CPF cancelado" - Congresso em Foco (uol.com.br) Acesso em 13 dez. 2023.

<sup>36</sup> Exclusivo: Sikêra Jr. Entrevista Presidente Jair Bolsonaro. 30 mar. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bEvwK9PskSc>. Acesso em 18 dez. 2023.

conferir se procede. Um borracheiro consertando, trocando pneu, estourou no rosto dele a calota do pneu e no atestado de óbito dele colocaram com coronavírus. O senhor tem conhecimento disso, se estão colocando na conta do vírus?<sup>36</sup>

Em consonância com a estrutura de “narrativa de ameaça” (Shahsavari, S. *et al*, 2021), Sikêra Júnior apresenta a sua hipótese de identificação dos responsáveis pelo problema: “Parece que há interesse por parte de alguns governadores de inflar os números dos óbitos vitimados do vírus. E daí dá mais respaldo pra eles, talvez pedir mais recursos ao governo federal, pra justificar as medidas que eles tomaram”<sup>36</sup>. Sem constrangimento, assume a defesa do presidente e ataca prefeitos e governadores: “isso não tá certo. Isso é uma prática que tá sendo política. Pra fazer politicalha e justificar as medidas equivocadas que alguns prefeitos e governadores tiveram”<sup>36</sup>

No mês seguinte, abril de 2020, na expectativa da chegada da vacina Coronavac ao Brasil, Sikêra utilizava o programa para alimentar outra teoria conspiratória que circulou amplamente nos Estados Unidos: a desconfiança em relação ao imunizante produzido na China: “Eu não quero tomar essa vacina. Sabe, eu não sei de onde vem. Quem fez? Aliás, a gente sabe de onde vem. Vem da China. Todo mundo sabe disso. Quem quiser tomar, pode tomar na jaca porque eu não vou tomar não”<sup>37</sup>. Tema que não saiu da pauta do Alerta Nacional mesmo após o comunicador ter sido imunizado justamente com a Coronavac. Em 2021, ele ironizava: “Eu nunca vi um negócio da China durar tanto. Rapaz, não é? É bom que nossa Senhora. Tudo o que eu comprei lá quebrou, não é?”<sup>38</sup>

A oposição ao isolamento social como forma de evitar a explosão de casos de Covid-19 foi mais um posicionamento negacionista do apresentador em sintonia com o discurso do presidente da República. Novamente, a abordagem leva à revelação de uma conspiração em andamento. “Se a gente não for inteligente, nós vamos estar igual à Venezuela, comendo cachorro, comendo gato. Acorda, Brasil, pelo amor de Deus! É covardia o que vocês estão fazendo com o povo brasileiro! Estão matando e dominando o povo aos poucos”<sup>39</sup>. No programa da véspera, num descontraído “papo de cafezinho”, com uma xícara na mão, Sikêra conversa com o telespectador em tom de revelação

---

<sup>37</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=775058133438339> Acesso em 18 dez. 2023.

<sup>38</sup> Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=DbY2OiqTcml> Acesso em 14 dez. 2023.

<sup>39</sup> Disponível aos 18'55" em Alerta Nacional (07/04/20) | Completo - YouTube Acesso em 14 dez. 2023.

irônica; “Vocês não viram, vocês não perceberam, mas todo esse problema começou, não foi na Itália? Não foi? Foi no dia que Lula foi lá. Depois que ele botou o pé no Vaticano, que deu um beijo no papa, as trombetas tocaram foi tudo. Corre todo mundo que ele tá chegando”<sup>40</sup>.

As redes sociais do apresentador revelam outro elemento importante relativo à “narrativa de ameaça” das *fake news* na perspectiva de Shahsavari, S. *et al* (2020), conforme citado anteriormente: a apresentação de uma estratégia, uma proposta de solução capaz de evitar o possível dano. O tratamento precoce, que foi intensamente indicado como solução para a Covid-19 pelo ex-presidente Jair Bolsonaro e médicos que o apoiavam, também teve em Sikêra Júnior um aliado aguerrido. Bolsonaro defendeu a administração do chamado *kit-covid* que incluía medicamentos como a cloroquina, a hidroxicloroquina, a ivermectina e a azitromicina. O então presidente posou para fotos e realizou *lives* com caixas do medicamento, indicando seu uso. Segundo levantamento do jornal O Globo, Jair Bolsonaro fez apologia do uso de remédios do *kit-covid* em 23 discursos oficiais.<sup>41</sup>

Da mesma forma, Sikêra Júnior colecionou falas com avaliação positiva sobre a cloroquina e seus similares. Em maio de 2020, ainda se recuperando da doença, o comunicador postou na sua conta do *Twitter* um vídeo em que emocionado comemorava a liberação do remédio pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e atacava a esquerda. Uma fala que, como as citadas anteriormente sobre Venezuela e sobre Lula, remete à concepção de Eni P. Orlandi (2015) da linguagem como espaço em que “a ideologia se materializa” (p. 36).

A Cloroquina, finalmente liberaram. Finalmente porra. Isso já era para estar na mão do povo. Já era pra ter liberado a cloroquina, mas sabe o que acontece? Por que esse povo safado da esquerda quer liberar sabe o quê? Maconha, cocaína, LSD, aborto, menor solto matando gente... Eles querem liberar tudo o que não presta. Remédio não. Se arrumar cura, a esquerda fica contra.<sup>42</sup>

---

<sup>40</sup> Disponível aos 41'03" em Alerta Nacional (06/04/20) | Completo - YouTube Acesso em 18 dez. 2023.

<sup>41</sup> Disponível em: Bolsonaro defendeu uso de cloroquina em 23 discursos oficiais; leia as frases - Jornal O Globo Acesso em 17 dez. 2023.

<sup>42</sup> Disponível em [https://twitter.com/a\\_araujonasc/status/1262848128442667008](https://twitter.com/a_araujonasc/status/1262848128442667008) Acesso em 16 dez. 2023.

O tom e a carga das palavras escolhidas para a defesa da cloroquina e agressão à esquerda remetem à abordagem de Pennycok e Rand (2021) do forte apelo emocional das notícias falsas, que citamos no início deste texto. No mesmo vídeo, a cloroquina é apresentada como solução mágica não só para a saúde, mas também para reverter a crise econômica causada pela necessidade de fechamento do comércio e isolamento social: “as lojas vão começar a abrir, empregos vão começar a ser gerados mais uma vez, as pessoas vão começar a ter saúde”<sup>42</sup>.

A posição de Sikêra reveste de transparência a disputa ideológica que é característica do discurso.

Tudo que dizemos tem, pois, um traço ideológico em relação a outros traços ideológicos. E isto não está na essência das palavras, mas na discursividade, isto é, na maneira como, no discurso, a ideologia produz seus efeitos, materializando-se nele. O estudo do discurso explicita a maneira como linguagem e ideologia se articulam, se afetam em sua relação recíproca (Orlandi, 2015, p. 43).

Ao se recuperar da Covid-19, Sikêra passou a relatar sua própria experiência como comprovação da eficácia do medicamento: “Aconselho cloroquina porque resolveu. Se eu tivesse tomado no início do tratamento eu não teria sofrido tanto. Me deram depois, eu estava já andando com um cilindro de oxigênio”<sup>43</sup>.

Na campanha em defesa de medicamentos do chamado *tratamento precoce*, Sikêra Jr. utilizou-se de informação falsa. Em julho de 2020, o apresentador anunciou em seu programa que a Organização Mundial da Saúde (OMS) havia pedido desculpas por não ter autorizado o uso de cloroquina e de azitromicina para pacientes com COVID-19. Uma edição de trecho do programa foi compartilhada pelo senador Eduardo Bolsonaro no *Twitter* com a legenda: “O golpe da pandemia por Sikêra Jr. Tá errado?”<sup>44</sup>

Que covardes, muita gente morreu por causa de vocês. É fácil pedir desculpas no jornal, né? Ah, que quero pedir desculpas, realmente era pra ter liberado e eu não liberei. Quantas pessoas se despediram de seus parentes a 100 metros do cemitério porque não pôde velar o corpo do pai, da mãe, do filho, dando adeus à distância. Por causa de vocês! Vocês são os culpados. Vocês que foram contra o uso. O

---

<sup>43</sup> Entrevista à Rádio Jovem Pan em 8 jul. 2020. Disponível em: <https://jovempan.com.br/videos/programas/jovem-pan-morning-show/Sikêra-junior-morning-show-ao-vivo-08-07-20.html> Acesso em 18 de dez. 2023.

<sup>44</sup> Disponível em: (20) Eduardo BolsonaroBR on X: ""O golpe da pandemia", por @sikerajr . Tá errado? <https://t.co/7ba3JGM7L0> / X (twitter.com) Acesso em 16 dez. 2023.

remédio era barato, né? Não dava pra ganhar dinheiro, não dava pra superfaturar. Era mais fácil buscar respiradores na China. Sem licitação, estado de calamidade pública. O brasileiro está descobrindo agora que caiu no maior golpe da terra<sup>44</sup>.

As acusações não tinham fundamento. A Organização Mundial de Saúde nunca se desculpou por não ter recomendado os medicamentos.<sup>45</sup> O discurso adotado por Sikêra Júnior, nos remete a perspectiva de Charaudeau que considera que “nas mídias, os jogos de aparências se apresentam como informação objetiva, democracia, deliberação social, denúncia do mal e da mentira, explicação dos fatos e descoberta da verdade” (2018, p. 29).

Durante as investigações da Comissão Parlamentar Mista da Covid-19, documentos revelaram interesses financeiros que envolveram a defesa aguerrida do *Kit-Covid*. Consultas ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) revelaram que foram gastos, em 2019 e 2020, R\$ 43.519.953,00 com a compra de medicamentos como cloroquina e azitromicina, inclusive com suspeita de superfaturamento<sup>23</sup>.

A CPI também trouxe à tona a informação de que diversos apresentadores de televisão foram remunerados para dar declarações favoráveis ao tratamento precoce: os chamados *testemunhais publicitários* utilizados na TV e no rádio em que a indicação de produtos ou ideias é feita em tom pessoal e sem que a audiência seja informada se tratar de propaganda paga. Entre os beneficiados consta o comandante do Alerta Nacional: Sikêra Júnior<sup>46</sup>.

## 5. Considerações Finais

As teorias conspiratórias e negacionismo com base em notícias falsas propagadas por Sikêra Júnior, algumas delas exemplificadas no presente texto, circularam livremente nas redes sociais, mas encontram um espaço privilegiado no programa Alerta Nacional, veiculado em rede nacional pela Rede TV! emissora aberta que alcança todas

---

<sup>45</sup> Disponível em: Não, OMS não se desculpou por ser contra uso de cloroquina e azitromicina no tratamento da covid-19 - Estadão (estadão.com.br) Acesso em 16 dez. 2023.

<sup>46</sup> Disponível em: Sikêra Jr. recebeu R\$ 120 mil de Bolsonaro para “propagar” tratamento precoce | Paraíba Já (paraibaja.com.br). Acesso em 14 dez. 2023.

as regiões do país. A divulgação de desinformação num canal de televisão cumpre papel de chancela à abordagem escolhida. O argumento de que “deu na mídia” como comprovação de veracidade de um tema em pauta é usual entre a população.

Outro ponto a ser considerado é que os programas de TV alcançam repercussão não apenas durante a programação, mas têm grande sinergia com as mídias sociais num contexto de convergência digital profunda. Os programas não se limitam aos horários fixos da grade de programação, estão disponíveis no *streaming* para acesso a qualquer hora e em qualquer lugar. Cortes das falas se amplificam e viralizam no *Youtube*, *Facebook*, *Twitter*, *Instagram* e *TikTok* através dos perfis oficiais do apresentador, da emissora e em reproduções livres. Somente no seu canal do *Youtube*, Sikêra Júnior tem mais de cinco milhões e 400 mil inscritos<sup>47</sup>. Além disso, o canal da Rede TV! conta com mais de 13 milhões de inscritos<sup>48</sup> e a TV A Crítica com mais de 2 milhões<sup>49</sup>.

Como é possível observar em pesquisas internacionais que analisam teorias da conspiração e *fake news*, algumas delas citadas anteriormente, o impacto da circulação de desinformação sobre a pandemia acende um sinal de alerta. Mais do que disputa de narrativas sobre visões de mundo, estão em jogo medidas de preservação da saúde e da vida. E com amplas consequências. No caso da desconfiança instaurada em relação à imunização, os impactos não se limitaram às vidas perdidas para a Covid-19 que poderiam ter sido preservadas. A campanha antivacina deixou um legado de ameaça relacionado também a outras doenças. Pesquisa realizada pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e a Organização Mundial da Saúde (OMS) revelou que a taxa de vacinação infantil no Brasil sofreu, em 2021, uma queda brusca: a taxa de cobertura vacinal caiu de 93,1% para 71,49%. Colocando o Brasil entre os dez países com menor índice do mundo.<sup>50</sup>

O presente estudo e as evidências trazidas neste artigo fazem parte de pesquisa de doutorado em andamento que busca desvelar um aspecto pouco discutido que é o

---

<sup>47</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/@SikeraJunior> Acesso em 10 jan. 2024.

<sup>48</sup> Disponível em: [https://www.youtube.com/channel/UCd7VVhgnd2eCv9JEghvR\\_1w](https://www.youtube.com/channel/UCd7VVhgnd2eCv9JEghvR_1w) Acesso em 10 jan. 2024.

<sup>49</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/channel/UCnLSKfHkgZ6ujEYCO9jq7Sw> Acesso em 10 jan. 2024.

<sup>50</sup> Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/vacinacao-infantil-sofre-queda-brusca-no-brasil> Acesso em 18 dez. 2023.



papel das emissoras de TV nesse processo negacionista e de discurso de ódio que coloca vidas em risco. Interesses políticos, comerciais - e também religiosos aqui não abordados – desconsideram compromissos basilares da comunicação e substituem informação por desinformação. Como nos indicam Aires e Santos (2017), “os meios de comunicação brasileiros parecem caranguejos que vivem numa densa estrutura, permeada pelas raízes da família patriarcal e do mandonismo, pelos troncos e galhos do clientelismo e do compadrio” (p.7). Um quadro ainda mais grave ao levarmos em conta que as emissoras de TV são concessões públicas. Sem desconsiderar a importância das redes sociais na ecologia midiática contemporânea, compreendemos como necessário que o olhar sobre esses canais e o impacto das narrativas neles veiculadas, que se revelam como ‘um mundo filtrado’ (Charaudeau, 2018, p. 131), sejam incluídas nas preocupações das pesquisas acadêmicas. Desta forma, trazendo contribuição necessária para o enfrentamento do desafio de defesa de direitos e da democracia tão ameaçada no Brasil.

#### **Referências Bibliográficas**

AIRES, J.; SANTOS, S. **Sempre foi pela família: mídias e políticas no Brasil**. Rio de Janeiro. Ed. Mauad, 2017.

BESSI A, COLETTO M, AVIDESCU GA, SCALA A, CALDARELLI G, QUATTROCIOCCHI W. Science vs Conspiracy: Collective Narratives in the Age of Misinformation. **PLoS ONE**, v. 10, n. 2, 2015.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo. Ed. Contexto, 2018

FERNANDES, M. **O maior ataque da história contra Rodrigo Maia**. Disponível em: <https://www.revistavoto.com.br/o-maior-ataque-da-historia-contra-rodri-go-maia/> Acesso em 02 out. 2023.

LOOMBA, S., DE FIGUEIREDO, A., PIATEK, S.J. *et al.* Measuring the impact of COVID-19 vaccine misinformation on vaccination intent in the UK and USA. **Nature Human Behaviour**. v. 5, p. 337–348, 2021.

MELLO, P. C. **A máquina do ódio**. São Paulo. Companhia das Letras. 2020.

MOREL, Ana Paula Massadar. Negacionismo da Covid-19 e educação popular em saúde: para além da necropolítica. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 19, p. 1-14, 2021.

MUIRHEAD R; ROSENBLUM N.L. **A Lot of People Are Saying: The New Conspiracism and the Assault on Democracy**. Princeton UP. 2019.

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas. Pontes Editores. 2015.

PENNYCOCK, G.; RAND, D. G. The psychology of fake news. **Trends in Cognitive Sciences**, v. 25, n. 5, p. 388-402, 2021.

ROUSSO, Henry. Les racines du négationnisme en France. *In: Face au passé: essais sur la mémoire contemporaine.* Paris: Belin, 2016. pp. 165-192.

SHAHSVARI, S., HOLUR, P., WANG, T. *et al.* Conspiracy in the time of corona: automatic detection of emerging COVID-19 conspiracy theories in social media and the news. **J Comput Soc Sc**, v. 3, n. 2, p. 279–317, 2020.

# **COMUNICAÇÃO POPULAR, ALTERNATIVA E COMUNITÁRIA**

## **Gênero e classe: a contribuição do feminismo para o conceito de comunicação popular e comunitária**

**Pamella Cristina Basetti de SOUZA.**

**Rozinaldo Antonio MIANI.**

### **1. Introdução**

O presente capítulo é parte de um estudo sobre a importância do conceito de gênero para as discussões acerca da teoria da comunicação popular e comunitária propostas por Miani (2011) e (2014). As inquietações aqui apresentadas surgiram como desdobramento de uma pesquisa de mestrado que analisou a presença de mulheres em charges sindicais do jornal "Tribuna dos metalúrgicos" durante os anos noventa (Miani & Souza, 2022). Para as análises de gênero e de gênero nos movimentos sociais nos amparamos nas discussões teóricas propostas por Kergoat (2010), Izquierdo (1990), Saffioti (2013), Souza-Lobo (2021), dentre outras autoras. A pesquisa apontou que as mulheres estão presentes em apenas 19% das charges produzidas no período analisado, e são representadas, majoritariamente, como esposas e mães metalúrgicas, relegando a segundo plano a condição de trabalhadoras e de companheiras de luta. Em geral, as reflexões e as análises apontam que a participação feminina nos sindicatos, durante a década de 1990, se deu de forma secundária e desigual.

Tais resultados nos levou a refletir teoricamente sobre as articulações em torno do conceito de comunicação popular e comunitária, entendendo que a comunicação sindical se vincula a esse campo teórico da comunicação, se enquadrando mais facilmente ao eixo da comunicação popular. A comunicação popular e comunitária apresenta, basicamente, dois princípios norteadores: o de ser uma comunicação produzida em oposição ao sistema capitalista, ou seja, de contra hegemonia, entendendo a palavra popular na perspectiva de classe (Miani, 2011). E a noção de comunitário, por sua vez, compreendida como uma comunicação com a prerrogativa a construção de novas formas de sociabilidade, reformulação da noção de coletividade e de preocupação com a emancipação dos sujeitos, como veremos mais detalhadamente no decorrer do capítulo.

Como este tema é um desdobramento sobre uma pesquisa de gênero nos sindicatos, para as nossas reflexões, em alguns momentos, vamos recorrer às experiências sindicais, enquanto exemplo de movimento popular/ comunicação popular, a fim de consolidar a nossa defesa do conceito de classe social heterogênea, como uma discussão que deve ser incorporada na chave popular (classe) da expressão ‘comunicação popular e comunitária’.

Diversas estudiosas de gênero e sindicalismo no Brasil, desde a década de 1980, alertavam para tais discussões, entre elas Souza-Lobo (2021), Garcia Castro (1992,1995), Capellin (1989,1984), Godinho (1998), Hirata e Kergoat (1994), mostraram a necessidade de uma reflexão sobre o gênero no interior da classe trabalhadora e suas organizações em movimentos sociais, principalmente nos debates e nas disputas promovidas pelo movimento sindical.

A literatura sobre o novo sindicalismo no Brasil dos anos 80 já destacou que as manifestações costumam falar de operários ou de classe operária sem fazer nenhuma distinção, ou referência ao sexo dos atores sociais - dos trabalhadores e trabalhadoras que a compõe. É como se o lugar na produção fosse um elemento unificador de tal ordem que fazer parte da classe trabalhadora já se desdobra em uma série de comportamentos e de atitudes relativamente uniformizadoras. A tendência de apresentar uma imagem da classe, relativamente homogênea, cujos únicos elementos distintivos seriam o emprego/desemprego, o lugar na produção/reprodução e a qualificação não ignora apenas a categoria sexo, mas também outras variáveis (Hirata & Kergoat, 1994). Na atualidade, se mostra latente, para além das discussões de gênero, refletir sobre a questão da raça, e outras manifestações do próprio gênero, que não atendem também ao padrão dominante, heteronormativo, cisgênero e binário<sup>1</sup>(Izquierdo, 1990).

Esse é o debate que retomamos para reafirmar que o conceito de classes sociais, no interior da comunicação popular e comunitária, deve partir de uma reinterpretação pelo viés feminista, em particular pelas pesquisas sobre as relações sociais de sexo,

---

<sup>1</sup> A título de esclarecimento, os autores têm interesse em ampliar essas discussões, mas, devido aos limites deste capítulo, nos dedicamos apenas à noção de gênero feminino/ masculino no interior das classes sociais e da comunicação popular e comunitária.

sobre o gênero nas classes sociais, delimitando que tais relações são coextensivas (Kergoat, 2010).

Neste sentido, se na concepção de comunicação popular e comunitária existe uma preocupação dada com a classe, há de se refletir também sobre os elementos que compõe a classe trabalhadora, partindo do pressuposto de que ela não é homogênea, mas sim formada por homens e mulheres, negros e brancos, entre outros. Por esse aspecto esta pesquisa de cunho bibliográfico, entende que para enquadrar qualquer manifestação de comunicação produzida com pretensões populares e comunitárias deve se preocupar em adotar uma política de gênero, seja no interior dos coletivos, movimentos sociais, entidades sindicais, manifestações, entre outras.

Para conduzir esta concepção é necessário refletir sobre um embasamento teórico que dê conta de pensar o gênero e a raça na comunicação popular e comunitária sem esvaziar o debate norteador da discussão: as condições materiais e econômicas dos sujeitos, isso como premissa da classe trabalhadora. Ou seja, precisamos de uma corrente teórica feminista que seja coerente com as concepções teórico ideológicas da comunicação popular e comunitária.

Em segundo, a pesquisa, suscita (sem muito aprofundar-se)<sup>2</sup> que em suas práticas comunicativas, a comunicação popular e comunitária deva articular as políticas de gênero em três frentes de atuação: espaços de liderança e protagonismo de mulheres nos movimentos e nos espaços sociais, políticas de gênero e de combate ao assédio na dinâmica organizativa e na comunicação interna e organizacional do movimento, além de um planejamento de ações que contemplem as práticas voltadas para a conquista de pautas específicas do público feminino - tomamos por exemplo, no caso do movimento sindical: direito à creche, combate ao assédio, igualdade de salários, acesso ao aborto, entre outras coisas.

Na base do movimento deve haver a busca de um ambiente livre de assédio, machismo e misoginia para ampla participação feminina em ações comunicativas, tais como eventos de mobilizações e manifestações, a, por fim, reproduzir em suas frentes

---

<sup>2</sup> Há a pretensão de produzir um material que discuta as práticas de combate a desigualdade de gênero que deveriam nortear a comunicação popular e comunitária e a comunicação dos movimentos sociais. Neste artigo tratamos apenas da articulação entre o gênero e classe na comunicação popular e comunitária.

de divulgação, mídias e materiais que se norteiam também por esses mesmos parâmetros e que, estejam, no limite, em oposição às lógicas patriarcais disseminadas na mídia hegemônica.

A seguir faremos as nossas análises acerca de uma teoria feminista pertinente a comunicação popular e comunitária, que contribua para uma reflexão sobre o conceito de classe social, representado pelo termo popular, na expressão comunicação popular e comunitária. Antes, vamos percorrer o percurso teórico inaugurado por Miani (2011), (2014), detalhando as concepções teórico metodológicas comunicação comunitária, desdobrar na trajetória do feminismo buscando exemplos e críticas importantes sobre as articulações entre a classe trabalhadora e as mulheres na história.

## **2. A trajetória de um campo teórico e a sobreposição popular e comunitária**

A comunicação popular e comunitária que estamos tratando aqui diz respeito às discussões teóricas desenvolvidas desde 2002 por Rozinaldo Antonio Miani. A formulação desse conceito vem sendo construída ao longo desses anos, sobretudo, nos espaços do curso de especialização em Comunicação Popular e Comunitária da Universidade Estadual de Londrina (Miani, 2014) e difere um pouco das demais perspectivas e interpretações de pesquisadores da comunicação que se vinculam e este campo de conhecimento, principalmente porque, aqui, Miani (2011) sugeriu a utilização dos termos popular e comunitário como coisas distintas e complementares e não como sinônimos (Como induz grande parte dos pesquisadores da área, vide Peruzzo (1998).

A trajetória teórica que Miani (2011) trata de uma explicação lógica para a composição e sobreposição das palavras “popular e comunitária” para nomear um fenômeno, uma expressão da comunicação. Representa um modo bastante genuíno e autêntico de conceituar um fenômeno ou campo de conhecimento porque parte do entendimento dos termos, por um viés dos fenômenos da linguagem a fim de delimitar um posicionamento ideológico, mas também de um viés político do uso dessas duas expressões. O foco é delimitar como uma oposição ao capitalismo em termos econômicos, comportamentais e culturais, representados pelos termos popular e comunitário, respectivamente.

O objetivo então não é somente trabalhar com as medidas paliativas perante as desigualdades deste sistema, embora esse campo de estudos reconheça que o trabalho

com as minorias, a diminuição das mazelas sociais sejam uma importante tática para esse objetivo maior de construção da luta para superação do próprio capital (Miani, 2021). Compreende-se que os espaços populares e/ou comunitários, coexistem com o capitalismo, e que, portanto, também acabam por serem atravessados ou impactados por ele, tornando difícil a discussão acerca da igualdade de gênero (Souza, 2022).

Inúmeros são os significados que essa composição “Comunicação popular e comunitária” podem ter e a utilização desses termos não correspondem àquilo que se tem definido como popular e comunitário no senso comum. Apesar dessa perspectiva teórica ser a da utilização desses termos vinculados e de forma sobreposta (MIANI - 2014), uma análise dos fenômenos de comunicação na prática social permite o enquadramento das manifestações comunicativas como comunitário ou popular ou como popular e comunitário. Ou seja, na realidade é concreta, podemos encontrar manifestações comunicativas de enquadramento comunitário, manifestações comunicativas de cunho popular, ou, ainda fenômenos que se enquadram no popular e no comunitário, estes mais raros, e cujo curso de especialização citado no início do texto, incita, convida a desenvolver (Miani, 2014).

Um questionamento que, geralmente, acompanha as pesquisas que são produzidas por esse viés teórico, principalmente aquelas que se debruçam sobre um fenômeno comunicativo, é entender interpretar aquele processo e/ou produto de comunicação como popular e/ou comunitário. De antemão, apesar de ter um campo teórico bastante articulado, boa parte das análises têm dificuldade para enquadrar essas práticas comunicativas tanto como popular quanto como comunitário. Em outras palavras, o que se pretende afirmar é que, apesar de ter uma formulação teórica bastante contundente, na realidade concreta ainda temos dificuldades em encontrar ou operar fenômenos comunicativos que exemplificam tal formulação.

Este é, inclusive, um chamado para os pesquisadores que se vinculam ao campo, que as discussões e propostas teóricas resultem em trabalhos práticos de comunicação e de militância, numa realidade dada, à qual possamos caracterizar o fenômeno produzido no âmbito do popular e comunitário. As bases dessa discussão, de construir um significado próprio para os termos popular e comunitário, está assentada na linguística moderna, mais especificamente no pensamento dos filósofos do círculo de Mikhail Bakhtin e a obra *Marxismo e filosofia da linguagem* (Miani, 2014):



Discussões a respeito dos conceitos de comunidade, participação, poder, exclusão, cidadania, terceiro setor, movimentos sociais, voluntariado, responsabilidade social (conceitos que estão na origem da constituição e/ou dos equívocos de algumas concepções de Comunicação Comunitária), submetidos a uma determinada compreensão de filosofia da linguagem derivada dos estudos de Mikhail Bakhtin (1997), subsidiam o debate em torno da compreensão da Comunicação Comunitária (e aqui precisamos reafirmar a nossa reivindicação em torno da expressão Comunicação Popular e Comunitária), de modo geral, e de jornalismo e relações públicas comunitárias, de modo particular. (Mani, 2014, p.273).

Adentrando na trajetória histórica desses conceitos, durante um tempo a expressão mais utilizada para designar esse campo de conhecimento era a expressão “Comunicação Comunitária”, dispensando o uso do popular ou então tratando as duas expressões como sinônimos - passível de substituição, uma no lugar da outra, ora Comunicação popular, ora Comunicação comunitária. No final da década de 90 e início dos anos 2000, com base nas discussões e dos debates que passaram a ser fomentados no próprio curso de especialização, surgiu o termo “Comunicação popular e comunitária”. Nesse período, o uso apenas da expressão “comunitária” sozinha, não tinha mais tanto peso porque a palavra “comunitária” foi assumindo uma série de significados que fizeram com que o próprio termo comunicação comunitária passasse por disputas, e se tornasse ‘brando’, um pouco ‘vazio’ de sentido, assumindo uma postura menos crítica no cenário da comunicação.

Por outro lado, abrir mão por completo da expressão comunitária em detrimento do uso de comunicação popular trazia um aspecto mais ‘agressivo’ para a expressão. Essa adjetivação configurava um fenômeno de comunicação mais combativo e naquele momento, de abrandamento, também era importante consolidar esta perspectiva. Em todo caso, pela ampla divulgação da expressão ‘comunitária’ e por esse abrandamento do termo, abrir mão por completo da vertente comunitária abria margem para outras consequências, tais como o desconhecimento do popular e pela sensação boa que a palavra comunidade causava nos indivíduos (Bauman, 2003). Em outras palavras, principalmente por aspectos estratégicos, de difusão e propagação desse campo de conhecimento, a palavra ‘comunitária’ foi mantida, tendo em vista que seu abrandamento trazia certo equilíbrio para o tom mais agressivo do popular e por estar mais consolidada no âmbito da comunicação (Miani, 2014).

A partir daí convencionou-se o uso da expressão Comunicação popular e comunitária, principalmente nos espaços formativos do departamento de Comunicação da Universidade Estadual de Londrina, onde as disciplinas da graduação, especialização e mestrado passaram a substituir em suas ementas o termo 'Comunicação Comunitária' pela expressão Comunicação Popular e Comunitária (Miani, 2011).

Voltemos agora ao uso do popular, a adjetivação do termo que dá o tom de classe ao conceito que exploramos neste trabalho é onde queremos engendrar as nossas discussões de gênero. O pensador Mario Kaplún (2002) foi um dos principais expoentes do conceito de Comunicação popular, ao fazer uma espécie de transposição das teorias de Paulo Freire para o campo da comunicação. O autor situa alguns formatos de educação, aquelas que são exógenas (foco nos conteúdos) ou na finalidade (formação profissional, ensino de uma ocupação) e endógenas que destacam o processo de aprendizagem e os sujeitos que dela fazem parte. Para Kaplún (2002) a comunicação assim como a educação pode assumir um caráter de 'bancária' ou libertadora, transformadora ou popular. A ideia de uma comunicação bancária é facilmente exemplificada no formato baseado no processo de transmissão da comunicação de massa (emissor>canal>receptor - explorado anteriormente nesta pesquisa). Tal formato corresponde às formas de educação que ele chama de 'exógenas' e as perspectivas populares de comunicação (que rompem com esse modelo) são as chamadas formas endógenas, correspondem ao que, já no campo da comunicação, o autor vai nomear como comunicação popular.

A comunicação popular deriva do modelo endógeno de educação que destaca o processo de aprendizagem, as trocas e as interações entre os sujeitos, apesar de dificilmente conseguiremos encontrar formas puras (endógenas ou exógenas) de educação/comunicação na realidade concreta. Diante dessa dualidade, todo processo educativo pode ser assumido como um ato político ou não. Ou seja, ao assumir o compromisso com a transformação, o educador compromete-se politicamente (Freire, 1979). Ao mesmo passo que o educador pode também escolher rejeitar a transformação social e não se engajar na mudança social. As proposições feitas por Paulo Freire (1979) no campo da educação e de Mário Kaplun (2002) no âmbito da comunicação são modelos que, além de trazer uma nova concepção de educação e comunicação, respectivamente, também nos permitem identificar e argumentar em torno do popular

como classe, é o que o relata Moacir Gadotti no prefácio da obra Educação e mudança de Paulo Freire:

[...] Neste sentido, ele tem o mérito não apenas de denunciar uma educação supostamente neutra, como a de distinguir claramente a pedagogia das classes dominantes, da pedagogia das classes oprimidas. Depois de Paulo Freire não é mais possível pensar a educação como um universo preservado, como não foi mais possível pensar a sociedade sem a luta de classes depois de Marx (Gadotti, 1979, p.11).

Apesar dos esforços para consolidar a comunicação nessas duas frentes, o popular e o comunitário, as discussões em torno do que efetivamente representa a classe foi uma necessidade que identificamos recentemente, quando os estudos em torno das pautas identitárias começaram a ganhar destaque na academia, na militância e nos movimentos sociais, o ambiente principal da comunicação popular e comunitária. Nesse sentido a fim de não perder de vista as discussões econômicas em detrimento de uma outra pauta, esvaziada das condições materiais dos sujeitos, se viu a necessidade de cunhar caminhos para as análises no interior do conceito de classe social, isso sob três frentes: a desigualdade econômica, a desigualdade de gênero e a desigualdade racial, conforme veremos adiante, no decorrer do capítulo.

### **3. A trajetória do feminismo**

Por uma questão de organização, democratização e alcance do conhecimento sabe-se que, historicamente, o feminismo se organiza em ondas, embora as experiências e as lutas femininas, em diferentes localidades do mundo, nem sempre possam ser contadas de maneira uniforme e linear. A título de organização dos argumentos aqui apresentados vamos seguir tal classificação. A começar pela primeira onda, onde podemos adotar como marcos teóricos, o mote pelo direito ao voto, visto que a ideia de democracia e de cidadania, desde sua construção social e filosófica, eram completamente estranhas às mulheres (Scott, 1995). Mesmo sendo uma pretensão democrático-burguesa, a classe operária tinha grande interesse na luta sufragista: a Revolução Francesa de 1789 marca a primeira grande participação das mulheres, organizadas junto aos homens, nos fronts de batalhas e na associação em clubes e coletivos rumo à sua emancipação, visto que, até então, as mulheres eram proibidas de se filiar a entidades políticas.

As revoluções de 1830 e 1848 na França (mesmo ano que foi lançado o *Manifesto Comunista*, de Marx e Engels) reacenderam as lutas revolucionárias das mulheres. É preciso esclarecer que tanto o movimento feminista quanto o movimento socialista têm origem nas transformações que o capitalismo estabeleceu nas relações sociais de produção e reprodução, respectivamente, cada qual à seu modo. Sabe-se que a opressão da mulher não começa com o capitalismo, é anterior a ele (Engels, 2010), no entanto, as transformações sociais e econômicas colocadas pela revolução industrial alteraram as circunstâncias de vida de muitas mulheres. Esse momento de desenvolvimento das forças produtivas, marcados pelo avanço do capitalismo e sua era industrial, subsidiou as condições históricas que permitiram às mulheres um avanço político com o sufrágio, ao mesmo passo que intensificou outras desigualdades, nas esferas sociais e econômicas (Toledo, 2017).

A primeira vez que, de fato, o feminismo e a classe trabalhadora se encontraram foi no movimento socialista da União Soviética, quando a luta sufragista foi incorporada ao movimento socialista na segunda internacional (Toledo, 2017). Clara Zetkin foi uma importante expoente desse movimento e desde os primórdios apontava para questões que, de certa forma, impediam as mulheres de trabalhar e, conseqüentemente, da militância. Neste tempo houve debates em torno de dupla jornada, trabalho de cuidado e desigualdade salarial. A experiência da União Soviética também foi uma das primeiras a fazer uma discussão na chave econômica, estabelecendo o “salário igual por trabalho igual”, além de proporcionar meios para que as mulheres pudessem se qualificar profissional e intelectualmente, subsidiando creches entre outras coisas.

No sentido de oferecer subsídio para o que se pretende aqui: uma teoria feminista para a comunicação popular e comunitária, a experiência da União Soviética pode render bons exemplos porque foi uma das pioneiras em um trabalho de unificação de homens e mulheres em torno da emancipação econômica, como podemos observar, com o princípio da unidade da classe operária, os *soviets* preocuparam-se em garantir que a luta das mulheres não se desviasse para pautas burguesas e de alianças de classes, o que, posteriormente, debilitariam as forças do proletariado para uma real transformação social e a emancipação total da mulher:

Sintetizando, a III Internacional resolveu:

- unir a luta da mulher à luta da classe proletária e à revolução;

- não criar organizações separadas de mulheres, mas que o partido devia contar com grupos de trabalho específicos sobre isso;
- a luta da mulher e do homem são inseparáveis;
- a mulher operária deve se manter junto à classe e não se unir à mulher burguesa;
- criar um massivo movimento comunista de mulheres trabalhadoras para lutar pelo socialismo, porque sem a luta massiva das mulheres é impossível conquistar o socialismo. (Toledo, 2017, p. 210)

Infelizmente, com a ascensão do stalinismo e suas políticas retrógradas, muitas das conquistas das mulheres soviéticas sofreram retrocesso. Contudo, nos anos 60, países ocidentais fizeram emergir a segunda grande onda de lutas feministas, que, criticamos por estar numa chave de leitura liberal, mas que organizou mulheres de diversos países pela liberação sexual e garantia de direitos. O contexto desta onda feminista é a segunda guerra mundial. Com os homens na guerra, mulheres passaram a ocupar cargos no mercado de trabalho, trazendo uma relativa emancipação feminina, relativa porque as condições eram precárias, recebiam mal e trabalhavam muito. Além disso, o trabalho era novidade apenas para mulheres de classe média e/ou alta, sabe-se, por exemplo, que mulheres pobres, historicamente, nunca estiveram alijadas do trabalho (Saffioti, 2013).

Com o fim da guerra os homens retornam para seus postos de trabalho e as mulheres passam, novamente, a serem requisitadas em casa. Em decorrência do fim da guerra há também um aumento substancial nos índices de natalidade, fenômeno que ficou conhecido como o 'baby boom'. Nesse cenário, a mulher é, novamente, colocada na esfera do lar, estimulada ao trabalho do cuidado pela mídia e outros aparatos ideológicos. Há nos meios de comunicação de massa, nas propagandas um forte apelo à objetificação e submissão feminina ao esposo. Contudo, esse já não era o desejo para boa parte dessas mulheres, que buscavam a liberação dos costumes e a independência financeira. As feministas dessa segunda onda perceberam que as repressões e as desigualdades na esfera do lar ou no âmbito social refletiam também na esfera da política e na participação delas na vida pública. Incentivaram outras mulheres a entenderem aspectos sociais e as imposições que eram feitas nas suas vidas pessoais como algo profundamente politizado, fruto de uma dominação e de uma hierarquia de poder que privilegiava o masculino em detrimento do feminino.

O slogan “o privado é político” é, desde o pós Segunda Guerra Mundial, um mote básico movimento feminista. Esta chamada feminista sublinha que a subordinação feminina à forma masculina de poder político e econômico na sociedade contemporânea não é mantida apenas no âmbito das instituições e na esfera pública, mas que a constituição nuclear familiar contém as mesmas dimensões que permitem ao homem desigualar, subordinar, explorar e silenciar a ação política e social feminina, e mais que isso, fundamentam a opressão e subordinação pública. Para muitas teóricas feministas, portanto, a situação da mulher como cidadã de segunda classe perpassa qualquer separação sistemática entre as esferas de atuação, estando presente de modo generalizado nas sociedades contemporâneas (Barbosa & Maia, 2016, p. 115).

O feminismo da segunda onda vai expandir a questão da mulher. Enquanto a primeira onda do movimento preocupou-se com os direitos políticos, como o direito ao voto e a representatividade política das mulheres, a segunda onda preocupou-se com as lutas pelo direito ao corpo, ao prazer e contra o patriarcado (Pedro, 2006). As principais pautas levantadas pelo movimento foram: direitos à contracepção, ao aborto, ao planejamento familiar, luta contra todas diferentes formas de opressão e misoginia e a reivindicação à igualdade de todos os direitos morais, sexuais, jurídicos, econômicos e simbólicos.

Foi o advento da pílula anticoncepcional que permitiu uma libertação dos comportamentos sexuais antes restritos à monogamia e às relações matrimoniais. Paralelamente a isso, o meio intelectual também passou a se voltar para essa questão difundindo obras feministas que se interessaram em desconstruir o papel da mulher na sociedade. Entre essas obras estão “O Segundo Sexo” de Simone Beauvoir e “A mística do feminino” de Betty Friedan.

A obra de Simone de Beauvoir é de 1949, lançada em um momento de transição e de baixa efervescência no feminismo, chega aos Estados Unidos mais tarde e com traduções deturpadas. Sua grande contribuição está na concepção do sexo como uma construção social, é a gênese da percepção do machismo como algo estrutural e social. Betty Friedan, influenciada pela obra de Beauvoir, vai entrevistar várias mulheres americanas e, a partir disso, descobre que boa parte delas são infelizes cuidando do lar, dos filhos e do marido.

A partir desse estudo, amplamente criticado, por ser um feminismo branco e liberal, lança o livro *A Mística Feminina* (*The Feminine Mystique*, 1963), considerada a

obra mais emblemática do feminismo da segunda onda. Friedan, revela uma série de desigualdades que estavam camufladas na organização social dos núcleos familiares. A obra critica o fato de a felicidade feminina estar centrada no casamento, na criação dos filhos e nas atividades do lar. A partir dessa descoberta Betty defende que as mulheres sofrem a imposição de um sistema de crenças e costumes que exigem que elas encontrem sentido em suas vidas através de seus maridos e filhos; isso faz com que a mulher perca completamente a sua identidade para a de sua família.

A partir da década de 60, o feminismo incorpora, portanto, outras frentes de luta pois, além das reivindicações voltadas para a desigualdade no exercício de direitos – políticos, trabalhistas, civis -, questiona também as raízes culturais destas desigualdades. Denúncia, desta forma, a mística de um “eterno feminino”, ou seja, a crença na inferioridade “natural” da mulher, calcada em fatores biológicos. Questiona assim a ideia de que homens e mulheres estariam predeterminados, por sua própria natureza, a cumprir papéis opostos na sociedade: ao homem, o mundo externo; à mulher, por sua função procriadora, o mundo interno. Essa diferenciação de papéis na verdade mascara uma hierarquia, que delega ao homem a posição de mando (Alves & Pitanguy, 1985).

No final da década de 1960 já se falava em uma teoria feminista. Outras mulheres começam a publicar seus estudos, entre elas Kate Millet com sua obra Política Social que propõe uma análise política das relações de sexo e, Juliet Mitchell, com a obra “A condição da mulher” que, em sua análise, afirma que a liberação feminina deve ocorrer em quatro frentes: a produção, a reprodução, a sexualidade e a educação.

A partir dessa onda, as mulheres começam a questionar o padrão de beleza, o feminino incentivado pela mídia e o cinema, bem como a ideia da “fêmea” frágil e dependente, incapaz de sobreviver sem a figura masculina, a representação do corpo feminino e objetificação feita pela mídia, bem como o fato das atividades da casa serem sempre direcionadas a elas. De maneira gradual, ocorreu a adoção de algumas políticas de igualdade. Instituições de defesa dos direitos das mulheres e outros órgãos de natureza governamental passaram a sensibilizar outras parcelas da sociedade em relação à causa feminista. A ONU definiu que 1975 seria o ano das mulheres, lançando a primeira Conferência Mundial da Mulher sob o lema “Igualdade, Desenvolvimento e Paz”. Com isso, observamos que muitas bandeiras de luta passaram a ser prestigiadas.

A partir da década de 1980, o feminismo perdeu um pouco a força. Contudo, ainda existia muita coisa a ser debatida e alcançada. Percebemos que existem diferentes

perspectivas e pontos de vista para esse momento do movimento. Uma das críticas feitas a essa segunda onda, nos Estados Unidos, é que este feminismo americano foi um feminismo marcadamente burguês, não se preocupou em abraçar as demandas das periferias urbanas e nem com o feminismo negro e os movimentos multiculturais que já eclodiam no Estados Unidos.

O movimento feminista que estava centralizado nos ditos países de primeiro mundo foi se espalhando e chegou ao Brasil, ainda na década de 1920. Aqui no Brasil o feminismo teve como foco a luta por direitos políticos mediante a participação eleitoral das mulheres como candidatas e eleitoras, sendo reconhecido como o sufragismo de Bertha Lutz. Por ter ocorrido mais tardiamente, o feminismo brasileiro se manifestou em algumas vertentes. Podemos destacar três, a mobilização em torno de direito político, a luta por educação, liberação sexual e divórcio e a mobilização de classe que se uniu ao movimento dos trabalhadores. Esta última experiência destaca o movimento sindical e o interesse no diálogo.

A vertente feminista de classe se manifesta no seio do movimento anarquista e comunista, tendo à sua frente mulheres trabalhadoras e intelectuais, alinhando-se a uma questão central: a exploração do trabalho. Ficou definido como o menos comportado dos feminismos, e tem como grande expoente Maria Lacerda de Moura. Maria Lacerda de Moura, teve ligações com Bertha Lutz, porém na medida em que foi se aprofundando na questão da mulher, defendia que existiam questões mais importantes do que o direito ao voto para se discutir o feminismo. Sua obra tratou da questão da educação, do amor livre, do trabalho doméstico e do trabalho assalariado feminino. A terceira e a quarta onda do feminismo refletem transformações sociais e culturais significativas, abordando questões de gênero de maneira diversa e complexa.

A terceira onda do feminismo surge na década de 1990, é uma crítica às limitações percebidas da segunda onda, que focava em questões como igualdade de gênero, direitos reprodutivos e combate à violência. Esse feminismo começou as reflexões em torno da diversidade e da inclusão, pensando na coextensividade entre classe, gênero e identidade. Esse feminismo também concentra suas análises e críticas à representatividade das mulheres na mídia, na cultura e na arte, criticando os estereótipos e buscando espaço para as narrativas femininas.



No final da década de 1990, o avanço da internet e das redes sociais começa a refletir a forma como as feministas se comunicam, ampliando o alcance e a capacidade de comunicação. Os avanços se intensificam cada vez mais, culminando num feminismo de quarta onda, marcado por forte ativismo e uso da tecnologia. Esta onda vai dar continuidade as discussões coextensivas entre raça, classe, identidade e orientação sexual, marcada por uma cultura de combate ao assédio e violência sexual. Essa onda vai além da diversidade, incorporando uma análise mais profunda das de raça, classe, sexualidade e identidade de gênero, reconhecendo as complexidades das opressões que afetam diferentes grupos de mulheres, se preocupando com questões de gênero não-binário e identidade de gênero, ampliando a definição de feminismo para incluir todas as pessoas que enfrentam opressão baseada em gênero.

As discussões da terceira e quarta onda são relevantes para pensar o debate identitário, as lutas decoloniais, as questões raciais e outras manifestações de gênero não pautadas no padrão dominante, quando homens e mulheres se identificam psicologicamente, socialmente com seu sexo biológico. Contudo essa vertente, no geral, abandonou o debate pautado pelo viés econômico, deixando as desigualdades promovidas pelo capital pormenorizadas.

#### **4. Por uma teoria feminista da Comunicação popular e comunitária**

O que pretendemos nesta seção é encontrar o meio do caminho ou um meio termo para os debates de gênero na comunicação popular e comunitária e refletir a articulação de classe, gênero e raça, partindo do entendimento de que a classe não é homogênea, em seu interior existe uma série de opressões. No geral, a maioria dos estudos que se propõe a discutir as desigualdades de gênero ou raça o fazem tomando como parâmetro questões identitárias e culturais. A discussão sobre as desigualdades produzidas e reproduzidas pelo sistema capitalista, e como elas operam e se reforçam de modo simultâneo formando um esquema opressor - determinantes para a perpetuação do próprio sistema - ficam em segundo plano.

O detrimento de um aspecto desse esquema em favorecimento de outro faz com que o problema da dominação seja visto de forma parcial. Esse texto destaca algumas questões sobre a importância de pensar a classe no contexto da comunicação popular e comunitária de maneira articulada. Nesse caso específico, nosso propósito é relacionar

esses três elementos de maneira dialética, considerando como pressuposto metodológico a tríade classe, raça e gênero, sobretudo, para que estas reflitam na prática da Comunicação popular e comunitária.

Estamos considerando que classe, raça e gênero são sistemas opressores coextensivos (Kergoat, 2010), que entram em relações determinadas para fomentar e perpetuar o próprio capitalismo. Reconhecemos ainda, que nesse esquema de opressão de classe, de raça e de gênero, a categoria trabalho (vinculada à ideia de classe) se coloca como uma maneira de integração social bastante controversa porque, em seu sentido ontológico, se faz por um processo humano de transformação da natureza ao qual seres humanos se fazem existir e pertencer ao mundo.

Neste sentido, entendemos que a grande virtude marxista foi se debruçar sobre o trabalho, no modo de produção capitalista, e entendê-lo como um processo que transformou a capacidade ontológica do homem - de transformar a natureza - em um processo de produção de mercadorias. Assim, trabalho deixou de ser, essencialmente, uma atividade vital humana para se tornar, fundamentalmente, uma atividade produtiva (que gera mais-valia<sup>3</sup>) e que, a partir disso, o tempo despendido por uma mãe para cuidar de seu filho, nesse sistema, não é entendido como um trabalho. Muito embora, do ponto de vista teórico, Marx e Engels tenham se dedicado muito pouco sobre a opressão que o capitalismo produziu e produz sobre as mulheres, esta divisão entre produção e reprodução foi debatida por diferentes vertentes feministas e incorporada por setores da esquerda durante muito tempo.

Esse processo, de aprofundar as relações do pensamento marxista com o debate de gênero, foi realizado mais tarde por correntes feministas que elaboraram uma teoria baseada na divisão de classes. Contudo, as críticas sobre esse feminismo marxista recaem sobre o fato de enxergarem as discussões sobre o gênero por uma perspectiva economicista, o que reduz as dificuldades das mulheres à sua capacidade de realizar trabalho (no sentido de produzir mercadorias).

Os principais críticos desse feminismo, certamente, estão no 'guarda-chuva' pós-moderno, cuja principal teoria de gênero se destaca na figura de Joan Scott (1995). De

---

<sup>3</sup> Mais-valia é um conceito no âmbito da Economia Política, desenvolvido por Karl Marx, que se aplica àquela parte da força de trabalho despendida por um determinado trabalhador na produção, mas que não é remunerado pelo patrão.

maneira bastante simplificada, Scott trata de relações de poderes desiguais e o gênero é uma das primeiras formas de manifestação dessas desigualdades. No entanto, para Scott, estas desigualdades são flutuantes, não sendo possível consolidar grupos dominantes, algo que contraria a conjuntura de classe e as teorias marxistas, cuja história se traduz em dois grandes polos antagônicos, oriundos das desigualdades de classes.

As primeiras contribuições para desnaturalizar as diferenças e as desigualdades entre homens e mulheres surgem com a obra *Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir (1967). A partir de então, pudemos compreender os aspectos sociológicos que circundam tais desigualdades e refletir sobre a oposição existente entre natureza e cultura como uma delimitação importante realizada pelas primeiras correntes feministas. Os aspectos biológicos e essencialistas é que, até então, nos davam a noção de que a mulher estaria para a natureza, assim como o homem estaria para a cultura. Nesse contexto, o conceito de gênero se desenvolveu e foi se difundindo, em oposição ao conceito de sexo, criando, aos poucos, uma categoria importante para analisar o fenômeno da desigualdade entre homens e mulheres.

O principal argumento em torno dessas correntes é o de que a desigualdade não é natural e, sim, construída socialmente. A noção de sexo expressa a ideia de natureza; trata-se da caracterização anatomofisiológica dos seres humanos ou a atividade sexual propriamente dita e sua consequente função reprodutora. Por sua vez, a noção de gênero permite as distinções entre as dimensões biológica e social, rompendo com a crença de que o corpo/sexo determina o destino de homens e mulheres. Apesar de ainda ser parte de um sistema binário,<sup>4</sup> com o conceito de gênero estamos estruturando uma crítica que se debruça sobre as hierarquias de poder existentes nas relações sociais e nas instituições.

Por esse aspecto, o que se pretende aqui é defender a convicção de que ser homem ou ser mulher é mais do que possuir um determinado órgão genital, e tal proposição sociológica nos leva a reflexões e atualizações importantes no campo do feminismo, sobretudo naquele tempo, baseado numa desigualdade de gênero advinda de um núcleo social e cultural. É nesse sentido que se apresenta a contribuição de Maria

---

<sup>4</sup> Sabe-se que as discussões em torno do binarismo são limitadas. Debates teóricos posteriores tratam, inclusive, da necessidade de um não-binarismo; todavia, neste trabalho, não avançamos nessa discussão.

Jesus Izquierdo (1990) ao tratar do sistema sexo/gênero e traçar algumas categorias que servem como ponto de partida para nossa análise. A esse respeito, afirma Izquierdo (1990, p.3):

No caso dos seres humanos, mesmo que não sejamos unicamente produtos da natureza, senão que também somos na mesma medida produtos de uma certa cultura, homem e mulher são palavras que vão muito além do sexo e servem para atribuir características que extrapolam o âmbito da biologia.

Izquierdo (1990) ainda fomenta três níveis de análise para a nomenclatura de gênero: primeiramente, aquele baseado em características biológicas, portanto, as de sexo, ou seja: macho e fêmea; posteriormente, o nível que fundamenta a categoria gênero, baseado em características histórico-culturais: feminino e masculino; por fim, o nível que abrange a identidade psicosssexual: heterossexual, bissexual e homossexual. Todos esses níveis de interpretação se relacionam de maneiras diversas e podem causar certa confusão, sobretudo, quando as pessoas não se identificam com o sistema dominante representado no esquema: fêmea, do gênero feminino e heterossexual.

Ainda pensando no corpo dos sujeitos por um aspecto biológico, Izquierdo (1990) atenta para o fato de os seres humanos serem uma espécie de dotação genética mais variável e que, por este aspecto, não é possível dizer que existem sujeitos iguais. Além disso, diferente das demais espécies, os seres humanos são mais influenciados pelo meio; somos seres muito mais maleáveis, nos construímos enquanto sujeitos em contato com o meio e o nosso meio é mais variado do que os de outros seres porque temos a capacidade de transformar a natureza e construir e habitar uma variedade maior de lugares do planeta.

Nesse sentido, Izquierdo (1990) recorre à obra *Contribuição à crítica economia política* de Marx (2008) e transpõe seu pensamento sobre o aspecto econômico e de classe para as relações socialmente determinadas na divisão sexual e de gêneros. Nas palavras de Marx (2008, p.47):

Na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura política e jurídica e à qual correspondem formas sociais determinadas

de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social que determina a consciência.

Seguindo o argumento de Marx, Izquierdo aponta que a sociedade vai se forjando numa lógica de distribuição de atividades e de responsabilidades. Tais responsabilidades são alheias às vontades das pessoas e vão depender do lugar que nos foi atribuído socialmente e do nosso acesso às próprias condições de sobrevivência (Izquierdo, 1990). Como em uma escala de valores, nossas condições de sobrevivência são determinadas de forma sexista, classista e racista. E, neste sentido, cada qual contribui de acordo com a sua posição nessas escalas de valores, estando esses lugares divididos entre aqueles que estão na esfera da sobrevivência (natureza) e aqueles que estão na esfera da transcendência (cultura), entre aqueles que estão nos grupos dominantes e aqueles que estão nos grupos dominados. Entre outras coisas, a capacidade ou não de gerar trabalho produtivo.

O materialismo histórico e dialético apresenta teorias essenciais para compreender a lógica do desenvolvimento histórico, bem como as bases para entender a dinâmica de implantação e de perpetuação do capitalismo. No entanto, apesar de Marx e Engels terem sido fundamentais para construir um método sólido de análise histórica, é preciso reconhecer que eles não avançaram em relação a aplicá-lo à realidade das mulheres na luta de classes e na história. Uma das principais críticas apresentadas por estudiosas feministas é de que tanto Marx quanto Engels reduziram esse debate à esfera da produção. O fato é que a família, como a esfera da reprodução, continha em miniatura todos os antagonismos que mais tarde se desenvolveram em larga escala nas relações de exploração do trabalho feminino.

Nesse sentido o feminismo está para o sexo assim como o marxismo está para o trabalho; a expropriação de uns para o benefício de outros define uma classe, a dos trabalhadores, enquanto a organização da sexualidade de uns para o benefício de outros define um gênero específico, que é a mulher. Com isso, podemos traçar pontos de contato e de entrelaçamento entre essas duas teorias, porque ambas, marxismo e feminismo, são teorias sobre o poder e sua distribuição de forma desigual.

Apesar das críticas ao marxismo - particularmente, em relação às limitações em relação ao debate de gênero - vale destacar o esforço de importantes estudiosas da referida temática em tentar compreender, a partir da perspectiva marxista, como se relaciona esses dois núcleos de desigualdade, quais sejam, as relações de gênero e de classe. No Brasil, quem realiza essa empreitada de maneira pioneira é a pesquisadora Heleieth Saffioti (2013) que vai compreender como esse sistema encontra na desigualdade de gênero (anterior ao modo de produção capitalista) uma maneira bastante conveniente de perpetuar as desigualdades de classe. É nesse sentido que Renata Gonçalves (2013) comenta as ideias de Saffioti por ocasião da realização do prefácio do livro *A mulher na sociedade de classes*, uma das principais obras de Saffioti:

Na contramão dos que entendiam que o capitalismo abria portas para a emancipação feminina por meio da entrada das mulheres no mercado de Trabalho, Saffioti advertiu que era o contrário que ocorria. O modo de produção capitalista alija força de trabalho do mercado, especialmente a feminina. Os caracteres raciais e de sexo operam “como marcas sociais que permitem hierarquizar, segundo uma escala de valores, os membros de uma sociedade historicamente dada” (p.60). Isto não significa que estes caracteres contêm em si a explicação da totalidade ou das determinações de um sistema. São subalternos. E, como tais, “operam segundo as necessidades e conveniências do sistema produtivo de bens e serviços, assumindo diferentes feições de acordo com a fase de desenvolvimento do tipo estrutural da sociedade” (p.60). (Gonçalves, 2013, p.17).

Com este argumento, Saffioti (2013) se constitui como uma referência para construirmos nossa reflexão sobre as desigualdades de gênero no contexto da comunicação popular, porque problematiza a forma como é entendido o lugar da mulher na sociedade de classes, bem como nos oferece elementos para desenvolvermos a base crítica de como são construídas suas representações. Sua grande contribuição foi apontar para as desigualdades de gênero, não como se elas fossem estancadas de uma sociedade de classe, mas sim que elas estão inseridas nessa sociedade. Nesse sentido, o capitalismo e o patriarcado se retroalimentam e formam um esquema opressor às mulheres.

A divisão sexual do trabalho tem dois parâmetros de análise: o da separação, indicando que existem trabalhos específicos para homens e para mulheres; e o da hierarquização, sugerindo que os trabalhos realizados pelos homens valem mais do que o trabalho realizado por mulheres. Saffioti (2013) adverte ainda que o trabalho, e sua

dimensão econômica, é uma atividade que também pertence às mulheres e que seu papel na estruturação financeira das famílias nos sistemas pré-capitalistas e nos primeiros estágios desse sistema foi central. O declínio da família como elemento de organização econômica e a individuação que o capital promoveu sobre os sujeitos fizeram com que a mulher se tornasse uma figura estanque em relação às dimensões financeiras.

Na fase do capitalismo industrial, a invenção da máquina permitiu o emprego de pessoas desprovidas de força física e, com isso, se verificou o ingresso de um contingente maior de mulheres e de crianças no trabalho fabril. Fatores biológicos, como a maternidade, e fatores socialmente construídos, como a ideia de um trabalho de menor valor, impactaram diretamente na condição de exploração sobre as mulheres. É certo que os processos de exploração também incidem sobre o trabalho dos homens, porém não de forma tão complexa, contraditória e violenta quanto as mulheres.

A sociedade de classes não oferece à mulher um quadro de referência através do qual suas funções possam ser avaliadas e integradas. Neste tipo de estrutura social, a vida feminina se apresenta contraditória. Há, para as mulheres, uma necessidade subjetiva e, muitas vezes, também objetiva, embora nem sempre a primeira se torne consciente, de integração na estrutura de classes e, de outra parte, uma necessidade subjetiva e objetiva de se dar à família. Se agir segundo a mística feminina é caminhar em sentido contrário ao do progresso, buscar a integração na estrutura de classes e entre os papéis ocupacionais e familiares constitui, para mulher, uma sobrecarga considerável. (Saffiotti, 2013, p.97).

Neste sentido, as circunstâncias impostas às mulheres na sociedade de classe levam-nas a hierarquizar e priorizar as funções e os papéis sociais que cumprem quando, na verdade, essas duas condições deveriam ser postas em posição de igualdade. Saffiotti (2013) adverte que, no capitalismo, essa forma contraditória, bem como essa hierarquização de suas funções, parece ser a única forma de integração da mulher no próprio sistema. Para a referida autora, este ainda parece ser um dos principais problemas que incidem sobre sua baixa participação em organizações e movimentos políticos que poderiam auxiliar em suas lutas contra essa condição contraditória:

Com efeito, o recurso à organização sindical como forma de elevar o grau de desfrute, por parte dos trabalhadores, da riqueza criada pelas sociedades de classes, tem sido muito menos utilizado pelas mulheres

que pelos homens. Embora muitas vezes o trabalhador masculino se tenha levantado em resistência à sindicalização de trabalhadoras, a atitude da mulher tem sido decisiva para tornar mais fracas e menos reivindicativas suas organizações sindicais. Como atividade ocupacional feminina é posta em segundo lugar não há, para ela, nem motivos e nem tempo para que se dedique eficazmente, através de organizações sindicais, a melhorar sua posição de barganha no mercado de trabalho. (Saffiotil, 2013, p.98).

Vale ainda apontar que, segundo a autora, haveria uma “atitude” da mulher em relação à sua baixa participação, fazendo entender que esta seria uma decisão totalmente deliberada por parte da mulher, que pouca relação tem com o ambiente e o contexto. Porém, é necessário apontar que essa “atitude” parte de um esquema de opressão social que impõe à mulher a ideia de que, antes de tudo, ela deve cuidar ou colocar a família em primeiro plano e que, se estiver inserida no mercado de trabalho, deve aceitar o acúmulo das responsabilidades domésticas e aceitar cargos e salários inferiores aos dos homens; tudo isso impossibilitaria a mulher de participar mais efetivamente dos movimentos sociais.

Sendo assim, sobre a comunicação popular e comunitária reflete um nível micro das desigualdades inerentes ao mundo do trabalho e no seio da família. As organizações políticas se organizam - mesmo que “inconscientemente” - de modo a oferecer à mulher uma participação secundária, meramente complementar, no que tange à ocupação de cargos de direção e de representação, resultando em baixa participação política feminina, em pouca aderência de suas pautas e em reduzida representatividade nos veículos de comunicação popular e comunitária.

Segundo Chantal Rogerat e Marie H  l  ne Zylberberg Hocquard (2009), na Europa as mulheres demoraram a conquistar o direito de se sindicalizar, principalmente, porque as leis que regiam o casamento    época determinava não são que elas dependessem da autoriza  o de seus esposos para trabalhar, como também que seus salários deveriam ser administrados por eles impedindo, portanto, que elas pudessem retirar de seus salários a quantia necessária para contribuir com a manuten  o da organiza  o sindical. Somente em 1920 uma lei foi aprovada especificando que, para ser sindicalizada, uma mulher não dependia de autoriza  o do marido.

Da mesma forma que Saffioti (2013), Rogerat e Hocquard (2009) afirmam que dificilmente as mulheres tomavam a iniciativa de criar um sindicato; na maioria das



vezes, elas eram organizadas pela igreja ou por sindicatos masculinos e essa realidade se mantém até a atualidade, que confronta com a questão do lugar - contraditório - que as mulheres ocupam na sociedade de classes, conforme indagações explicitadas por Rogerat e Hocquard (2009, p.237): “[...] seres que devem permanecer em casa, servir de complemento do homem, ou cidadãs potencialmente ativas? Concorrentes mal remuneradas ou companheiras de trabalho?”.

Por esse aspecto, há um tensionamento importante sobre a forma social dos espaços de luta e mobilização, no sentido de que são eles que devem se adaptar à realidade das mulheres ou são elas que precisam se ajustar nestes espaços, este que já está todo estruturado num modelo masculino? Por sua vez, no imaginário coletivo, se tem a noção de que o militante é um revolucionário, agente de seu futuro, e que um movimento social é um espaço possível para o exercício da liberdade, este também deveria seguir essa mesma lógica com as mulheres, em pensamento e expressão. No entanto, contrariamente, a percepção mais aguda - principalmente, a partir da perspectiva das mulheres - é que os movimentos sociais se adaptaram facilmente à dinâmica de uma sociedade patriarcal e capitalista, inclusive, reproduzindo seus mecanismos e suas lógicas.

A tomar como exemplo os espaços sindicais: muitos anos depois de as mulheres terem conquistado o direito de participar de entidades sindicais, ainda se questiona sobre as práticas do sindicalismo em relação à presença e à participação delas em suas dinâmicas. A necessidade de inseri-las nas entidades sindicais é reconhecida e desejada, porém ainda há muitos entraves e equívocos na forma como isso tem acontecido.

Ao refletir sobre uma teoria feminista da comunicação popular e comunitária precisamos tomar como parâmetro tais reflexões, a primeira é a de que historicamente as mulheres estiveram subalternizadas por uma série de fatores nos espaços de luta, tais como movimentos sociais e entidades sindicais. Uma teoria feminista que se propõe servir como parâmetro da Comunicação popular e comunitária dever ser essencialmente anticapitalista, materialista, uma vertente do feminismo que busca entender as relações de gênero a partir de uma perspectiva que considera as condições materiais e sociais em que as mulheres vivem. Diferente de abordagens que se concentram apenas nas questões culturais ou simbólicas, o feminismo materialista

ênfatiza como fatores econômicos, sociais e políticos influenciam as experiências das mulheres e suas lutas por igualdade.

Esse feminismo destaca a análise das desigualdades baseado nas conjunções materiais e econômicas das mulheres e nas relações de classe, tem o entendimento de que a classe não é homogênea e que sobre ela existem dinâmicas coextensivas, consubstanciadas (Kergoat, 2010) de raça e de gênero, essa abordagem explica como diferentes formas de opressão se entrelaçam e se reforçam, aparecendo socialmente com diferentes composições. Esse feminismo também parte do reconhecimento de que o trabalho do cuidado é essencial para reprodução da força de trabalho, tem inspiração nas teorias marxistas e preocupação com as mudanças nas condições materiais e nas relações de produção que podem levar à emancipação das mulheres. Essa abordagem reafirma que a luta feminista não pode ser desvinculada das lutas mais amplas contra a exploração econômica e a opressão, enfatizando a necessidade de um feminismo que seja verdadeiramente inclusivo e engajado com as realidades materiais das mulheres.

## **5. Considerações finais**

A análise da Comunicação Popular e Comunitária proposta por Miani (2011), (2014), revela a complexidade e a riqueza de significados que estes termos carregam. A distinção entre "popular" e "comunitário" provoca um olhar crítico sobre as práticas comunicativas no contexto dos movimentos sociais. Ao enfatizar a luta anticapitalista, passamos a repensar a comunicação popular e comunitária como um ato político, capaz de engajar e transformar realidades.

Entretanto, a transposição do discurso teórico para a prática efetiva ainda enfrenta desafios significativos, como a dificuldade em classificar fenômenos comunicativos que realmente exemplificam essas distinções. Neste contexto, a interseção entre desigualdades econômicas, de gênero e raciais torna-se fundamental para uma compreensão mais abrangente da comunicação. O caminho a ser trilhado envolve não apenas a análise crítica das expressões comunicativas, mas também a construção de ações que promovam a inclusão dos debates de raça e gênero, reafirmando a relevância da Comunicação Popular e Comunitária como um espaço de resistência e emancipação para as mulheres.

A trajetória do feminismo, organizada em ondas, revela um movimento multifacetado. Desde as primeiras manifestações, que se concentraram em direitos políticos e a luta pelo sufrágio, até as mais recentes, que abordam questões de identidade, raça e classe, fica evidente que o feminismo não é uma luta homogênea, com diferentes perspectivas históricas e teorias. A história do movimento revela conquistas e retrocessos, reflete as mudanças sociais e culturais ao longo do tempo, evidenciando como as desigualdades de gênero se entrelaçam com outras formas de opressão.

É fundamental que o feminismo não perca de vista a crítica ao capitalismo e às desigualdades econômicas que permeiam a vida das mulheres. A luta pela emancipação feminina deve permanecer ancorada em uma perspectiva que considera as consubstancialidades das relações de gênero articuladas com classe e raça. Assim, o feminismo se consolida não apenas como uma defesa dos direitos das mulheres, mas como uma luta abrangente, anticapitalista e antirracista, onde diferentes formas de opressões são reconhecidas e combatidas.

As interseções entre classe, gênero e raça no âmbito da Comunicação popular e comunitária, torna evidente a necessidade de um olhar crítico e transformador que reconheça as múltiplas opressões que as mulheres enfrentam. A comunicação não pode ser vista apenas como uma ferramenta neutra, mas como um campo de luta onde as mulheres possam ter suas vivências e lutas legitimadas. Essa abordagem exige um compromisso com a desconstrução das hierarquias de poder que permeiam não só os espaços de luta, mas também as narrativas que moldam a comunicação desses espaços. Acreditamos que, ao integrar a perspectiva feminista e anticapitalista nas práticas comunicativas, será possível não apenas visibilizar as desigualdades, mas propor alternativas que fomentem níveis de participação ativa das mulheres nas esferas sociais e políticas desses movimentos. Ademais, a reflexão sobre a comunicação popular e comunitária deve considerar as especificidades culturais e contextuais, criando um espaço onde as mulheres possam se expressar livremente, reivindicando seus direitos e contribuindo para a construção da luta. A disputa por uma comunicação inclusiva e representativa é, portanto, um componente fundamental da emancipação feminina e do enfrentamento das opressões, desde que interliguem classe, gênero e raça.

## Referências bibliográficas

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jaqueline. **O que é feminismo**. São Paulo, Brasiliense, 1985.

BARBOSA, Camila Palhares; MAIA, Tatiana Vargas. O pessoal é político: a crítica feminista de Nancy Fraser e Catherine Mackinnon a Jürgen Habermas. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, v. 7, n. 1, jul. 2016.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: a experiência vivida**. Volume 2. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

CAPELLIN, Paola. Silenciosas e combativas: as contribuições das mulheres na estrutura sindical do Nordeste, 1976/1986. In: Costa, Albertina e Bruschini, Cristina (orgs.). **Rebeldia e submissão: estudos sobre a condição feminina**. São Paulo: FCC/Vértice. 1989.

CASTRO, Mary Garcia. Gênero e Poder no Espaço Sindical. **Revista Estudos Feministas**, v. 3, n. 1, p. 29, 1995.

COSTA, Ana Alice Alcântara. O Movimento Feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. **Revista Gênero**. v. 5, n. 2, p. 9 -35, 2005.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. [Tradução Leandro Konder]. 2.ed., São Paulo: Expressão Popular, 2010.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 12.ed., Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1979.

GADOTTI, Moacir. Prefácio. In: FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 12.ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GODINHO, Maria Berenice (Didice). **A organização das mulheres na Central Única dos Trabalhadores: a Comissão Nacional sobre a Mulher Trabalhadora**. Dissertação de Mestrado. PUC, São Paulo, 1996.

GONÇALVES, Rosângela. O pioneirismo da 'A mulher na sociedade de classes'. In: SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. São Paulo, Expressão Popular, 2013

HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniele. A Classe Operária tem Dois Sexos. **Revista Estudos Feministas**, v. 2, n. 3, p. 93, 1994.

IZQUIERDO, Maria José. **Bases materiais do sistema sexo/gênero**. São Paulo: SOF, 1990. [Mimeografado]. Disponível em: <https://anossapropriasubstancia.wordpress.com/2016/12/21/bases-materiais-do-sistemasegenero%C2%B9/>. Acesso em: 27 out. 2024.

KAPLÚN, Mario. **Una pedagogía de la comunicación** (el comunicador popular). La Habana: Editorial Caminos, 2002.

KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos estudos - CEBRAP**, n. 86, p. 93-103, março 2010.

MIANI, R. A. Comunicação Comunitária: uma disciplina de formação sociopolítica e de intervenção social. **Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 37, n. 1, p. 265–282, jan. 2014.

MIANI, Rozinaldo Antonio. A comunicação popular e comunitária e as lutas por cidadania como expressão contra-hegemônica. In: BASTOS, Pablo Nabarrete; MIANI, Rozinaldo Antonio; SILVA, Denise Teresinha da; SILVA, Suelen de Aguiar (Org.). **Comunicação para a cidadania: 30 anos em luta e construção coletiva**. São Paulo: Gênio Editorial, 2021.

- MIANI, Rozinaldo Antonio. Os pressupostos teóricos da comunicação comunitária e sua condição de alternativa política ao monopólio midiático. **Intexto**, v. 2, n. 25, p. 221-233, 2011.
- MIANI, Rozinaldo Antonio; SOUZA, Pamella Cristina Basetti de. O trabalho doméstico nas charges sindicais: uma análise da coletânea Tribuna Metalúrgica: 20 anos ilustrada. *In*: Walkiria Martinez Heinrich Ferrer (Org.). **Crise capitalista, precarização do trabalho e colapso ambiental**, v. 2, Marília: Projeto Editorial Praxis, 2021.
- PEDRO, Claudia Bragança; GUEDES, Olegna de Souza. **As conquistas do movimento feminista como expressão do protagonismo social das mulheres**. Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas, v. 1, 2010.
- PERUZZO, Cícilia Maria Krohling. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- PINTO, C. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.
- ROGERAT, Chantal; HOCQUARD, Marie Hélène Zylberberg. **Sindicatos**. *In*: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Helene; SENOTIER, Danièle. (Org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora da Unesp, 2009.
- SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. São Paulo, Expressão Popular, 2013.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade**. v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.
- SOUZA, Pamella C. Basetti de. **A mulher e o mundo do trabalho: as representações de gênero nas charges do jornal Tribuna Metalúrgica na década de 1990**. Dissertação (Programa de pós-graduação em Comunicação) - Universidade Estadual de Londrina, 2022.
- SOUZA-LOBO, Elizabeth. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, gênero e dominação**. 3 ed., São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Expressão Popular, 2021.
- TOLEDO, Cecília. **Gênero e classe**. São Paulo: Sundermann, 2017.

## **Feminismos subalternos na imprensa alternativa brasileira: as contribuições dos informativos Chanacomchana e Nzinga**

**Danyela Barros Santos Martins de QUEIROZ<sup>1</sup>**

**Reginaldo MOREIRA<sup>2</sup>**

No período da década de 80 do século passado, tivemos no Brasil um significativo número de experiências comunicacionais de coletivos feministas, entre elas os Informativos Chanacomchana (1981-1987) e Nzinga (1985-1989), que demarcaram a presença dos feminismos lésbico e negro, ampliando, portanto, a diversidade de narrativas até então encontradas a respeito de mulheres e possibilitando o olhar para outros modos de existência e produção de vida. Considerando que a representação de identidades de gênero por parte dos meios de comunicação é vinculada a uma construção de estruturas e significados, e que os meios estão implicados na definição da realidade e na construção de representações das mulheres e de outras identidades de gênero e sexualidade; podemos demarcar a importância da mídia na construção do que significa ser mulher, entre outros modos de ser, num contexto histórico específico.

Ao refletir sobre corpos que importam (Butler, 2019), e questionar como se instituem e reverberam as categorias classificatórias de corpos em suas vidas, somos levados a necessidade de disruptivas discursivas, como uma maneira de rever questões a respeito das opressões de gênero e de raça. Embora as questões de gênero não possam funcionar como um paradigma para todas as formas de existência que lutam contra a construção normativa do humano, acreditamos que o debate a partir desse ponto de partida torna-se interessante para poder pensar sobre poder, atuação e resistência.

Alinhados aos temas marginais à pauta hegemônica, temos tentado nos aprofundar em estudos sobre aqueles que não aparecem como “sujeitos” dentro do discurso hegemônico. Sendo assim, no contexto de disruptivas discursivas, localizamos os debates propostos pelos jornais alternativos feministas, que persistiram e resistiram

---

<sup>1</sup> Mestre em Comunicação pela Universidade Estadual de Londrina. Email: danyelabarros@gmail.com

<sup>2</sup> Docente da graduação e pós-graduação do Departamento de Comunicação, da Universidade Estadual de Londrina (UEL), do Centro de Educação, Comunicação e Artes (CECA). Email: regismoreira@uel.br

aos esquemas vividos em tempo da ditadura empresarial militar<sup>3</sup> pelos quais suas pautas eram desvalorizadas, afirmando seus valores enquanto coletivos, agenciando possibilidades, encontros e outras formas de existência.

Ao analisar de que forma as comunicações alternativas, elaboradas por mulheres lésbicas e do movimento negro através do Chanacomchana e Nzinga Informativo, constituíram um espaço de disputa dentro do próprio movimento feminista, indicamos a potencialidade de autorrepresentação dos chamados feminismos subalternos. E reconhecemos que estudar essas experiências e seus desdobramentos históricos, geopolíticos, econômicos e culturais permite uma interpretação crítica e o entendimento desses processos enquanto práxis sócio-históricas da reprodução e das disputas de hegemonias.

Para a produção do presente trabalho foi feito o levantamento bibliográfico dos estudos a respeito dos dois informativos aqui destacados sendo assim, as contribuições elaboradas por Karina Janz Woitowicz (2014), Bernardo Kucinski (2018) e Viviane Gonçalves Freitas (2018) foram um guia para o entendimento da história dos jornais alternativos. Lélia Gonzalez (1985), Rosália Lemos (1997) e Elizabeth Viana (2006) foram fontes primordiais para o entendimento do Nzinga Informativo, enquanto a produção de Patrícia Lessa (2008), Miriam Martinhos (2012), Marisa Fernandes (2015), contribuíram no entendimento do movimento lésbico brasileiro. Através da análise documental dos exemplares dos jornais Chanacomchana e Nzinga Informativo fundamentada numa perspectiva decolonial e feminista, verificamos as agendas de ambos os periódicos o que nos permitiu sobressair elementos que indicavam o poder de autorrepresentação dessas mulheres que firmaram pautas diferentes daquelas até então propostas por feminismos eurocêntricos.

---

<sup>3</sup> Aqui adotamos a perspectiva tal qual Pedro Campos (2012) de que houve o apoio de empresários, sobretudo da construção civil, a ditadura. Enquanto os empresários eram beneficiados e ampliavam suas formas de organização, os trabalhadores eram duramente explorados e reprimidos. Segundo a pesquisa do historiador, os empresários foram bastante ativos, não apenas após o golpe de 1964, mas também antes dele. A exemplo disso houve a fundação dos Ipês (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais), em 1962, por empresários do ramo da construção. Criado para dar suporte ideológico ao golpe, o Ipês fazia uma campanha nos meios de comunicação e produzia filmes cinematográficos, que eram exibidos nas sessões de cinema, antes do filme principal, a fim de transferir para os públicos os valores defendidos pelo regime. Além disso, existe a evidência de ocupação de diversos empreiteiros no aparelho do Estado durante o período de 1964 a 1985.

Utilizar como fonte histórica jornais feministas alternativos tem seus desafios. Entre eles, a tiragem irregular que por um lado impossibilita uma análise serial, mas por outro privilegia uma análise qualitativa do material. É válido registrar que se trata de um assunto ainda a ser debatido e investigado, e que alguns exemplares se encontram em acervos particulares, o que dificulta a pesquisa e muitas vezes faz com que novos pesquisadores acabem retomando sempre às mesmas poucas fontes disponíveis. O levantamento bibliográfico e as análises feitas aqui apresentadas buscaram contribuir em remontar às bases comunicacionais, sociais e organizacionais do feminismo lésbico e negro brasileiro contemporâneo em vista de sua relevância histórica, cultural e política.

## 2. Feminismo e feminismos

O feminismo que foi desenvolvido pelas mulheres europeias e americanas durante a década de 1960 deixou marcas na teoria feminista que devem ser revistas e confrontadas. Ao reivindicarem direitos iguais, esses movimentos ignoraram a existência e a experiência de mulheres negras, pobres e de sexualidades divergentes: transformaram a dificuldade de mulheres brancas como uma referência heterogênea. A exemplo disso, podemos citar a representação da mulher branca de classe média que a obra de Betty Friedan *A Mística Feminina* (1963) retratou, colocando problemas de donas de casa brancas estado-unidenses como se fossem urgentes para a maioria das mulheres do mundo. Problematisa bell hooks<sup>4</sup>:

A famosa frase de Friedan, “o problema que não tem nome”, geralmente citada para descrever a condição da mulher nessa sociedade, na verdade se referia ao drama de um seleto grupo de esposas brancas das classes média e alta, com nível superior - mulheres do lar, entediadas pelas horas de lazer, atividades domésticas, crianças e compras, e que esperavam mais da vida. Friedan termina o primeiro capítulo de seu livro com a seguinte assertiva: “Não podemos continuar ignorando aquela voz dentro das mulheres que diz: “Quero algo mais do que meu marido, meus filhos e minha casa”. Ela definiu esse “algo mais” como a carreira. Ela não discute quem será chamado a tomar conta das crianças e manter a

---

<sup>4</sup> bell hooks é o nome adotado por Gloria Jean Watkins em homenagem à avó. O nome, escrito em minúsculas, expressa sua recusa à autoimportância intelectual: hooks desejava que suas obras e palavras fossem foco, não sua identidade. Sua extensa produção abordou as conexões entre imperialismo econômico, supremacia branca e patriarcado, sendo fundamental para compreender os entrelaces das dinâmicas de raça, classe e gênero nas práticas culturais, acadêmicas, subjetivas e cotidianas.



casa, no caso de mais mulheres como ela serem libertadas de seu trabalho doméstico e conseguirem ingressar no mundo profissional em condições equivalentes às dos homens brancos. Ela não fala das necessidades das mulheres sem homens, sem filhos, sem um lar. Ela simplesmente ignora a existência de todas as mulheres que não são brancas ou que são brancas, porém pobres. Ela não diz aos leitores se a vida de uma empregada doméstica, de uma *baby-sitter*, de uma operária, de uma secretária ou de uma prostituta traz mais realizações do que a vida de uma esposa de classe do lazer. Ela fez de seu drama e do drama de mulheres brancas como ela o sinônimo da condição de todas as mulheres da América. (hooks, 2019, p. 27-28).

hooks (2019) reconhece que Friedan teve um papel fundamental na formação do pensamento feminista contemporâneo, e que sintomaticamente a perspectiva unidimensional sobre a realidade feminina apresentada em seu livro, acabou se tornando um traço marcante do movimento feminista atual. A autora faz uma avaliação crítica do feminismo, alertando para a necessidade de se incluir mulheres do centro e das margens da sociedade, suas respectivas concepções, suas demandas específicas, tendo tanto o centro quanto as periferias como fonte e destino das teorias. Para a autora, a teoria feminista de centro (criada por mulheres brancas letradas privilegiadas) é limitada, pois carece de análises que promovam a ampliação e acolhimento da pluralidade de vivências.

Nessa mesma perspectiva, Jurema Werneck afirma:

Ao nomear a luta das mulheres a partir de sua perspectiva – mulheres brancas burguesas europeias nas décadas a partir de 1970 – as formuladoras iniciais da teoria feminista trouxeram para o conceito recém-criado a perspectiva ocidental, e, mais, fundada numa ignorância profunda acerca das demais mulheres do mundo. Além de se fundamentarem num individualismo crescente que teve o capitalismo como pano de fundo. (Werneck, 2005, s.p)

Criar uma ideia, e/ou um modelo de mulher universal invisibiliza uma série de opressões. Ser mulher é uma questão que se realiza no tempo, não será a mesma coisa sempre, trata-se de uma questão contingencial, atravessada por marcadores sociais como raça, classe e geografia. Ao universalizar o “ser mulher” incorremos o perigo de colonizar a experiência de mulheres outras. E é justamente desses tensionamentos do colonizar experiências e realidades que podemos refletir sobre as hegemonias presentes dentro do próprio movimento feminista, e localizarmos do que se tratam os feminismos subalternos.

Se pensamos na palavra “subalterno” trata-se de um termo que necessariamente indica uma relação a algo: se alguém é subalterno, seria em relação a quem? A resposta pode nos indicar relação de hierarquização, ou ainda um contraponto do significado do que é hegemônico e não-hegemônico. Dentro dos estudos feministas ao falar em hegemônico localizamos o feminismo branco, ocidental (principalmente europeu e estado-unidense) e heterocentrado. Subalternas seriam as mulheres que são invisibilizadas dentro do feminismo devido sua origem geopolítica (mulheres da América Latina, África e Ásia), possuem corpos racializados (não são mulheres brancas), e possuem sexualidades divergentes (não heterossexuais).

Feminismos subalternos segundo Ballestrin (2017), seria uma expressão que caracteriza um jogo relacional e discursivo em torno de tensões e disputas internas ao movimento feminista e de mulheres, relacionadas às questões de identidade, representação e poder. Tem como marca, o questionamento em relação ao feminismo hegemônico, e tem o intuito de desconstruir suas ideias e principalmente retirá-lo desse lugar de “porta-voz” das mulheres.

O debate feito pelo feminismo decolonial<sup>5</sup>, nos convida a pensar nossa realidade enquanto produtores de interpretação e de análises próprias, sem ficarmos a reboque do que os intelectuais no norte global apresentam enquanto categorias para nos analisar. Sob esse panorama só nos tornaremos independentes, autônomos e livres quando reconhecermos nossa subalternidade, rompendo nossa dependência epistemológica e nos engajarmos com perspectivas que deem conta de nossa experiência histórica, interrompendo o ciclo de repetir interpretações que nos são impostas enquanto válidas universalmente.

O feminismo hegemônico invisibiliza os feminismos subalternos porque dentro de uma tradição da colonialidade, que é uma característica do Capitalismo, ele introjeta

---

<sup>5</sup> O conceito de decolonialidade surge como uma proposta para enfrentar a colonialidade (estrutura de dominação ou padrão de poder que permanece em nossa sociedade, mesmo após o fim das relações coloniais) e o pensamento moderno, principalmente através dos estudos do grupo MCD (Modernidade, Colonialidade e Decolonialidade) compostos por estudiosos como Aníbal Quijano, Catherine Walsh, Edgard Lander, Enrique Dussel, Nelson Maldonado-Torres e Walter Dignolo. Assim, o pensamento decolonial se coloca como uma alternativa para dar voz e visibilidade aos povos subalternizados e oprimidos que durante muito tempo foram silenciados. É considerado um projeto de libertação social, político, cultural e econômico que visa dar respeito e autonomia não só aos indivíduos, mas também aos grupos e movimentos sociais, como o feminismo, o movimento negro, o movimento ecológico, o movimento LGBTQia+, etc.

inferioridade aos feminismos subalternos, e ao falar de mulheres de uma forma universal nos impõe interpretações. Vale aqui pontuar uma reflexão trazida pela feminista afro-caribenha Yuderks Espinosa Minoso (2020), de como as feministas dos países do norte global não perceberam que elas próprias reproduziam o que elas criticavam enquanto um universalismo androcêntrico na forma de produzir saberes da ciência: essas feministas produziram a categoria de gênero e a aplicaram universalmente para toda sociedade e cultura, sem se dar conta que o sistema de gênero é um constructo que surge para explicar a opressão das mulheres nas sociedades modernas ocidentais.

Nesse sentido é interessante visitarmos a discussão proposta pela socióloga nigeriana Oyèrónké Oyěwùmí (2021) que afirma que a 'questão da mulher' é ocidental, e não uma lente através da qual se possa visualizar a sociedade africana. Ela repensa o gênero como uma construção ocidental, e em sua obra “A Invenção das Mulheres” oferece uma nova maneira de entender tanto a cultura lorubá, quanto as culturas ocidentais. A autora oferece uma crítica feminista pós-colonial de dominação ocidental em estudos africanos ao declarar que, apesar de muitos estudos afirmarem o contrário, o gênero não era um princípio de organização na sociedade lorubá antes da colonização pelo Ocidente, mas sim, que a senioridade dinamizava as relações de poder e hierarquia na lorubalândia. As contribuições da autora nos conscientizam sobre o discurso global a respeito das mulheres como os articulados por feministas ocidentais e interrogam as questões levantadas pela má interpretação das mulheres africanas pelas feministas americanas negras e brancas.

Outra questão a se refletir é que a matriz de opressão de gênero, vinculada a teoria feminista em geral, não dá conta de cobrir questões que vivemos na América Latina: impostas por nossas desigualdades econômicas e do racismo estrutural (que se dá de forma institucional, cotidiana e individual). E devido a heterogeneidade das mulheres no continente trans americano, inseridas em situações e relações de subalternidades diversas e comumente sobrepostas referente à classe, raça, etnia, cultura, orientação sexual, nacionalidade, geografia, o movimento feminista se espraia aqui de maneira muito peculiar. Assim, algumas teóricas feministas de nosso continente levantaram reflexões importantes sobre a necessidade de alargar os limites das teorias propostas pelas mulheres do norte global.

Segundo Lélia Gonzalez<sup>6</sup> (1981) o movimento feminista teve suas raízes históricas mergulhadas na classe média branca, o que significava maiores possibilidades de acesso e de sucesso em termos educacionais, profissionais, financeiros, de prestígio etc. E isso fazia com que as mulheres do movimento tivessem dificuldades de perceber as disparidades de classe e de *status* no interior do grupo populacional composto pelo sexo feminino. Sua reflexão, portanto, alertava para o fato de que o próprio feminismo brasileiro também se valia da opressão feminina da mulher negra. Dito de outra maneira, que a liberdade das mulheres estava assentada na exploração de classe e de raça de outras mulheres que não dispunham dos mesmos privilégios sociais.

Lélia apontava para uma contradição no interior do movimento feminista, na medida que ele não atentava para outros tipos de discriminação. "Tratar, por exemplo, a divisão sexual do trabalho sem articular com seu correspondente racial é recriar em uma espécie de racionalismo universal abstrato, típico de um discurso masculinizante e branco" (Gonzalez, 1988, p.153). Nesse sentido, sua proposta era a de que o movimento de mulheres discutisse as relações raciais para que a luta das feministas não se tornasse alienada nem produzisse a ideologia eurocêntrica da realidade.

Revisar o feminismo sob a ótica da diferença e das múltiplas formas de opressão, tornam visível a pluralidade das experiências das mulheres, traduzindo-se em reivindicação política e no debate sobre a intersecção entre gênero, raça, sexualidade, classe, geração e localidade. As mulheres negras e as lésbicas provocaram o debate sobre a diferença de forma insistente, apontando a centralidade das mulheres brancas e heterossexuais na formulação feminista.

Os questionamentos acerca da identidade mulher, como referência para ação política, remetem a crítica aos marcos da construção da masculinidade e feminilidade, apesar de ter sido uma chave ainda pouco explorada. De modo histórico a compreensão de que as lutas contra as desigualdades devem ser interseccionais, a exemplo das

---

<sup>6</sup> Lélia Gonzales (1935-1994): uma mulher negra, intelectual e ativista, desbravou o terreno das discussões sobre a intersecção entre gênero e raça, ao introduzir uma perspectiva afro-latino-americana ao movimento feminista. Lélia inovou ao propor um novo olhar para o feminismo, que reconhecesse a riqueza multirracial e pluricultural da América Latina, desafiando a narrativa eurocêntrica. Já nas décadas de setenta e oitenta, ela explorava temas que se assemelham aos conceitos contemporâneos de feminismo interseccional (que incorpora as desigualdades de raça e classe) e decolonial (que questiona as estruturas econômicas e os paradigmas de grupos dominantes). Como fundadora do coletivo Nzinga, em 1983, juntamente com outras ativistas, Lélia Gonzales deixou uma marca duradoura.

contribuições trazidas pelas feministas “negras”, “de cor”, “mestiças”, “terceiro-mundistas”, “asiáticas”, “lésbicas radicais” foi fundamental para que as diferenças ganhassem visibilidade e se constituíssem em campos de saber e político.

Os feminismos brasileiros, por sua vez, resistiram a incorporar as questões das mulheres lésbicas em sua produção teórica e agenda política, persistindo a lacuna de crítica à heteronormatividade como elemento fundamental na constituição das relações de gênero. Isso não significa que não tenha tido mulheres lésbicas no movimento feminista nem que não exista uma teoria da lesbianidade reconhecida internacionalmente. Estas surgiram no marco da década de 1970, associadas ao feminismo radical nos EUA e na Europa, e mais recentemente, suas produções têm crescido na América Latina. A relativa ausência das referências feministas nacionais está relacionada às dificuldades de vencer as barreiras da invisibilidade pela imposição da heteronormatividade no interior do campo feminista.

Wittig considera a heterossexualidade como um regime político central. Para ela, ao negarem-se viver a heterossexualidade, as lésbicas negam-se viver as condições sociais que definem o constructo mulher. Por essa razão, avalia que as lésbicas não podem ser consideradas mulheres, pois

A lesbiana é o único conceito mais além das categorias de sexo, porque o sujeito designado não é uma mulher, nem o econômico, nem o político, nem o ideológico [...] as lesbianas escapam das relações baseadas na divisão sexual homem/mulher, ao negar-se a serem heterossexuais (Wittig, 2006, p. 56).

Para Wittig, não basta ser lésbica para desconstruir a categoria mulher. A lesbianidade tem que se constituir numa ação política voltada para a destruição da ficção mulher e da heterossexualidade enquanto sistema social e político:

Para nós trata-se de uma necessidade absoluta; nossa sobrevivência exige que contribuamos com toda nossa força para a destruição da classe de mulheres que se tornam propriedade dos homens. E isso pode ser alcançado somente com a destruição da heterossexualidade como um sistema social que se baseia na opressão das mulheres pelos homens e que produz a doutrina da diferença entre os sexos como justificativa para essa opressão (Wittig, 2006, p.23).

A autora não acredita na viabilidade da sororidade feminina e questiona, veementemente, o feminismo que não se opõe ao heterossexismo. As ideias de Wittig exerceram forte influência no movimento lésbico feminista latino-americano,

autodenominado de lesbofeminismo radical, que incorporou a crítica à heterossexualidade obrigatória, a perspectiva teórica da práxis do feminismo materialista francês e as contribuições de feministas negras, mestiças, “de cor” e pós-colonialistas.

Ao fugir do gênero naturalizado, em um momento em que o feminismo questionava o sujeito mulher, Wittig acaba por reivindicar uma profusão de outras identidades e não identidades, e seus textos radicais anteciparam a teoria queer. Além de localizar e confirmar o debate do movimento lésbico sob a ótica dos corpos que são abjetos, subalternizados até mesmo dentro do movimento de mulheres.

### **3. O potencial da imprensa alternativa**

A escrita dos jornais alternativos feministas brasileiros desde os anos 1970 representavam uma nova forma de ativismo político, refletindo as descobertas que as feministas fizeram sobre si mesmas e de todas as ideias feministas que floresceram nessa época. Tratava-se de um jornalismo feito por mulheres, a respeito das mulheres e para mulheres, carregando a expressão de contradições, desejos, conquistas, problemas e questionamentos. Conforme afirma Karina Woitowicz (2014), a mídia alternativa se revelou um espaço de resistência e construção de identidades, uma vez que os discursos projetados nos veículos constituíram um fazer/agir do feminismo, que conquistou espaço na esfera pública a partir de suas estratégias de visibilidade.

Se faz pertinente refletir o funcionamento da produção da mídia feminista no período dos anos 1980 que legitimou e/ou interditou a escrita de certas autoras. Se o discurso é poder, logo, a escrita dos jornais alternativos é um ato político (FREIRE, 2018), já que rompe com uma formação imaginária de autor (branco, heterossexual, classe média, com alto grau de letramento, intelectual e gramaticalizado). Para tanto, dentro do meio acadêmico temos o papel de levar para dentro de nossas pesquisas a discussão sobre a legitimação e a interdição da política literária que funciona impedindo (ou não) a circulação de certas escritas, nesse caso, a de autoria de mulheres negras e lésbicas. Visto que a autorização do dizer, por sua vez da escrita e da posição sujeito-autor, implicam questões sócio-histórico-ideológicas em que o político afeta o campo da comunicação.

O entendimento que fazemos da construção dos jornais alternativos é o de um espaço de comunicação que compromete o indivíduo com o exercício de sua cidadania, permitindo-lhe uma atuação no cotidiano possibilitando transformar, inclusive, a sua existência e das pessoas à sua volta (PAIVA; 1998). Um contraponto aos interesses da comunicação elaborada pela *mass media* que é feita de maneira a garantir os interesses e a hegemonia de pequenos grupos da classe dominante, o que os impossibilita dentro da lógica capitalista, atingir uma comunicação crítica, educacional, com apego à formação da cidadania.

Para Regina Festa (1986) o Brasil está historicamente entre os países em que os processos de comunicação (sejam eles de massa, alternativos ou populares) se desenvolveram em conjunto com o capitalismo, ou seja, estão dentro de um contexto de conflitos e contradições entre os interesses de classe. Ao passo que o desenvolvimento da comunicação de massa acompanhou a internacionalização do capital, o da comunicação alternativa se deu de acordo com a capacidade de articulação das forças de oposição em torno de projetos históricos de caráter nacional e o da comunicação popular foi mediante à capacidade de organização dos movimentos sociais de base.

Segundo Festa (1986), a experiência brasileira mostra que a comunicação popular e alternativa aparecem, desenvolvem e refluem na mesma medida da capacidade de os movimentos sociais articularem o seu projeto alternativo de sociedade, sendo os espaços políticos, democráticos e as alianças que definem e viabilizam esse tipo de comunicação. Na condição de instrumentos, esses meios são incapazes por si mesmos de alterar de forma substantiva a realidade social. Esse tipo de comunicação então é instrumento e expressão do desejo de mudança ou aprimoramento da ordem existente.

Os meios de comunicação alternativos devido a sua capacidade de invocar os indivíduos a uma sociabilidade concreta (Marcondes; 1987), ao contrário da abstração e dispersão existentes nos meios usuais, possuem uma força no sentido de promover maior coesão social. Ao se instituírem enquanto grupos, essas mulheres passam a desfrutar da convivência em comunidade, possibilitando novas formas de produzir, de conviver e de se educar. Nesse processo, gestam novos conceitos cujos conteúdos, marcados pelas práticas de cooperação e solidariedade, parecem projetar a

emancipação social em sentido mais amplo do que o proposto pelos princípios formais de liberdade e igualdade em que se assenta a cidadania burguesa.

O processo de valorização da subjetividade do indivíduo perante a coletividade, desenvolvido dentro de práticas participativas, possibilita a desalienação conduzindo os sujeitos a uma maior compreensão de sua inserção no mundo conforme perspectiva desenvolvida por Paulo Freire. Na concepção do autor, partir da ideia de que o ser humano tem vocação libertária leva então à procura da formação de um sujeito ativo, transformador, com consciência social e competência técnica, capaz de desfrutar os bens culturais e de participar nos espaços cidadãos.

Em suma, nosso entendimento é de que a comunicação alternativa abre a possibilidade de novos mundos, causando afetos potentes, tirando os indivíduos dos efeitos dos afetos tristes. Essa distinção dos afetos é feita por Espinoza e retomada por Deleuze (1998), em que os afetos tristes são aqueles que nos diminuem a potência de agir, que nos mantêm nas condições, não nos irrompem novas realidades, não organizam as pessoas para outros desejos. Uma comunicação feita pela coletividade de uma comunidade tem o efeito contrário, mobiliza as pessoas para se organizarem e esperançarem novas possibilidades (afetos potentes).

Pesquisar e estudar o protagonismo de mulheres negras e lésbicas e suas escritas é de suma importância para pensar questões de desigualdades e preconceitos raciais e de gênero. É um ato de defesa de direitos, de formação. É acreditar que toda pessoa tem algo para compartilhar; e que, ao registrar ou publicar, promove sentidos, reconhecimentos e uma compreensão de vida livre e ampla, essencial para que se conheça e se respeite uma sociedade tão diversa. O importante papel da escrita de pessoas subalternizadas é afirmar que todas as histórias são significativas.



#### 4.O Jornal Chanacomchana (1981 – 1987)

Figura 1: Exemplares 1, 4, e 11 Boletim Chanacomchana.



Fonte: Martinho (2021, s.p).

Compreender o contexto em que surgiu o Chanacomchana, as responsáveis por sua criação e modo de atuação é absolutamente necessário para que se compreenda seu papel de resistência LGBT durante a ditadura empresarial-militar do Brasil. A urgência de luta por direitos se amplia quando pensada a partir do contexto de mulheres lésbicas, pois a sexualidade feminina, que ainda hoje se apresenta como um tabu, era totalmente invisibilizada na época da ditadura. Dessa maneira, o movimento lésbico se posicionou como um termômetro à dificuldade dos movimentos existentes em abordar as muitas pautas que eram (e ainda são) caras às mulheres lésbicas, tendo como objetivo se opor ao que é imposto e formando, junto a outros movimentos sociais, uma frente de resistência e luta pela democratização e visibilidade desse público.

O primeiro tipo de contribuição do movimento lésbico para os outros movimentos sociais não é outro senão lhes permitir se interrogar sobre seus limites e sobre o que não foi pensado tanto nas suas práticas cotidianas quanto nos seus objetivos políticos, muito particularmente no domínio da sexualidade, da família, da divisão sexual do trabalho ou da definição dos papéis masculinos e femininos. (Falquet, 2012, p. 15).

No ocidente, o movimento lésbico emerge em meio às críticas enfrentadas pela “segunda onda”<sup>7</sup> do movimento feminista da década de 1960, nos EUA. Dentro do movimento não havia a observação das necessidades às questões que eram urgentes para as mulheres lésbicas, assim a segunda onda do feminismo norte-americano trazia pautas que eram excludentes à realidade enfrentada pelas mulheres lésbicas. No Brasil, quando esse grupo de mulheres se organizou junto ao movimento gay, na busca por representatividade e voz, observou a presença recorrente do machismo e da misoginia praticados por homens participantes do movimento gay (Oliveira, 2017).

As integrantes do LF [...] se sentiam por muitas vezes intimidadas e incomodadas com o machismo presente no grupo por parte de alguns integrantes [...]. Ouviam muito as palavras ‘rachas’, ‘rachadas’ em referência às lésbicas em termo pejorativo (Sales, 2019, p. 26).

Como não havia espaço necessário para que pautas específicas do público feminino homossexual fossem devidamente debatidas, em 1979, o movimento homossexual se organiza em São Paulo, a partir do Grupo Somos e sua facção lésbico feminista, que se tornará independente do Somos em maio de 1980, com o nome Grupo Lésbico Feminista, mais conhecido como LF<sup>8</sup>. Ainda que houvesse preconceito acerca das pautas das mulheres homossexuais nos movimentos da esquerda e no movimento feminista, é importante destacar que esses espaços foram, posteriormente, agregadores para que as lésbicas se identificassem em suas lutas e resistência (Ire et al., 2019). E foi a partir desse anseio por mais espaço na divulgação de suas pautas que o

---

<sup>7</sup> Por muito tempo, a metáfora da “onda” foi usada para dar visibilidade a certas pautas ou momentos históricos específicos do movimento feminista. Tais momentos representariam o “ponto alto” ou de maior força de cada onda. Podemos abordar a temática das ondas partindo de diversos pontos, questionando, inclusive, quem foram suas protagonistas, em quais locais despontaram, qual tempo histórico, com quais demandas e qual a duração de cada uma. As respostas não são simples e são constantemente enriquecidas com novos dados e narrativas oriundos de pesquisas e discussões feministas. É interessante ressaltar que nenhuma onda se formou por conta de uma única perspectiva ou por meio da ação de um único grupo, ainda que, em algum dado momento, vários grupos de mulheres tenham decidido lutar em conjunto para potencializar algum ponto presente em suas pautas. Assim podemos problematizar a visão inadequada que essa “sequência de ondas” poderia trazer, tratando as lutas e conquistas do movimento de forma sequencial e progressiva, com ganhos acumulativos. Ademais, poderíamos incorrer na omissão ou na exclusão de várias expressões dos feminismos que não se enquadram nos critérios apresentados como característicos de determinados períodos. Autoras como Carla Gomes e Bila Sorj (2014) também acreditam que o uso do termo “onda” possa criar uma neutralidade e objetividade aparente, quando na verdade, toda periodização vincula-se a disputas de poder e lutas por reconhecimento, quanto aos enunciadores e sua agenda política.

<sup>8</sup> O LF, Grupo Lésbico Feminista, durou de 1979 até 1981, que passaria a se chamar Grupo de Atuação Lésbico-Feminista; depois, Grupo de Ação Lésbico Feminista e finalmente Grupo de Ação Lésbica Feminista (GALF), apenas para ficar no feminino, de 1981 a 1989.

movimento lésbico começa a reorganizar-se internamente com o objetivo de lançar um jornal específico para o seu público. É nesse contexto que surge o periódico “Chanacomchana”.

Após a separação do grupo Lésbico Feminista do grupo SOMOS, o grupo passou a se identificar como lésbicas-feministas. Um marco dessa nova época do grupo, foi a publicação do Chanacomchana, divulgado inicialmente no formato de jornal, em 1981, porém o grupo se desfez e, surgiu o Grupo de Ação Lésbico Feminista (GALF), tendo como fundadoras Miriam Martinho e Rosely Roth que retomaram a produção do Chanacomchana agora no formato de boletim, de publicação trimestral contendo 12 edições, sendo a primeira do ano de 1982 e a última em 1987. (Sales, 2019, p. 28)

A circulação do Chanacomchana foi um marco para a representatividade lésbica no período da ditadura civil e militar. A repressão, a censura e o medo, causados nesse período da história brasileira, redefiniram a resistência e as lutas travadas pelas mulheres lésbicas do Brasil (Ire et al., 2019).

Chanacomchana foi um pulo do conformismo para a participação. Nosso jornal é nossa ponte. A palavra CHANA não pode ser sumariamente definida como “orgão sexual feminino”. É algo tão mais amplo, quanto os contrapontos a existir. Que a palavra CHANA soe para uns como “CHANCE”; para outros como “CHANCA” (pé grande - sapatão?), e para outros como “CHAMA”. O importante é isentar-se das conotações. [...] sabe os que CHANACOMCHANA é um sopro, mas há horas em que um sopro pode representar tudo, inclusive a vida. E a vida é negra, é prostituta, é homossexual, é mulher, e amamos todas as suas facetas politicamente minoritárias. (Jornal Chanacomchana, 1981, p.4).

As lesbianas do boletim Chanacomchana utilizavam a palavra “chana” com o propósito de resignificação do termo e, a ele, atribuíam outros sentidos. Ao se apropriarem dessa palavra, comumente utilizada para insultar e menosprezar, foram capazes de inserir sentidos políticos, de ideias, sentimentos e expressões que trabalhavam para o fim da desvalorização de sua sexualidade por serem mulheres homossexuais (Lessa, 2009). Nesse caminho, o boletim se tornou de extrema relevância para a promoção da visibilidade da mulher lésbica brasileira. As edições do periódico refletem as pautas e dificuldades enfrentadas pelas leitoras acerca de temas que permanecem até os dias atuais, como: família, maternidade, política, sexualidade e

trabalho. Ao todo, foram publicadas 12 edições do boletim dentro de um período que vai de 1982 a 1987.

### 5.Nzinga Informativo (1985-1989)

Figura 2: Exemplares 3, 4, e 5 Nzinga Informativo.



Fonte: Queiroz (2023, p. 190).

Entre o período de 1970 e 1980 tivemos um importante movimento de surgimento de intelectuais negras brasileiras, com obras de Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, Sueli Carneiro, Thereza Santos, Edna Roland, Luiza Bairros e Fátima de Oliveira. Momento que conjugado à militância, tornou-se fundamental para a construção do pensamento e da teoria do feminismo negro no Brasil. O fato é que as mulheres negras brasileiras não se sentiam contempladas pelo feminismo difundido por mulheres brancas e de classe média, em diferentes épocas. Para Caldwell (2000)

Enquanto na superfície parecia que as mulheres brancas e negras poderiam se unir e lutar contra sua opressão comum enquanto mulheres, diferenças entre elas, em termos de experiências e lugares sociais, tornaram-se fontes de conflito e divisão dentro do movimento feminista. Muitas dessas divisões se mantêm até hoje. Enquanto buscavam no feminismo um alívio para o sexismo que encontravam em organizações negras, várias negras brasileiras logo perceberam que a raça provocava uma fissura que impedia a união de negras e brancas numa luta supostamente fraterna por uma causa comum (Caldwell, 2000, p.98).

Com a redemocratização do Brasil os movimentos sociais (campo da esquerda na sociedade civil organizada) deixaram a clandestinidade e propagaram a discussão classista, o movimento negro nesta época voltou-se para uma política de identidade. No

período posterior a 1985, o movimento de mulheres negras se formou como fruto de experiências de lutas sociais conduzidas por organizações institucionalizadas e autônomas, que enfrentaram conflitos tanto dentro dos movimentos de esquerda quanto nas organizações negras, visto que as questões específicas das mulheres eram consideradas menores e divisionistas.

Historicamente destaca-se o marco do movimento das mulheres negras brasileiras durante o III Encontro Feminista Latino-Americano, realizado em Bertioiga, em 1985, aonde o Nzinga Coletivo de Mulheres Negras já se destacava ao sugerir a aprovação de uma moção contra o racismo na África do Sul. O coletivo foi fundado em 16 de junho de 1983, em meio à efervescência da retomada dos movimentos sociais na arena pública brasileira dos anos 1980 e da aproximação entre os movimentos negro e de favelas. A Associação do Morro dos Cabritos, zona oeste do Rio de Janeiro, foi escolhida para sediar o coletivo, em um momento em que se ampliava a intervenção dos grupos organizados de mulheres negras no cenário político nacional (Gonzalez, 1985). Em suas próprias palavras o Coletivo se definia assim:

Enquanto Grupo de Mulheres Negras, nós do NZINGA entendemos a necessidade da nossa articulação com o Movimento de Mulheres e com o Movimento Negro, na medida em que os debates, as reflexões e o embasamento que norteiam nossa atuação devem estar centrados em dois eixos: o primeiro – a[s] questões do Gênero: SOMOS MULHERES – e como tal submetidas à discriminação sexual por que passam todas as mulheres, independente de raça etnia, classe social ou credo religioso. O segundo – a questão da Etnia: SOMOS NEGRAS – e o que nos diferencia das demais mulheres não é só a cor da pele, mas a IDENTIDADE CULTURAL. E é para resgatar esta identidade de MULHER NEGRA, que precisamos nos organizar a parte sim. Aprofundar as questões específicas, perceber onde, como e quando somos oprimidas e partindo deste específico participarmos mais fortalecidas da luta geral. (Nzinga Informativo, n. 4, jul./ago. 1988, p. 2)

O nome do coletivo vincula-se à preocupação em resgatar um passado histórico, homenageando a rainha africana homônima e sua luta para enfrentar o colonialismo português em Angola<sup>9</sup>. Além disso, as referências simbólicas continuam nas cores da

---

<sup>9</sup> Nzinga, também conhecida por Jinga ou Ginga, foi rainha dos reinos de Ndongo e de Matamba, situados na região atual de Angola, no século XVII. Nascida em 1582, governou essas localidades por um período de aproximadamente 40 anos. Nesse período, liderou a guerra contra o avanço da colonização portuguesa em seus reinos. Hábil e carismática, Nzinga comandou grupos de guerreiros e se destacou como grande negociadora, diplomata e estrategista, usando táticas de guerra e de espionagem. Nzinga morreu em 1663 e tornou-se um símbolo de força e de resistência cultural. Considerada uma heroína nacional em Angola,

logomarca, que fazem alusão à cosmologia religiosa afro-brasileira e aos movimentos feministas: o amarelo de Oxum e o roxo do movimento internacional de mulheres. Segundo Gonzalez, o pássaro presente na logomarca significava a ancestralidade feminina, na tradição nagô (Gonzalez, 1985). O nome foi uma sugestão de Lélia Gonzalez<sup>10</sup>, a primeira coordenadora do coletivo, a partir de pesquisas que realizou sobre a história das mulheres africanas e o poder exercido por elas (Viana, 2006).

Para editar o seu jornal de título homônimo, o coletivo Nzinga valeu-se do financiamento que recebera da instituição estadunidense *Global Ministries* (agência especializada da *United Methodist Church*), por meio da aprovação do projeto História contemporânea das lutas das mulheres negras. Com esse projeto, o objetivo principal do jornal – a se notar pelo tom de seu primeiro editorial – era resgatar a história de participação política e social da mulher negra na sociedade brasileira, tendo como perspectiva a “articulação entre racismo e sexismo”, mesmo com periodicidade bastante irregular e poucas edições, como se observa pelos meses de circulação das edições, característica comum à imprensa alternativa da época (Kucinski, 2018).

Dos repertórios de ação, destacam-se os cursos de formação, as reuniões de coletivos, seminários, lançamentos de livros, as festas religiosas e os bailes negros. Toda essa diversidade de atividades é indicadora dos laços de solidariedade entre o ativismo em questão, mas também parece expressar o padrão mais geral das formas de agir e de lazer de integrantes dos movimentos sociais durante a redemocratização. É notável o forte empenho para o enraizamento social e as tentativas de capilarização do ativismo, o qual pode ser notado na multiplicidade de espaços e organizações por onde circulavam as ativistas do Nzinga.

O coletivo colocava-se em defesa das mulheres negras, na conquista de seus direitos, numa perspectiva democrática e visando à justiça social, a fim de colaborar para que a realidade delas se transformasse. Para tal, o informativo apresentava-se como um veículo de divulgação da luta das mulheres negras entre os diferentes movimentos sociais, buscando articular cada vez mais as próprias organizações de

---

na segunda metade do século XX, tornou-se um símbolo anti-imperialista, servindo de inspiração na luta pela independência do país. Seu nome dá nome a escolas, ruas e seu rosto está estampado na moeda de 20 kwanzas. (Fonseca, 2012)

mulheres negras e os demais segmentos da sociedade, no intuito de fortalecer a mobilização quanto aos problemas sociais e políticos do país.

Além do sexismo, a luta contra a discriminação racial, justificava uma ação coletiva com diretrizes distintas da agenda feminista das mulheres brancas. A importância da organização do movimento de mulheres negras sob outras vertentes que não as do feminismo eurocêntrico, branco, liberal e heteronormativo foi recorrente nas edições do informativo, visto que também era o direcionamento que conduzia o próprio coletivo.

## **6. Considerações**

A experiência das mulheres subalternizadas passou a ser refletida nas escritas conforme o avanço da ocupação dessas nos espaços de produção literária e especialmente no que se refere à imprensa alternativa no Brasil. A escrita no contexto do desenvolvimento dos jornais alternativos feministas independente das várias vertentes ideológicas, filosóficas ou acadêmicas e dos interesses que a envolvem, pode ser vista enquanto um processo libertador. Tendo como referencial teórico a discussão proposta pela autora Gloria Anzaldúa (1981), destacamos a importância de uma escrita feminina autorreferencial. Gloria enxerga um perigo na escrita que se afasta da realidade e que não consegue fundir a experiência pessoal e visão social, econômica e política com as percepções e intuições internas, narrativas sobre a história e trajetória pessoal, incluindo as preocupações de ordem prática.

O registro por escrito, além de importante, seria então uma excelente forma de externalizar e lidar com traumas que perpassam gerações e causam danos psicológicos tão profundos quanto as feridas abertas pelos castigos físicos impostos durante o período de colonização e escravidão. O ato de escrever para as mulheres, (e todas as suas interseccionalidades) encontra-se num contexto após um longo período de colonização que afetou não só fisicamente seus corpos, mas toda uma epistemologia construída por homens brancos europeus que moldaram e até hoje dão manutenção às diferenças e opressões de gênero.

Trata-se de uma discussão que traz visibilidade ao histórico de lutas e resistência das mulheres subalternizadas na América Latina e traz à reflexão temas relacionados ao racismo, sexismo, machismo e superação de desigualdades, como o recorte de gênero

e raça. Destacamos assim a importância da narrativa negra, mestiça, índia, periférica, lésbica (não binária), não só como descrição das variações instáveis de quem contesta e resiste às estruturas hetero opressivas e paralisantes do sistema capitalista que camufla, defende e fortalece as relações assimétricas de poder, mas para contribuir com a revisão dos discursos hegemônicos.

A escrita autorreferencial, sugerida por Anzaldúa (1981), possibilita a superação da inércia e do pessimismo para um engajamento sério na construção de mundos possíveis, é impregnada de uma leitura crítica da realidade socioeconômica, é uma ferramenta valiosa para navegar no oceano do machismo estrutural, serve de bússola na compreensão do modo como se faz ciência e se transforma em ato emancipatório que busca juntar as forças e vozes dispersas nos diversos não lugares (lugares periféricos, inexistentes no discurso hegemônico).

A ideia de se expressar por meio da ocupação de espaços de escrita como o das mídias impressas, faz com que mulheres subalternizadas se apropriem de suas próprias histórias, assumindo o direito de serem representadas, encorajando-as a sair do isolamento e da subalternidade. A abertura de espaços para autoras femininas subalternas pulveriza novas perspectivas: traz à cena novos olhares, lugares de fala e novas epistemologias produzidas no cotidiano. Com a capacidade de se autonegocier, de se autodefinir, as escritas dessas mulheres passam a ocupar um lugar de poder.

A escrita articula, então as tensões econômicas, sociais, políticas e culturais que essas mulheres estavam enfrentando, ora convertendo-se num espaço seguro, onde analisavam os seus conflitos e ultrapassavam opressões, ora num modo de resistência às situações que as causavam injúrias. Pela escrita essas mulheres conseguiram expor os estereótipos da sociedade dominante, numa tentativa de inspirar outras mulheres a quebrar os paradigmas que perpetuavam a sua própria opressão. Através da escrita, essas feministas confrontaram-se com as definições do outro e de si mesmas, rejeitando imposições racistas e sexistas que as ligavam a tradições, estereótipos e mitos impeditivos do livre arbítrio.

É a partir destas reflexões sobre o que significa ser uma mulher negra/lésbica que ocupa a posição de sujeito-autor que acreditamos que os jornais Chanacomchana e Nzinga Informativo contribuem para pensarmos nas formações imaginárias a respeito da prática autorial, rompendo com um imaginário que autoriza e cristaliza apenas um



ideal de escritor (branco, alfabetizado, alto grau de letramento, intelectualizado, classe média) que não se sustenta o tempo todo. Pode-se dizer que os feminismos subalternos, ao ocuparem a posição de sujeito-autor na produção de jornais alternativos, resistiram, em meio às condições de produção de sua escrita, evidenciando que para ser autor é preciso responsabilizar-se pelo seu dizer, produzindo discursos nos quais a subjetividade se inscreve de modo muito particular, autorizando-se a dizer, reconhecendo que escrever é poder, construindo e desconstruindo modos de fazer imprensa.

### Referências bibliográficas

ANZALDUA, Gloria. Falando em línguas: carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. **Revista Estudos Feministas**, v. 8, n. 1, 2000.

ANZALDÚA, Gloria.; MORAGA, Cherrie. (org.). **This Bridge called my back**. Writings by radical women of color. Boston, Kitchen Table, 1981.

BALLESTRIN, Luciana Maria de Aragão. Feminismos Subalternos. **Revista Estudos Femininos** Ed. 25, 2017.

BUTLER, Judith. **Corpos que importam**: os limites discursivos do “sexo”. Trad Verônica Daminelli, Daniel Yago Françoli. São Paulo: n-1 edições; Crocodilo Edições, 2019.

CALDWELL, Kia Lilly. Fronteiras da diferença: raça e mulher no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 91-109, 2000.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. **A ditadura dos empreiteiros**: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro, de 1964-1985. 2012 Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2012.

Chanacomchana, GALF. Boletins 1 ao 12. Disponível em: Boletim Chanacomchana - Google Drive. Acesso em janeiro/2022.

DELEUZE, Gilles.; PARNET, Claire. **Diálogos**. Trad. Eloísa Araújo Ribeiro, São Paulo: Escuta, 1998.

FALQUET, Jules. Romper o tabu da heterossexualidade: contribuições da lesbianidade como movimento social e teoria política. **Cadernos de Crítica Feminista**, v. 6, n. 5. 2012.

FERNANDES, Marisa. Lésbicas e a Ditadura Militar. *In*: GREEN, James N. e QUINALHA, Renan (orgs.) **Ditadura e homossexualidades**: repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: Edufscar, 2015.

FESTA, Regina.; LINS DA SILVA, C. E. **Comunicação Popular e Alternativa no Brasil**. Editora Paulinas, 1986.

FONSECA, Marina Bracks. **Nzinga Mbandi e as guerras de resistência em Angola**: século XVII. 2012. 177 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Tolerância**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

FREITAS, Viviane Gonçalves. **Feminismos na Imprensa Alternativa Brasileira**: quatro décadas de lutas por direitos. Jundiaí: Paco, 2018.

- FRIEDAN, Betty. **Mística feminina** – Tradução de Áurea B. Weissemberg. Rio de Janeiro: Vozes, 1971.
- GOMES, Carla.; SORJ, Bila. Corpo, geração e identidade: a Marcha das Vadias no Brasil. **Sociedade e Estado**, v. 29, n. 2, p. 433-447, 2014.
- GONZALEZ, Lélia. **Mulher negra**. Afrodiáspora, Brasília, v. 6/7, n. 19, p. 94-106, 1985.
- GONZALEZ, Lélia. **Mulher Negra**. Mulherio, São Paulo, v. 1, n. 3, p.8-9, 1981.
- GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afrolatinoamericano**. Isis Internacional, Santiago, V.IX, jun. 1988, p.133-41.
- hooks, Bell. **Teoria Feminista: da margem ao centro**. Tradução Reiner Patriota. São Paulo: Perspectiva, 2019.
- IRE, Camila; SILVA, Camila Disne. LENZI, Maria Helena. Ser lésbica na ditadura: vida e militância sob estado de exceção. *In*: WOLFF, Cristina S.; ZANDONÁ, Jair; MELLO, Soraia Carolina de. (Orgs). **Mulheres de Luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985)**. 1ª Edição. Curitiba: Editora Appris, 2019
- KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e Revolucionários: Nos Tempos da Imprensa Alternativa**. 3. Ed. São Paulo: Edusp, 2018.
- LEMOS, Rosalia de Oliveira. **Feminismo negro em construção: a organização do movimento de mulheres negras no Rio de Janeiro**. 1997. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1997.
- LESSA, Patrícia. Visibilidade e ação lésbica na década de 1980: uma análise a partir do Grupo de Ação Lésbico-ferminista e do Boletim Chanacomchana. **Revista Gênero**, v. 8, n. 2, p. 301-333, 2008.
- MARCONDES FILHO, Ciro. Jornal comunitário e mobilização popular. *In*: MARCONDES FILHO, Ciro. **Quem Manipula quem: poder e massas na indústria da cultura e da comunicação no Brasil**. 2.ed. Petrópolis: Vozes,1987.
- MARTINHO, Míriam. **Memória Lesbiana: Míriam Martinho e o processo de produção dos boletins ChanacomChana e Um Outro Olhar**. Disponível em: <<http://www.umoutroolhar.com.br/2012/08/tributo-rosely-roth-e-livreto-dia-do.html>>. Acesso em: set. 2022.
- MARTINHO, Míriam. **Tributo a Rosely Roth e Livreto Dia do Orgulho das Lesbianas do Brasil**. 2012. Disponível em: <<http://www.umoutroolhar.com.br/2012/08/tributo-rosely-roth-e-livreto-dia-do.html>>. Acesso em: set. 2022.
- MIÑOSO, Yuderks. E. Sobre porque é necessário um feminismo decolonial: diferenciação, dominação constitutiva da modernidade ocidental. **MASP Afterall**, 2020.
- MOGROVEJO, Norma. A. 2010. Algunos aportes del lesbofeminismo al feminismo latinoamericano. *In*. MIÑOSO, Yuderks Espinosa (org). **Aproximaciones críticas a las prácticas teórico-políticas del feminismo latinoamericano**, Vol. 1. Buenos Aires: En la Frontera.
- Nzinga Informativo, 2 (jul. 1985).
- Nzinga Informativo, 3 (fev./mar. 1986).
- Nzinga Informativo, 4 (jul./ago. 1988).
- Nzinga Informativo, 5 (mar. 1989).
- OLIVEIRA, Luana Farias. Quem tem medo de sapatão? Resistência lésbica à Ditadura Militar (1964-1985). **Revista Periódicus**, v. 1, n. 7, 2017.

OYĒWÙMÍ, Oyeronke. **A invenção das mulheres**: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. Tradução Wanderson Flor do Nascimento. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

PAIVA, Raquel. **O espírito comum**: comunidades, mídia e globalismo. Petrópolis: Vozes, 1998.

QUEIROZ, Danyela Barros Santos Martins de. **Feminismos subalternizados e imprensa alternativa**: encontros e disrupturas hegemônicas. 2023. Dissertação de Mestrado em Comunicação/UEL.

SALES, Gabriela Coutinho. **Lésbicas no debate da redemocratização**: uma análise do Boletim Chanacomchana. Universidade de Brasília, 2019. <https://bdm.unb.br/handle/10483/22879>

VIANA, Elizabeth do Espírito Santo. **Relações raciais, gênero e movimentos sociais**: o pensamento de Lélia Gonzalez (1970-1990). 2006. Dissertação de Mestrado em História/UERJ.

WERNECK, Jurema. **De lalodês e feministas**. Nouvelles Questions Féministes – Revue Internationale Francophone, v. 24, n. 2, 2005.

WITTIG, Monique. **El pensamiento heterosexual y otros ensayos**. Barcelona: Egales. 2006

WOITOWICZ, Karina Janz. A resistência das mulheres na ditadura militar brasileira: imprensa feminista e práticas de ativismo. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 104-117, 2014.

# **INDÚSTRIAS MUDIÁTICAS**

**Subsunção do trabalho intelectual, automação e subemprego global:  
uma análise das transformações na divisão do trabalho a partir da EPC<sup>1</sup>**

**Guilherme BERNARDI<sup>2</sup>**

**1. Apresentação**

Como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em comunicação, a dissertação *Informação, comunicação e crise do capital: as transformações na divisão do trabalho observadas a partir da Economia Política da Comunicação* foi apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Estadual de Londrina (UEL) e defendida, virtualmente, no dia 18 de janeiro de 2022. Escrita por Guilherme Bernardi (2022), ela foi orientada por Manoel Dourado Bastos e a banca de defesa foi composta por Rodolfo Rorato Londero, também professor do programa, e Ruy Sardinha Lopes, professor da Universidade de São Paulo (USP). Posteriormente, com as devidas alterações e acréscimos, ela foi publicada como *Crise e automação: uma análise das transformações na divisão do trabalho* (Bernardi, 2023).

Tendo por objetivo geral analisar a dinâmica da informação e da comunicação no atual estado do modo de produção capitalista e sua crise, o trabalho teve ainda outros quatro objetivos específicos, que foram investigados a fim de se chegar ao argumento exposto ao longo de toda a dissertação. Foram eles: 1) aparar algumas arestas entre a Economia Política da Comunicação (EPC), a teoria do valor e a categoria de “subsunção do trabalho intelectual”; 2) compreender a imanência da crise, a especificidade da irrompida nos anos 1970 e a possível existência de germes socialistas no próprio capitalismo; 3) compreender a forma e as funções do Estado, assim como o modo por meio do qual a luta de classes pode pressioná-lo a atuar de maneira mais ou menos deletéria às trabalhadoras e aos trabalhadores; e 4) apresentar uma abordagem do problema estrutural do mercado de trabalho global em termos do que Benanav (2020)

---

<sup>1</sup> Uma versão anterior deste artigo foi submetida ao Grupo de Pesquisa de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura do 45º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (Intercom 2022).

<sup>2</sup> Mestre em Comunicação pela UEL. Jornalista do Sindiprol/Aduel – seção sindical do Andes-SN. Membro do Laboratório Cubo da UEL e do grupo de pesquisa Obscom/Cepos da UFS. Contato: guilherme.bernardi1995@gmail.com.

classifica como o crônico e persistente “subemprego” (*underemployment*), conjugando a automação e as plataformas digitais no debate.

A defesa da dissertação fechou um ciclo que havia se iniciado há quase quatro anos, em 2018, com uma pesquisa de iniciação científica, também sob orientação do professor Manoel Dourado Bastos, e o efetivo ingresso no Laboratório Cubo (Economia Política da Comunicação e Crise do Capitalismo) da UEL, liderado por ele. Naquele ano, a pesquisa foi apresentada na 41ª edição da Intercom, realizada na cidade de Joinville-SC, e tinha como objetivo principal compreender o debate ao redor da mercadoria-audiência (Bolaño, 2000) e o caráter produtivo ou não da atividade do usuário de redes sociais (Bernardi, 2018a). Vale mencionar que a conclusão apresentada naquele momento é, basicamente, diametralmente oposta à exposta na dissertação.

Posteriormente, a pesquisa de iniciação científica compôs o trabalho de conclusão de curso em Comunicação Social – Habilitação Jornalismo, que foi defendido em dezembro do mesmo ano e tentava lidar, ainda que de maneira incipiente, com a crise global e a difícil (para não dizer impossível) solução em termos de regulação para o problema relativo às grandes corporações de tecnologia e a ascensão de políticos de extrema direita, dentro do contexto da então recente eleição de Jair Bolsonaro para presidente do Brasil (Bernardi, 2018b).

No mestrado, feito quase 2/3 de maneira remota, devido à pandemia da Covid-19, que vitimou, oficialmente, centenas de milhares de pessoas somente no Brasil, o debate e o foco da pesquisa foram progressivamente se reconfigurando de acordo com o avançar dela própria. Tendo acumulado algumas discussões teóricas dentro do subcampo da EPC e outras sobre o histórico das hegemonias globais, o possível declínio da estadunidense e a ascensão chinesa, e sobre o debate alemão da derivação do Estado, a hipótese inicial formulada era de que a rápida introdução da automação seria a principal causa para o estado precário do mercado de trabalho global, marcado pela baixa remuneração, pelas más condições de trabalho e pela alta instabilidade (Bernardi, 2022).

Até a banca de qualificação, essa hipótese nos pareceu correta. Ao final, especialmente após a leitura do livro *Automation and the Future of Work* [Automação e o Futuro do Trabalho], de Aaron Benanav (2020), concluímos que ela deveria ser classificada apenas como “parcialmente verdadeira”, visto que devemos compreender

que a automação, a substituição de trabalho vivo por morto, é uma tendência imanente ao próprio capital e que, se o atual estado do mercado de trabalho global poderia ser representado pelo “subemprego”, isso se deve à crise irrompida nos anos 1970 e à estagnação econômica, cujas implicações resultaram em respostas diversas e combinadas, como a contrarrevolução neoliberal, a desregulação financeira, a reestruturação produtiva promovida pelo capital e uma cada vez maior sofisticação dos sistemas de informação e comunicação, seja para organizar e subordinar o trabalho ou para disputar os mercados e os lucros globais – algo que depende, é bem verdade, em certo sentido, do progressivo aumento da composição técnica do capital e da produtividade (Bernardi, 2022).

Para chegar a tais elaborações, adotamos o referencial teórico da (crítica da) Economia Política da Comunicação (EPC) produzida no Brasil, em especial os trabalhos de César Bolaño (2000; 2002), Ruy Sardinha Lopes (2008), Verlane Aragão Santos (2007) e, mais recentemente, Manoel Dourado Bastos (2021). Na dissertação, seguimos o método da crítica imanente, ou seja, buscamos, a partir das diversas contribuições, realizar uma crítica interna ao próprio objeto estudado e ao exposto pelos autores, a fim de encontrar uma explicação que considerássemos mais adequada para o problema que nos guiava, a saber, entender o papel da informação e da comunicação na crise do capitalismo e no subemprego global (Bernardi, 2022).

Devido aos limites deste artigo, daremos maior atenção às elaborações apresentadas nos capítulos 1 e 4 da dissertação, destacando a relevância da categoria de subsunção do trabalho intelectual, tal qual apresentada por Bolaño (2002), para compreender o atual estatuto do trabalho no modo de produção capitalista. Discussões sobre a crise dos anos 1970 e da hegemonia estadunidense, a possível superação dela por uma sino-asiática, os germes visíveis do socialismo e a forma e as funções do Estado ficarão, em larga medida, apenas implícitas, afinal, compuseram a totalidade do argumento exposto na dissertação, mas não serão detalhadas aqui.

Assim, este artigo está dividido em outras duas partes, além desta apresentação e das considerações finais, expondo, em cada uma delas, as principais questões elaboradas, respectivamente, no primeiro e no último capítulo da referida dissertação. Desse modo, ainda que de maneira resumida e simplificada, serão abordados alguns aspectos da discussão mais abstrata sobre a produção e a apropriação do valor

produzido, bem como das consequências mais concretas que as transformações nesse processo têm para a classe trabalhadora, verificadas, por exemplo, no precário mercado de trabalho global.

## **2. A fundamental categoria de subsunção do trabalho intelectual**

Para a elaboração do capítulo inicial da dissertação, foram, em um primeiro momento, revisadas as contribuições de autores como Isaak Rubin (1987) e Diane Elson (2015), para a adequada compreensão dos duplos caracteres do trabalho (concreto e abstrato) e da teoria marxiana do valor (quantitativo e qualitativo) na sociedade na qual impera o modo de produção capitalista, seguindo a trilha de Marx n’*O Capital* (2017). Depois, com base na escola da crítica do valor (*Wertkritik*) e, especialmente, na fundamental contribuição de Manoel Bastos (2021), nos voltamos para a categoria marxiana de mais-valor relativo e para a lei geral da acumulação capitalista em funcionamento. Com isso, foi possível descartar abordagens tecnodeterministas, como é grande parte do debate ao redor do assim chamado “trabalho digital”, em prol de uma compreensão das questões em termos de “acumulação primitiva de conhecimento” (Bolaño, 2000), “subsunção do trabalho intelectual” (Bolaño, 2002) e, em meio à crise do modo de produção capitalista, o par simétrico e contraditório: “intelectualização geral dos processos de trabalho” e “proletarização do trabalho intelectual” (Bastos, 2021).

Todo esse percurso, que ainda passou por outros autores que estão, de um modo ou de outro, presentes nas elaborações da EPC (Verlane Aragão Santos, Ruy Sardinha Lopes e Alfred Sohn-Rethel, por exemplo), teve como objetivo aparar algumas arestas com o próprio subcampo, sem, porém, descartar ou julgar superadas as formulações elaboradas por César Bolaño e a partir dele:

[...] em meio a debates sobre o intelecto geral, sobre o fim do trabalho ou o apagamento entre as esferas dele e da vida, devido ao avançar das redes comunicacionais e a subsunção das relações sociais a elas, Bolaño (2002) propõe o conceito de subsunção do trabalho intelectual para apreender a transformação pela qual o modo de produção capitalista passava naquele momento, com a configuração de uma nova revolução industrial [a Terceira – GB]. Como havia anteriormente se dedicado à compreensão da lei do valor num campo como a comunicação (Bolaño, 2000), o autor sintetiza o atual estado do capitalismo em termos de subsunção do trabalho intelectual, de modo a englobar variados aspectos da sociedade que vão das artes e da cultura à ciência. Este



conceito dará conta de, por um lado, apontar como a ciência em si não é uma força produtiva, mas um conhecimento desenvolvido e capaz de ser aplicado, por meio da subsunção do trabalho intelectual, tecnologicamente ao processo produtivo, tornando-se, assim, na forma da maquinaria, um meio para a reprodução ampliada do capital - sendo esta a maneira adequada de abordar a cientificização da produção. (Bernardi, 2022, p. 29-30).

Assim, buscou-se reconhecer os conceitos desenvolvidos por César Bolaño como adequados para a compreensão das transformações pelas quais o modo de produção capitalista vinha passando desde o início dos anos 1970, com o desenvolvimento da microeletrônica e a posterior massificação da base digital como novo paradigma tecnológico. Um processo que, particularmente com as plataformas digitais e as redes sociais, nos últimos anos, levou à recolocação também no campo teórico do debate a respeito do caráter produtivo ou não da atividade dos usuários delas – um problema que o autor já havia enfrentado, de modo algo diferente, em sua tese (Bolaño, 2000), ainda em 1993, confrontando e superando o argumento de Dallas Smythe sobre o espectador da indústria cultural “trabalhar” em todos os momentos de sua vida.

Portanto, além de apontar para a categoria de subsunção do trabalho intelectual como fundamental para a apreensão de um momento no qual o capital busca a contínua e progressiva subordinação de variados aspectos da sociedade, incluindo aqui a midiaticização das próprias relações interpessoais, pretendeu-se apresentar uma forma por meio da qual poderia ser compreendido, nessa chave de leitura, o papel da constante coleta, armazenamento e processamento de dados, não aderindo, assim, à tese que vê na atividade do usuário uma forma de “trabalho” e, portanto, extração de mais-valor:

Por outro lado, a constante coleta, armazenamento e processamento do que hoje chamados de “dados”, bem como dos desenvolvimentos para tal (a revolução microeletrônica e a massificação da base digital), pode ser apreendida quando ele [Bolaño – GB] destaca o momento de subsunção *real* do trabalho intelectual, afinal, este é um processo que, como veremos melhor ao final desta dissertação, busca constantemente algo como se autossofisticar e autorregular, sem a necessidade de uma reconstrução do zero ou um desenvolvimento de uma nova máquina em si. Assim, ao destacar a separação do *software* do *hardware*, ele aponta para um momento no qual se torna possível manter toda a estrutura já instalada, atualizando a parte info-comunicacional dela, promovendo uma constante renovação da máquina e melhor utilização da capacidade industrial já estabelecida. Para ser constantemente revolucionado, o processo produtivo depende sempre de nova

subsunção de trabalho intelectual, para o qual a miríade de dados (uma matéria-prima bastante específica, como apresentaremos posteriormente [Srnicsek, 2016]) e informações sobre como e de que forma melhor aplicar tecnologicamente a ciência serão extremamente relevantes. (Bernardi, 2022, p. 30, destaques do autor).

Com esse argumento, também se fez possível fugir de abordagens que conferissem à “informação” um caráter de força produtiva ou de ser ela própria valor, reforçando que, apesar de ela ter, sim, papel fundamental na concorrência intercapitalista e na disputa por mercados, ainda mais em um momento de alta concentração e centralização do capital, ela só é, de fato, incorporada ao processo produtivo e, portanto, assume a forma da maquinaria por meio da subsunção do trabalho intelectual no capital. Como, por exemplo, as atualizações/sofisticações de *softwares* dependem de uma base de dados sobre a qual um trabalhador intelectual pode, com o perdão da redundância, trabalhar, podemos entender ao menos uma das motivações para a constante coleta, armazenamento e processamento daqueles advindos dos usuários (Bernardi, 2022).

Assim, ao longo do capítulo, foi organizado e exposto um argumento que desse conta de compreender, através do referencial teórico da EPC, que a teoria marxiana do valor não deixou de ser fundamental para a compreensão do modo de produção capitalista e que tampouco o trabalho teria se tornado ubíquo, expandindo-se inclusive para os momentos nos quais estamos utilizando qualquer aparelho ou site que, de um modo ou de outro, captura dados. Tal compreensão só foi possível com o reconhecimento da importância da categoria de subsunção do trabalho intelectual (Bolaño, 2002). Também reconhecemos que, em meio à crise e à estagnação econômica no período posterior aos anos 1970, argumento que foi exposto com mais detalhamento no segundo capítulo da dissertação, mas que não teremos como retomar nos limites deste trabalho, o capital buscou como solução, ainda que de maneira paliativa, formas de progressivamente se apropriar de parcelas maiores do excedente produzido, em particular do que é (ou era) distribuído como salário para a classe trabalhadora (Bernardi, 2022).

Incapaz de superar os fundamentos da crise (Grespan, 2012), com o desenvolvimento de cada vez mais sofisticados sistemas de comunicação e de informação, os quais são resultado de uma progressiva e constantes subsunção do

trabalho intelectual no capital, o modo de produção capitalista interverteu as “potencialidades emancipatórias da materialização do caráter cooperativo do modo produção como uma proletarização ainda mais aguda da classe trabalhadora” (Bernardi, 2022, p. 48) – mesmo que o trabalho desempenhado por ela possa ser classificado como intelectual.

Como veremos na sequência, com a estagnação econômica e as baixas taxas de investimento e de crescimento dos últimos 50 anos (com raras exceções, sendo a China um exemplo), a ofensiva sobre a classe trabalhadora se provou uma saída, ainda que momentânea, para empurrar a crise para a frente. Portanto, nessa leitura, o mercado de trabalho atualmente configurado como um crônico e persistente “subemprego” (Benanav, 2020) seria uma das consequências das insuficientes tentativas do capital em superar os fundamentos de seu negativo, a crise (Bernardi, 2022).

### **3. Automação, subemprego global e plataformas digitais**

Como mencionamos brevemente na apresentação, entre o primeiro e o quarto capítulo da dissertação, foram expostos argumentos sobre a crise dos anos 1970 e da hegemonia estadunidense, sobre os germes visíveis do socialismo e sobre a forma e as funções do Estado, a fim de, no final do trabalho, revisar alguns estudos sobre a automação, a situação global do mercado de trabalho e as plataformas digitais. Em um primeiro momento, revisamos um estudo pioneiro, ainda que pouco ou quase não lido nos debates atuais, sobre a automação. Ele foi escrito pelo frankfurtiano Friedrich Pollock (1957) nos anos 1950, quando o processo, segundo o autor, ainda estava em sua infância, analisando a introdução dela nos Estados Unidos, considerado por ele o caso “clássico”, assim como a Inglaterra havia sido da Revolução Industrial.

Além de se embrenhar e criticar uma série de argumentos que persistem até hoje – desde questões envolvendo uma teoria da suposta compensação entre destruição e criação de postos de trabalho até outras relativas ao desemprego tecnológico, à necessária redução da jornada e a formas de mitigar consequências sociais mais nefastas, como a ascensão de governos autocráticos/tecnocráticos – o autor apresentou uma definição, ainda que ele reconheça a possível inadequação dela, do que seria a automação:

A automação é uma técnica de produção industrial combinada com um método de processamento de dados, introduzida desde a segunda Guerra Mundial. Com o auxílio das técnicas e dispositivos mais avançados - mas com certas limitações econômicas - este método de produção tenta desempenhar por meio do maquinário todas as funções até então desempenhadas pelos seres humanos. As máquinas são 'controladas' por máquinas. (Pollock, 1957, p. 108, destaques do autor, tradução nossa).<sup>3</sup>

Importante destacar que, já no estudo do autor sobre o início da automação, o “processamento de dados” aparece como revelante para uma série de aspectos que vão desde o cálculo logístico e organizacional da produção até a contabilidade e previsão de gastos e possíveis lucros futuros, os quais orientarão os investimentos nessa nova técnica. Além disso, é preciso destacar que a construção e o desenvolvimento tanto das máquinas controladas quanto das controladoras, bem como suas eventuais atualizações e mudanças nos sistemas operacionais, são processos que podem ser apreendidos pela categoria de subsunção do trabalho intelectual (Bolaño, 2002), argumento que foi defendido naquele trabalho (Bernardi, 2022).

Como não iremos revisar toda a explicação e nem expôr as variadas consequências sociais mencionadas pelo autor, sendo elas passíveis de serem vistas tanto no livro quanto na dissertação, cabe-nos destacar aqui, seja para o próprio artigo ou para futuros estudos na área da comunicação, algumas breves considerações apresentadas a partir do estudo dele: 1) o computador eletrônico é o marco desta nova técnica de produção industrial, afinal, é ele que possibilita o controle de uma máquina por outra; 2) como não é adequado supor que haverá uma compensação no mercado de trabalho, a introdução de máquinas automáticas progressivamente levará a um cada vez maior descompasso entre o emprego de trabalhadores e a quantidade de produto final, assim, haverá a necessidade tanto de se debater a redução de jornada de trabalho e alguma forma de “subsídio”, “renda” ou “auxílio” para os trabalhadores permanentemente deslocados do mercado quanto do desenvolvimento de algo como

---

<sup>3</sup> Automation is a technique of industrial production, combined with a method of processing data, introduced since the second World War. With the aid of the most advanced techniques and devices - but with certain economic limitations - this method of production attempts to perform by machinery all the functions hitherto performed by human beings. The machines are 'controlled' by machines. (Pollock, 1957, p. 108).

uma “indústria cultural”<sup>4</sup> para “ocupar” o tempo potencialmente liberado do trabalho; e 3) a automação é introduzida inclusive em meio a crises, como forma de se livrar de alguma resistência da parte da classe trabalhadora e/ou de, calculando os lucros e cenários futuros, baratear a produção individual de mercadorias e, assim, possibilitar que, em meio à concorrência intercapitalista, os capitais assegurem mercados, disputem outros ou levem seus concorrentes à falência (Bernardi, 2022).

Na sequência da extensa revisão feita do estudo de Pollock, a atenção se voltou para dois autores mais atuais, Aaron Benanav (2020) e Nick Srnicek (2016), tanto por entendermos que eles sumarizam bem os recentes debates sobre, respectivamente, automação e plataformas digitais quanto por partirem da tese de Robert Brenner (2006), que também foi utilizada na dissertação, a respeito da longa estagnação econômica que assola o mundo há cinco décadas (Bernardi, 2022).

Brevemente, Brenner (2006) argumenta que, desde os anos 1970, o baixo nível de crescimento global e das taxas de investimento se deve à não superação dos fundamentos daquela crise inicial, que ele classifica como de superprodução e supercapacidade industrial. Ela teria irrompido devido a uma inundação de mercadorias resultante de quase trinta anos de altas taxas de lucro, crescimento, investimento e expansão do mercado mundial, puxadas pelos Estados Unidos e pelos processos de *catch up* japonês e alemão no pós-Segunda Guerra Mundial (os conhecidos anos de “ouro” do capitalismo). Visto que tal ritmo expansivo não poderia ser mantido indefinidamente (por limites tanto internos ao capital quanto “externos”, se se pensar na questão ecológica), a certo ponto, ali na já referida década, as mercadorias não puderam mais ser consumidas na mesma velocidade e quantidade que eram produzidas. Assim, irrompeu uma crise de superprodução e supercapacidade industrial instalada, as taxas de lucro caíram e levaram a consequentes quedas nos investimentos e no crescimento global como um todo.

Como apresentamos anteriormente, em vez de uma solução saneadora (algo impossível da parte do capital, é bem verdade), os diversos capitais reagiram com, a fim de sintetização, a reestruturação produtiva, investindo na transferência de partes dos processos produtivos para locais com mão de obra mais barata e na racionalização de

---

<sup>4</sup> Pollock (1957) não chega a usar esse termo, mas é importante destacar que ele é uma importante referência para Adorno, um dos formuladores, com Horkheimer (1985), do conceito.

outras, além da ofensiva neoliberal sobre a classe trabalhadora, ou seja, redução dos salários, flexibilização de direitos e ataques às formas organizativas da classe, objetivando, assim, recompôr suas taxas de lucro e acumular mais do excedente produzido (Bernardi, 2022).

Nessa toada, Benanav (2020) confronta o argumento bastante difundido de que o atual estado do mercado de trabalho global seria resultado de uma particularmente rápida introdução da automação. Para ele, não há dados que comprovem essa tese, já que as taxas de crescimento e de investimento estão mais baixas, por exemplo, do que as vistas no período pós-Segunda Guerra Mundial. Assim, deveríamos observar que, na verdade, mesmo com uma relativamente lenta automação, em um cenário de estagnação econômica como o nosso, estão sendo criadas menos vagas do que as que são destruídas. Além disso, a forma de manifestação desse problema não é como um desemprego massivo (*mass unemployment*), mas um subemprego (*underemployment*) global, que é de muito mais difícil mensuração, por exemplo em pesquisas, ou seja, as pessoas estão empregadas em postos nos quais recebem abaixo do necessário para viver, trabalham menos horas do que poderiam/gostariam ou ainda realizam tarefas para as quais são “superqualificadas” (Bernardi, 2022).

Assim, depois de crises e recuperações sem empregos, a grande dificuldade para os trabalhadores é encontrar um tipo de trabalho equivalente ao que tinha antes, assumindo vagas com características como remuneração abaixo do necessário para sobrevivência ou para as quais são superqualificados (por exemplo, um pós-graduado empregado em um local que requer apenas ensino médio). Além disso, o cenário do mercado de trabalho é ele próprio desestimulante, sendo ainda piorado pelos governos que, ao invés de promoverem políticas de emprego, reduzem o acesso a benefícios, de modo a empurrar os desempregados para qualquer vaga que surgir, mesmo que com baixo salário e péssimas condições de trabalho. (Bernardi, 2022, p. 181).

Como a crise de superprodução e supercapacidade que irrompeu nos longínquos anos 1970 não foi superada mas agudizada pela sofisticação, constante melhora e reestruturação dos processos produtivos, estaríamos vivendo um período no qual, diferentemente do pós-Guerra (importante sempre lembrar do peso da existência naquele momento da URSS, uma potência que representava uma alternativa ao modelo capitalista), quando às altas taxas de lucro, investimento e crescimento correspondiam realocações de pessoas para postos mais qualificados ou com melhores condições de

trabalho e remuneração, os trabalhadores estariam sendo reenquadrados, em sua maioria, para baixo, acumulando instabilidade, péssimos salários e inóspitos ambientes. Um movimento inverso ao visto nos anos de “ouro” (Bernardi, 2022).

Dando um último passo na exposição das elaborações feitas na dissertação, Nick Srnicek (2016) argumenta que, em meio às tentativas de superação da crise de superprodução e supercapacidade, tanto empresas quanto governos tomaram medidas que, de um modo ou de outro, jogaram a conta nas costas da classe trabalhadora. Assim, ele destaca que é preciso compreender a ascensão das plataformas como um processo em três etapas: 1) ele tem início nos anos 1970, com as empresas dos EUA copiando os modelos mais enxutos de suas concorrentes, ou seja, terceirizando e transferindo para fornecedores tudo que pudessem; 2) passa pelo frenesi, nos anos 1990, antes da explosão da bolha do “pontocom”, com relação às empresas ligadas à internet, processo responsável por garantir que elas recebessem muito capital de risco e que fossem feitos massivos investimentos na infraestrutura posteriormente utilizada pelas plataformas; 3) até chegar às respostas dadas à crise de 2007-2008, como as medidas de flexibilização financeira adotadas pelos países centrais. Por meio de uma política como o *quantitative easing*, basicamente, uma forma de imprimir dinheiro e aumentar o crédito no mercado, somada a baixas taxas de juro, a alta disponibilidade para empréstimos fez com que tanto os investidores injetassem dinheiro em negócios mais arriscado, visando um possível maior lucro futuro, quanto as próprias empresas se endividassem, seja como forma de comprar concorrentes, de expandir suas operações ou de não pagar impostos (Bernardi, 2022).

Para finalizar a conjuntura adequada para a ascensão das plataformas, ainda falta um elemento: o trabalho. De maneira ligeiramente diferente de Benanav (2020), mas chegando às mesmas conclusões, especialmente no que tange à necessidade de aceitar qualquer trabalho disponível, Srnicek (2016) diz que, após o colapso da URSS, pode ser vista tanto uma tendência estrutural à maior proletarização quanto ao crescimento da superpopulação relativa. Muitas das pessoas hoje recebem algum tipo de renda/salário por meio de um trabalho precário ou informal, algo que piorou com a crise de 2008, aumentando ambos desemprego e subemprego (termo que o autor não emprega). Mesmo com essa piora generalizada para os trabalhadores, após a crise deflagrada pela explosão do mercado imobiliário, surgiram uma série de novos termos, além da automação, para designar o que seria o atual momento de recuperação e mudança estrutural do capitalismo: a economia de bicos (*gig*), do compartilhamento (*sharing*), da vigilância (*surveillance*), dos aplicativos (*apps*), da atenção (*attention*) ou até uma

nova revolução industrial (*the next industrial revolution*) (Srnieck, 2016, p. 28). (Bernardi, 2022, p. 192).

Assim, para o autor, a fim de compreender essa nova “economia”, é preciso entender o fundamental papel dos “dados” na organização e na própria existência dessas empresas, afinal, é por meio deles e da posterior subsunção do trabalho intelectual que será possível tanto desenvolver quanto sofisticar algoritmos, melhorar sistemas para gestão, organização e controle do trabalho e dos trabalhadores, além de pensar em futuros desenvolvimentos relativos a novas máquinas e aplicativos ou mesmo avanços na inteligência artificial e no aprendizado de máquina. Nesse cenário, as plataformas se mostraram o melhor modelo de negócio para aproveitar ao máximo os potenciais dos dados capturados. O autor as define assim:

No nível mais geral, as plataformas são infraestruturas digitais que permitem que dois ou mais grupos interajam. Portanto, posicionam-se como intermediários que reúnem diferentes usuários: clientes, anunciantes, prestadores de serviços, produtores, fornecedores e até objetos físicos. Na maioria das vezes, essas plataformas também vêm com uma série de ferramentas que permitem que seus usuários criem seus próprios produtos, serviços e mercados. (Srnieck, 2016, p. 31, tradução nossa).<sup>5</sup>

Assim, as plataformas não só oferecem os meios para a criação de novas empresas ou para uma constante reestruturação produtiva e racionalização dos processos de trabalho já existentes como, especialmente no caso dos grandes monopólios (Google, Amazon, Facebook, Microsoft, Apple), buscam se expandir para variadas áreas e ofertar diversos produtos e serviços, a fim de, ademais do potencial lucro envolvido, coletar ainda mais dados e/ou impedir que um possível concorrente o faça (Bernardi, 2022).

É também por meio das plataformas (além das já citadas, vale mencionar outras como Uber, Ifood e afins) que tanto se terceirizam ou automatizam algumas funções quanto se subempregam trabalhadores que não encontram postos formais e/ou com

---

<sup>5</sup> At the most general level, platforms are digital infrastructures that enable two or more groups to interact. They therefore position themselves as intermediaries that bring together different users: customers, advertisers, service providers, producers, suppliers, and even physical objects. More often than not, these platforms also come with a series of tools that enable their users to build their own products, services, and marketplaces. (SRNICEK, 2016, p. 31).



melhores condições salariais e de trabalho, estabelecendo, de certo modo, um mercado de trabalho cada vez mais precário e em concorrência potencialmente mundial, já que elas expandem seus tentáculos para todas as áreas do globo – o que, para a grande maioria dos trabalhadores, implica uma corrida ao fundo do poço. Ou seja, pode-se compreender o crônico subemprego como um desenvolvimento e uma consequência dos insuperados fundamentos que levaram à irrupção daquela crise dos anos 1970 e que persistem até hoje; ou, melhor, dos fundamentos que persistirão enquanto perdurar o modo de produção capitalista (Bernardi, 2022).

Assim, essas plataformas coletam os dados, tanto de usuários quanto de eventuais trabalhadores, de modo a constante e progressivamente melhorar seu próprio funcionamento. Para adequadamente compreender esse processo, conforme defendido naquela pesquisa (Bernardi, 2022), é central a categoria de subsunção do trabalho intelectual, fundamento e base para que as plataformas (e demais empresas) constantemente atualizem/revolucionem seus já existentes *softwares*, algoritmos, serviços ou mesmo desenvolvam novos produtos.

Há ainda, evidentemente, outras questões que foram expostas e exploradas de maneira muito mais detalhada na dissertação, mas que não teremos condições de recuperar neste momento.

#### **4. Considerações finais**

Este artigo teve como objetivo apresentar algumas das elaborações formuladas e expostas na dissertação defendida, em janeiro de 2022, junto ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UEL, dando particular destaque à importância da categoria de “subsunção do trabalho intelectual” e à relevância da Economia Política da Comunicação produzida no Brasil, especialmente a que tem como base as obras de Marx e Bolaño. Também foi apresentada, ainda que sinteticamente, a perspectiva desenvolvida naquela pesquisa para abordar a temática do atual e precário mercado de trabalho, bem com as conexões desse cenário com as plataformas digitais e a automação.

Essa dissertação fechou uma etapa de quase quatro anos de pesquisa, formação e formulação no âmbito da Universidade Estadual de Londrina, em especial no Laboratório Cubo, que teve começo na iniciação científica e encerramento no mestrado.

A partir das elaborações nela desenvolvidas, algumas das quais apresentadas neste artigo, esperamos contribuir com o debate, a crítica do modo de produção capitalista e também com eventuais futuras pesquisas, tanto nossas quanto de outras autoras e outros autores, que tratem das temáticas abordadas nela, seja na UEL, na EPC, nos estudos de Comunicação ou em qualquer outra área.

### Referências Bibliográficas

- ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- BASTOS, Manoel Dourado. Elementos para uma abordagem dialética da digitalização das TICs a partir da teoria do valor de Marx. *In*: ALVES, Giovanni. (Org.). **Trabalho e valor: o novo (e precário) mundo do trabalho no século XXI**. Marília: Projeto Editorial Praxis, 2021.
- BENANAV, Aaron. **Automation and the Future of Work**. Londres: Verso, 2020
- BERNARDI, Guilherme. **A Regulação econômica da internet em tempos de crise**. 58 folhas. Trabalho de Conclusão de Curso de Jornalismo – Universidade Estadual de Londrina, 2018b.
- BERNARDI, Guilherme. **Crise e automação: uma análise das transformações na divisão do trabalho**. Curitiba: Appris, 2023.
- BERNARDI, Guilherme. **Informação, comunicação e crise do capital: as transformações na divisão do trabalho observadas a partir da Economia Política da Comunicação**. 2022. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2022.
- BERNARDI, Guilherme. Trabalho Gratuito nas Redes: Os Usuários a Serviço do Capital. **41º Intercom - Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. 2018a.
- BOLAÑO, César. **Indústria cultural: informação e capitalismo**. São Paulo: Hucitec/Pólis, 2000.
- BOLAÑO, César. Trabalho Intelectual, Comunicação e Capitalismo. A Reconfiguração do Fator Subjetivo na Atual Reestruturação Produtiva. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**. n. 11, pp. 53-78, 2002.
- BRENNER, Robert. **The Economics of Global Turbulence: The Advanced Capitalist Economies from Long Boom to Long Downturn, 1945-2005**. Londres: Verso Books, 2006.
- ELSON, Diane. The value theory of labour. *In*: ELSON, Diane. **Value: The representation of labour in capitalism**. Londres: Verso, 2015.
- GRESPLAN, Jorge. **O negativo do capital: o conceito de crise na crítica de Marx à economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- LOPES, Ruy Sardinha. **Informação, Conhecimento e Valor**. São Paulo: Radical Livros, 2008.
- MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Livro I: O processo de produção do capital. 2a. Ed. São Paulo: Boitempo, 2017.
- POLLOCK, Friedrich. **Automation: a study of its economic and social consequences**. Nova Iorque: Frederick A. Praeger, 1957.
- RUBIN, Isaak. **A teoria marxista do valor**. São Paulo: Polis, 1987.
- SANTOS, Verlane Aragão. **Reestruturação capitalista e mundo do trabalho nas telecomunicações brasileiras: a firma rede e as novas configurações do trabalho Serviço**

Telefônico Fixo Comutado de São Paulo. 2007. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

SOHN-RETHEL, Alfred. **Intellectual and manual labour**: a critique of epistemology. Leida: Brill, 2020.

SRNICEK, Nick. **Platform capitalism**. Cambridge: Polity Press, 2016.

### 1. Introdução

As páginas que seguem são adaptadas de parte do capítulo segundo da minha dissertação de mestrado, na qual me propus articular a cultura e o comportamento de fãs e fandoms (grupos de fãs) a partir da perspectiva crítica da Economia Política da Comunicação. Quando na elaboração do projeto, não contava, porém, que não conseguiria referencial teórico anterior que, na literatura da EPC, tenha sequer pincelado tal aproximação. Assim, com uma pesquisa pioneira em mãos, eu e minha excelente orientadora e amiga, Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Verlane Aragão Santos, nos vimos diante do desafio de interseccionar os conceitos-chaves da linha teórica com os aspectos da cultura de fãs. O capítulo aqui replicado condiz a parte desse esforço.

Justifico a importância da aproximação proposta pois, com a pulverização das mídias, a cultura de nicho tem crescido, e basta uma breve análise das bilheterias cinematográficas da última década para atestar que estamos diante de uma mudança de norma, onde o consumo por nichos culturais tem ganhado tanta ou mais importância que o consumo massivo. Segundo Lee (2014, p. 195, tradução minha), “estamos testemunhando uma expansão e aprofundamento da interface entre os fandoms culturais e os esquemas de marketing das indústrias culturais que veem a participação e a criatividade do consumidor como uma nova fonte de lucro”, o que resulta em tensões geradas “pelas lógicas diferentes dos fãs e nos negócios comerciais das indústrias”. Ao me aprofundar nessas questões, minha preocupação primária é não cair na armadilha da visão mercadológica ou entusiasta, o que impossibilitaria a observação do fenômeno por completo ou de suas contradições internas. Mas como discutir fãs sem evidenciar suas fascinantes ações transformativas? Ou, ainda, ao falar dessas, como não deixar que centralizem a discussão? O alto grau de engajamento do fã é o que o distingue do consumidor comum e é uma das características que diferencia os fandoms

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Ciências da Comunicação pela ECA/USP. Email: aianne\_amado@hotmail.com

A pesquisa aqui apresentada foi financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

de outras subculturas, não podendo, portanto, ser ignorado em qualquer estudo na temática. No entanto, é necessário articular para que o leitor o entenda a partir de um olhar analítico sobre suas causas e consequências. Nas palavras de Murdock (1990, p. 189, tradução minha),

A investigação deve ir além dos atos imediatos de consumo e resposta, e analisar as estruturas subjacentes que fornecem os contextos e os recursos para a atividade do público, para assim prosseguir à demonstração da maneira em que o público organiza a produção e o consumo de significado na vida diária.

Cabe ao consumidor tornar-se fã, eleger seu ídolo e delimitar seu envolvimento com tal e com o fandom. Apesar de serem sobre suas obras, os produtores não têm parte na organização de comunidades virtuais, tampouco na criação e divulgação de fansites, fanfictions, fanarts etc. É indiscutível que a interação proporcionada pelos sites de redes sociais (SRS) aumenta a influência de fandoms sobre as obras ou os artistas, mas isso está longe de significar que o fã é completamente autônomo, como parecem sugerir alguns teóricos dos Estudos de Fãs – seguindo o pensamento reducionista de que no capitalismo o poder final reside no consumidor. Em crítica a um texto de Fiske do ano de 1987, anterior ao surgimento dos Estudos de Fãs, Murdock (1990, p. 191-192, tradução minha) já apontava a tendência mercadológica do autor, que, para ele, “convenientemente esquece” como a oferta é capaz de modelar demandas e desejos, complementando que “para restaurar este contexto perdido, necessitamos explorar como a produção e o consumo cultural são estruturados por formações econômicas e simbólicas mais amplas”. Fiske, assim como outros que dividiam sua interpretação, faz parte da primeira onda de estudiosos e ajudou a moldar as pesquisas atuais sobre fãs, servindo até hoje de referência para muitos.

A ideia de soberania – ou ao menos de autonomia – do fã ignora que, antes de existir a admiração, existe o consumo; e para o consumo, é necessária a produção. É nesse limite que nossas escolhas podem ser feitas. Só entendendo as etapas anteriores somos capazes de entender as imbricações da cultura de fãs. A vista disso, este capítulo intenciona questionar essa noção de soberania a partir da exposição de estratégias e interesses das indústrias culturais, seus produtores, e o próprio ídolo. Para os estudiosos de fãs o afeto é uma categoria elementar para a compreensão do fenômeno, mas que costuma ser usada em argumentos subjetivos ou com bases diretas na psicologia. Aqui,

não procuro ignorar o óbvio papel do afeto na vida de um fã, apenas opto por inseri-lo como um dos elementos na construção (simultaneamente autônoma e heterônoma) da subjetividade do gosto – esta sim categoria a ser explorada para discutir o consumo do fã.

A Teoria da Estruturação de Anthony Giddens (1989) pode auxiliar nessa compreensão: o sociólogo defende que a agência dos atores é determinada pela estrutura (sistema de regras, recursos e possibilidades) pertencente. Por sua vez, essas ações, simultaneamente possibilitadas e limitadas pela estrutura, são elementos que a remodela. Assim, “as ações se fazem sobre elementos que as estruturam, o que permite pensar que atores não criam propriamente, mas recriam” (Arboleya, 2013, p. 15). Numa tentativa de aplicar essa teoria para a Indústria Cultural e a cultura de fãs, tomo como base as interpretações feitas sobre a dialética do gosto de Marco Schneider (2015) e a articulação da totalidade de Marx (2008; Santos, 2019), a partir da produção, distribuição e consumo, chegando na seguinte premissa sobre o consumo cultural e midiático: *só se gosta daquilo que se conhece; só se conhece o que é produzido*. É ela que guiará esta discussão.

## **2. Os direcionamentos da Indústria Cultural**

### **2.1. Direcionamento do que se gosta**

A audiência, apesar de ser categoricamente mercadoria devido à sua função, é diferente das demais mercadorias capitalistas em sua criação, sendo, neste sentido, mais próxima das forças de trabalho – “uma energia que existe nos sujeitos [...] e que pode ser apropriada pelo capital em determinadas condições sociais e técnicas” (Bolaño, 2000, p. 230). E mais:

O capital só pode se apropriar dessa energia expropriando o produtor cultural de todos os meios de acesso ao público, o que foi possível a partir do desenvolvimento das tecnologias da comunicação e de sua imposição como forma hegemônica de difusão dos produtos culturais. O que o capital faz é, em primeiro lugar, utilizar o poder simbólico do trabalho cultural para criar o *efeito de empatia* que transforma os sujeitos em audiência, e, portanto, em objeto, e em seguida produzir os cortes, as classificações e as especificações que lhe vão permitir oferecer uma mercadoria diferenciada num mercado inter-capitalista. (Bolaño, 2000, p. 230, grifo meu).

Quer dizer, uma das especificidades da mercadoria audiência é sua capacidade (não autonomia) de alternar quando será ou não apropriada pelo capital, o que se dá através da preferência resultante do “efeito de empatia” – preferência essa calcada pelo gosto do público, e que, portanto, é elemento primordial para o funcionamento da Indústria Cultural.

Segundo Schneider (2015), inicialmente era o gosto de artistas e da população que direcionava empresários sobre o que deveria ser produzido, reproduzido e posto em circulação; com o tempo, o ramo se tornou tão lucrativo que essas definições passam a ser regidas pela lógica econômica, e o mesmo acontece com a orientação do gosto dos artistas e do público. Essa nova orientação é possível pois, como defende o autor, “o gosto não é um dado acabado, mas um processo, uma formação socialmente mediada” (Schneider, 2015, p. 71), que reflete, mesmo que indiretamente, os imperativos econômicos que regem essa sociedade. O gosto não é inteiramente livre: apesar de marcado pelas nossas experiências e individualidades, é também determinado pelas nossas particularidades enquanto membros de um ou vários “universos identitários” (Schneider, 2015, p. 40). Categorias como classe social, gênero, raça, etnia e idade simultaneamente influenciam e são influenciadas por esses “universos”, e é por isso que, quando discutidas as preferências do consumidor, é essencial que essas questões sejam levadas em conta, sob o risco de tornar o discurso simplista e impreciso.

Bourdieu (2008) define que o gosto é consequência do *habitus*, noções adquiridas de experiências individuais que estruturam as ações do ator social, auxiliando-o na adequação à sociedade. Ou seja, “o *habitus* aparece como o elemento que possibilita ao agente saber como agir e em que momento agir a partir de uma leitura incorporada pela experiência vivida dos sentidos e limites sociais objetivos que se deve respeitar” (Arbolea, 2013, p. 10). Uma das necessidades ditadas pelo *habitus* é o da posse de capital social e cultural – o que não necessariamente implica em posse de capital econômico. Na verdade, para ele, mais que o econômico, é o capital social, que reflete no estilo de vida, que distingue o ator dentro a sociedade. O gosto, portanto, é um valioso instrumento para demonstrar tal virtude, originando uma disputa de classes em torno de si.

Desde já, destaco que não cabe a nós, pesquisadores, hierarquizar preferências culturais, desafio que, pela associação frequente ao consumo de massa, é enfrentado

constantemente pelos fandoms. A diferenciação entre “bom” e “mau” gosto é um discurso idealista e sem validade. Segundo o pensamento de Bourdieu (2008; 1983), hierarquizar conscientemente preferências corrobora com divisões sociais, reproduzindo ideais preconceituosos e excludentes. Não é possível valorizar ou inferiorizar algo tão abstrato e individual quanto o prazer, o que, para Schneider (2015), faz do gosto uma verdade independente de críticas.

Bourdieu (2008) aponta família e formação educacional, fatores diretamente relacionados à posição social, como influências diretas a padrões de consumo – entre eles o gosto cultural. Assim, por mais que haja uma tentativa de homogeneização do público de massa, “é fato conhecido que um mesmo produto, veiculado a grupos socioeconômicos distintos é recebido de formas bastante diferentes” (Bolaño, 2000, p. 207). A standardização não é possível na Indústria Cultural, dado que a separação do consumidor é quem garante a concorrência no mercado capitalista. O que de fato ocorre é uma tendência de segmentação da audiência que dá a ilusão de grupos homogêneos. Em resposta, o capital utiliza da variedade exigida pela concorrência para se moldar a diversas formas culturais, cada uma delas agradando gostos diferentes. É isso que Schneider (2015, p. 136), ao pegar emprestado o termo de Martín-Barbero (2003), denomina de “jiboia”, que, de forma até democrática, adquire a forma da cultura que devora.

Os perigos desse fenômeno estão na interpretação de que a “jiboia” é efeito da autonomia do público, quando também é uma estratégia para benefício do capital – retomando a dialética estrutura *versus* agência. Como explicado por Bolaño (2000), o interesse da Indústria Cultural é, a partir da empatia, atrair o gosto do público para cumprir suas funções perante o capital e o Estado. Ora, se gosto é “a estruturação dos prazeres em escala valorativa” (Schneider, 2015, p. 164), sendo o desgosto aquilo que não causa qualquer tipo de prazer, e essa escala valorativa é influenciada pela lógica do capital cultural (Bourdieu, 2008), que por sua vez é fortemente determinado pela Indústria Cultural, é esperado que esta atue de forma a moldar os gostos de acordo com o seu interesse, como veremos nos tópicos subsequentes.

O gosto é uma contradição entre autonomia e heteronomia, dependente de experiências ao mesmo tempo individuais e socioculturais, estrutura e agência. Giddens (1989) não subestima a consciência e vontade dos atores, mas suas ações, ainda que



intencionais, são adequadas a uma estrutura (mutável e adaptável) que os antecede. Na Indústria Cultural, essas experiências determinantes são sempre alimentadas pela lógica informacional, afinal, ainda que seja inevitável desenvolver uma opinião ou julgamento de valor sobre algo, só podemos fazê-lo daquilo que existe e nos é informado – e, “sob o comando do capital [...], a tendência é que só se produza e se informe o que possa estar direta ou indiretamente relacionado com seu próprio crescimento e concentração [...]” (Schneider, 2015, p. 43).

## **2.2 Direcionamento do que se conhece**

Para a EPC, a principal característica da produção cultural, aquilo que a diferencia das demais produções capitalistas, é a sua unicidade, isto é, aquilo que constitui seu valor de uso. Ela se dá pois, de acordo com Bolaño (2000, p. 167), “aos olhos do consumidor, o produto cultural é marcado pela personalidade dos trabalhadores que participaram de sua elaboração”. O autor vê três consequências imediatas para a unicidade: aleatoriedade da realização, limites de reproduzibilidade e diversidade das condições de valorização. Ainda que todas essas questões influenciem diretamente na escolha do que chega ao público e de que maneira chegam, nesta pesquisa me limitarei a discutir o primeiro, que mais dialoga com a experiência do fã.

O caráter aleatório que determina quais obras obterão sucesso e quais serão preteridas já era empiricamente observado e combatido pelas indústrias culturais. Buscando uma explicação para esse fenômeno, que chamaria de “aleatoriedade da valorização”, Flichy percebe que ele reforça a singularidade dessa produção:

Não existe outro bem de consumo para qual os produtores tenham um tal desconhecimento da demanda a ponto de serem obrigados a fazer dez ou quinze ensaios para obter um sucesso. [...] Se a produção cultural é tão parecida a uma aposta é porque por definição cada produto é único. (Flichy apud Bolaño, 2000, p. 167).

E vai além, apontando outra particularidade dos produtos culturais também decisiva para a aleatoriedade: a sua breve vida útil, limitada a alguns meses ou anos (Bolaño, 2000, p. 167). Bolaño corrobora com o raciocínio de Flichy, embora, assim como Zallo (1988), faça a ressalva que há uma confusão, não se tratando de “aleatoriedade da valorização”, argumentando que “a aleatoriedade característica das indústrias culturais

é uma ALEATORIEDADE DA REALIZAÇÃO. E, nesse sentido sim, ela é mais grave na produção cultural do que em outros setores econômicos” (Bolaño, 2000, p. 168).

Em resumo, a Indústria Cultural, mais que outras indústrias, se apoia em produtos singulares e de receptividade imprevisíveis, cujo retorno, caso haja, se restringe a um curto período, para sustentar seus lucros e cumprir seu papel de mediadora do capital e do Estado. Com tanto em jogo, não se espera que ela se sujeite passivamente a essa arbitrariedade – e sim, busque “mecanismos que permitem a constituição e fidelização da audiência” (Bolaño, 2000, p. 215), isto é, estratégias para driblar a aleatoriedade da realização a partir da captura do público para determinado produto cultural. Muitos desses mecanismos correspondem a articulações para garantir mais que uma audiência satisfeita, mas também fiel, ativa e engajada – resultando prontamente na emergência de grupos de fãs.

Talvez a estratégia mais conhecida neste sentido seja o *star system*, que se baseia no poder de celebridade do artista para atrair o público, principalmente na escalação de atores para filmes e séries de tv. O nome foi inicialmente vinculado ao processo comum na era do sistema de estúdio de Hollywood, entre as décadas de 20 e 60, em que os grandes estúdios mantinham restritos contratos de exclusividade com atores e atrizes, trabalhando suas imagens através da construção de personas – com publicações nas primeiras revistas de celebridade e a repetição de personagens similares, por exemplo. Dá-se início ao que Edgar Morin (1989) chama de “mitologia das estrelas”, onde “como determinados deuses do panteão da Antiguidade se metamorfoseavam em deuses-heróis, as estrelas-deusas humanizam-se, tornam-se novos mediadores entre o mundo maravilhoso dos sonhos e a vida quotidiana” (Morin, 1989, p. 20-21). Alguns nomes desse período são Marilyn Monroe, Greta Garbo e Clark Gable, que contam com legiões de fãs até o presente

Uma vez construída essa aura mitológica, o ator passa a ser um dos principais atrativos para os filmes, tendo seus rostos destacados em cartazes e nomes em largas letras no início do filme (retomando a ideia de que, para o público, o produto cultural é marcado pela personalidade de quem trabalhou nele). O status de estrela passa a ser definitivo para o sucesso desse trabalhador cultural, elevando, junto com seu prestígio, seu salário e o número de ofertas de projetos. Os admiradores são tanto de interesse dos produtores quanto dos próprios atores e atrizes.

Ao mesmo tempo que os astros remetem ao escapismo de vidas fantasiosas nas telas e exuberantes fora delas (o que leva Morin a denominar as estrelas de cinema como Olimpianos), esses artistas buscam ser acessíveis – ou ao menos aparentar ser. Se põem à disposição do público, contando sobre suas experiências mundanas e de fácil identificação, posando para paparazzi no “mundo real”, respondendo cartas de fãs e dividindo seus relacionamentos amorosos com o mundo. Contraditoriamente, afastando-se da divindade é que estimulam ainda mais o seu culto e, conseqüentemente, sua fama. E como ídolos servem como importante atrativo para a mediação da Indústria Cultural em geral:

O papel das estrelas transcendeu amplamente a tela de cinema. Em 1937, elas eram “madrinhas” de 90% dos grandes programas de rádio americanos, e hoje praticamente não existe um programa de televisão do qual não participe uma *guest star*. Estrelas continuam a anunciar produtos de higiene, cosméticos, concursos de beleza, competições esportivas, lançamentos literários, campanhas de caridade e eventualmente eleições: nos Estados Unidos, as estrelas participam ativamente das campanhas políticas. (Morin, 1989, p. XV)

Sendo a primeira edição de seu livro publicada em 1959, Edgar Morin desconhecia a teoria da aleatoriedade da realização, mas já observava a relação entre o *star system* como “instituição própria ao grande capitalismo” e a estrela como estratégias sobre a crescente concorrência entre os estúdios cinematográficos, que, segundo ele, respondem às necessidades antropológicas tal qual a religião. Morin entende o ator como “mercadoria total”, visto que tudo que é, desde seu corpo às suas ações, pode ser mercantilizado. Mais que isso: a estrela é a melhor das mercadorias, pois não se gasta com o uso, permanece original e única mesmo quando compartilhada e tem sua continuidade assegurada pois sua matéria-prima são os sonhos e sentimentos humanos (Morin, 1989, p. 74-77).

Para a EPC, o *star system* interessa a partir de duas principais questões: como tática de alcançar e captar o consumidor, utilizando a notoriedade do artista para possivelmente sanar a aleatoriedade; e como forma de subsumir o trabalho cultural, na medida que o próprio trabalhador “permite ao capital apropriar-se da sua capacidade de criar uma espécie de cumplicidade com o público, que aceita dar-lhe atenção, de passar o seu tempo com ele” pois “é dessa força simbólica que o capital se apropria.” (Bolaño, 2000, p. 230). Novamente notamos que, mesmo ainda sem uma menção direta

ao fã na crítica da Economia Política, sua posição na dinâmica da Indústria Cultural já estava circunscrita na análise dessa relação entre público e celebridades. Atualmente, apesar do sistema de estúdio ter chegado ao fim e os contratos entre artistas e estúdios terem sido flexibilizados, a evidenciação da estrela permanece nas mais diversas indústrias culturais, inclusive nas novas mídias. Em um de seus cursos de distribuição cinematográfica a agência britânica FDA (*Film Distributors' Association*) enumera algumas perguntas a serem feitas na compra de um filme para lançamento, devido ao aumento da competitividade nesse mercado. Algumas delas são:

[...] existe alguma estrela entre o elenco? Quais foram os últimos filmes do ator principal e como foram recebidos comercial e criticamente? Essas estrelas têm um público/seguidores on-line engajados nas mídias sociais? Existem membros do elenco disponíveis para publicidade no Reino Unido/internacional ou para participar de uma estreia? (FDA, [201-], tradução minha).

Bolaño (2000, p. 188), em seu livro, expande a ideia de *star system* para além de atores ou até artistas, considerando “toda essa gama de ‘homens de comunicação’, que ajudam em grande medida a reduzir os riscos da aleatoriedade”. Inclui-se, portanto, músicos, jornalistas, diretores, roteiristas, apresentadores, youtubers, blogueiros etc. Os produtores culturais desembolsam milhões para ter esses nomes vinculados às suas marcas – e quanto maior o público fiel à estrela (ou seguidores, inscritos, curtidas...), maior seu cachê, afinal, o valor econômico não representa apenas seu trabalho, e sim a compra da mercadoria audiência vinculada àquele nome.

A principal maneira em que o *star system* funciona é como recurso para a divulgação do produto cultural – coletivas de imprensa, a chamada *press tour* (em que atores e atrizes se submetem a semanas de entrevistas e aparições na mídia – que quase imediatamente são disponibilizadas na internet) e posts temáticos em suas redes sociais particulares estão previstas no contrato do próprio filme ou série – o que também é comum entre músicos antes do lançamento de um álbum, autores prestes a publicar seus livros etc.

Os custos de marketing são os que mais crescem na indústria cultural. No cinema, por exemplo, de 2010 a 2014 o orçamento para publicidade passou de 70% do valor dos custos de produção de um filme – o que já era bastante, considerando o valor médio de um filme comercial – para mais de 400% em produções de baixo custo (How has

movie..., 2014). Essa maior preocupação com marketing é resultado da popularização das mídias digitais, que demandam novos recursos de divulgação, e da crescente concorrência, com o enorme volume de conteúdo ofertado nas mesmas indústrias. Nos oferecendo mais do que podemos consumir, dão a impressão de que temos mais domínio sobre nossas escolhas, quando, na verdade,

Sob o jugo de um todo repressivo, a liberdade pode ser transformada em poderoso instrumento de dominação. O alcance da escolha aberta ao indivíduo não é o fator decisivo para a determinação do grau de liberdade humana, mas o que pode ser escolhido e o que é escolhido pelo indivíduo. [...] A livre escolha entre ampla variedade de mercadorias e serviços não significa liberdade se esses serviços e mercadorias sustentam os controles sociais sobre uma vida de labuta e temor – isto é, se sustentam alienação. A reprodução espontânea, pelo indivíduo, de necessidades superimpostas não estabelece autonomia; apenas testemunha a eficácia dos controles. (Marcuse *apud* Schneider, 2015, p. 165).

Para cumprir seu propósito de dominar o mundo da vida, a Indústria Cultural tende a produzir obras cada vez mais sob medida, e, dessa maneira, a publicidade e a propaganda podem ser direcionadas mais precisamente aos seus consumidores potenciais. A variedade de conteúdo, ou “menu infinito”, como sugere Chris Anderson (2006, p. 6), significa que, além das obras para um público geral, estandardizado, surgem obras mais específicas, dividindo o público em “nichos”. Analisarei os efeitos dos nichos e da variedade de oferta na produção mais abaixo. Por hora, restrinjo-me a como esses fatores interferem em quais produtos chegam ao público – no que se conhece.

O grande exemplo aqui é o conteúdo televisivo: enquanto a TV aberta não deixa de existir, agradando as massas e com empresas de produtos mais gerais entre seus anunciantes (apesar da distinção entre idade e gênero de acordo com o horário/grade), os canais da TV segmentada tem audiências distintas entre si, que optam de acordo com a oferta do canal, e, caso os canais tenham anunciantes, estes vendem produtos que interessem grupos menores; já os serviços de streaming conseguem, através do uso de algoritmos e Big Data, identificar os gostos de cada usuário e direcionar obras de maneira quase personalizada (Figueiredo Sobrinho; Bolaño, 2017). Dinâmicas semelhantes podem ser verificadas em outras indústrias, como a da música, das HQs ou do cinema.

A divisão das massas em subgrupos é positiva para o marketing dessas obras, que se particulariza e, ao mesmo tempo que precisa enfrentar uma concorrência maior,

tem mais certeza dos seus resultados. Mesmo sendo comumente atribuído às pesquisas de viés mercadológico, o fenômeno da Cauda Longa descrito por Anderson (2006), ajuda a entender o porquê: a partir de análise de bases de dados de diversas companhias de mídia digital, ele percebe que, ainda que o número de consumidores decline rapidamente na medida em que se afastasse dos produtos de maior sucesso, esse valor nunca chegará a zero. Ou seja, mesmo que o número total da audiência diminua – ou se distribua, melhor colocando –, o consumo é garantido. E mais: é mais ativo, imersivo e constante. Contraditoriamente, a segmentação auxilia a fugir da aleatoriedade da realização.

Essa divisão da mercadoria audiência gera um consumo retroalimentativo, por um lado porque é mais fácil permanecer no que já é certo que satisfará o gosto pessoal; por outro, porque seja pelo canal televisivo, pelo algoritmo construído ou pelo nicho, fica gradativamente mais difícil ter acesso a conteúdo diversificado. Em casos extremos, como nos fandoms, surge um “círculo” cultural no qual o consumidor se vê imerso em um estilo, uma temática, um gênero etc., muitas vezes se relacionando quase exclusivamente com iguais.

Através do *star system*, da grande variedade de obras, da divisão da audiência e de tantas outras estratégias, percebemos que a distribuição na Indústria Cultural não só condiciona *como* o produto chega ao conhecimento do consumidor, ela também seleciona *o que* chega para *quem*, sempre visando a maneira mais provável para o sucesso – o que nem sempre significa grandes números de audiência. A principal preocupação é assegurar que a unicidade da obra funcione em seu favor, e, para isso, explorará ao máximo esse caráter

### **2.3 Direcionamento do que se produz**

É comum ouvirmos que a mídia só reproduz o que “o povo gosta”, como se as indústrias culturais passivamente aceitassem aos interesses do público – o que é um pensamento bastante reducionista. Na prática,

a companhia fonográfica, o rádio, o cinema e a TV, mais os games – os órgãos vitais da indústria cultural – não baseiam suas operações em juízos de gosto, preocupados com valores de uso, mas em juízos contábeis, ocupados com valores de troca. Os valores de uso importam então não por sua propriedade de satisfazerem necessidades e desejos, mas como mediadores eficientes da conversão de seu próprio

valor de troca em capital, como chamarizes para a troca, isto é, para a realização monetária da mais valia que contém embutida em si. (Schneider, 2015, p. 69).

É preciso entender quais processos ditam de fato o que será criado e reproduzido pela mídia de massa para não cairmos na armadilha do consumidor soberano. Não se pode negar ou ignorar a natureza artística e criativa dessas produções, porém, priorizá-la em detrimento do caráter capitalista da indústria a qual se insere resulta uma interpretação meramente superficial.

Retornando à Teoria da Estruturação de Giddens (1989), entendemos que o ator social, através da sua agência, tem a capacidade de reestruturar as condições que delimitam suas próprias ações, afinal, assim como não há ação independente da estrutura, não há estrutura alheia aos atores. Nessa dualidade, o autor determina que ambas estão inscritas nos processos de estruturação, que impera nesse aparente ciclo.

Em sua crítica interna à escola francesa da comunicação e cultura (GRESEC), Ramon Zallo apresenta sua interpretação de “trabalho criativo”, que se diferencia dos demais trabalhos por uma “certa autonomia” e pela “criatividade individual” do trabalhador (Bolaño, 2000, p. 192), o que ele acredita ser o responsável pela unicidade da mercadoria cultural. A produção simbólica resultante desse trabalho “remete aos códigos culturais, históricos e presentes, de uma sociedade dada, contribuindo para a sua reprodução ideológica e social” (Zallo apud Bolaño, 2000, p. 192). Dentre os fatores que interferem no trabalho criativo e, conseqüentemente, no que é ou não produzido, ele aponta: a *multiplicação*, o *assalariamento*, a *continuidade* e a *renovação* (Bolaño, 2000, p. 192- 196), atributos fundamentais para a Indústria Cultural, seja para reduzir os riscos da aleatoriedade, seja para manter sua operação adequada.

A multiplicação possibilita o consumo de massa ao desvalorizar os produtos culturais – porém sem eliminar sua unicidade. Já os demais fatores “desgastam a unicidade”, aproximando-os da “substitutibilidade” (Bolaño, 2000, p. 192): o *assalariamento* condiciona o trabalhador intelectual às hierarquias e divisões de trabalho que rompem com sua autonomia; a *continuidade*, própria do rádio, televisão e imprensa, indústrias que se sustentam pelo fluxo sucessivo de informações, agrupa uma mercadoria cultural individual na programação ou na diagramação, que, por sua vez, passam a ser a nova mercadoria mais abrangente; por fim, a permanente necessidade

de *renovação*, que Zallo acredita ser imposta pela própria natureza desses bens enquanto difusores dos modos de vida dominantes, exige a formação de um enorme número de trabalhadores (o que Bolaño, numa clara alusão a Marx, chama de “exército industrial de reserva”) e valida a utilização de “máquinas de informação” na criação. Ainda sobre a necessidade de *renovação*, Schneider (2015, p. 72-73) lembra que esse “imperativo de ‘novidade’ e variedade” não ocorre de maneira orgânica, mas sim graças à “superprodutividade acelerada”, que se dá devido à pressão concorrencial e à “previsível saturação *dos* e da busca *por* novos (e moribundos) mercados”. Sendo assim, a inovação, própria das mercadorias culturais é, em última instância, relativa à lógica econômica.

Todos esses fatores afetam a criatividade individual do trabalhador cultural, e potencialmente, homogeneízam a produção, que é desenvolvida menos a partir da inventividade e mais a partir da busca por resultados – mesmo que para isso seja necessário repetir fórmulas anteriores para reduzir os riscos de rejeição. Novamente, a questão central é sobreviver à aleatoriedade da realização: capitalista por formação, a Indústria Cultural busca o lucro a partir da troca de mercadoria, e

é a mercadoria audiência a mais “valorizada” pelo mercado. Ora, se supusermos uma relação convencional entre valor e preço no mercado primário, a valorização do capital aplicado na indústria do *flot* [...] não pode ser explicada senão pela ideia de conversão de um capital simbólico em capital econômico. [...] Todo o valor acrescentado depende da capacidade do programa em atrair a atenção do público e, portanto, do seu valor simbólico. (Bolaño, 2000, p. 229-230).

Volto, então, à afirmação de Schneider (2015) de que nessas indústrias o valor de uso é subordinado ao valor de troca. A problemática do fandom entra nessa discussão quando percebemos que, diante de uma gama imensurável de conteúdo, o engajamento dos nichos é uma alternativa valiosa para a conversão do capital simbólico.

A seguir, listo alguns dos mecanismos que as indústrias culturais utilizam para garantir a produção de obras que possam alcançar tal engajamento, ilustrando com exemplos de obras, franquias ou artistas cujos fandoms são ativos e numerosos o suficiente para se destacarem.

A primeira delas é a própria segmentação e a criação de nichos. Já foi explicado que o aumento da concorrência entre os produtos culturais de massa exige que uma parcela se especialize em grupos particulares, onde a competitividade é menor – porém,



como o número de consumidores é reduzido, se faz necessário cativá-los ainda mais para que o valor econômico dessa mercadoria audiência menor seja equivalente à massa. Assim, surgem empresas voltadas para determinados grupos de consumidores, como canais da TV segmentada, gravadoras de gêneros musicais específicos, produtoras audiovisuais especialistas em conteúdo *geek*, *cult*, infantil, feminista etc., que estudam e criam estratégias para engajar seus consumidores.

Dentre tais estratégias está a criação de universos ou mundos fictícios complexos em obras de narrativa fantástica, que é o caso de grandes franquias midiáticas como *Star Wars*, Vingadores, Harry Potter e Senhor dos Anéis, propícias a reunir legiões de fãs:

Mundos como construções artificiais também dependem de seus exploradores que, por sua vez, se tornam construtores de mundo. Hoje, a criação de guias oficiais, as reações dos espectadores no Twitter ou Facebook, críticas estendidas em blogs ou fóruns de discussão, mapas topográficos gerados por usuários e infográficos destacam a necessidade de dar sentido a narrativas complexas interagindo com elas. Transcendendo perspectivas individuais e possibilidades de exploração localizadas, um mundo é construído por redes de especulações, interpretações e usos sociais, tornando-se assim uma visão de mundo compartilhada. (Boni, 2017, p. 10, tradução minha).

A definição de propriedades físicas (geografia, fauna, flora, clima, leis físicas e químicas) e características culturais (leis, religião, economia, história, costumes, dialetos, culinária, sistema político etc.) auxiliam na imersão do leitor, instigando a sua curiosidade para exploração e dando abertura para que este use sua própria criatividade para contribuir com o universo, estimulando a troca entre demais consumidores (Wolf, 2012, p. 2), como ocorre nos fandoms.

Outro recurso, este para *atrair* fãs, é o investimento de mídias de maior alcance em obras de outras mídias que já possuam engajamento ou até mesmo um fandom formando, desde que se observe a possibilidade de aumento deste. É o caso de séries e filmes baseados em livros (como *Game of Thrones*, *Sherlock*, *Gossip Girls*, *The Vampire Diaries*, *Outlander*, *13 Reasons Why* e os filmes da saga Harry Potter e Senhor dos Anéis), HQs ou mangás (como *Dragon Ball*, *Naruto*, *Sakura Card Captors*, *Riverdale*, e os filmes e séries das franquias Vingadores e Liga da Justiça) e games (como *Tron*, *Tomb Raider*, *Warcraft* e os filmes e a animação da franquia Pokémon).

Evidentemente, o caminho inverso também é válido: obras televisivas ou cinematográficas com um público já estabilizado podem muito bem explorar diferentes mídias. Nestes casos é mais comum que, no lugar de serem adaptadas, elas tenham sua narrativa expandida, induzindo o espectador mais entusiasta a consumir diferentes produtos para uma experiência completa e uma imersão ainda maior. São as chamadas narrativas transmídia, que contam suas histórias através das mais variadas mídias, a exemplo de *Matrix* (filmes, HQs, *action figures*, animês, *games*), *Lost* (série, livros, websites, podcast, jogo de realidade alternada, *games*, *webvideos*) e dos já citados *Harry Potter* (livros, filmes, peça teatral, *games*, jogos de realidade alternada, parque, website) e *Star Wars* (filmes, HQs, *games*, bonecos, *action figures*, parques). Não por coincidência, universos fictícios costumam ser retratados na forma transmidiática (Wolf, 2012, p. 3). Para Jenkins (2008, p. 48):

A narrativa transmídia refere-se a uma nova estética que surgiu em resposta à convergência das mídias – uma estética que faz novas exigências aos consumidores e depende da participação ativa de comunidades de conhecimento. A narrativa transmídia é a arte da criação de um universo. Para viver uma experiência plena num universo ficcional, os consumidores devem assumir o papel de caçadores e coletores, perseguindo pedaços da história pelos diferentes canais, comparando suas observações com as de outros fãs, em grupos de discussão on-line, e colaborando para assegurar que todos os que investiram tempo e energia tenham uma experiência de entretenimento mais rica.

Nas narrativas transmídia o produto de cada mídia, apesar de ser invariavelmente ligado ao universo e à franquia, deve funcionar independentemente, de modo que o consumidor que opte por consumir apenas uma das formas não tenha sua experiência prejudicada, mas aquele que as consuma por completo tenha a sua enriquecida. Idealmente, cada conteúdo contribui de maneira diferente para a narrativa geral, explorando ao máximo o que a sua mídia pode oferecer (Jenkins, 2008)

Mais uma alternativa para a criação de produtos que atraiam o público ativo está na escolha do talento que dará rosto ao produto, como o *star system*, citado acima também como tática de divulgação. Também é comum trabalhar na personalidade do ídolo, “construindo” uma imagem carismática que desperte o interesse do público. É o caso de cantores ou grupos musicais voltados para o público teen, em que as gravadoras delimitam desde os assuntos que podem ou não ser discutido por eles em entrevistas

até a forma de vestir. Comentando sobre o sucesso do *No Strings Attached*, segundo álbum da *boy band* americana \*NSYNC que vendeu mais de 11 milhões de cópias no ano 2000, Anderson (2006, p. 29, grifo meu) escreve que:

A indústria desvendara o código comercial. Ela havia descoberto a fórmula secreta para produzir hits: vender homens jovens e varonis a jovens mulheres. O que funcionara com Elvis Presley agora podia ser replicado em escala industrial. *Tudo tinha a ver com aparência e personalidade produzidas*. A música em si, que era terceirizada para um pequeno exército de profissionais (52 pessoas constam da lista de créditos de *No Strings Attached*), pouco importava.

A construção de carisma por celebridades ganhou uma nova dimensão depois da ascensão das mídias digitais. Embora o misticismo que as cerca não deixe de existir, ele cede espaço à figura do amigo que interage e divide conosco sua rotina. Através das redes sociais, o ídolo pode falar sobre seu dia-a-dia, suas opiniões e seus problemas mundanos olhando diretamente para a câmera enquanto no próprio quarto ou cozinhando sua refeição preferida, como na festa de pijama dos sonhos. Aliás, tem se tornado frequente que a fama venha antes do contrato, pulando várias incertezas acerca dos riscos de rejeição. Através do perfil digital seguido por dezenas de milhares de pessoas, a personalidade virtual cai no radar do produtor – foi assim que teve início a carreira de cantores com um enorme grupo de fãs, como Justin Bieber, Shawn Mendes, Ed Sheeran e Cardi B.

Por último, há ainda recursos para *manter* a atenção do público engajado, algo como os questionários, *surveys* e grupos focais aplicados a consumidores de telenovelas e séries. Um dos recursos mais debatidos atualmente nos fandoms são os *fanservices*, termo de definição ainda vaga, porém que, em linhas gerais, significa a inserção de elementos sem reais contribuições artísticas para agradar ou atender demandas dos fãs. Os *fanservices* são mais comuns em narrativas fictícias, porém ocorrem também entre celebridades, como quando membros de uma *boyband* interagem de maneira que incentive o *ship* (desejo do fandom ou de uma parte dele de que duas ou mais pessoas, reais ou fictícias, formem uma relação amorosa).

Talvez o caso mais curioso de *fanservice* seja da série de animação *My Little Pony: a Amizade é Mágica*, que acompanha a história de pôneis coloridos e outras criaturas mágicas no reino fantástico de Equestria, centrada na protagonista, a pônei unicórnio Twilight Sparkle. Inicialmente voltada para o público infantil feminino, a animação

surpreendentemente atraiu a atenção de homens em idade adulta, os chamados *bronies* (plural de *brony*, união das palavras “irmão” e “pônei” em inglês). Estatísticas divulgadas em um relatório próprio do fandom adulto divulgam que em 2014 eles consistiam em 80,6% de fãs do sexo masculino, com a idade média de aproximadamente 21 anos e 79,2% brancos (Brony Herd..., 2014). Entre as atividades já realizadas pelo fandom constam: *fanfictions*, *fanarts*, websites, blogs, *games*, animações, curtas-metragens, documentários, músicas, campanhas de arrecadação para caridade e convenções internacionais anuais (So..., 2012). A relação entre bronies e a Hasbro, empresa responsável pelos direitos criativos da marca, nem sempre foi de concordância, mas, percebendo a incessante determinação dos fãs, além de produtos licenciados da marca para adultos, que chegam a cem dólares (Orsini, 2015), a equipe da série passou a introduzir nos episódios referências à subcultura dos *bronies*, como a incorporação da personagem Derpy, pônei de olhos cruzados que chamou a atenção em fóruns virtuais enquanto aparecida no fundo do primeiro episódio e logo se tornou uma espécie de mascote para o fandom.

Vale lembrar que os recursos supracitados não necessariamente são escolhas artísticas feitas consciente ou inconscientemente pelo trabalhador cultural. Como lembra Boni, ao falar da construção de mundos, alguns deles “são labirintos experimentais”, enquanto outros “resultam de estratégias corporativas e esforços industriais destinados a saturar o mercado” (2017, p. 23, tradução minha). O fator *assalariamento* dá à empresa produtora o poder de imposição, e os demais fatores tornam essas escolhas mais ou menos propensas, afinal o interesse é produzir conteúdo que consiga um público numeroso ou engajado o suficiente para converter o valor simbólico em valor econômico

#### **4. Considerações finais**

Descrito os direcionamentos que levam ao consumo do fã, podemos, agora, complementar a premissa inicial: *só se gosta daquilo que se conhece; só se conhece o que é produzido; só se produz aquilo capaz de gerar lucro; e só gera lucro aquilo que o público gosta*. Porém, não devemos cair novamente na ilusão de que isso significa de alguma forma um ciclo perfeito ou até a determinação por parte da audiência: por mais que o gosto do público seja fundamental para o funcionamento dessa lógica, seu poder

de influência é significativamente menor que o interesse das indústrias, que, ao direcionar o que se conhece e o que é produzido, subordina também o próprio gosto. No mais, numa sociedade midiaticizada e com o conseqüente aumento na concorrência entre bens culturais, o engajamento é moeda de troca valiosa entre as indústrias e o Capital e o Estado a quem atendem. É aí que podemos encontrar o local do fã na Indústria Cultural: é ele o responsável pelo interesse dos produtores em criar e manter conteúdos – em troca, ele pode continuar desfrutando dos prazeres que a obra ou o ídolo lhe traz.

Tendo entendido a competência do fã perante as obras ou os artistas que idolatram – que, por sua vez, são instrumentos da Indústria Cultural –, bem como o real alcance da sua “autonomia”, podemos enfim entender como os fandoms se mobilizam para exercer a influência que lhes cabe, sem cair no discurso entusiasta. Como lembra Jenkins (1992, p. 45-46), o consumo de fã é um “processo social” no qual as interpretações pessoais são remodeladas a partir da interação, expandindo a experiência para além do que seria inicialmente – levando à admiração, afeto, e dedicação, tornando este consumidor estimulado a investir de diferentes formas na obra. É esse investimento que é pretendido pelos produtores, numa conversão do valor simbólico causador das emoções típicas do fã.

A maneira mais óbvia desse investimento acontecer é a partir da conversão direta, já que a propensão do fã em pagar pelo consumo é significativamente maior que a do público comum. A preocupação com os riscos da aleatoriedade de realização, que é a grande questão da produção cultural, é diminuta quando produzindo uma obra com uma audiência fiel. Com o marketing correto essa parcela do consumo é já previamente garantida, reduzindo as especulações para o “além do que já é certo”. No mais, a intenção de compra dos fãs também se estende a diversas ramificações comerciais da obra ou de seu universo, como a trilha sonora, edições especiais, roupas, bonecos, eventos e demais produtos licenciados.

O afeto do fandom também é suficiente para servir de divulgação sem custos adicionais – e uma muito poderosa, diga-se de passagem. Influenciados pelos produtores, artistas ou ainda, na maioria das vezes, independentemente, os grupos se mobilizam para anunciar novas produções ou enaltecer as antigas. Em troca, eles podem ter a satisfação pessoal de saber que “ajudam” o ídolo no seu sucesso, e, principalmente,

validam e justificam seu gosto, frequentemente desdenhado, fundamentando, portanto, seu status de capital social segundo Bourdieu (2008). Com as ferramentas digitais, o desejo de divulgar e apoiar o produto cultural é facilitado, se manifestando através de postagens no próprio perfil, uso de *hashtags*, campanhas para “viralizar” conteúdo, estratégias para destacar a obra comercialmente etc., tudo com um alcance muito maior que o círculo do fandom.

Semelhante à necessidade de divulgação, há a de propagar o texto para outros consumidores. Voluntariamente, talvez devido ao capital social incorporado à participação e conexão social típicos das culturas participativas, fãs criam e mantêm recursos para possibilitar ou facilitar o acesso às obras, como a disponibilização de *downloads* e traduções. Não suficiente, ainda oferecem meios para auxiliar em como interpretar e ressignificar o conteúdo, através de resenhas, vídeos com comentários ou discussões em fóruns – algo como um “guia de consumo”, indicando às massas as melhores formas de recepção (Vieira, 2015, p. 78).

Existem, ainda, outros modos, menos evidentes, de capitalizar o engajamento. Uma obra com um grande fandom engajado em engrandecê-la e divulgá-la tem seu valor simbólico aumentado pelo próprio fetichismo que a engloba. Antes de tudo, o gosto é indeterminável: mesmo com todos os estudos, estratégias e campanhas, não há qualquer garantia de que quaisquer estratégias sejam efetivas – novamente levando à aleatoriedade. O objeto que não apenas consegue agradar o gosto de determinado grupo, mas fazê-lo de forma tão precisa a ponto de levá-lo à tamanha adoração irremediavelmente vai permear o imaginário popular. Em grandes escalas, esses casos chegam a ser denominados de “fenômenos culturais”, como os filmes de franquias de guerra espacial ou super-heróis, que, uma vez considerados ambiciosos filmes de nicho, seguem quebrando recordes de bilheteria, um filme após o outro.

Porém, ao explorar o engajamento dos fãs, é dado a eles uma importância grande o suficiente para que eles encontrem a liberdade de fazer certas exigências em contrapartida. As demandas são mais específicas que um simples feedback da audiência, visto que o fandom além de um grupo altamente interativo de consumidores engajados, energéticos e apaixonados, é também espaços de apropriação (Vieira, 2015; Jenkins, 1992) e a sua energia para exaltar é a mesma para criticar. Portanto, ao mesmo tempo que é a audiência garantida, é o público com olhar mais atento e difícil de agradar.

O exemplo máximo da rejeição do fandom são as campanhas “*save our show*”, em que os fãs se mobilizam para exigir a renovação de uma série cancelada pela emissora de TV (provavelmente porque seus números de recepção não justificariam sua continuidade). O consumidor ativo entende suficientemente da indústria que seu ídolo se insere para traçar campanhas ordenadas e muito frequentemente efetivas, que operam através da tentativa de persuadir emissoras, produtoras e até anunciantes. Em uma das mais famosas mobilizações para renovação, fãs da série *Cagney & Lacey* enviaram em 1968 dezenas de milhares de cartas para produtores do show, executivos da emissora e editores de revistas para conseguir a produção de uma terceira temporada, com sucesso. Só Dorothy Collins Swanson assume ter enviado mais de 500 cartas sob diferentes assinaturas e compelido amigos e familiares a escrever outras dezenas, vindo depois a criar o grupo *Viewers for Quality Television*, dedicado a salvar séries que eles consideravam “de qualidade” (Savage, 2014).

Para a indústria, é importante atender as demandas dos fãs pois, assim, estes poderão exercer seu potencial lucrativo ao máximo. Entretanto, nada é dado sem antes balancear os custos e benefícios da própria empresa. Comentando em um seminário promovido pela *Academy of Television Arts and Sciences* em 1988, Perry Simon (em Sabal, 2001, p. 185, tradução minha), Vice-Presidente Sênior para Programação de Séries da emissora NBC explicou que:

Nós tivemos algumas campanhas diferentes com cartas escritas. Uma foi para ‘Max Headroom’, que nós queríamos desesperadamente que continuasse no ar, mas estava ganhando 8 quotas [8% do mercado]. Nós teríamos que ter 12 milhões de cartas para manter uma quota de 8 no ar. Até uma de 15 poderia ter feito, mas uma de 8 foi difícil. Nós usamos as cartas como uma ferramenta para avaliar shows – se você tiver dado uma chance à série, mas não teve uma boa reação do público e você está se perguntando se há uma audiência para isso. Se você começar a receber uma tremenda quantidade de correspondências e aclamação dos críticos, impressos e eletrônicos, percebe que dar ao show a um pouco mais de tempo pode dar a ele chance de decolar. Você pode pegar vantagem dessa publicidade. Você usa isso. Mas você não faz o mesmo julgamento em todos os shows. Tem que julgar cada show especificamente.

Mais uma vez somos lembrados de que o empenho do fandom tem seu papel reconhecido na Indústria Cultural e pode ser determinante para o objeto idolatrado, mas sua influência se encerra quando os interesses do capital são postos em xeque.

## Referências bibliográficas

- ANDERSON, Chris. **A Cauda Longa**: do mercado de massas para o mercado de nicho. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.
- ARBOLEYA, Arilda. Agência e estrutura em Bourdieu e Giddens pela superação da antinomia “objetivismo-subjetivismo”. **Sociologias Plurais**, v. 1, n. 1, p. 6-27, 2013.
- BOLAÑO, César. **Indústria Cultural, Informação e Capitalismo**. São Paulo: Hucitec, 2000.
- BONI, Marta. Introduction. In: BONI, Marta (ed.). **World Building**, 2017.
- BOURDIEU, Pierre. **A distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. Gostos de classe e estilos de vida. In: ORTIZ, Renato (org.). **Pierre Bourdieu**: Sociologia. São Paulo: Ática, 1983.
- BRONY HERD CENSUS & STATE OF THE HERD REPORT. **Herd census**, 20 mar. 2014. Disponível em: <http://herdcensus.com/2014%20STATE%20OF%20THE%20HERD%20REPORT.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2019.
- COSTA, Sarah Moralejo da. **Fanworks de fanworks**: a rede de produção dos fãs. 2018. 258 p. Tese (Doutorado em Comunicação) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.
- FDA. **Film distribution: connecting films with audiences**, [S. l.], on-line, Future Learn. [201-]. Disponível em: <https://www.futurelearn.com/courses/film-distribution>. Acesso em: 05 nov. 2019.
- FIGUEIREDO SOBRINHO, Carlos; BOLAÑO, César. Social Media and Algorithms: Configurations of the Lifeworld Colonization by New Media. **International Review of Information Ethics**, v. 26, p. 26-38, 2017.
- GIDDENS, Anthony. **A Constituição da Sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- HOW HAS MOVIE MARKETING AND DISTRIBUTION EVOLVED OVER TIME? **Forbes**, New York, 11 fev. 2014. Disponível em: <https://www.forbes.com/sites/quora/2014/02/11/how-has-movie-marketing-and-distribution-evolved-over-time/#246bc0841f62>. Acesso em: 20 abr. 2019.
- JENKINS, Henry. **Cultura da convergência**. 2. ed. São Paulo: Editora Aleph, 2008.
- JENKINS, Henry. **Textual Poachers**: television fans; participatory culture. New York: Routledge, 1992.
- LEE, Hye-Kyung. Transnational Cultural Fandom. In: DUIJS, Linda; ZWAAN, Koos; REIJNDERS, Stijn (ed.). **The Ashgate Research Companion to Fan Cultures**. Surrey: Ashgate Publishing Ltd, 2014. p. 195-208.
- MARX, Karl. **Contribuição para a Crítica da Economia Política**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- MONTEIRO, Camila Franco. **Haters gonna hate**: como funciona o sistema de disputas entre fãs e antifãs da banda Restart. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – INTERCOM, 35., 2012, Fortaleza. Anais [...]. São Paulo: Intercom, 2012. p. 1485-1501.
- MORIN, Edgar. (1957). **As estrelas, mito e sedução no cinema**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989.
- MURDOCK, Graham. La Investigación Crítica y Las Audiencias Activas. Estudios sobre las



- Culturas Contemporaneas, **Colima**, v. 4, n. 10, p. 187-223, 1990.
- ORSINI, Lauren. Hasbro Cashes In On Bronies With \$100-Plus 'My Little Pony' Toy Line. **Forbes**, New York, 25 set. 2015. Disponível em:  
<https://www.forbes.com/sites/laurenorsini/2015/09/25/hasbro-cashes-in-on-bronies-with-100-plusmy-little-pony-toy-line/#257fbaed797f>. Acesso em: 22 abr. 2019.
- SABAL, Robert. Television Executives Speak about Fan Letters to the Networks. In: LEWIS, Lisa A. **The Adoring Audience: Fan Culture and Popular Media**. London: Routledge, 2001. p. 185-188
- SANTOS, Verlane Aragão. Um diálogo com os Estudos Culturais, a partir da EPC. **Revista Eptic**, São Cristóvão, v. 21, n. 2, p. 93-105, mai./ago. 2019.
- SAVAGE, Christina. Chuck versus the Ratings: Savvy Fans and 'Save Our Show' Campaigns. In: STANFILL, Mel; CONDIS, Megan (ed.). **Transformative Works and Cultures**, n. 15, 15 mar. 2014
- SCHNEIDER, Marco. **A Dialética do Gosto: informação, música e política**. Rio de Janeiro: Editora Circuito, 2015.
- SO, WHAT IS A BRONY? In: WHATISABRONY, [S. l.], 11 abr. 2012. Disponível em:  
<https://whatisabrony.com/>. Acesso em: 19 abr. 2019.
- VIEIRA, Eloy. **O lugar do fandom no processo produtivo das indústrias culturais no contexto da cultura da convergência: os casos de "Doctor Who Brasil" e "Universo Who"**. 2015. 145 p. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação pela Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2015.
- WOLF, Mark J. P. **Building Imaginary Worlds: The Theory and History of Subcreation**. New York: Routledge, 2012.
- ZALLO, Ramón. **Economía de la comunicación y la cultura**. Madri: Akal, 1988.

# **POLÍTICAS CULTURAIS E ECONOMIA POLÍTICA DA CULTURA**

## O adiamento de estreias de blockbusters americanos durante a pandemia e o aumento do espaço de exibição para as cinematografias nacionais

Gabriela ANDRIETTA<sup>1</sup>

### 1. Introdução

Antes da pandemia, a grande inovação no setor de exibição eram as telas de LED. A primeira tela de LED foi inaugurada em São Paulo, no Cinépolis do Shopping Iguatemi JK. A diferença na qualidade da exibição reside no contraste infinito, causado pelas 8 milhões de LEDs na tela de 455 polegadas, com resolução 4K, o que aumenta a sensação de imersão. No entanto, com a pandemia, as preocupações do setor se voltaram para a sobrevivência.

Os ingressos passaram a ser vendidos online e em *tokens* para evitar a contaminação dos funcionários e as salas passaram a funcionar com distanciamento e capacidade reduzida. Além dessas precauções protocolares, o setor passou a investir em tecnologias que garantissem a segurança dos espectadores e possibilitem a reabertura das salas. A Christie lançou recentemente um aparelho de iluminação ultravioleta, com tecnologia patenteada para a desinfecção de espaços internos mesmo havendo a presença de pessoas no ambiente. No entanto, com as novas ondas, fica difícil prever uma reabertura que permita que os cinemas comecem a ter rentabilidade sem uma campanha de vacinação em massa.

A pandemia certamente desequilibrou ainda mais o setor, já configurado pelo monopólio de poucas empresas tanto no setor exibidor como no setor distribuidor. Nesse sentido, o *streaming* foi apontado como um caminho alternativo de exibição para filmes que não conseguem alcançar o circuito comercial do cinema. No entanto, assim como a televisão não significou o fim do cinema, mesmo com a ampliação de oferta de conteúdo digital e a maior familiaridade com o *streaming* durante este período de

---

<sup>1</sup> Doutora em Artes Visuais no Programa de Pós Graduação em Artes Visuais da Unesp/SP. Email: gabiandrietta@gmail.com

distanciamento social, esta atividade ainda é um importante hábito cultural dos brasileiros.

Para Patrícia Kamitsuji, importante agente do mercado de distribuição brasileiro, com a pandemia, ocorreram muitas mudanças estruturais entre os exibidores e os distribuidores. Independentemente de o filme ser brasileiro ou internacional, o grande desafio do distribuidor é aumentar a rentabilidade do filme junto a sua plateia.

Os filmes estrangeiros têm franquias e filmes e gêneros com grandes fãs lá fora que não se traduzem aqui. Para o distribuidor não tem filme ruim. Existem filmes com audiência limitada ou que são mais sofisticados para festivais, e o trabalho é encontrar a audiência e fazer essa mensagem chegar ao máximo de pessoas que possam assistir. É um grande desafio (Kamitsuji, 2021).

Patrícia reconheceu um grande potencial no filme “A Culpa é das Estrelas” e um mercado de nicho se tornou um Blockbuster. Foi necessário, todavia, um orçamento maior para fazer uma grande campanha. Segundo ela, é preciso fazer com que o filme faça a sua carreira, encontre a sua audiência, e aumente o seu potencial.

Adhemar Oliveira ressalta a importância da divulgação e da fidelização de público para o cinema. A coleta de dados e mapeamento do mercado são fundamentais para que as estratégias de marketing sejam pensadas:

O cinema brasileiro não está usando as redes para acessar a plateia. Isso é um erro. A rede [precisa ser] alguém local. Em Salvador, contamos com uma menina de vinte e um anos, que faz uma revolução na cidade. A gente colocava um filme a R\$5,0 no domingo e [ela atinge um bom público]. O cinema não está usando isso. É preciso pensar um pouco nessa parte de fidelização e de dados. Algo que demoramos para ter. Em 1986, na França, já havia um mapa do mercado de [determinada] semana, quanto havia arrecadado cada filme, em que lugar, como foram os resultados[...] Agências como Filme B e outras, fazem a coleta. A OCA da Ancine também coleta os dados. Demorou para engrenar, mas são alguns resultados. (Oliveira, 2023).

As inovações, portanto, demoram para chegar no Brasil. Sobre a digitalização, que será estudada no último capítulo, Patricia Kamitsuji pontua que o processo demorou muito. Um problema do setor é que há muita burocracia e há uma tributação excessiva, pois o tributo é cobrado na exibição, distribuição e produção. No entanto, a atividade audiovisual necessita de um alto investimento. Com isso, a utilização de recursos muito importantes para o sucesso dos filmes, como efeitos especiais e trilha sonora, é prejudicada:

No filme brasileiro, temos dificuldade de ter efeitos especiais, trilhas sonoras. Temos roteiros e atores e tentamos fazer o possível. No exterior os filmes têm um valor de produção muito maior. Um valor de produção maior é mais viável nas telas (Kamitsuji, 2021).

Para Kamitsuji, o grande gargalo não é a cota de tela, mas sim o produto:

A cota de tela força a diversidade, mas é preciso ter filmes com apelo de audiência. A pessoa não vai simplesmente para ir ao cinema. A cota aumenta o espaço, mas não o público nacional. O que vai aproximar é o produto. As pessoas querem se ver nas telas. Esse espaço precisa ser produzido e o streaming ajudou as pessoas a terem um gosto mais diversificado. O cinema não tem a diversidade que o streaming proporciona. Depende do momento. Mas o streaming tem um efeito positivo na frequência dos jovens no cinema (Kamitsuji, 2021).

O streaming está afetando as janelas de exibição. A Disney, por exemplo, produz tanto que acabam nem lançando tudo no cinema. No entanto, a lacuna que foi deixada pelos *blockbusters* poderia ter sido mais bem aproveitada pelo cinema nacional. Patrícia afirma que a concentração é prejudicial, mas o pior é a falta de alternativa.

Na pandemia, na Ásia, os países já tinham os seus filmes e foram sucessos. Esse conteúdo alternativo tinha muito potencial. O estúdio toma decisões de forma global. Países que tinham filmes locais tiveram excelentes resultados. A concentração é ruim, mas a falta de alternativa também. Antes o conceito era maximizar o máximo cada uma das janelas, agora a estratégia é ter opções. O cinema era a grande janela e as metas eram focadas no cinema. Agora se escolhe o filme e pode assistir de qualquer forma. O streaming fideliza. O lançamento de cinema hoje é de alto risco. Hoje cada estúdio tem uma estratégia diferente (Kamitsuji, 2021).

O distribuidor trabalha, portanto, o alcance e a audiência. Já o exibidor precisa trabalhar com frequência. É preciso que o exibidor tenha dados para fazer uma campanha e vender mais ingressos para que uma pessoa vá mais ao cinema.

A partir do filme, se determina o escopo de lançamento, o volume, o investimento e o potencial que precisa realizar. E o cinema deve trabalhar os dados. O exibidor precisa saber do cliente, dos hábitos de consumo. Com os dados da audiência os exibidores teriam mais informações, com o algoritmo da Netflix (Kamitsuji, 2021).

Patricia Kamitsuji conta que o produtor do filme "Nosso Lar", do diretor Wagner de Assis, a procurou, pois, havia gostado muito da distribuição do Filme "Paixão de Cristo". No filme, pela temática delicada, houve um grande cuidado com o respeito às crenças religiosas. Foi realizada uma revisão da tradução por um teólogo, que mudou

rezar por orar, por exemplo, pois orar pode ser para todo mundo. Além disso, o filme "Nosso lar" teve uma trilha sonora bem-feita, grandes efeitos especiais e uma boa fotografia. Para quem não é religioso, poderia receber o filme como ficção científica. Já "Se eu fosse você", do diretor Daniel Filho, foi um grande sucesso por conta dos grandes atores e pelo entretenimento que proporcionou. Para ela, no Brasil, as pessoas vão ao cinema para se divertir.

Na Expocine 2022, evento que reuniu produtores, distribuidores e exibidores para falar sobre o audiovisual, Patricia Kamitsuji e Bia Schimidt analisaram a falta de integração do setor. Para elas, houve uma grande adesão às ações que visaram levar as pessoas ao cinema, o que sugere que o preço dos ingressos afeta a frequência. Assim como na entrevista realizada neste trabalho, Patrícia reiterou a necessidade de estratégias para aumentar a frequência da ida ao cinema e a sua aposta na venda antecipada e na diversidade de programação. O exibidor então deve se valorizar enquanto ponto de venda e fidelizar os seus clientes. Após a digitalização e modernização do cinema, é preciso utilizar aplicativos para garantir promoções e ações de fidelização. O avanço tecnológico permitiu também a utilização de telas de última geração e potência de som, que são recursos superiores ao streaming. Patrícia acredita que independentemente dos blockbusters que serão exibidos, é preciso manter as pessoas no cinema (O EXIBIDOR, 2022).

Nesse sentido, para Kamitsuji, em entrevista ao Portal Filme B, o exibidor deve pensar no consumidor:

Os produtores e distribuidores estão pensando em janelas, mas é o exibidor quem tem o contato direto com o espectador, porque é ele quem vende o ingresso. Não adianta criar um grande conteúdo e bolar uma grande estratégia de lançamento se o ponto de contato com o consumidor não tiver avançado em termos de experiência e tecnologia. Para as vendas antecipadas, tem taxa de conveniência, você paga mais caro do que diretamente na bilheteria. Aí o consumidor desiste de comprar o ingresso on-line, mas, quando chega no cinema, encontra fila. É um efeito dominó que contribui para uma experiência negativa. (Kamitsuji, 2023).

É preciso repensar a taxa para que não prejudique a ida do frequentador ao cinema. Para ela:

Os exibidores precisam trabalhar a frequência de público, ou seja, a mesma pessoa deve ser estimulada a ver mais filmes em vez de ir ao cinema como um programa pontual. O exibidor não pode pensar que

o trabalho dele é simplesmente vender pipoca e ingresso", mas sim devem vender horário e poltronas, independentemente de qual filme esteja sendo exibido (Kamitsuji, 2023).

O exibidor de cinema Paulo César Lui (2021) comenta que muitos exibidores ainda estão tecnologicamente defasados na administração das suas salas de cinema, pois há estabelecimentos que ainda nem utilizam a máquina de cartão de crédito para receber pagamentos. É preciso facilitar a experiência do espectador oferecendo modernizações, como a compra de ingressos online. Além das facilidades operacionais que a tecnologia permite, Lui comenta sobre a necessidade da melhora na qualidade do conforto na exibição dos filmes. É preciso que os cinemas ofereçam uma boa projeção, um bom som, limpeza, ar-condicionado.

O fortalecimento de cinematografias nacionais durante a pandemia, como na França e na Coreia do Sul, mostrou que há um público para o cinema nacional. Dessa forma, é possível pensar uma programação mais diversa para o cinema também como uma forma de enriquecer a experiência do cliente.

A ação "Semana do cinema", organizada pela FENECC (Federação Nacional das Empresas Exibidoras Cinematográficas), com o apoio da Abraplex, teve um grande sucesso de público, com ingressos e combos a preços promocionais. Mais de 3,3 milhões de pessoas foram ao cinema para conferir filmes no valor de R\$10. Essa semana foi o terceiro melhor final de semana do ano, e a quarta melhor cine-semana de 2022. O "dia nacional do cinema", com ingressos vendidos a \$3, também marcou um recorde de venda de ingressos nos Estados Unidos. Apesar de não ter revertido a renda direta de bilheteria, mais de 8 milhões de espectadores estiveram nos cinemas (O Exibidor, 2022).

No entanto, infelizmente, o termo recuperação ainda não é apropriado. A oferta de filmes, até mesmo de *blockbusters*, está de volta, mas a audiência ainda não retornou aos cinemas. Graças ao suporte estatal, as telas ficaram intactas. O mercado de distribuição mudou muito. Os grandes estúdios americanos estão produzindo filmes para distribuição nas suas plataformas. No entanto, filmes independentes não tem uma vida longa no streaming. Menos filmes com um investimento maior pode alavancar determinados filmes que podem alcançar uma audiência maior, especialmente depois que muitas audiências descobriram filmes locais na pandemia.

Sobre o retorno do público após a pandemia, Oliveira (2023) acredita que as classes mais baixas não mudaram os seus hábitos culturais, pois não puderam ficar isoladas por conta da sua rotina de trabalho, assim continuaram frequentando o cinema. A classe média diminuiu a frequência. A população idosa, que foi a mais ameaçada pela pandemia, ficou mais medrosa. Houve, então, uma perda considerável de público. Mesmo com o fim da pandemia, o público não retornou ao cinema com a mesma frequência. Sobre a recuperação do setor, Adhemar Oliveira acredita que depende muito das mudanças estruturais econômicas e financeiras:

[...] Agora a reconstrução disso vai passar pela superação dos problemas econômicos. Dólar alto, falta de crédito, necessidades econômicas de reinvestimento. [...] Há elementos que dependem do próprio meio. Dependem da economia, como crédito, dólar. No caso do Brasil, o dólar é fundamental para a indústria do cinema, pois ele mapeia a possibilidade de ofertar. O espectador não sabe, mas alguém financia o filme para trazê-lo (Oliveira, 2023)

Durante a pandemia, houve um público que migrou para o *streaming*. Todavia, na opinião de Adhemar Oliveira, os algoritmos tiram a autenticidade e originalidade da arte:

Os algoritmos são completamente pensados para as pessoas consumirem, não tem aquela parte de você assistir algo original, autêntico, perde toda essa autenticidade da arte. De uma certa forma, as novelas tinham um pouco disso. De ofertar o que o público quer. Ao fazer isso, na realidade, você está mandando no veículo, pois quem está criando, está formatando. E quem está formatado não é o público. O público já é formatado. Em alguns filmes, já inverteu tudo. É difícil essa questão do *streaming* também, pois como ele paga por minuto, nas primeiras séries que deu sucesso [havia muitas cenas de minutos em que não acontecia nada]. [Mas o sucesso] vem da linguagem, que visa justamente evitar essa [prolixidade]. E nós estamos perdendo. No streaming, a gente está perdendo. (Oliveira, 2023).

No entanto, o cinema ainda é uma janela muito rentável e interessante para os estúdios, pois além dos ingressos garantirem uma possibilidade de renda maior, são vendidos acessórios e produtos relacionados às temáticas e personagens dos filmes. Ou seja, quando os filmes estreiam diretamente nas plataformas, muitas possibilidades de rentabilidade são perdidas:

Se a Netflix fosse a dona dos direitos do filme "Pantera Negra", teria lançado diretamente na sua plataforma. Mas, "Pantera Negra" arrecadou mais de um bilhão de dólares. Teve a venda dos acessórios também. Ganhou muito na primeira janela. Direto no streaming, não



tem outro mercado depois. Não faz sentido. As salas de cinema são um artigo colocado. São quantas mil salas no mundo? E é uma primeira janela. Aí você tem a segunda, a terceira e todas as outras. A TV aberta vai render dinheiro durante uma década. Não se pode rasgar isso (Oliveira, 2023)

Apesar do streaming ter começado com alta rentabilidade, as pessoas ainda optam por sair de casa. É preciso pensar em estratégias para atrair novamente o público, algo que o mercado da música conseguiu realizar.

Eu vejo pelo cinema. Um dia que chove, no primeiro dia, todo mundo fica em casa. No segundo dia de chuva, pouca gente. No terceiro dia de chuva, o cinema lota. Ninguém mais aguenta ficar em casa. Cinema é convívio. É o desconhecido. Você tem esse lance com o teatro, o cinema, o show. Você pode escutar a música na sua casa. Você pode ver filmes na sua casa, mandar fazer teatro na tua casa. Mas o que é que você busca quando você vai para um lugar desse? Encontrar com gente que nunca viu. É uma experiência muito mais completa. E isso é milenar. [...] Estão apostando agora nesses shows massivos. Estou vendo que o dinheiro da mídia está indo todo para isso. Porque teve um uma baixa, mas agora tem um [show] atrás do outro na área de música. Pode ser aquela energia represada da pandemia. Na área do cinema, como a gente reverte isso? Eu diria o seguinte. É ficar atento às tendências. Porque não existe solução pré-determinada. [...] Você tenta o ir para um lugar, e a tendência te leva para outro sem saber. [...] E você aprende com isso. Então, é um processo (Oliveira, 2023).

Sobre as campanhas que propõem um preço mais acessível dos ingressos, Adhemar Oliveira acredita que foram boas, mas que ainda falta experiência do circuito do sindicato e organizar eventos com elementos de diferentes indústrias, que é o que acontece com shows nos intervalos dos jogos do Super Bowl, campeonato de futebol americano.

Adhemar Oliveira comenta sobre como a concorrência com o *streaming* e a perda do ator, diretor e roteirista Paulo Gustavo, foram prejudiciais para o cinema nacional. Fatores econômicos como a falta de crédito e a alta do dólar também prejudicaram a diversidade, pois encarecem a compra de filmes independentes:

Os nossos artistas foram sugados pelo streaming, o que diminuiu a condição, desorganizou a produção e a distribuição e vai demorar até o ano que vem para regularizar. Perdemos o carro chefe da nossa indústria, que era o Paulo Gustavo em termos do cinema popular. Paulo Gustavo [representava cerca de] 50% da indústria. E ele morreu na pandemia. Havia um cinema que era satélite dele. Tinham vários filmes menores que faziam um milhão de espectadores. Esses filmes eram "filhotes" do pensamento, da postura, desse cinema espontâneo, meio eschachado. Ele atuava e colaborava em vários

outros lugares, seja na TV, ou em outras produções. Foi um gênio da área dele. E a gente perdeu isso. A população também mudou porque ela foi acuada pela morte e ficou meio assustada, então aqueles tipos de comédia perderam um pouco o sentido. O gênero terror ganhou espaço [...] Filmes de terror não brasileiros de fora, alguns brasileiros, mas a maior parte de fora, ganharam uma ocupação que não tinham. No percurso, a gente tinha formado um gosto que voltou atrás. [Todos esses fatores, somados à saúde mental e ao governo Bolsonaro, fizeram a gente retroceder um pouco]. [Com a alta do dólar, ficou mais caro importar um filme e cobrar em reais], o que diminuiu economicamente a atração de filmes para o cinema. São fatores variados. Para comprar filmes independentes, ficou mais caro, e isso diminuiu muito a compra (Oliveira, 2023).

Com o aumento da demanda de produtos para o streaming, cresceu também a produção de originais. Todavia, essa produção não implica na entrega dos direitos de propriedade das obras pelas plataformas às produtoras, aos roteiristas e aos trabalhadores do audiovisual. Um dos problemas é que a legislação não acompanha a velocidade da entrada das novas tecnologias. Os principais conflitos na exibição de obras audiovisuais, atualmente, envolvem o direito do autor e o direito de propriedade sobre as obras.

## **2. O adiamento de estreias de blockbusters americanos durante a pandemia e o aumento do espaço de exibição para as cinematografias nacionais**

Na pandemia, muitos estúdios optaram por adiar as estreias dos seus *blockbusters* para não perderem o potencial de público que esses filmes teriam sem o fechamento das salas de cinema e as políticas de isolamento social. Em alguns momentos da reabertura, os exibidores de cinema sofreram com a falta de conteúdo. Em alguns países, como a Coreia do Sul e a França, filmes nacionais supriram esse espaço.

O predomínio de filmes norte-americanos no mercado cinematográfico é marcado pelo oligopólio de empresas americanas e agressivas ações de marketing para a entrada desses filmes em outros países. A hegemonia econômica e cultural dos Estados Unidos facilita a entrada de *blockbusters* no exterior e dificulta que filmes nacionais alcancem uma boa bilheteria e tenham um espaço de exibição competitivo. A insegurança gerada pela pandemia atrasou as estreias de muitos filmes americanos e possibilitou um espaço de exibição maior para filmes nacionais. Assim, a partir de dados

do "Relatório Focus 2021", realizado pelo Observatório Audiovisual Europeu sobre os dados do audiovisual, é possível analisar como o mercado se configurou nesse período e o desempenho da exibição de filmes nacionais nesses mercados.

Segundo o relatório Focus (2021), houve uma queda de 73% na venda de bilheterias no mundo todo, se em 2019 foram vendidos 7,5 bilhões de ingressos, em 2020 foram vendidos apenas 2 bilhões de ingressos. Na América latina, houve uma queda de 80 % na venda de ingressos.

Na Europa, os filmes europeus compensaram a falta de filmes americanos. A participação americana no mercado europeu, diminuiu de 68%, em 2019, para 49%, em 2020. No entanto, é preciso fazer ressalvas à ideia de que estes filmes ficaram fora dos cinemas durante a pandemia, pois entre os 25 filmes mais vistos, os americanos ainda prevalecem. O market share europeu aumentou de 49% em 2019, para 68%, em 2020.

No mundo, alguns países aumentaram significativamente a participação nacional, como no Japão (aumentou em 22%), na China (aumentou em 20%, na Rússia (aumentou em 25%) e na Turquia (aumentou em 23%). O número de filmes produzidos no mundo diminuiu em 25% em 2020. A queda não foi ainda maior pois produtores continuaram investindo e em alguns lugares o apoio estatal conseguiu diminuir o impacto da crise.

Os cinemas franceses ficaram fechados por 162 dias em 2020. Mas o adiamento das estreias americanas ajudou os filmes franceses a aumentarem o seu market share de 34,8% para 44,9%. O governo francês agiu proativamente em resposta à crise e introduziu medidas de suporte, como fundos de emergência e flexibilização de normas e obrigações financeiras. O governo francês criou o "Plano para o setor de filmes e audiovisual", com um orçamento de 165 milhões de euros. Outro fundo de 50 milhões de euros buscou compensar os cinemas pelas perdas durante o lockdown.

No México, a venda de ingressos diminuiu em cerca de 83,9% em 2020. Os filmes nacionais tiveram um aumento de 2 pontos percentuais, aumentando de 10% em 2019 para 12% em 2020. Na Argentina, a bilheteria diminuiu 81,6%. Mas o market share nacional aumentou de 8,4% em 2019 para 24,3% em 2020. O festival Mar Del Plata aconteceu online em dezembro de 2020.

No Brasil, a queda de venda de ingressos foi de cerca de 77,7%. O market share nacional aumentou de 11,8% para 21,7% em 2020. Um dos grandes responsáveis por

esse aumento foi o filme “Minha mãe é uma peça 3”, que estreou antes da pandemia. O filme vendeu cerca de 8,3 milhões de ingressos, mais que a estreia americana *Frozen*, que vendeu 7,8 milhões de ingressos. Mas apenas 57 filmes nacionais foram lançados em 2020, sendo que em 2019 foram lançados 167 filmes nacionais.

O exibidor de cinema Paulo Lui afirma que, na primeira abertura, não havia filmes disponíveis para lançamento, pois os *blockbusters* cancelaram as estreias. Já na segunda abertura, os filmes voltaram. Os filmes brasileiros perderam uma boa oportunidade de preencher esse espaço durante a pandemia:

Havia uma expectativa que os filmes nacionais poderiam tomar esse lugar. O cinema brasileiro perdeu essa chance. Mas o entendimento em relação ao cinema nacional melhorou muito, inclusive sobre a necessidade de uma indústria. (Lui, 2021).

A pandemia e a concorrência com o streaming prejudicaram a exibição de um cinema mais diversos:

Do lado da nossa indústria, nós estávamos bagunçados antes da pandemia. O streaming veio e subtraiu uma mão de obra, os pensadores e tudo mais. Então foi uma tempestade perfeita (Oliveira, 2023).

A pandemia permitiu que os filmes nacionais tivessem um espaço maior em virtude do adiamento de estreias americanas. Entretanto, esse aumento de participação do cinema nacional aconteceu em um momento de incertezas e de diminuição da produção dos filmes nacionais em virtude da crise gerada pelo risco de contágio e pelo fechamento dos cinemas. Mesmo assim, é possível vislumbrar que a diminuição de lançamento de *blockbusters* americanos permitiu o fortalecimento da cinematografia local dos outros países.

### **3. Conteúdo nacional no *streaming***

Após 2019 ter sido um ano excelente para o setor exibidor, com o alcance de números exorbitantes, a pandemia alterou drasticamente o mercado de exibição de cinema. Se antes da pandemia, a preocupação dos exibidores estava voltada para as inovações tecnológicas do padrão digital, que possibilitariam um ganho de qualidade e menores custos, o foco passou a ser a sobrevivência das salas, em um cenário de paralisação e prejuízo, pois o fechamento das salas não cessou as despesas, o que gerou

o endividamento dos exibidores, por conta das dificuldades financeiras para pagamento de aluguel e funcionários.

A prioridade para os cinemas passou a ser o desenvolvimento de protocolos de saúde e de segurança que permitiriam a reabertura, além de enfrentarem a competição com outras janelas de exibição, já que os distribuidores ficaram receosos de estreiar seus filmes em cinemas fechados. Os lançamentos foram então adiados ou migraram para o *streaming*. Outro problema foi o fornecimento de filmes novos, que tiveram sua produção parada por conta do risco de contágio do vírus. No Brasil, as tentativas de reabertura foram frustradas e os cinemas foram impossibilitados de abrir as portas em momentos mais críticos de superlotação nos hospitais. O filme "Tenet", do diretor Christopher Edward Nolan, foi uma tentativa da Warner Bros de lançar um filme à despeito do fechamento das salas. E alcançou uma lucratividade de cerca de 300 bilhões de dólares no mundo todo.

Com os cinemas fechados, muitos distribuidores miraram o *streaming*, que já vinha se fortalecendo tanto pelo aumento da produção de filmes, como apontado no capítulo anterior, como pela expansão das plataformas digitais. No entanto, em relação à rentabilidade, as salas de cinema são muito mais lucrativas para as grandes distribuidoras do que o *streaming*, uma vez que um ingresso pago por um filme é praticamente o valor da mensalidade de uma plataforma, na qual há uma série de filmes disponíveis. Ou seja, a possibilidade de monetizar o filme diminui no streaming, pois é mais lucrativo que uma pessoa compre um ingresso para assistir a um filme.

Mas, durante a pandemia, o cenário mudou e os lançamentos nos cinemas ficaram inviáveis devido às medidas de isolamento e distanciamento social. Com isso, começou a haver uma pressão das distribuidoras pela diminuição do período entre a estreia no cinema e nas outras janelas de exibição. Para Gonzaga, o *streaming*, por exemplo, está indicando um modelo extremamente complexo para o cinema brasileiro:

[...] O que seria explorado em cinco, seis semanas, vai ser explorado em três semanas, 17 dias. Vai ser necessária uma oferta enorme. Seria preciso dobrar o número de salas (Gonzaga, 2021).

Essa prática, normalmente regida pelo mercado e por acordos entre os exibidores e os distribuidores, oferece um desafio para o setor e alguns casos já demonstram a insatisfação dos exibidores, como a reclamação dos cinemas franceses

em relação à estreia do filme *Mulan* no *streaming* sem que passasse pela exibição nas salas de cinema. Ao anunciar o calendário de 2021, a Disney optou pelo formato híbrido para os seus filmes, realizando os lançamentos tanto no cinema como no *streaming* e até mesmo direcionando alguns filmes diretamente para as plataformas online, sem passar pela tela grande. No entanto, as estreias têm um custo maior para os assinantes, que precisam pagar um valor extra de US\$30 pela assinatura premium (Vomero, 2021).

Outro caso polêmico foi o acordo entre a rede de cinemas AMC e a Universal para a diminuição do intervalo das janelas para apenas 17 dias (cerca de 3 semanas). A Universal também lançou "Trolls 2", paralelamente no *streaming* e no cinema. Houve reclamação dos exibidores e ameaças de boicote às produções futuras do estúdio. O acordo aconteceu provavelmente pela baixa rentabilidade dos cinemas e pouco poder de barganha por parte dos exibidores. As janelas de exibição, período de intervalo entre a exibição no cinema nas plataformas de *streaming* costuma de ser 75 dias nos Estados Unidos e pode chegar a 90 dias (Spadoni, 2021).

Na Coreia do Sul, o governo foi favorável aos exibidores em uma disputa entre os cinemas e uma distribuidora local, que já havia cedido os direitos do filme "Time to hunt", do diretor Sung-hyun Yoon, para o cinema, mas antecipou a estreia na Netflix devido ao fechamento das salas. A Coreia do Sul é um país que conseguiu frear a entrada do cinema americano. Em 2018, o *market share* coreano foi de 50,9%. O governo sul-coreano incentivou a transnacionalização do cinema por meio de *joint ventures*, um modelo estratégico de associação entre empresas, que possibilitou a entrada de recursos estrangeiros no país aliados ao capital nacional dos *chaebols*, conglomerados de empresas familiares, tornando a Coreia um dos maiores mercados de exibição do cenário internacional. O ressurgimento da indústria cinematográfica ocorreu em 1993, depois que o cinema sul-coreano havia atingido um *market share* de apenas 15,9%. Uma das medidas tomadas pelo governo naquele momento foi o desenvolvimento da tecnologia da informação e a ampliação da penetração da internet de alta velocidade, além de uma agressiva política de cotas de exibição dos filmes nacionais implementada pelo governo sul-coreano o que garante a diversidade e amplia o espaço dos filmes independentes.

Após o sucesso do filme *Parasita*, do diretor Bong Joon-ho, havia a expectativa de que 2020 seria um ano histórico para a indústria cinematográfica sul-coreana. Mas

essas expectativas foram frustradas pela pandemia. Em fevereiro, um pouco antes da pandemia avançar, a refilmagem sul-coreana do filme brasileiro “Candidato Honesto” teve uma boa estreia e alcançou o marco de 1,5 milhões de espectadores. No entanto, a partir de então, as estreias passaram a ser adiadas, incluindo uma versão em preto e branco do filme Parasita.

De acordo com o Korean Film Council, a bilheteria em 2020 caiu cerca de 88% se comparada ao mesmo período de 2019. Mais de 75 estreias de cinema foram suspensas (incluindo 27 filmes nacionais). O programa do governo “*Movie Theater Relief Initiative*” isenta os exibidores de pagar a contribuição de 3% sob a bilheteria para o Fundo de desenvolvimento para o cinema até novembro.

No Brasil, em 2020, a Ancine liberou R\$ 8,5 milhões para ajudar exibidoras de cinema. A ação faz parte do Programa Especial de Apoio ao Pequeno Exibidor (Peape) e conta com recursos do FSA, para auxiliar grupos brasileiros com até 30 salas de exibição. Este valor pode ser utilizado para pagar funcionários, serviços terceirizados e fornecedores de equipamentos. Já o *streaming*, fatura alto com a situação.

Em relação ao streaming, no início da pandemia na Argentina, Luis Puenzo, presidente do Incaa, anunciou que pretendia estender o imposto pago pelos espectadores de cinema como um imposto razoável, simples e justo para fomentar o setor, mas foi fortemente criticado.

As salas de cinema brasileiras enfrentam esta crise em um momento em que o parque exibidor tinha alcançado o auge de número de salas de cinema. Em 2019, o país alcançou um total de 3.505 salas de cinema, ultrapassando o número de 3.276, registrado em 1975, auge da pornochanchada. É importante ressaltar, todavia, que em 1970 havia uma sala de cinema para cada 30 mil pessoas, e agora há uma sala de cinema para cerca de 60 mil pessoas. Na última oferta de salas de cinema no Nordeste mais que dobrou e quase triplicou no Norte, aumentando mais de 181% desde 2009. No entanto, a maior parte do parque exibidor ainda fica na região sudeste, que concentra 53,8% das salas de cinema brasileiras. A empresa mexicana Cinépolis foi responsável por grande parte dessa expansão, abrindo 200 salas de cinema de 2012 para cá (Balbi, 2020).

Durante a pandemia, produtores e distribuidores buscaram formas alternativas de gerar renda e os estúdios passaram a lançar os seus produtos diretamente em plataformas digitais. No Brasil, as empresas de *streaming* passaram a disputar produtos

nacionais e as empresas brasileiras pediram autorização à Ancine para lançar os seus produtos diretamente no *streaming*, sem passar pelos cinemas.

Há também a detalhes contratuais e comerciais relacionados à concorrência entre as plataformas e a exigência destas, como por exemplo, a proibição do *product placement* pela Netflix. Os contratos que antes da pandemia eram pós-venda, nos quais havia a negociação em torno da quantidade de ingressos vendidos, passam a ser de pré-venda, no qual se faz uma expectativa daquilo que será vendido (Souza, 2020).

A regulação das janelas de exibição no Brasil, onde a maioria dos filmes são subsidiados pelo governo, está relacionada aos editais de fomento e financiamento do audiovisual, que exigem que os filmes sejam estrelados em salas de cinema. Em reunião de Diretoria Colegiada, de 1 de dezembro de 2020, houve uma deliberação a favor da flexibilização das regras de lançamento comercial dos projetos audiovisuais financiados com recursos públicos geridos pela Ancine.

Para entender a importância do *streaming* no Brasil, elaborei a tabela abaixo, que relaciona as salas de cinema e a infraestrutura tecnológica:

Tabela 7 - Relação entre infraestrutura tecnológica e salas de cinema - 2018

<b>Região</b>	Quantidade de salas de cinema	Valores relativos da quantidade de salas por região (%)	Habitantes por Sala 2018	Valores relativos da existência de utilização da Internet (%)
<b>Norte</b>	212	6,5	18.182	72,1
<b>Nordeste</b>	548	16,7	56.760	69,1
<b>Sudeste</b>	1728	52,8	87.711	84,8
<b>Sul</b>	501	15,3	29.754	81,1
<b>Centro-Oeste</b>	285	8,7	16.085	83,5
<b>Total</b>	3274	100	208.494	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com dados do IBGE - PNAD Contínua e da Ancine.



A internet parece ter um maior alcance no que diz respeito ao acesso ao cinema. Apesar das regiões Norte e Centro-Oeste terem a menor quantidade de número de salas, têm a melhor relação de habitantes por sala. É importante ressaltar que, segundo a PNAD, os principais motivos das pessoas não utilizarem a internet foram: não saber usar a Internet e falta de interesse em acessar a Internet. Ou seja, mesmo que o *streaming* amplie o acesso das pessoas ao cinema, ainda assim seriam necessárias medidas de formação de público, investimento em infraestrutura e educação digital. Segundo Moguillansky (2020), a taxa de conectividade é de 78% na Argentina, 65% no Brasil, 58% na Colômbia e 65% no México e a média de conectividade na América Latina é de 67% da população (Moguillansky, 2020).

Além das barreiras estruturais, o hábito de ir ao cinema não parece ter enfraquecido apesar do período em que as salas permaneceram fechadas. Segundo a pesquisa “Hábitos culturais pós pandemia e reabertura das atividades culturais”, realizada pelo Datafolha, em parceria com o Itaú Cultural, 66% dos entrevistados têm a intenção de realizar alguma atividade cultural com a reabertura, sobretudo no que diz respeito à frequência das salas de cinema — 44% afirmam ter intenção de frequentar as salas de cinema. Em seguida, vêm shows musicais – 40%– e atividades infantis –38% (Moura, 2020).

A pandemia foi muito prejudicial ao setor. Em 2021, o índice de penetração dos meios apresentou uma queda considerável, chegando a 2,4%. No entanto, em 2022, com a reabertura das salas de cinema, o cinema se recuperou, alcançando 11,3%. A importância da internet continuou apresentando um crescimento, chegando a 90,8% em 2022, acompanhado pelo alto índice de penetração do *Video on Demand*.

Tabela 8 - Índice de penetração dos meios

Meio	2022	2021	2020
Jornal - Recente	6,29%	5,20%	11,00%
TV Aberta - 7 dias	72,10%	80,00%	85,20%
TV por Assinatura - 7 dias	26,10%	34,30%	34,90%
Revista - Recente	6,56%	6,20%	8,70%
Cinema - 30 dias	11,30%	2,40%	15,40%
Internet - 7 dias	90,80%	88%	87%
Rádio AM/FM - 7 dias	43,90%	41,90%	57,20%
Mídia Exterior (contém Outdoor)	80,30%		
Outdoor - 7 dias	21,00%	84,50%	83,70%
Vídeos On Demand: Assistiu Vídeo On Demand: Assistiu - U7d	40,80%		

Fonte: Obitel Brasil e Kantar Ibope Media

Para Lui (2021), os filmes lançados no streaming não permanecem na memória afetiva das pessoas como quando são lançados no cinema. Em entrevista ao Portal Filme B, Patricia Kamitsuji reitera que:

Os espectadores querem conteúdos originais. Não dá mais para produzir histórias feitas por algoritmos, porque algoritmos não têm sentimento e não correm risco. Só dão números, títulos e gêneros. As pessoas muitas vezes querem ver aquilo que elas não conhecem (Portal Filme B, 2023).

E, para ela, o streaming não é um setor separado do cinema, pois, em sua opinião, as plataformas fazem filmes que passam na tela grande, porque sabem que a visibilidade conquistada no cinema se reflete na audiência do streaming. Para Kamitsuji,

No streaming, não importa o quão incríveis sejam sua televisão e o seu sofá, a verdade é que o streaming é apenas um *home entertainment*, uma experiência que se dilui entre todas as outras atividades do seu dia. No cinema, é diferente. Antes de ser uma profissional, sou uma cinéfila. Eu lembro de detalhes sensoriais de quando vi determinados filmes no cinema. Lembro do dia e da roupa que eu estava usando quando vi *E.T. - O extraterrestre*. Lembro exatamente do que eu disse

para o meu pai após a sessão. Eu disse: "quero ver de novo", e ele respondeu: "nem pensar". Lembro até da roupa que eu estava usando quando vi filmes ruins (Portal Filme B, 2023).

Ou seja, a experiência de ir ao cinema é muito mais completa do que simplesmente assistir a um filme em casa.

Luis Albornoz (2013) aborda o papel das grandes corporações globais produtoras de audiovisual, como a Netflix e a Amazon, na reconfiguração das indústrias audiovisuais e nos mercados nacionais e regionais. No Brasil, a Netflix e o Prime Vídeo da Amazon dividem grande parte do mercado. Para Albornoz:

A modalidade de comercialização de um serviço audiovisual está diretamente relacionada à busca de rentabilidade, captação da atenção de seus usuários e incorporação de novos públicos. E essas buscas acontecem em mercados regionais e domésticos específicos, mas que se tornaram cada vez mais competitivos ao longo dos anos, com a participação de empresas de diferentes setores (mídia, telecomunicações, tecnologia).(...) A oferta de conteúdo por meio de um catálogo é um aspecto chave dos prestadores de serviços audiovisuais de *streaming* pago. Eles são objetos mutantes dependendo do controle que as empresas têm (ou não) sobre a propriedade intelectual das obras. A fim de alimentar seus catálogos e deter os direitos de exploração comercial das obras indefinidamente e em qualquer mercado audiovisual, algumas grandes transnacionais sediadas nos EUA estão produzindo seu próprio conteúdo em parceria com empresas de produção locais. Da mesma forma, em suas próprias produções e em comissões de produção para empresas externas, estas transnacionais tentam assegurar o controle dos chamados direitos acessórios; ou seja, aqueles direitos que podem derivar da obra original: merchandising, seqüelas, publicação de livros, gravações de trilha sonora, romances gráficos, etc.(Albornoz,2013).

Ao analisar o desempenho da Netflix na América Latina, Albornoz (2013) percebe que a maior parte de sua própria produção está concentrada nos principais mercados desta região que a empresa tem filiais: Brasil, México, Colômbia e Argentina. Em sua análise do processo de localização da Netflix no mercado mexicano, o autor cita a pesquisadora Cornelio-Marí, que descreveu as sucessivas medidas tomadas pela empresa: Primeiro, a criação de uma versão específica do site para o mercado local. Depois, a dublagem e legendagem de Hollywood e conteúdo europeu em espanhol latino. Em terceiro lugar, o licenciamento de conteúdo local. E, em quarto lugar, a incursão na produção de obras nos gêneros preferidos pelo público local.

Albornoz (2023) ressalta que, no Brasil, a Netflix canalizou sua produção no país através de um grupo de produtoras independentes no eixo Rio de Janeiro-São Paulo, como Boutique Filmes, Gullane Filmes, Prodigio Filmes, LB Entretenimento ou Porta dos Fundos. Entretanto, é necessário saber que tipo de relações são estabelecidas entre as grandes empresas e os criadores e trabalhadores locais. Mas, a dificuldade de obtenção de dados dificulta esse trabalho, pois as empresas são privadas e não sabemos ao certo quantos assinantes uma empresa tem ou quantas visualizações uma determinada obra tem tido.

No início do século 21, várias plataformas *streaming*, incluindo Netflix, Disney+ e Amazon Prime, tornaram-se muito influentes. A Netflix influenciou muito os sistemas globais de entretenimento, transformou as indústrias culturais e acentuou o imperialismo de plataforma. Além disso, a Netflix influencia o setor de produção de conteúdo e o consumo nas indústrias culturais. Os países asiáticos mudaram seus métodos de produção e exibição aprendendo com a Netflix.

A Netflix alavancou o *streaming*, que permite aos membros assistirem instantaneamente a programas de televisão e filmes em seus computadores pessoais e smartphones, utilizando a inteligência artificial (IA) por algoritmos para desenvolver o melhor sistema de recomendação, que impulsiona o domínio global da empresa.

Devido à sua diversificação de estratégias de negócios, o impacto global da Netflix não se limita ao setor de distribuição, mas ao setor de produção e à indústria de serviços. Na Ásia, a Netflix entrou no Japão em 2015, e depois entrou em vários outros países, como a Coreia do Sul, em 2016, e penetrou na maioria dos países asiáticos, com exceção da China e da Coreia do Norte. Em dezembro de 2019, a plataforma já permitia que assinantes assistissem aos seus filmes e séries em mais de 190 países (Jin, 2013).

A Netflix tem investido diretamente na produção cultural local em vários países. Mas, ao mesmo tempo, isso resulta em uma falta de diversidade cultural, pois atua no mercado de maneira oligopolista, prejudicando a diversidade. Poucas empresas concentram a produção e a distribuição de gêneros comerciais. A recente entrada dessa plataforma nos países asiáticos nem sempre é positiva, pois implica na possibilidade de subordinação das indústrias culturais locais à Netflix. Essa plataforma não atua da mesma forma que outros serviços de mídia sociais, como o Facebook ou o Twitter, pois não é aberta, social ou colaborativa. Nesse sentido, é uma plataforma fechada,

semelhante a uma biblioteca profissional; um portal em vez de uma plataforma (Jin, 2013).

Apenas seis anos após seu lançamento na Ásia, a Netflix já se tornou uma força formidável como uma plataforma global que transformou os setores culturais asiáticos e globais, desencadeando uma tremenda mudança do consumo cultural. É fundamental entender várias de suas características únicas, como ser orientada por algoritmos e para a obtenção da maior rentabilidade (Jin, 2013).

Joseph D. Straubhaar (2023) afirma que há um diferencial de classe nos modos de consumir a televisão global. Ele enxerga um novo imperialismo cultural e afirma que a Netflix reforça o imperialismo de plataformas. Há hoje, em sua visão, uma divisão daquilo que vai para a TV e do que vai para o streaming. Apesar da orientação da Netflix de ser transacional, algumas produções são uma tentativa de produzir mais barato em um país e ter mais lucratividade em outros países do mundo. Assim, produtos no mundo todo movem a criação de determinados públicos-alvo. O diferencial da Netflix é que eles possuem uma grande quantidade de dados que eles exportam das audiências. Assim, promovem uma grande variedade de oferta baseada nos dados dos consumidores. Para ele, o imperialismo de plataforma atua como um novo capitalismo de vigilância. Outra estratégia é a produção de Micro gêneros. Micro gêneros atuam na agrupação de gostos (*taste clusters*). Este novo marketing visa mais grupos de gosto do que grupos em si. Todavia, da forma que o mercado é estruturado, os lucros financeiros advindos da distribuição retornam para os Estados Unidos. Além dessa desigualdade financeira, há no imperialismo cultural um problema de classe, pois nem todos podem pagar a assinatura do *streaming*. Ou seja, essa forma de distribuição de conteúdo audiovisual é elitista. Apesar dessas disparidades, a Netflix passou a importar conteúdo audiovisual, algo raro na aquisição de conteúdo das empresas americanas, que apenas exportam filmes e séries.

Dessa forma, a economia política da Netflix reforça tanto o imperialismo de plataforma, como o oligopólio, e fornece conteúdo para uma audiência de classe média superior. Já a Disney representa Hollywood com ainda mais concentração e reforça o oligopólio dos Estados Unidos, contribuindo para uma estratificação global de classe. Há, no *streaming*, uma tendência cosmopolita contra o nacionalismo. No entanto, essa

estrutura reforça o *soft power* americano. É previsível, segundo Straubhaar, que a parcela de audiência da Netflix diminua e nos outros países aumente (Straubhaar, 2023).

Para Straubhaar (2023) a melhor estratégia para um modelo de negócios seria que a Netflix estreasse os filmes no cinema antes do *streaming*, mas eles apenas focaram em aumentar a sua audiência. Para participar de premiações, como os festivais de cinema, é preciso estrear nas salas de cinema antes. Ao optarem por não participar dessa primeira janela de exibição, os estúdios perdem a chance de serem reconhecidos nos principais eventos cinematográficos, e de repercutir na mídia internacional, pois as premiações e os festivais de cinema são importantes vitrines para os filmes. Além disso, alguns diretores, como Spielberg, exigem que o filme seja lançado primeiramente no cinema. Mas esse não tem sido o caminho adotado pela Netflix. De qualquer maneira, assim como o rádio e a televisão não representaram o fim do cinema, Straubhaar afirma que é provável que haja uma diminuição nesta janela de exibição, mas isso não significa o seu fim. É provável que o cinema exista como um espaço físico bem menor, mas que continuará existindo.

A ANCINE publicou o Anuário Estatístico de 2021 (OCA, 2021), no qual apresentou que os filmes nacionais apresentaram apenas 1,9% do público nas salas de cinema. Além desse triste dado, segundo o documento Panorama do Mercado de Vídeo por Demanda (VOD) e Streaming, atualizado com os dados de 2022, (OCA, 2023), as principais plataformas estrangeiras de streaming presentes no Brasil possuem um catálogo com menos de 10% de conteúdo nacional. A Netflix e o Amazon Prime Video têm apenas 6% de produções brasileiras em seu acervo. Na sequência, temos Paramount+ (4%), Star+ (4%), HBO Max (3%) e Disney+ (2%) e Lionsgate+ (1%). Ou seja, além do cinema nacional ter tido um desempenho desastroso nas salas de cinema, em 2021, também não está sendo devidamente ofertado nas plataformas de *streaming*.

O relatório analisou as 31 principais plataformas de VOD presentes no Brasil e um total de 32 mil títulos disponíveis para assinatura e streaming. O conteúdo nacional se faz mais presente em serviços de streaming brasileiros, como Box Brazil Play (91%), Canais Globo (57%) e Globoplay (30%). Os dados da Ancine apontam ainda que o Amazon Prime Video é o serviço de streaming estrangeiro com o maior acervo de obras brasileiras, contando com 398 filmes e 124 séries. Já a Netflix apresenta 262 longas e 57

séries nacionais. Portanto, não há diversidade da exibição de filmes exibidos no streaming, tampouco representatividade de conteúdo nacional (OCA, 2023).

No I Workshop da área de Comunicação e Informação sobre Regulação de Plataformas Digitais (2023), que resultou no documento “Regular é garantir direitos e democracia”, foi realizado um diagnóstico no qual se observa que é urgente a regulação das plataformas de comunicação devido à dimensão do modelo de negócio com o qual elas atuam. Segundo o documento:

O modo de atuação das plataformas se define, prevalentemente, a partir de complexas ativações tecnológicas que resultam na transformação das mais diversas atividades humanas em dados, processados por sistemas algorítmicos e transformados em produtos negociados no mercado publicitário, a exemplo da mídia programática. [...] Por isso, é preocupante e agudo o processo de concentração nos modos de atuação comercial e da oferta de serviços dessas empresas. Se, por um lado, os dados gerais como hábitos de consumo e mesmo da vida social dos usuários são expostos, por outro, esses modos de atuação fazem com que os usuários se tornem cada vez mais reféns desses gigantes grupos transnacionais. Some-se a essa opacidade dos negócios das plataformas, a intocabilidade em termos não apenas de regulação, mas de outros privilégios que vão desde a apropriação não remunerada de conteúdos produzidos por terceiros – como os conteúdos jornalísticos –, passando pela questão da precarização do trabalho, à falta de clareza sobre os métodos e critérios de precificação de seus serviços e produtos e, principalmente, na necessária revisão das lacunas de tributação de bilionários lucros que obtêm.

Como pontuado neste trabalho, subordinadas à lógica do capital financeiro, as plataformas concentram riquezas nas mãos de poucas corporações dos Estados Unidos, "gerando enorme desigualdade entre os países e afetando a soberania das nações. Combinando disponibilidade de recursos e controle de dados, elas têm se expandido para os mais diversos setores, passando a controlar das infraestruturas às aplicações." O documento aborda principalmente a desinformação sistêmica circulada pelas plataformas digitais, mas atenta para a instabilidade causada em diversos setores e cita também o Projeto de Lei 2.630, que traz elementos centrais para o início de uma regulação como responsabilização e transparência e ressalta que é fundamental que "o Brasil regule as plataformas, apontando para um projeto próprio de desenvolvimento

nacional e popular que trate das transformações sociais profundas associadas às tecnologias."<sup>2</sup>

#### **4. Considerações finais**

Apesar da discussão principal girar em torno da desinformação, o documento reforça que as plataformas digitais estão inseridas em um ambiente altamente concentrado, sendo necessárias ações regulatórias que garantam responsabilização e transparência, inclusive para a realização de pesquisas acadêmicas.

Em uma importante mobilização para o mercado de cinema, atores, roteiristas e comediantes se unem em uma das maiores paralisações da indústria cinematográfica dos EUA. A greve dos roteiristas nos EUA denuncia um setor bilionário que não recompensa devidamente os seus autores. A greve dos roteiristas, encabeçada pelo sindicato *Writers Guild of America* visa que os trabalhadores sejam devidamente compensados pelo trabalho que desenvolvem na indústria audiovisual (MARUCHE, 2023). O sindicato que representa os atores de Hollywood (SAG-AFTRA) também aderiu recentemente à paralisação, transformando-a na maior greve do entretenimento americano desde 1960. Os atores também pedem que sejam remunerados pela exibição dos seus filmes toda vez que sejam exibidos em uma emissora ou na TV a cabo. Além disso, como as plataformas como Netflix e Disney+ não divulgam os dados de audiência de seus programas, elas oferecem um valor fixo para tudo que está disponível em seus catálogos, sem considerar a popularidade de uma produção, falta transparência nas negociações. Outro problema levantado pelos atores é a regulamentação da utilização da inteligência artificial. (Portal G1, 2023).

Portanto, no caso das plataformas de streaming, é fundamental que sejam divulgados dados como número de usuários, assinantes e espectadores. Além da divulgação dessas informações, é preciso que haja uma regulamentação para que filmes nacionais sejam exibidos, assim como acontece nas salas de cinema, e que todos os elos da cadeia produtiva sejam devidamente remunerados.

---

<sup>2</sup> Workshop da área de Comunicação e Informação sobre Regulação de Plataformas Digitais.1., 2023, São Paulo, SP, *Resultados*, São Paulo, SP: Escola de Comunicação e Artes, 2023.



## Referências bibliográficas

- ALBORNOZ, L. "A remuneração justa dos criadores culturais derivados da circulação de seu trabalho no ambiente digital é um dos grandes desafios de nosso tempo". **EPTIC**, v. 24 n. 3, 2022.
- BALBI, C. Número de salas de cinema no Brasil ultrapassa auge da era da pornochanchada. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 15 jan. 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2020/01/numero-de-salas-de-cinema-no-brasil-ultrapassa-auge-da-era-da-pornochanchada.shtml>>. Acesso em: 10 out. 2020.
- GONZAGA, Luiz. **Luiz Gonzaga: depoimento** [jun. 2021]. Entrevistadora: Gabriela Andrietta. Indaiatuba.
- GONZÁLEZ, R. Argentina: distribución cinematográfica, mercados y políticas públicas. **Revista EPTIC**, V. 17, n. 3, 2015.
- GONZÁLEZ in MANTECÓN, A. R; GONZÁLEZ, L. **Cines latinoamericanos en circulación: en busca del público perdido**, México: Juan Pablos Editor, 2020.
- GUILLOUET in MANTECÓN, A. R; GONZÁLEZ, L. **Cines latinoamericanos en circulación: en busca del público perdido**, México: Juan Pablos Editor, 2020.
- JIN, Dal Yong. **The Routledge Handbook of Digital Media and Globalization**. London: Routledge, 2022
- JIN, Dal Yong. **De-convergence of Global Media Industries**. Londres, Routledge, 2013.
- JIN, Dal Yong. **Globalization and Media in the Digital Platform Age**. London: Routledge, 2019.
- JIN, Dal Yong. **New Korean Wave: transnational cultural power in the age of social media**. Urbana: University of Illinois Press, 2016.
- JIN, Dal Yong. **Digital Platforms, Imperialism and Political Culture**. London: Routledge, 2015.
- JIN, Dal Yong. **Transnational Korean cinema: Cultural politics, film genres, and digital technologies**. Rutgers University Press, 2020.
- KAMITSUJI, Patricia. **Patricia Kamitsuji: depoimento** [jun. 2021]. Entrevistadora: Gabriela Andrietta. São Paulo.
- KAMITSUJI, Patricia. Patrícia Kamitsuji defende "revolução no setor de exibição". **Filme B**, São Paulo, 13 abr. 2023. Disponível em: <<https://www.filmeb.com.br/assine?r=node/472074>>. Acesso em: 14 abr. 2023.
- LUI, Paulo. **Paulo Lui: depoimento** [jun. 2021]. Entrevistadora: Gabriela Andrietta. Indaiatuba.
- LUNA, M. n MANTECÓN, A.R; GONZÁLEZ, L. (Orgs.). **Cines latinoamericanos en circulación : en busca del publico perdido**. México: Universidad Autónoma Metropolitana México, 2020.
- OBSERVATÓRIO BRASILEIRO DO CINEMA E DO AUDIOVISUAL (OCA). **Anuário Estatístico 2021**, Rio de Janeiro, 2022.
- OBSERVATÓRIO BRASILEIRO DO CINEMA E DO AUDIOVISUAL (OCA). **Distribuição em salas - 2017**. Informe de Mercado. Rio de Janeiro, 2018.
- OBSERVATÓRIO BRASILEIRO DO CINEMA E DO AUDIOVISUAL (OCA). **Listagem dos Filmes Brasileiros Lançados Comercialmente em Salas de Exibição 1995 a 2017**. Rio de Janeiro, 2018.
- OBSERVATÓRIO BRASILEIRO DO CINEMA E DO AUDIOVISUAL (OCA). **Panorama sobre serviços de Vídeo por Demanda**, Rio de Janeiro, 2023.

OLIVEIRA, ADHEMAR. Adhemar Oliveira: depoimento [mai. 2023]. Entrevistadora: Gabriela Andrietta. São Paulo.

Portal G1. Atores de Hollywood entram em greve após fracasso em negociações com estúdios. **Portal G1**. 13 jul. 2023 Disponível em: <<https://g1.globo.com/pop-arte/noticia/2023/07/13/atores-de-hollywood-entram-em-greve-apos-fracasso-em-negociacoes-com-estudios.ghtml>>. Acesso em 13 jul. 2023.

STRAUBHAAR, Joe. **Netflix e Disney**: novos e velhos padrões de televisão global. In: Escola de Comunicação e Artes - USP, 2023, São Paulo. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=ubJjRcmf\\_TY](https://www.youtube.com/watch?v=ubJjRcmf_TY)>. Acesso em: 12 jun. 2023.

VOMERO. Número de assinantes de streaming chega a 1 bilhão. **O exibidor**, São Paulo, 21 mar. 2021. Disponível em: <<https://www.exibidor.com.br/noticias/mercado/11731-numero-de-assinantes-de-streaming-chega-a-1-bilhao-global-em-2020>> Acesso em: abr. 2021.

VOMERO Disney anuncia novo calendário e abraça de vez o streaming. **O exibidor**, São Paulo, 24 mar. 2021. Disponível em: <<https://www.exibidor.com.br/noticias/mercado/11736-disney-anuncia-novo-calendario-e-abraca-de-vez-o-streaming>> Acesso em: abr. 2021.

Workshop da área de Comunicação e Informação sobre Regulação de Plataformas Digitais.1., 2023, São Paulo, SP, *Resultados*, São Paulo, SP: Escola de Comunicação e Artes, 2023.

ZILIO, Paulo. Paulo Ricardo Zilio. 2019]. Entrevistadora: Gabriela Andrietta. Rio de Janeiro.

# **A lei federal de incentivo à cultura e a polêmica no uso do recurso público na produção cultural no Brasil**

**Priscila Seixas da COSTA<sup>1</sup>**

**Juliana Campos de Aguiar Mattos RIBEIRO<sup>2</sup>**

**Carlos Shigueki OKI<sup>3</sup>**

## **1. Introdução**

Durante a entrega da premiação “Melhores do ano” de 2018, realizada no antigo programa televisivo Domingão do Faustão da emissora TV Globo, a atriz Fernanda Montenegro disse a seguinte frase: “Nós não somos corruptos” (Pereira, 2018). Seu discurso foi ainda mais amplo e a razão dele se deu por conta da CPI da Lei Rouanet (Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991) e sobre os supostos casos de corrupção envolvendo a legislação federal brasileira de incentivo à cultura. Inicialmente, a renomada atriz disse: “Nós somos de uma profissão digna, nós somos parte de uma cultura teatral milenar”, recorrendo às primeiras formas da prática teatral. Em seguida, a atriz complementa dizendo que “não é possível fazerem de nós, gente de palco, atores de televisão e de cinema, responsáveis pela derrocada econômica deste país”, uma vez que, é preciso registrar, naquele momento o país vivia uma grande crise econômica e a razão, segundo boa parte da população, era a “corrupção”. Por fim, a atriz, emocionada, disse: “Não somos corruptos, nós não somos responsáveis pela crise de corrupção que o Brasil está passando”, complementando a ideia apresentada na frase anterior.

Naquele dia 9 de dezembro de 2018, quando ocorreu o fato citado acima, as eleições presidenciais de 2018 já haviam acontecido, com a vitória do ex-presidente Jair

---

<sup>1</sup> Doutora em Mídia e Cotidiano (PPGMC UFF, 2023), Mestra em Ciências da Arte (PPGCA UFF, 2009) e Bacharel em Produção Cultural (UFF, 2006). Professora da graduação tecnológica do Senac-Rio e da pós-graduação da Mackenzie-RJ. CEO da produtora Burburinho Cultural. Email: priscila@burburinhocultural.com.br. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

<sup>2</sup> Doutoranda e Mestra em Ciência da Informação (PPGCI IBICT UFRJ, 2023). Especialista em Direito do Consumidor e Responsabilidade Civil (AMV, 2015). Graduação em Direito (UCM, 1999). Email: jcampos.juridico@gmail.com.

<sup>3</sup> Doutorando em Ciência da Informação (PPGCI IBICT UFRJ). Mestre em Biblioteconomia (PPGB UNIRIO, 2016). Graduação em Biblioteconomia e Ciência da Informação (UFSCar, 2004). Email: carlos.oki@gmail.com.

Messias Bolsonaro, que ficou entre os anos de 2019 e 2022 exercendo o principal cargo político do executivo nacional. A imagem dos artistas brasileiros estava sendo massacrada diante de acusações de corrupção, desvio de dinheiro, com informações de milhões de reais sendo destinados aos profissionais da arte e da cultura através da Lei Rouanet. Um dos inúmeros pilares que ergueram o lugar em que o então presidente eleito foi, justamente, a luta contra a corrupção. Seu grupo político, e seus aliados, foram responsáveis por desinformar a população brasileira sobre os recursos adquiridos pela Lei Rouanet por produtores culturais e artistas.

Este é um estudo que se propõe a realizar um debate sobre as ações de desinformação exercidas pelo grupo político, e seus apoiadores, que ascendeu ao poder executivo brasileiro entre os anos de 2019 e 2022 sobre a lei federal de incentivo à cultura, comumente chamada de Lei Rouanet. Nesse sentido, busca-se: 1) compreender o que foi o fenômeno de desinformação sobre a Lei Rouanet, em seu contexto mais amplo, destacando a CPI da Lei Rouanet e fala do então deputado federal Eduardo Bolsonaro; 2) apresentar o mecanismo legal através de sua legislação e de seu histórico; 3) discutir sobre a competência crítica em informação, para ilustrar o perigo dos discursos produzidos e que não são questionados na esfera do senso comum; 4) analisar a fala do deputado federal Eduardo Bolsonaro e apontar, criticamente, como as informações apresentadas por ele não condizem com a realidade dos fatos.

A questão principal desta investigação é: as indicações de que há favorecimento e favoritismo de determinados artistas que são apoiadores de determinado grupo político correspondem aos mecanismos da lei, conforme afirmado por aqueles que se diziam contra a Lei Rouanet? Como hipótese, parte-se de que o grupo político vigente naquela época construiu um discurso que fez sentido para uma população que buscava respostas aos questionamentos sobre os problemas econômicos que estavam sendo vividos. A partir desse sentimento de enfraquecimento do poder aquisitivo, ao culpar os grupos artísticos e culturais, que serviram como bode expiatório através da grande repercussão polemizada e midiaticizada da Lei Rouanet.

Metodologicamente, é realizado um levantamento bibliográfico, para compreender o que é a Lei Rouanet, a necessidade da competência crítica em informação para evitar os processos desinformacionais vinculados à extrema direita brasileira e analisar a própria legislação através da análise crítica discursiva de Eduardo

Bolsonaro. Partindo de Gil (2008), trata-se de uma pesquisa: 1) qualitativa, por investigar a produção de sentido dos processos desinformativos contra a Lei Rouanet; 2) de natureza básica; 3) que tem como procedimentos o levantamento bibliográfico e a análise crítica discursiva feita a partir da ideia dos não-ditos de Orlandi (2020); e 4) explicativa, que busca entender a causa e os efeitos do processo de desinformação contra a Lei Rouanet. É uma investigação que parte de uma pesquisa mais ampla de Costa (2023) que tem como objetivo entender o impacto da midiatização da Lei Rouanet na realidade social brasileira nos últimos anos.

## **2. A produção cultural brasileira na segunda metade do século XX e a Lei Rouanet**

Após anos de ditadura militar, o Brasil se reestruturou enquanto nação democrática e teve que reconstruir a nação em diversos aspectos. Conforme apontado em pesquisa empreendida por Fernandes (2013), a produção cultural brasileira entre os anos 1960 e 1980 apresentava alto teor político, principalmente nos primeiros anos da ditadura (Fernandes, 2013, p. 175). Durante esse período, destaca a pesquisadora, surgiram três linhas de atuação, estratégias importantes para a manutenção do poder militar na época.

1) a censura a um tipo de produção cultural considerada subversiva e, por outro lado, o incentivo à produção considerada, pelos governantes, “afinada com a tradição e os valores da cultura brasileira”; 2) os investimentos em infraestrutura, principalmente na área de telecomunicações, que favoreceram a consolidação da indústria cultural entre nós; 3) a criação de órgãos governamentais destinados a regulamentar e organizar a produção e a distribuição cultural pelo território brasileiro (Fernandes, 2013, p. 175).

O principal objetivo com esse repertório estratégico durante o período da ditadura demonstra o quanto era importante a produção cultural e, principalmente, como as políticas culturais brasileiras foram profundamente alteradas e fizeram parte do cotidiano político da época. Ao contrário do que se possa imaginar, por conta de ações como a censura, a ditadura não enxergava a Cultura como algo inferior, mas como lugar importante e, ao mesmo tempo, ameaçador, uma vez que estimulava o pensamento crítico contra o regime vigente naquele momento. Importante frisar que foram criadas inúmeras instituições durante esse período, marcado pelo controle governamental das formas de expressão. Ou seja, o Estado interveio no setor cultural

de forma veemente, conforme podemos observar abaixo, na afirmação de Fernandes (2013):

Durante o regime militar, o mercado de produção de bens culturais expandiu-se e contou com o estímulo do Estado, interessado em rechaçar a presença de intelectuais de esquerda que, no período anterior, se destacaram na construção da hegemonia no âmbito cultural. A política cultural da ditadura foi marcada pela ideologia de integração e de segurança nacional, segundo a qual a identidade nacional e os valores tradicionais seriam norteadores da produção (Fernandes, 2013, p. 175).

Com o processo de redemocratização, por volta da segunda metade da década de 1980, tem-se os primeiros movimentos para uma política cultural a partir da legislação federal. Em 1985, o Ministério da Cultura é criado e, logo em seguida, no ano de 1986, a Lei Sarney (lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986) é sancionada pelo então presidente na época, José Sarney. A Lei Sarney dispõe sobre benefícios fiscais a partir do abatimento do imposto de renda de pessoas físicas e empresas que patrocinassem o setor cultural e artístico. Conforme disposto no artigo 1º da legislação:

Art. 1º. O contribuinte do imposto de renda poderá abater da renda bruta, ou deduzir com despesa operacional, o valor das doações, patrocínios e investimentos inclusive despesas e contribuições necessárias à sua efetivação, realizada através ou a favor de pessoa jurídica de natureza cultural, com ou sem fins lucrativos, cadastrada no Ministério da Cultura, na forma desta Lei.

§ 1º Observado o limite máximo de 10% (dez por cento) da renda bruta, a pessoa física poderá abater: I - até 100% (cem por cento) do valor da doação; II - até 80% (oitenta por cento) do valor do patrocínio; III - até 50% (cinquenta por cento) do valor do investimento.

§ 2º O abatimento previsto no § 1º deste artigo não está sujeito ao limite de 50% (cinquenta por cento) da renda bruta previsto na legislação do imposto de renda.

§ 3º A pessoa jurídica poderá deduzir do imposto devido, valor equivalente à aplicação da alíquota cabível do imposto de renda, tendo como base de cálculo: I - até 100% (cem por cento) do valor das doações; II - até 80% (oitenta por cento) do valor do patrocínio; III - até 50% (cinquenta por cento) do valor do investimento.

§ 4º Na hipótese do parágrafo anterior observado o limite máximo de 2% (dois por cento) do imposto devido, as deduções previstas não estão sujeitas a outros limites estabelecidos na legislação do imposto de renda.

§ 5º Os benefícios previstos nesta Lei não excluem ou reduzem outros benefícios ou abatimentos e deduções em vigor, de maneira especial as doações a entidades de utilidade pública feitas por pessoas físicas ou jurídicas.

§ 6º Observado o limite de 50% (cinquenta por cento) de dedutibilidade do imposto devido pela pessoa jurídica, aquela que não se utilizar, no decorrer de seu período-base, dos benefícios concedidos por esta Lei, poderá optar pela dedução de até 5% (cinco por cento) do imposto devido para destinação ao Fundo de Promoção Cultural, gerido pelo Ministério da Cultura (Brasil, 1986).

Percebe-se que há um favorecimento às pessoas físicas e às empresas que contribuem na área cultural de abater seus impostos com a possibilidade de impactar na fruição da cultura. Trata-se de uma forma do setor público renunciar a sua gestão econômica e financeira sobre a produção da cultura nacional e colocar a responsabilidade na iniciativa privada, que recebe benefícios diretos de sua atuação no setor. Chauí, em publicação sobre a importância das políticas culturais no Brasil (1989), realiza uma crítica sobre a maneira como se estava pensando a cultura na época, uma vez que não se tratava de “formular uma nova política cultural, mas de firmar uma nova cultura política” que fosse captar um “socialismo democrático” e uma “democracia concretamente socialista” (Chauí, 1989, n.p). Em outras palavras, o Estado não deveria enxergar a produção cultural sob o viés, unicamente, da indústria cultural, esperando algum “retorno” financeiro, reproduzindo lógicas de mercado, pois isso resultaria em um “Estado [que] adota os padrões do consumo e da mídia, mas, em particular, o padrão da consagração daquilo que já está consagrado” (Chauí, 1989, n.p).

Mesmo com suas críticas, a Lei Sarney foi um importante mecanismo que favoreceu o setor cultural. Graças a legislação, houve investimentos importantes para expandir a área artística brasileira. Porém, assim como é apontado em Barbalho (2017), em 1990, durante o mandato do então presidente Fernando Collor de Melo, o Ministério da Cultura foi extinto, sendo transformado em Secretaria. É importante destacar que a pesquisa de Barbalho (2017) buscou diagnosticar como é o campo cultural brasileiro a partir da crise vivida recentemente e que é discutida nesta investigação.

Ainda que fosse extinto o Ministério da Cultura, foi durante o governo de Fernando Collor de Melo que a foi sancionada a Lei Rouanet (Brasil, 1991). Ela ganhou esse nome como uma homenagem ao então secretário de Cultura da época, Sérgio Paulo Rouanet (Costa, 2023, p. 141). A Lei Rouanet foi um restabelecimento da Lei Sarney, com modificações importantes em sua estrutura. Conforme foi indicado na pesquisa mais ampla desta investigação, “é importante frisar que Collor de Mello fez

parte do partido dos militares na época da ditadura, Aliança Renovadora Nacional (ARENA), e em sua carreira política esteve sempre ligado ao espectro da Direita” (Costa, 2023, p. 141). Essa informação é importante para compreendermos todo o processo de idealização e concretização da Lei Rouanet e os desdobramentos que, hoje, implicam em uma denominação, errônea, de ser “uma lei da Esquerda”.

A Lei Rouanet é responsável por instituir o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), mecanismo importante para a promoção da cultura em território nacional. Com o estabelecimento do PRONAC, três mecanismos dão suporte à Lei Rouanet: 1) o Fundo Nacional de Cultura (FNC); 2) Fundos de Investimento Cultural e Artístico (Ficart); e 3) Incentivo a projetos culturais. Essas são as três modalidades definidas, por lei, da atuação da lei de incentivo à cultura. Os fundos servem como fonte de investimento direto, não sendo mediados por um patrocinador, como é o caso do terceiro mecanismo, que pode ser entendido como mecenato. O mecenato é uma prática que remonta da atuação de Caio Cílnio Mecenas que investia valores para auxiliar na produção artística no século I a.C., prática que foi retomada à época do Renascimento, momento em que a burguesia europeia buscava ascender socialmente (De Paula e Gondim, 2019). Ou seja, é através do dinheiro provido pela iniciativa privada que é possível produzir cultura.

As principais características da Lei Sarney se mantinham, como é o caso da dedução do imposto de renda a partir de doações e patrocínio a projetos culturais. Diversas modificações ocorreram em diferentes governos até o mais recente, buscando aprimorar e sofisticar a lei de incentivo à cultura. Ainda assim, isso não significa que as disparidades e desigualdades sociais que vigoram na realidade brasileira deixam de existir em um mecanismo legal como é o caso da Lei Rouanet. Diversas são as críticas consistentes sobre a legislação, principalmente no que diz respeito ao seu aspecto vinculado ao neoliberalismo. Como afirma Bolaño (2012),

A Lei Rouanet é uma política que reflete a visão neoliberal, de que o mercado é capaz de regular a produção e a distribuição de bens culturais, e que o papel do Estado é apenas o de criar incentivos para que o setor privado invista em cultura, sem interferir em suas escolhas ou no direcionamento desses recursos (Bolaño, 2012, p. 228).

Além disso, é necessário apontar o funcionamento dos mecanismos da lei no que diz respeito ao incentivo fiscal. Após anos de modificações e adaptações, não se trata



apenas de apresentar um projeto e receber o dinheiro solicitado. Deve-se submeter o projeto no site do Sistema de Apoio às Leis de Incentivo à Cultura (Salic)<sup>4</sup>. Nesse processo de submissão, existem diversos itens que devem ser cumpridos seguindo as normas estabelecidas. Entre os itens que precisam ser enviados, citamos: 1) Objetivos; 2) Justificativa; 3) Cronograma; 4) Orçamento. Todo esse arcabouço é analisado e, a partir daí, o projeto pode, ou não, ter o valor solicitado aprovado para a sua realização.

Após a aprovação, o proponente deve procurar meios de captação, procurando possíveis patrocinadores. Por essa razão, discrepâncias e desigualdades de quais projetos recebem ou não incentivos decorrem da falta de poder de decisão do Estado, uma vez que a responsabilidade recai sobre a iniciativa privada, que vê uma oportunidade de expansão da credibilidade das marcas, utilizando o imperativo da responsabilidade social para promoção positiva de suas imagens, principalmente em projetos de grande repercussão e relevância.

Esse movimento dialético da Lei Rouanet permite perceber as contradições pelas quais o setor cultural vive. De um lado, o setor cultural precisa do mercado para garantir verbas para viabilizar as ações que se pretendem acontecer. Por outro, buscam criticar o mundo capitalista através de maneiras críticas que desafiam a lógica neoliberal. Nesse movimento contraditório, a Lei Rouanet se estabeleceu como a principal política cultural brasileira, em nível federal.

Utilizando a ferramenta Google Trends<sup>5</sup>, do Google, que apresenta as tendências de pesquisa a partir de um determinado período e local, é possível identificar que a procura por informações sobre a Lei Rouanet possui picos importantes de serem identificados. Para a formulação desse gráfico, utilizamos o período total que abrange o Google Trends (a partir de 2004) e a expressão “Lei Rouanet” no campo “termo de pesquisa” para a geração desses dados.

---

<sup>4</sup> Disponível em: <https://salic.cultura.gov.br/autenticacao/index/index>. Acesso em: 25 mar. 2024.

<sup>5</sup> Disponível em: <https://trends.google.com.br/trends/>. Acesso em: 25 mar. 2024.

Figura 1: Google Trends para “Lei Rouanet”



Fonte: elaborada pelos autores a partir da ferramenta Google Trends.

Conforme se pode visualizar na Figura 1, o termo “Lei Rouanet” teve 3 momentos de pico. O primeiro pico foi em maio de 2016, quando surgiu o pedido de criação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Lei Rouanet. Em seguida, em setembro de 2018, quando as críticas contra a lei ganharam mais repercussão, o interesse chegou ao nível máximo de interesse. O último pico foi em janeiro de 2023, quando o presidente Luiz Inácio “Lula” da Silva assumiu a presidência em seu terceiro mandato na liderança do poder executivo. Esses três momentos serão discutidos na próxima seção, para perceber como é necessário pensar em outras medidas sobre a lei de incentivo à cultura, fugindo de uma posição próxima do senso comum produzido a partir do discurso de ódio e por processos de desinformação de grupos interessados em prejudicar a imagem da legislação.

### **3. Processos de desinformação contra a lei Rouanet: a importância da Competência Crítica em Informação**

A Competência Crítica em Informação, de acordo com Doyle e Brisola (2022), parte das contribuições da teoria crítica e, em particular, dos estudos de uma pedagogia crítica e engajada de Paulo Freire, pela busca da emancipação de indivíduos e grupos subalternizados. As pesquisadoras apontam para como a Competência Crítica em Informação é “um recurso estratégico que, ensinado, prepara indivíduos para atuar na sociedade contemporânea” (Doyle e Brisola, 2022, p. 82). Ainda, a Competência Crítica em Informação possui duas aplicações possíveis: 1) resistência à desinformação; 2) combater formas de discriminação (Doyle e Brisola, 2022, p. 81).

No contexto da competência crítica em informação, a abordagem de Paulo Freire é relevante porque ela enfatiza a importância da reflexão crítica sobre a realidade social e da construção de conhecimentos contextualizados e transformadores. Freire defende que a educação

deve ser um processo que permita aos indivíduos compreenderem sua posição na sociedade e desenvolverem a capacidade de intervir na realidade em que vivem. Dessa forma, a pedagogia freiriana pode contribuir para a formação de indivíduos críticos em relação às informações que recebem, capazes de questionar as fontes, avaliar os conteúdos e compreender as implicações políticas e sociais dos discursos. Além disso, a abordagem de Freire enfatiza a importância da construção coletiva do conhecimento, favorecendo a troca de ideias e a construção de saberes a partir das experiências dos participantes (Costa, 2023, p. 92-93).

Diante de um mundo em que os processos de desinformação são inúmeros — *fake news*, mensagens em aplicativos de comunicação, distorções e alterações de voz e vídeo, omissão de fatos importantes para a compreensão do todo de uma determinada informação ou notícia, entre outras formas — e, ao mesmo tempo, com um volume de informações dentro de um fluxo contínuo e ininterrupto, é necessário pensar formas de combate. Durante as campanhas eleitorais de 2018, “o compartilhamento de informações através de grupos de WhatsApp e Facebook foi terreno fértil para proliferação de conteúdo [de desinformação]” (Costa, 2023, p. 75).

Por ser estratégica dentro da Ciência da Informação, a Competência Crítica em Informação reúne diversas habilidades para combater a disseminação de desinformação e amplificar o conhecimento sobre determinados assuntos, sendo ferramenta essencial para prover credibilidade aos fatos. Conforme publicação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), em pesquisa sobre formação de docentes em alfabetização midiática e informacional (Wilson *et al.*, 2013), são indicadas informações sobre duas declarações.

O Artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos estabelece que “Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; esse direito inclui a liberdade de opinar livremente e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios, independentemente de fronteiras”. A alfabetização midiática e informacional (AMI) proporciona aos cidadãos as competências necessárias para buscar e usufruir plenamente dos benefícios desse direito humano fundamental.

Esse direito é reforçado pela Declaração de Grünwald, de 1982, que reconhece a necessidade de os sistemas políticos e educacionais promoverem a compreensão crítica, pelos cidadãos, dos “fenômenos da comunicação” e sua participação nas (novas e antigas) mídias. O direito também é reforçado pela Declaração de Alexandria, de 2005, que coloca a alfabetização midiática e informacional no centro da educação continuada (Wilson *et al.*, 2013, p. 16).

Por essa razão, a disponibilidade de informações e fatos que condizem com a verdade pode ser considerada um direito de todos. Nesse sentido, defende-se que a disseminação de desinformação é um ato antiético e que visa promover um estado de falta de percepção crítica, ou seja, de um olhar capaz de enxergar o que está para além da produção de sentido promovida através da informação dada. Logo, é no terreno do senso comum que a desinformação ganha terreno e tem conquistado cada vez mais espaço.

A polarização política brasileira, exacerbada, principalmente, durante e após as eleições presidenciais brasileiras no ano de 2018, é fruto de uma estratégia da extrema-direita nacional, que visava a não separabilidade entre a esfera pública (política) e privada (relações pessoais). A incapacidade de separar a vida pública da privada enfraqueceu os processos democráticos, objetivando um distanciamento entre pessoas diante de sua vinculação político-partidária (Costa, 2023, p. 124).

A retórica do ódio, de acordo com Rocha (2021), faz sentido para as práticas da extrema-direita brasileira: “tal como ensinada na pregação de Olavo de Carvalho nas últimas duas décadas, a retórica do ódio é uma técnica discursiva que pretende reduzir o outro ao papel de inimigo a ser eliminado”. Em seu trabalho, ele discute sobre uma figura importante do governo de Bolsonaro: Olavo de Carvalho, um “guru” consultivo sobre questões sociais que, inclusive, criticou a Lei Rouanet. O pesquisador brasileiro destaca dois procedimentos amplamente utilizados por esse eixo político: a desqualificação nulificadora e a hipérbole descaracterizadora. Ao mesmo tempo que torna o alvo — no caso, uma suposta “esquerda artística” — algo inferior a ponto da retórica do ódio impactar em um processo desumanizador, é gerado um padrão de declarações absurdas que visam imputar certos discursos como verdades absolutas, de maneira repetitiva e exaustiva.

Com a quase extinção do Ministério da Cultura durante o governo de Michel Temer, em 2016, e com a CPI da Lei Rouanet, inúmeras informações davam conta de que artistas recebiam quantias milionárias para a execução de projetos culturais. Um dos deputados que assinaram, Alberto Fraga, disse que: “alguns artistas, como a cantora Cláudia Leite, não pode pegar quase R\$6 milhões dos cofres públicos para financiar o show; o Luan Santana, quase R\$4,8 milhões; e por aí vai” (Macedo e Cesar, 2016). Tal

informação, leva a entender, que os artistas recebem esse dinheiro, e não os projetos. Conforme apontamos na seção anterior, os projetos culturais passam por um processo avaliativo, que leva em consideração inúmeros aspectos até sua aprovação para captação, que buscará patrocinadores do evento. É importante ressaltar que o dinheiro investido no setor cultural, através do mecenato — fonte de boa parte das grandes produções artísticas —, vem da dedução fiscal do imposto de renda. Ou seja, na realidade, não é dinheiro “dos cofres públicos”, mas uma dedução fiscal.

Esse é um dos exemplos de práticas desinformativas performadas nos últimos anos que buscaram prejudicar a imagem da Lei Rouanet. Conforme será discutida na próxima seção, a fala de Eduardo Bolsonaro sobre a CPI da Lei Rouanet é um ponto importante para o despertar do ódio contra a classe artística brasileira. Suas proposições serão confrontadas com a realidade dos fatos, observados os não-ditos (Orlandi, 2020) presentes no discurso do deputado federal.

#### **4. Análise da fala de Eduardo Bolsonaro na CPI da Lei Rouanet e a veracidade dos fatos**

Orlandi (2020) alerta que aquilo que fica subentendido no texto também faz parte do texto. A partir dessa ideia, a fala de Eduardo Bolsonaro na CPI da Lei Rouanet será analisada de maneira crítica, ou seja, trazendo à tona as contradições e, principalmente, descortinando possíveis desinformações. Reforçando que já havia sido dito anteriormente: a extrema-direita busca, através da retórica do ódio, disseminar suas crenças e valores, através de um convencimento que se dá em esferas que não são, necessariamente, objetivas.

O quadro econômico brasileiro em 2016, época da CPI da Lei Rouanet, era completamente desfavorável, com inflação alta, descontrole do câmbio e perda do poder de compra dos trabalhadores. Em meio às manifestações que foram importantes para o impeachment da então presidente Dilma Rousseff, a imagem de seu partido — Partido dos Trabalhadores, PT — havia sido atingida por supostas vinculações corruptas, tornando o então mandato inviável para a maioria dos deputados e senadores que votaram para derrubar o então governo.

Diante disso, aqueles que estavam, supostamente, apoiando o governo, deveriam sofrer “as mesmas consequências”. Assim como vimos em Rocha (2021), a

retórica do ódio tem como propósito o aniquilamento do outro, daquele que é alvo dos ataques. Assim, como possível “parceira” do governo de Lula e Dilma, a classe artística foi associada à imagem do PT através da Lei Rouanet, que foi midiaticizada diante de supostas alegações de corrupção e desvio de dinheiro público.

Abaixo, segue a transcrição da fala de Eduardo Bolsonaro sobre a criação da CPI da Lei Rouanet, discurso que será analisado em seguida.

Olha, a gente tá para abrir aqui a CPI da Lei Rouanet. Exatamente para chamar artistas que receberam dinheiro sem precisar da Lei Rouanet. Então, o que fica suspeito – para não dizer comprovado –, é que a Lei Rouanet serviu para comprar essa classe artística. Dificilmente você vê um ator se posicionando contra o PT. Regina Duarte começou a bater duro e tomou uma geladeira na Globo. E diversos outros, ou nada falam, ou apoiam. Por exemplo, o Luan Santana recebeu R\$4,5 milhões da Rouanet. Será que ele precisa, realmente, desse incentivo do governo para colocar adiante os seus shows? Será que um ingresso que ali, com certeza, não é menos do que R\$100 para um show dele, será um ingresso já não é o suficiente para ele se manter? E, assim, eles vão conseguindo comprar toda a classe artística, e traz muita gente a reboque. Quando um cantor fala uma coisa, os seguidores deles, que são fanáticos por ele, que adoram a música dele, adoram o trabalho dele no cinema etc., eles não tendem a se confrontar com essa pessoa. Então, é muito importante para o governo ter essas pessoas ao seu lado. E aí, já emenda no artista, emenda o intelectual também. Intelectuais, artistas, e vão trazendo eles para cá. Exemplo notório: Wagner Moura, ficava no exterior, denunciando “o Golpe, o Golpe, o Golpe”. Chega a ser infantilidade, hoje em dia, ficar batendo nessa tecla do Golpe. Mas eles ficam, a todo momento, batendo em cima disso até que vire verdade. Porque eles querem colocar nos livros das escolas que houve um Golpe em 2016 contra uma presidente eleita democraticamente (Bolsonaro, 2018).

A primeira afirmação que se pode discutir é que a razão da CPI da Lei Rouanet existir é para “chamar artistas que receberam dinheiro sem precisar da Lei Rouanet”. Retomando a discussão já exposta ao longo, para receber o dinheiro que está sendo descrito pelo deputado é necessário que um proponente submeta o projeto e ele é avaliado cuidadosamente dentro de critérios estabelecidos pela própria legislação e pelos ditames públicos. Ao contrário da afirmação de que “o que fica suspeito – para não dizer comprovado –, é que a Lei Rouanet serviu para comprar essa classe artística”, não é possível chegar nessa conclusão apenas com o dinheiro captado para a realização de projetos culturais. Isso ocorre porque o dinheiro captado é para o projeto, que reúne inúmeros profissionais, além dos artistas que também compõem o quadro de recursos

humanos de um projeto. São produtores, artistas, técnicos e tantas outras pessoas que colaboram para o sucesso de uma empreitada cultural.

É possível acessar dados dos projetos submetidos na Lei Rouanet através da página VerSALIC<sup>6</sup>. Nela, é possível ver os valores aprovados — ou seja, aqueles liberados para serem captados — e os valores captados — o dinheiro que o projeto conseguiu com patrocinadores. Nem sempre um projeto que aprova um determinado valor consegue captar, uma vez que depende do financiamento das empresas que irão dar um determinado montante para serem patrocinadoras. Além disso, a legislação prevê um acompanhamento feito pelo próprio Ministério da Cultura e exige, da parte dos proponentes dos projetos, comprovantes de execução, como forma de acompanhamento.

Ao afirmar que “difícilmente você vê um ator se posicionando contra o PT”, o deputado já se contradiz ao falar de Regina Duarte, famosa atriz brasileira que é declaradamente contra o partido. Mas o ponto principal é a criação de um sentimento de ódio, a partir da retórica do ódio discutida em Rocha (2021), que visa tornar a classe artística um grupo vilanizado. Existe uma associação direta entre o PT e a Lei Rouanet e fica subentendido que se trata de uma legislação vinculada ao partido. Como já foi indicado, a Lei Rouanet foi criada durante o governo de Fernando Collor de Melo, de um partido que, à época, estava dentro do espectro da direita. Assim, associar “Lei Rouanet” e “Esquerda” é criar uma contradição da fundação da própria legislação que, aliás, como já foi debatido, é um programa que se baseia no espírito neoliberal, uma vez que o poder de decisão está nas empresas e não no governo ou no povo.

Conforme Cerqueira (2018) aponta, no governo de Fernando Henrique Cardoso se observou a predominância do paradigma empresarial aplicado à cultura. A Lei Rouanet tornou-se o grande instrumento de política pública cultural, proporcionando o surgimento de “uma série de iniciativas privadas na área da cultura, ao mesmo tempo em que retirou o Estado do cenário decisório e da condução política do processo” (Cerqueira, 2018, p. 10). Na gestão do PT foi fortalecida a presença do Estado nas políticas públicas, a narrativa distorcida do deputado parece não corresponder com a realidade (Cerqueira, 2018, p. 8). Não houve fortalecimento da Lei Rouanet no governo

---

<sup>6</sup> Disponível em: <https://versalic.cultura.gov.br/#/home>. Acesso em: 25 mar. 2024.

do PT e, portanto, não seria esse o motivo pelo qual artistas teriam apoiado. Ao contrário, como revela Calabre e Rabello (2014, p. 6), a partir de 2002 o intuito foi fortalecer o Sistema Nacional de Cultura (SNC) para consolidar políticas públicas nas esferas estaduais e municipais e, justamente, iniciar um processo para minimizar distorções e evitar descontinuidades. Foi uma forma de diminuir as desigualdades estabelecidas no âmbito do setor cultural.

Por fim, ao falar sobre o impeachment sofrido pela ex-presidente Dilma Rousseff, ao mencionar o Golpe sofrido pela então líder do executivo brasileiro, existe uma intenção de controlar a história, de tornar sua visão de mundo uma verdade. Segundo Pocock (2003), o discurso, tornado performance, ganha independência do autor e promove interpretações e respostas, espalhando-se e tornando-se comum na sociedade. No caso, o medo demonstrado de maneira exagerada é, na realidade, o desejo de querer realizar a ação de convencimento da população de que sua versão é a correta; ou seja, de que não houve Golpe.

As associações feitas pelo deputado federal mencionado buscam criar um efeito de sentido para aquilo que ele considera como verdade. No entanto, ao apresentar dados que refutam suas colocações, é possível perceber que existem inúmeras questões que não correspondem à realidade. Após ser alvo de críticas agressivas, em 2018, a Fundação Getúlio Vargas publicou uma pesquisa que revelou que a cada R\$1 investido através da Lei Rouanet, eram gerados outros R\$1,59: um retorno de 59% (Dearo, 2018). Assim, ao invés de enxergar a Lei Rouanet como um local de corrupção, pode-se pensar como um lugar de desenvolvimento social e econômico.

## **5. Considerações finais**

Ao longo de nosso trabalho, buscou-se evidenciar como o discurso proferido pela extrema-direita brasileira é problemático, diante de um quadro de desinformação realizado por tal grupo. A questão que norteou esta empreitada foi: as indicações de que há favorecimento e favoritismo de determinados artistas que são apoiadores de determinado grupo político correspondem aos mecanismos da lei, conforme afirmado por aqueles que se diziam contra a Lei Rouanet? De acordo com o exposto, percebe-se que não há favorecimento.



Em primeiro lugar, porque os projetos são avaliados a partir de seus proponentes que, geralmente, são produtoras à parte das figuras públicas que, supostamente, seriam as únicas beneficiadas pela arrecadação feita através de patrocínios. São exigidas certas medidas e requisitos que, caso não sejam cumpridos, podem resultar em reprovação do projeto cultural.

Ainda, importante frisar que o valor aprovado nem sempre é o valor captado. A captação de recursos financeiros se dá em um outro momento: quando é necessário vender o projeto para empresas, que vão financiar projetos que estejam de acordo com os seus preceitos e que possam promover visibilidade positiva à sua imagem. Nesse sentido, a Lei Rouanet ainda precisa ser aprimorada para auxiliar pequenos e médios artistas a impulsionarem suas carreiras.

Outro ponto que amplamente debatido neste texto é que a Lei Rouanet foi usada para justificar a crise econômica brasileira vivida no período. Além de minimizar toda a cadeia produtiva que envolve diversos profissionais, o ataque contra a Lei Rouanet a tornou vilã no contexto idealizado a partir da retórica de ódio imposto pelo grupo político contrário à legislação. Inclusive, foi construída uma relação entre a lei, criada há mais de 3 décadas, com o PT, partido que liderou o executivo em mandatos anteriores ao de Jair Bolsonaro. Assim, trata-se de uma maneira de desqualificar a lei criando uma narrativa que a associa à corrupção e, conseqüentemente, ao PT, que na época teve vários de seus políticos acusados de corrupção.

Através da devida contextualização, é possível compreender a realidade dos fatos, desde que sejam contrapostas de maneira crítica, ou seja, a partir da concreticidade. Todo o processo da submissão de um projeto cultural até sua aprovação para a captação de recursos demonstra como é necessário desmistificar as informações que são compartilhadas.

### **Referências bibliográficas**

BARBALHO, Alexandre. Em tempos de crise: o MINC e a politização do campo cultural brasileiro. **Políticas Culturais em Revista**, v. 10, n. 1, p. 23–46, 2017.

BARBALHO, Alexandre. Política cultural em tempo de crise: o Ministério da Cultura no Governo Temer. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, n. 1, p. 239-259, 2018.

BOLAÑO, César Ricardo Siqueira. A lei Rouanet e o campo cultural no Brasil. *In*: BOLAÑO, César Ricardo Siqueira. (Org.). **Política cultural no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2012. p. 213-236.

- BOLSONARO, Eduardo. **Bolsonaro fala sobre a lei Rouanet que os artistas terão que devolver o dinheiro**. Canal William Santos, 24 set. 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HEO13jlgQ8Q>. Acesso em: 08 ago. 2022.
- BRASIL. Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986. Dispõe sobre benefícios fiscais na área do imposto de renda concedidos a operações de caráter cultural ou artístico. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l7505.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7505.htm). Acesso em: 24 mar. 2024.
- BRASIL. Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991. Restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8313cons.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8313cons.htm). Acesso em: 24 mar. 2024.
- CALABRE, Lia; LIMA, Deborah Rebello. Apresentação do dossiê: Programa Cultura Viva: uma década e múltiplas visões. **Políticas Culturais em Revista**, v. 7, n. 2, p. 1–5, 2014.
- CERQUEIRA, Amanda P. Coutinho de. Política cultural e “crise” no governo Temer. **Novos Rumos**, São Paulo, v. 55, p.1-17, jan. 2018.
- CHAUÍ, Marilena. Cultura, Socialismo e Democracia – Cultuar ou cultivar. **Teoria e Debate**, Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 6 ed., 1 out. 1989. Disponível em: <https://teoriaedebate.org.br/1989/10/01/cultuar-ou-cultivar/>. Acesso em: 24 mar. 2024.
- COSTA, Priscila Seixas da. **Mediatização da Lei Rouanet e extinção do Ministério da Cultura: impactos da transição política no Brasil no período 2016-2022**. 2023. 200 f. Tese (Doutorado em Mídia e Cotidiano) – Instituto de Artes e Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2023.
- DE PAULA, Francisco Sebastião; GONDIM, Antônio Beethoven Carneiro. **Revista Interdisciplinar Internacional de Artes Visuais Art&Sensorium**, Curitiba, v. 6, n. 2, p. 30-42, 2019.
- DEARO, Guilherme. Lei Rouanet traz retorno 59% maior que valor financiado, mostra FGV. **Exame**, 14 dez. 2018. Disponível em: <https://exame.com/economia/lei-rouanet-traz-retorno-59-maior-que-valor-financiado-mostra-fgv/>. Acesso em: 25 mar. 2024.
- DOYLE, Andréa; BRISOLA, Anna Cristina. Dois dedos de prosa sobre competência crítica em informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 27, n. 2, p. 77-100, 2022.
- FERNANDES, Natália Ap. Morato. A política cultural à época da ditadura militar. **Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar**, São Carlos, v. 3, n. 1, p. 173-192, 2013.
- MACEDO, Idhelene; CESAR, Luciana. Deputados entram com pedido de criação da CPI da Lei Rouanet. **Agência Câmara de Notícias**, Brasília, 30 mai. 2016. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/489191-deputados-entram-com-pedido-de-criacao-da-cpi-da-lei-rouanet/>. Acesso em: 25 mar. 2024.
- ORLANDI, Eni. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. 13. ed. Campinas: Pontes Editores, 2020.
- PEREIRA, Jonathan. Fernanda Montenegro desabafa sobre Lei Rouanet: "Não somos corruptos". **Uol**, TV e Famosos, [S. l.], 9 dez. 2018. Disponível em: <https://tvefamosos.uol.com.br/noticias/redacao/2018/12/09/nao-somos-corruptos-desabafa-fernanda-montenegro-sobre-lei-rouanet.htm>. Acesso em: 24 mar. 2024.
- POCOCK, John Greville Agard. O conceito de linguagem e o métier d'historien: algumas considerações sobre a prática. In: MICELLI, Sergio. (Org.). **Linguagens do ideário político**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003. p. 63-82.
- ROCHA, João Cezar de Castro. **Guerra cultural e retórica do ódio**: crônicas de um Brasil pós-

político. Goiânia: Caminhos, 2021.

WILSON, Carolyn; GRIZZLE, Alton; TUAZON, Ramon; AKYEMPONG, Kwame; CHEUNG, Chi-Kim.  
**Alfabetização midiática e informacional:** currículo para formação de professores. Brasília:  
UNESCO, UFTM, 2013.

# **ECONOMIA POLÍTICA DO JORNALISMO**

# **As formas de censura na cobertura do assassinato de Marielle Franco: o caso da Agência Brasil**

**Gabriel Pansardi RUIZ<sup>1</sup>**

**Márcia Neme BUZALAF<sup>2</sup>**

## **1. Introdução**

Este trabalho investiga um potencial episódio específico de censura na Agência Brasil (ABr), emissora vinculada à Empresa Brasil de Comunicação (EBC), envolvendo o noticiário sobre o assassinato de Marielle Franco e de seu motorista Pedro Anderson Gomes, no Rio de Janeiro, em 14 de março de 2018. Para tanto, traçamos inicialmente um estudo sobre comunicação pública e a trajetória da EBC e da Agência Brasil.

Além de contextualizar o caso específico selecionado, utilizamos como metodologia a história oral, a partir de entrevistas com jornalistas ligados a EBC, coletadas para a dissertação de mestrado da qual se originou este texto (Ruiz, 2021). Com base nestes testemunhos, buscamos a compreensão dos mecanismos empregados para controlar a informação noticiosa produzida pela Agência Brasil, durante o governo de Michel Temer (2016-2018). Nesse trajeto, a pauta dos grupos sociais subalternizados é relevada, explorada em paralelo.

Interferências e tentativas de controle da informação também foram registradas nos governos de Lula (2003-2010) e Dilma Rousseff (2010-2016), porém, esta pesquisa se debruçou sobre outro período. Considerando a chegada de Temer à presidência como um golpe, conforme Jinkings (2016) e Miguel (2016), quisemos mostrar que houve uma mudança drástica de curso das políticas públicas do país em áreas diversas, conjuntura em que a EBC se insere, sofrendo alterações significativas e inéditas, primeiro em maio e depois em setembro de 2016. Conforme pretendemos demonstrar, essas

---

<sup>1</sup> Mestre em Comunicação pela Universidade Estadual de Londrina (UEL) e docente do Departamento de Pedagogia e Comunicação Social da Universidade Anhanguera de Londrina. Email: [comunica.gruiz@gmail.com](mailto:comunica.gruiz@gmail.com).

<sup>2</sup> Professora associada do Departamento de Comunicação da Universidade Estadual de Londrina e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCom). Email: [marciabuzalaf@uel.br](mailto:marciabuzalaf@uel.br).

modificações impactaram diretamente a estrutura da EBC, com a aniquilação de espaços essencialmente democráticos da empresa, a exemplo do conselho curador.

## **2. A EBC e a Agência Brasil**

Antevisto na Constituição Federal de 1988 como uma complementaridade ao modelo estatal e privado, o sistema público de comunicação foi instalado de maneira oblíqua no Brasil. Ainda é comum que a sociedade e governos façam confusão no entendimento do papel desta vertente. É consenso, porém, para pesquisadores como Leal Filho (2016), Bucci (2015) e Valente (2009), que a comunicação pública contribui para o avanço democrático e, sobretudo, para uma maior pluralidade e independência midiática, em benefício dos cidadãos.

Como comunicação pública e seu uso neste trabalho, entendemos especificamente a definição de Bucci, Chiaretti e Fiorini (2012) no livro “Indicadores de Qualidade nas Emissoras Públicas”. Ao tratar de emissora pública, igualmente adotamos o sentido discutido nesta mesma obra. Os pesquisadores reconhecem a existência de distintos modelos de emissoras públicas desenvolvidas em diferentes países, na Europa, América do Norte e América Latina; no entanto, pontuam que uma série de características para esta categorização deve ser comum:

- 1) independência editorial e financeira; 2) autonomia dos órgãos de governança; 3) pluralidade, diversidade e imparcialidade da programação; 4) claro mandato de serviço público, estabelecido em documentos legais pertinentes; 5) prestação de contas (accountability) junto ao público e junto aos órgãos reguladores independentes (Bucci, Chiaretti, Fiorini, 2012, p. 9).

A fim de dar início ao projeto de comunicação pública no país, concebeu-se a Empresa Brasil de Comunicação, criada em outubro de 2007, por meio da Medida Provisória 398, que vigorou por alguns meses até ser transformada na Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008. A Lei promoveu a fusão da Empresa Brasileira de Comunicação (Radiobrás) com a Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto (Acerp), integrando suas estruturas, recursos humanos e serviços. Segundo Bucci (2015), a Radiobrás era detentora de duas emissoras de televisão, a TV Nacional, um canal aberto no Distrito Federal, e a NBR, um canal a serviço do governo federal transmitido via cabo; de quatro emissoras de rádio; da Agência Brasil, produtora de conteúdo disponível para

todo o país e da Radioagência Nacional, responsável por distribuir notícias de rádio pela internet. A Acerp controlava a TVE carioca, a TVE Maranhão e a Rádio MEC (Bucci, 2015, p. 112-113).

Para o autor, em comparação com a antecessora Radiobrás, a EBC tornou-se mais eficiente, gerou economia de recursos, aumentou a qualidade dos programas televisivos e ganhou um orçamento maior. O resultado significou a estruturação da EBC, detendo o comando de rádios, TVs e agências, no formato de uma empresa pública federal, base para um até então inédito sistema público de radiodifusão nacional.

Em sua origem, a EBC foi constituída interligada à Presidência da República, por meio da Secretaria Especial de Comunicação Social (Secom), aspecto este considerado equivocado por Bucci (2015) e entendido como um elemento de influência política governamental sobre a EBC (Luz; Nitahara, 2019). Sua natureza jurídica, portanto, é estatal, pelo vínculo político e financeiro com o Estado, proprietário de toda a estrutura e fonte de financiamento.

Por estes aspectos inerentes – importante destacar –, a EBC está cotidianamente submetida a autoridades de um dos três Poderes da República. De sorte que a programação contém restrições, “estando, portanto, mais a serviço das necessidades de divulgação decorrentes da lógica interna do Estado do que a serviço de refletir livremente o debate e a diversidade cultural que resulta das dinâmicas não-estatais típicas da vida social” (Bucci; Chiaretti; Fiorini, 2012, p. 22). A Lei 11.652 estabeleceu ainda outras cinco instâncias internas de gestão: o Conselho Curador, a Assembleia Geral, o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal e a Diretoria Executiva<sup>3</sup>.

A Agência Brasil remonta ao ano de 1937 e nasce vinculada ao Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) do Estado Novo (1937-1945), sendo denominada de Agência Nacional (AN). Luz e Nitahara (2019, p. 97 *apud* Aguiar; Lisboa, 2016) indicam que o intuito da AN era o de “servir ao projeto de ‘integração nacional por meio da circulação doméstica de notícias’ e também para ‘difundir os discursos do regime’”. Então seu funcionamento se aproximava daquele desempenhado por uma assessoria de

---

<sup>3</sup> Para aprofundar o entendimento sobre cada um dos conselhos citados, ver obra já citada de Bucci (2015), além de Azevedo, Flávia; Rodrigues, Diogo Moyses; Silva, Sivaldo Pereira; Valente, Jonas et. al. Sistemas públicos de comunicação no mundo: experiências de doze países e o caso brasileiro. São Paulo: Paulus, Intervezes, 2009.

imprensa governamental. Da década de 1940 para cá, a AN passa por diversas modificações e nomes, sendo posteriormente incorporada à Radiobrás, já como Agência Brasil, em 1990, no governo Collor de Mello.

Entre 2003 e 2007, Eugênio Bucci foi presidente da Radiobrás, ensejo em que ocorre a mudança de cultura e de foco da instituição: da comunicação governamental para a comunicação pública. Bucci retrata que os próprios funcionários estavam acostumados a fazer comunicação governamental e, com o tempo, o enfoque passou a ser outro: “As notícias iam para o ar segundo o seu valor informativo. [...] De vez em quando, uma chamada da Agência Brasil ganhava reprodução imediata na primeira página dos mais importantes sites jornalísticos do país” (Luz; Nitahara, 2019, p. 98 *apud* Bucci, 2008, p. 34).

Integrada à EBC, entre os anos de 2012 e 2016, a ABr ampliou sua estrutura, com ganho do quadro de correspondentes atuantes em outros países e também no interior nacional, cobrindo diretamente capitais, como Manaus, Porto Alegre, Salvador, Recife e Fortaleza. Em 2013, o site da Agência ganhou versões em inglês e espanhol.

Por outro lado, o relatório anual da Ouvidoria da EBC<sup>4</sup> de 2015 registra interferências do governo federal na empresa. Coloca ainda como problemas frequentes na Agência Brasil, entre outros, oficialismo, tom tendencioso em manchetes de teor político ou de indicadores econômicos e sociais, além de viés sensacionalista na cobertura de manifestações. No ano, foram recebidas 424 demandas de leitores para a Agência Brasil, sendo 40% delas reclamações, com recorrência para erros de informação e parcialidade no tratamento de temas polêmicos” (Luz; Nitahara, 2019, p. 102).

### **3. Contexto político e mudanças na EBC no Governo Temer**

Ainda durante o período de governo interino de Michel Temer (12 de maio a 31 de agosto de 2016) ocorreu a primeira interferência na EBC: a demissão do ex-diretor presidente da empresa, Ricardo Melo, no dia 17 de maio de 2016. O jornalista não

---

<sup>4</sup> Segundo texto explicativo sobre o papel da Ouvidoria da EBC, redigido pela ex-ouvidora geral Joseti Marques, originalmente entre as funções estão: redigir boletim interno diário com críticas à programação do dia anterior, a ser encaminhado à Diretoria Executiva; além da produção de relatórios, colunas e inserção de 15 minutos nos veículos. O material está disponível em: <http://www.ebc.com.br/institucional/ouvidoria/noticias/2016/05/a-critica-e-a-mediacao-no-trabalho-daouvidoria>. Acesso: 08.nov.2019.



poderia ser exonerado diretamente pela presidência: a Lei de criação da EBC impede a ação, justamente como um recurso para assegurar a continuidade das gestões. Entretanto, no início de junho, o ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), considerou nulo de validade o ato de exoneração de Ricardo Melo, retornando-o ao seu cargo, por meio de uma liminar<sup>5</sup>.

De acordo com o estatuto originário da EBC, o diretor presidente só poderia ser destituído de duas maneiras: caso pedisse demissão ou após duas advertências indicadas pelo conselho curador. Formado por 22 integrantes, parte deles indicados pela sociedade civil e designados pelo presidente da República, o conselho curador tinha a função de acompanhar e fiscalizar a exibição dos programas e de aprovar a linha editorial da EBC. Segundo Bucci, o conselho:

Tem poder para, por deliberação da maioria absoluta de seus membros, emitir voto de desconfiança à diretoria ou a um de seus diretores, o que já é um alento. A segunda advertência resultará necessariamente em afastamento do diretor em questão ou, se for o caso, de toda a diretora (Bucci, 2015, p. 115).

Em 1º de setembro, a MP 744/2016 foi assinada por Rodrigo Maia, presidente do país em caráter provisório, pois Temer estava em missão oficial na China, alterando a Lei nº 11.652/2008. A MP foi posteriormente convertida na Lei nº 13.417, de 1º de março de 2017 e manteve as mudanças estabelecidas com a MP 744/2016, das quais destacamos duas:

a) a extinção do conselho curador; em seu lugar seria implementado um Comitê Editorial consultivo e deliberativo, com funções como a discussão dos planos editoriais e conteúdos da empresa. Esse Comitê, no entanto, até o fim do Governo Temer não foi instalado; b) o cargo de presidente-diretor da empresa deixou de ser fixo, de quatro anos, podendo o titular ser demitido a qualquer momento pelo presidente da República.

Com a alteração, dias depois de assinada a MP, a liminar concedida por Toffoli perde valor, sendo Ricardo Melo definitivamente exonerado; Laerte Rímoli reassume o posto, como em maio anterior. Rímoli é um velho conhecido da cúpula do Partido da

---

<sup>5</sup> A imprensa à época noticiou essas mudanças na EBC. Entre as matérias publicadas, destacamos duas: <http://portalimprensa.com.br/noticias/brasil/77323/ministro+dias+toffoli+reconduz+ricardo+melo+a+p+residenci+a+da+ebc>. Acesso em: 16 fev.2020. E em: <https://www.conversaafiada.com.br/brasil/toffoli-poe-ricardo-devolta-na-ebc>. Acesso em: 16 fev.2020.

Social Democracia Brasileira (PSDB), foi ex-chefe da Secretaria de Comunicação Social da Câmara dos Deputados, indicado de modo direto pelo ex-deputado Eduardo Cunha (MDB), e ex-coordenador de comunicação da campanha de Aécio Neves (PSDB), no pleito presidencial de 2014.

Na ausência do conselho curador, que comportava a discussão da linha editorial e acompanhava a programação das emissoras, outros canais serviram de espaço para espraizar as questões internas agudas. Entre 2017 e 2018, jornalistas de veículos e praças diversas da EBC assinaram notas em caráter de denúncia, apontando constrangimentos para noticiar conteúdos desfavoráveis ao governo, controle da informação, censura, entre outros temas que desgastam a rotina de trabalho e impactaram diretamente na qualidade do jornalismo da empresa. Os documentos estão reunidos no blog<sup>6</sup> da comissão de empregados da EBC, espaço de organização e mobilização de trabalhadores, mas que nunca foi reconhecido pela diretoria da empresa. Em junho de 2017, por exemplo, essa comissão registra<sup>7</sup> a troca de repórteres de suas áreas históricas, deslocados para setores em que não possuem experiência. Executada sem diálogos ou explicações, a ação é compreendida como uma forma de cerceamento dos jornalistas pelos funcionários. Na mesma nota, sublinham-se situações de desrespeito da gerência-executiva do jornalismo para com trabalhadores. Em julho, o gerente-executivo da Agência Brasil, Alberto Coura, na gestão Rímoli, é repudiado pela comissão de empregados em nota assinada nominalmente por dezenas de funcionários e pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal (SJPDF). O desagravo foi divulgado depois que o ex-gerente criticou e expôs o repórter Daniel Isaías em um grupo de Whatsapp, intimidando-o publicamente. Coura torna-se alvo de outras polêmicas e ingerências em março de 2018, pouco antes de ser demitido. Comentaremos adiante.

No relatório anual da Ouvidoria da EBC de 2017, considerado o último independente, sem influências do governo (Luz; Nitahara, 2019), a então ouvidora-geral da EBC, Joseti Marques, relata constrangimento diante de notícias desfavoráveis ao governo, uso excessivo de termos técnicos, falta de aprofundamento e oficialismo. Segundo o documento:

---

<sup>6</sup> Disponível em: <https://comissaoempregadosebc.wordpress.com/>. Acesso em: 14 mar.2024.

<sup>7</sup> Disponível em: <https://comissaoempregadosebc.wordpress.com/2017/06/>. Acesso em: 14 mar.2024

A Ouvidoria sempre esteve atenta a uma tendência oficialista nas reportagens da Agência Brasil, mas em 2017 juntou-se a ela uma dissolução crescente dos limites entre áreas da empresa (veículos públicos, veículos estatais e veículos publicitários da empresa). Se, por um lado, esta quebra contribuiu à circulação dos conteúdos, por outro, deixou mais confusa do que antes o caráter da EBC como mídia pública (Marques, 2017, p. 30).

Nesse contexto, Leal Filho (2018) interpreta que as mudanças impostas pelo Governo Temer transformaram, na prática, a EBC em uma emissora estatal, distanciando-se da função de emissora pública. Após as alterações na EBC, a partir da MP 744, apesar de mantidos os princípios da comunicação pública no papel, houve até uma tentativa, sem sucesso, conduzida pelo conselho de Administração da EBC, de mudar a diretriz da Agência Brasil, que passaria a reproduzir somente notícias de Estado (SJPDF, 2018).

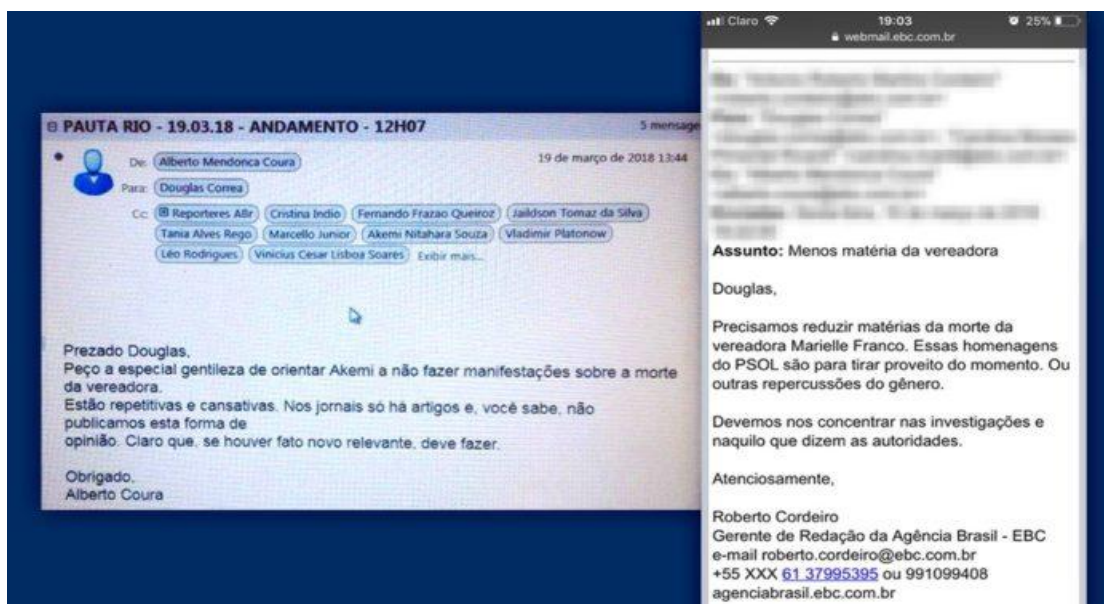
Dado o contexto de transição dos governos após o processo de impeachment de Dilma Rousseff, passa-se para a abordagem sobre um caso específico ocorrido no interior da EBC.

#### **4. Agência Brasil e o assassinato de Marielle Franco**

Pouco depois das 21 horas, após coordenar a roda de conversa “Jovens negras movendo as estruturas”, na Lapa carioca, na noite de 14 de março de 2018, a socióloga, ativista dos direitos humanos e vereadora do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) no Rio de Janeiro, Marielle Franco e Anderson Pedro Gomes, seu motorista, foram alvejados por 13 balas de submetralhadora calibre nove milímetros. Franco foi atingida por vários projéteis que desconfiguraram seu rosto; outras três balas perfuraram as costas de Anderson Gomes. O enterro aconteceu no dia seguinte, engarrafado de multidão, comoções e protestos (Magalhães, 2019).

Figura 1

Troca de e-mails de chefias da Agência Brasil sobre assassinato de Marielle Franco



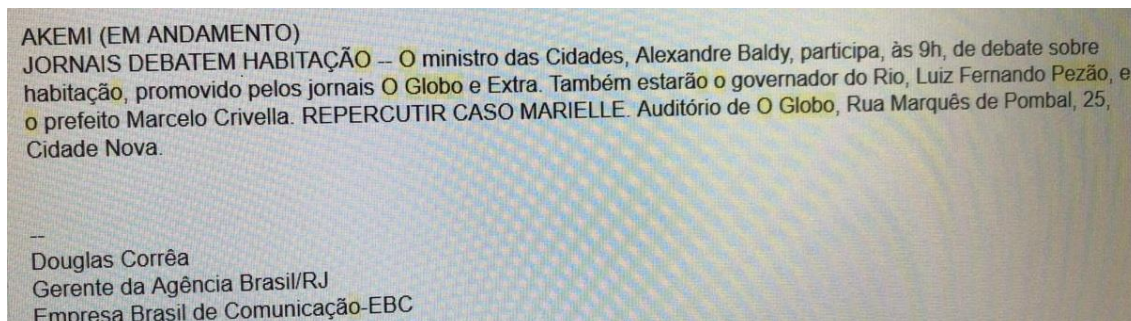
Fonte: Morais (2018).

Dias depois, a cobertura dos fatos pela Agência Brasil levantou polêmica. E-mails publicados por Fernando Morais (2018), no dia 20 de março, entre funcionários que ocupavam cargos de chefia, lotados na capital federal (Figura 1), demonstram ordens para manipular o controle da informação envolvendo o assassinato de Franco no Rio. Como mostra a Figura 1, “Menos matéria da vereadora” é o título de um desses e-mails, assinado por Roberto Cordeiro, então gerente de redação da Agência Brasil na capital federal, para Douglas Corrêa, gerente da ABr no Rio de Janeiro, com o objetivo de orientar a repórter Akemi Nitahara a “reduzir matérias da morte da vereadora Marielle Franco”. A mensagem foi enviada no dia 16 de março, dois dias após o assassinato, uma sexta-feira. Esse comunicado foi reforçado logo depois do fim de semana, na segunda-feira, pelo ex-gerente executivo da Agência Brasil de Brasília, Alberto Coura, e diz: “Peço a especial gentileza de orientar Akemi [Nitahara] a não fazer manifestações sobre a morte da vereadora” (Figura 1).

A repórter, no entanto, nem chegou a ser orientada por seu chefe, Douglas Corrêa. Ela estava em campo justamente na cobertura da pauta em questão, um debate sobre habitação organizado pelos jornais *O Globo* e *Extra*, com a presença do ex-ministro

das Cidades, Alexandre Baldy, do governador do Rio de Janeiro, Luiz Fernando Pezão (MDB) e do prefeito Marcelo Crivella (PRB), na manhã do dia 19 de março.

Figura 2 – Orientação de pauta da ABr sobre cobertura de evento no Rio de Janeiro



Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

Na pauta que Nitahara recebeu por e-mail de seu gerente, Douglas Corrêa (Figura 2), obtida por esta pesquisa, há a indicação, em caixa alta, para repercutir o assassinato de Marielle, executada há cinco dias. O e-mail de Coura chegou às 13h44, como se nota na Figura 1, e a jornalista enviou o material pronto às 15h47, que foi publicado sem nenhuma informação sobre a vereadora. O texto, porém, não passou por cortes, supressões ou edições; Nitahara (2019) explica que não escreveu sobre Marielle e Anderson: “Até porque [no debate] não falaram nada sobre isso e não teve entrevista para perguntar”.

Figura 3 – Reprodução de postagem da página Ceticismo Político



Fonte: Fishman (2018).

Por outro lado, o comunicado do gerente de redação da ABr em Brasília, Roberto Cordeiro (Figura 1), que antes de ocupar o cargo na Agência trabalhava no Ministério da Defesa, foi enviado para a chefia do Rio de Janeiro no calor do assassinato, apenas um dia após o enterro de Marielle. Diz sua mensagem, na Figura 1: “Essas homenagens do PSOL são para tirar proveito do momento. Ou outras repercussões do gênero. Devemos nos concentrar nas investigações e naquilo que dizem as autoridades”. A mensagem de Cordeiro insinua oportunismo por parte do ex-partido de Marielle, que supostamente se aproveitou para obter destaque na mídia.

A narrativa oportunista do PSOL, presente no argumento do gerente de redação, possui semelhante teor em relação a conteúdos reproduzidos na internet, que buscavam desqualificar os protestos e comoções favoráveis à Marielle Franco naquela ocasião, como mostra a Figura 3, sobre a página *Ceticismo Político*. Pior: buscavam também diminuir o tamanho da violência – em vários sentidos – deste crime.

As trocas de e-mails de Roberto Cordeiro e de Alberto Coura ganharam repercussão no dia 20 de março e pautou boa parte da imprensa, como a coluna “Painel” da *Folha*<sup>8</sup>, nesta, já com o posicionamento oficial da EBC. Segundo a *FSP*, a empresa se disse “surpresa” e apontou que o gerente foi formalmente advertido. Em 10 de abril, Beto Coura, como era conhecido, foi exonerado do cargo, após denúncias de assédio moral<sup>9</sup> contra Isabela Vieira, jornalista que chegou à EBC ainda nos tempos de Radiobrás, em 2007. O ex-gerente-executivo desferiu ofensas e ataques à jornalista e já acumulava insatisfações adicionais, inclusive a de que assumiu o cargo para controlar conteúdos e atuar como um censor interno (Vieira, 2019).

---

<sup>8</sup> “EBC manda reduzir cobertura sobre Marielle para evitar exploração política”, disponível em: <https://painel.blogfolha.uol.com.br/2018/03/20/ebc-manda-reduzir-cobertura-sobre-marielle-para-evitarexploracao-politica/>. Acesso em: 10 mar.2024.

<sup>9</sup> Nota do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal (SJPDF) denuncia o assédio moral e traça aspectos da gestão de Alberto Coura no cargo: <http://www.sjpdf.org.br/noticias-teste/3623-entidades-repudiamofensas-de-gerente-executivo-da-agencia-brasil>. Acesso em: 10 mar.2024.

Figura 4 - Protesto de empregados da EBC em Brasília



Fonte: Moraes (2018).

Diante da situação, no mesmo dia da repercussão, funcionários da ABr de Brasília protestaram, exibindo uma faixa com os dizeres: “Não vão nos calar! Marielle presente!” (Figura 4). Outro desdobramento imediato foi a publicação de uma nota assinada por representantes de trabalhadores da EBC e por outras entidades. O texto fala em jornalismo sequestrado: “O governo, assim, diz que auxilia a investigação do caso, mas pede que diminua a cobertura pela EBC. Um jogo duplo grave contra a democracia” (Nota..., 2018). Fato é que a força de Marielle Franco ampliou o debate sobre a censura na EBC, expondo que o episódio – conforme este estudo investiga – não se trata somente de um caso isolado no Governo Temer.

## 5. Censura e controle do jornalismo da Agência Brasil

Conforme já exposto anteriormente, é na conjuntura de mudanças na EBC, ainda na fase do governo interino de Temer, que se agravam as denúncias de censura, governismo e controle da informação na rotina jornalística de veículos da emissora, além de casos de assédio moral. Tanto que em agosto de 2018, foi divulgado um relatório elaborado por empregados da EBC em que são sistematizados 61 casos de censura e governismo (SJPDF, 2018), com a ocorrência de 29 deles na Agência Brasil. No documento, o episódio de Marielle Franco na Agência Brasil ganha destaque. O relatório foi produzido com base em denúncias anônimas coletadas por meio de um formulário online, de modo sigiloso, e remonta a casos ocorridos entre outubro de 2016 e a terceira

semana de julho de 2018. A campanha é inédita na trajetória da EBC e revela que a maioria absoluta dos conteúdos controlados é proveniente da editoria de política.

Para este trabalho e com o objetivo de compreender os mecanismos de censura e recursos utilizados para controlar o noticiário da EBC e da Agência Brasil, tanto no caso estudado como de modo mais amplo, selecionamos o testemunho de Décio Trujillo<sup>10</sup>, jornalista e ex-gerente de pautas da Agência Brasil de São Paulo. Ele afirma:

Sim, éramos muito pressionados para fazer pautas positivas para o Governo Temer e, mais grave, desestimulados ou até proibidos de fazer reportagens negativas. Muitas vezes, matérias enviadas por nós a Brasília deixaram de ser publicadas. Era diária a prática da "orientação" do caminho que a matéria devia seguir ou mesmo ordens de abandonar pautas. No início da minha gestão, era desestimulado a cobrir manifestações de rua; com o tempo, o desestímulo virou proibição. Matérias sobre desempenho da economia (índices, desempenho de setores etc.) eram boicotadas e, quando fazíamos à revelia, não saíam, se fossem ruins para o governo. [...] A manutenção dessa prática, já sabemos, acaba provocando o pior dos efeitos, a autocensura (Trujillo, 2020).

Como se observa, pautas consideradas críticas ao governo ou aos seus valores eram sabotadas, interdidas e, quando elaboradas por repórteres, editadas de modo a suprimir o que não condiz. Aqui fica evidente a confusão e a intenção no trato de emissoras públicas como ABr, tidas como uma extensão de poder e a serviço do governo em prol de interesses particulares. Trata-se de uma distorção, pois não é porque um veículo é público, de natureza estatal, que o jornalismo deva ser praticado de modo enviesado, chapa-branca e acrítico (Bucci, 2015).

Na condição de jornalista e repórter da Agência Brasil do Rio de Janeiro, Akemi Nitahara<sup>11</sup> foi também entrevistada para a pesquisa de mestrado (Ruiz, 2021) que deu origem a este trabalho, com o intuito de ir além da história noticiada e dos registros escritos. A história oral traz justamente o relato vivo do momento. Um dos trechos de sua fala demarca o controle noticioso para inibir protestos direcionados contra Temer,

---

<sup>10</sup> Décio Trujillo começou a trabalhar na EBC em julho de 2017 e atuou desde então como chefe da redação da Agência Brasil em São Paulo, o que na prática, segundo ele, é oficialmente o gerente da sucursal. Manteve-se até 28 de fevereiro de 2018, quando foi demitido.

<sup>11</sup> Akemi Nitahara atuou como repórter na Agência Brasil RJ, esteve na chefia da Agência Br RJ e atualmente trabalha na Radioagência Nacional; Nitahara integrava o conselho curador quando este foi extinto, em 2016. Está há quase 20 anos na comunicação pública, chegou em novembro de 2004, ainda na Radiobrás e acompanhou o processo de fusão da antiga empresa que originou a EBC.



com a recorrente interdição da expressão “Fora Temer” de matérias. Nesse sentido, Nitahara (2017) relata que ocorreu “Tanto uma ‘edição cuidadosa’ de fotos na Agência quanto de imagens na TV Brasil. Também tiram a menção [Fora Temer] dos textos da Agência [Brasil]”. Especialmente no carnaval de 2017, a orientação transmitida aos editores foi para limar da cobertura qualquer menção ao “Fora Temer”.

Em outros veículos da EBC, o comando abrangeu pautas sensíveis à opinião pública, como nas greves e protestos contrários à aprovação das reformas trabalhista e da previdência, entre março e abril de 2017, em que se observa uma cobertura enviesada, de criminalização das manifestações no principal noticiário da TV Brasil (Silva; Veloso, 2019). Além da intervenção federal no Rio de Janeiro, quando soldados e tanques de guerra foram designados para o combate à violência em nome da segurança pública; nestas, segundo Nitahara (2018), suprimiam-se as análises contrárias às intervenções.

A repórter destaca, por fim, no período, a redução de temas ligados a Direitos Humanos, de modo geral, na Agência Brasil: “Direitos humanos diminuíram muito mesmo, basta ver o que sai publicado. Esse ano [2018], temos por escrito uma negativa para uma repórter ir cobrir o Fórum Social Mundial em Salvador, a convite e com tudo pago” (Nitahara, 2018).

Esta posição de interdição e de omissão de assuntos relacionados aos grupos minorizados é registrada ainda por Trujilo (2020), em outro trecho de seu testemunho: “Também éramos desestimulados a fazer matérias na área da cultura popular ou sobre a luta de minorias (homofobia, racismo, questão indígena)”. Os métodos adotados na gestão de Laerte Rímoli, detalhados por Trujilo e Nitahara, configuram-se justamente como os padrões de manipulação descritos por Perseu Abramo (2016), dois deles em especial. O primeiro, o padrão de ocultação, em que certos temas são excluídos de modo consciente, permanecendo à margem, ausentes do quadro; nas palavras de Abramo (2016, p. 40), “Não se trata, evidentemente, de fruto do desconhecimento, e nem mesmo de mera omissão diante do real. É, ao contrário, um deliberado silêncio militante sobre determinados fatos da realidade”. Em segundo lugar, o padrão de fragmentação, isto é, mesmo um assunto escolhido para ser noticiado, este é apresentado ao público de maneira dissimulada, com edições, fragmentações sempre na busca de imprimir a opinião, a ideologia do veículo ou os seus interesses, resultando, com efeito, na

descontextualização dos fatos. Em ambos os padrões, de acordo com a tese de Abramo, cria-se uma realidade artificial, alijando o público de parte da informação e induzindo-o a acreditar em determinada visão: a dos donos dessas empresas.

Dessa forma, consideramos que tais padrões de manipulação de Abramo (2016) funcionam, na prática, como instrumentos de censura na Agência Brasil, dentro do contexto já explicitado, uma vez que, conscientemente, mutilam-se e se distorcem informações, impedindo certos assuntos de serem veiculados. Justamente como no caso das ordens direcionadas para reduzir a cobertura noticiosa sobre a execução de Marielle Franco no noticiário da ABr.

Embora tenha sido escrita em 1988 e se refira à grande imprensa, a tese de Abramo (2016) pode ser aplicada a veículos públicos, especificamente os da EBC neste dado quadro, uma vez que a estrutura e organização da redação de seus canais é semelhante à de um veículo privado, com hierarquias, público-alvo delimitado, escolha de pautas, produção noticiosa diária e que seguem valores e regras de um manual de redação.

Por outro lado, a despeito da distorção e da submissão da prática jornalística em relação à fragilidade estrutural da EBC, podendo retroceder e sucumbir às vontades e interesses de um governo, Bucci, inclusive, alerta:

A empresa e os serviços que têm por missão prestar à sociedade estão sujeitos aos humores (ou interesses) de quem está no poder. Talvez o governo de turno seja mais tolerante, mas os meios de mando estão todos lá. A qualquer momento, sob a justificativa mais personalista ou sob o pretexto mais idealista, as prerrogativas poderão ser acionadas, o que vai mandar por água abaixo o esforço de criar e manter a independência editorial (Bucci, 2015, p. 114).

Tão logo o comando do país foi trocado, como numa empresa de comunicação privada, a gerência da EBC, sob a tutela de Rímoli, adequou-se aos interesses da Presidência, amaciando críticas, amenizando fatos e omitindo-os, protegendo e vigiando assim, tal qual um cão de guarda, particularidades do governo. Conforme argumentação de Bucci (2015) sobre o proselitismo que gere a comunicação pública no país, o que se observa na EBC sob a gestão de Michel Temer é a continuidade, quiçá o agravamento, de uma tradição brasileira de submeter emissoras públicas ao governo de plantão,

colocando-as para funcionar de acordo com as vaidades partidárias e interesses eleitoreiros.

Retomando o caso central, ainda que indiretamente, falar de Marielle Franco é tratar de temas relacionados aos grupos minorizados, uma vez que a vereadora era atravessada por diferentes marcadores de opressão na sociedade colonialista que ainda vivemos: negra, lésbica, pobre de origem periférica, casada com uma mulher e discursava abertamente sobre feminismo e movimento LGBTQIAP+, em defesa e apoio a estas causas, não apenas no palanque. Aplacar o noticiário da ABr sobre o assassinato significa, por conseguinte, reduzir a discussão destes mesmos temas e bandeiras defendidas pela vereadora.

## **6. Considerações finais**

Com a crise política que se instalou no país, culminando com o impeachment contra Dilma Rousseff, a EBC foi um dos primeiríssimos alvos do Governo Temer (Leal Filho, 2018), resultando em modificações estruturais que tiveram efeito direto na atividade jornalística da empresa. Com a extinção do conselho curador e desprovidos de um espaço interno e crítico para a discussão da produção jornalística, trabalhadores organizados divulgaram uma série de notas, nas quais denunciam censura, oficialismo, constrangimentos, assédio moral e outras manobras do governo para manter firmes as rédeas do controle da informação nos veículos da EBC.

Entendemos, inclusive, que a própria exclusão do conselho curador é uma forma de censura, já que silenciou a voz do principal espaço democrático da EBC, mantenedor de seu caráter público, conforme visto, que sistematicamente produzia críticas e reflexões à programação, sobre o jornalismo, além de demarcar situações nas quais as fronteiras entre a comunicação pública e a governamental eram borradas.

Importante salientar que os plurais mecanismos de censura incidiram sobre o caso do assassinato de Marielle Franco e do motorista Pedro Anderson Gomes, o que evidencia o espectro temático que a EBC queria esconder, já que a vereadora era uma mulher que representava uma pluralidade de pautas ligadas aos direitos humanos, tinha um mandato atuante e combativo, além de crítica da sociedade colonialista brasileira.

## Referências

ABRAMO, Perseu. **Padrões de manipulação na grande imprensa**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2016. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/publicacoes/estante/padroes-de-manipulacao-da-grande-imprensa/>. Acesso em: 15 fev.2020.

BUCCI, Eugênio. **O Estado de Narciso: A comunicação pública a serviço da vaidade particular**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

FISHMAN, Andrew. **Líderes da direita respondem ao assassinato de Marielle Franco com abusos, politicagem e silêncio**. 2018. Disponível em: <https://theintercept.com/2018/03/15/marielle-franco-assassinatodireita-politicagem/>. Acesso em: 02 fev. 2020.

JINKINGS, Ivana. O golpe que tem vergonha de ser chamado de golpe. In: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (Orgs.). **Por que gritamos golpe?: para entender o impeachment e a crise**. São Paulo: Boitempo, 2016.

LEAL FILHO, Laurindo Lalo. Ameaçada, comunicação pública é vital para a democracia. In: LOPES, Rui Sardinha (Org.). **SOCICOM debate: a comunicação pública em questão: crise na EBC**. São Paulo: SOCICOM, 2016.

LEAL FILHO, Laurindo. Comunicação Pública. In: GONÇALVES, Mírian (Org.). **Enciclopédia do golpe – vol. 2: o papel da mídia**. Bauru: Canal 6, 2018.

LUZ, Cristina Rego Monteiro da; NITAHARA, Akemi. Da expansão ao retrocesso: mudanças na Agência Brasil de 2015 a 2018. **Revista Pauta Geral - Estudos em Jornalismo**, Ponta Grossa, v. 6, n. 1, p. 95-111, Jan/Jun, 2019.

MAGALHÃES, Mário. **Sobre lutas e lágrimas: uma biografia de 2018, o ano em que o Brasil flertou com o apocalipse**. Rio de Janeiro: Record, 2019.

MARQUES, Joseti. **Relatório da Ouvidoria** (Abril/2017). 2017. Disponível em: <[http://www.ebc.com.br/institucional/sites/\\_institucional/files/atoms/files/4\\_-\\_relatorio\\_da\\_ouvidoria\\_abril\\_2017\\_web.pdf](http://www.ebc.com.br/institucional/sites/_institucional/files/atoms/files/4_-_relatorio_da_ouvidoria_abril_2017_web.pdf)>. Acesso em: 25 fev. 2020.

MIGUEL, Luiz Felipe. Quatro poderes e um golpe. In: FREIXO, Adriano de; RODRIGUES, Thiago (Orgs.). **2016, o ano do Golpe**. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2016.

MORAIS, Fernando. **EBC censura matérias sobre a execução de Marielle Franco**. 2018. Disponível em: <https://nocaute.blog.br/2018/03/20/ebc-censura-materias-sobre-a-execucao-de-marielle-franco/>. Acesso em: 25 fev.2020.

NITAHARA, Akemi. **Entrevista concedida a Gabriel Pansardi Ruiz**. Londrina, 19 jun. 2017; 9, 10 e 13 jul. 2017; 8 jul. 2018; 27 e 29 abr. 2019; 28 out. 2019.

RUIZ, Gabriel Pansardi. **Controle da informação e censura no governo Temer (2016-2018): estudo de caso a partir de entrevistas com jornalistas da Empresa Brasil de Comunicação (EBC)**. Dissertação (Comunicação Social), Centro de Educação, Comunicação e Artes (CECA), Universidade Estadual de Londrina. Londrina, p.193, 2021.

SILVA, Acsa Roberta Macena da; VELOSO, Ana Maria da Conceição. Os reflexos de controle e censura no telejornal Repórter Brasil. **Revista Iniciacom**, São Paulo, v. 8, n. 3, p.1-13, set. 2019.

SJPDF - Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal. **Trabalhadores denunciam mais de 60 casos de censura e governismo na EBC**. Brasília, 29 agosto 2018. Disponível em: <https://www.sjpdf.org.br/noticias-teste/3722-trabalhadores-denunciam-mais-de-60-casos-de-censura-egovernismo-na-ebc>. Acesso em: 09 jan. 2020.

TRUJILLO, Décio. **Entrevista concedida por e-mail a Gabriel Pansardi Ruiz**. Londrina, 8 e 22 jan. 2020.

VALENTE, Jonas. Sistema Público de Comunicação do Brasil. *In*: AZEVEDO, Flávia; RODRIGUES, Diogo Moyses; SILVA, Sivaldo Pereira; VALENTE, Jonas *et. al.* **Sistemas públicos de comunicação no mundo**: Experiências de doze países e o caso brasileiro. São Paulo: Paulus, Intervozes, 2009. p. 269-287. Disponível em: <http://intervozes.org.br/publicacoes/sistemas-publicos-de-comunicacao-no-mundo-a-experiencia-de-doze-paises-e-o-caso-brasileiro/>. Acesso em: 07 jul. 2019.

VIEIRA, Isabela. **Entrevista concedida por Whatsapp a Gabriel Pansardi Ruiz**. Londrina, 26 e 31 out. 2019.

## Os limites do jornalismo: a morte de um jornal local

Fábio Alves SILVEIRA<sup>1</sup>

### 1. Introdução

A última edição do Jornal de Londrina foi produzida a 391 quilômetros da cidade que deu nome ao jornal que no dia seguinte encerraria sua circulação, 26 anos depois de ser fundado. Quase todo material que circulou nessa edição foi produzido num prédio que fica a poucos quarteirões de uma das ruas mais famosas de Curitiba, a Rua XV de Novembro. Mais exatamente, no local onde então ficava a redação da Gazeta do Povo, jornal do Grupo Paranaense de Comunicação (GRPCOM), proprietário do JL desde 1999. Ironicamente a própria Gazeta do Povo trocara, duas semanas antes, o formato *standard* pelo *berliner* – o mesmo usado pelo JL na fase final da sua existência – e em abril de 2017 passaria a circular exclusivamente na internet para se tornar depois um jornal de nicho dirigido à extrema-direita.

Enquanto a última edição do jornal era fechada em Curitiba, os integrantes da redação que produziu o JL nos seus últimos anos estavam a cerca de um quilômetro da sede do diário, num bar, fazendo um ritual de despedida. Era quinta-feira, 17 de dezembro de 2015, uma tarde de calor e sol forte, típica da região norte do Paraná nessa época do ano. Um dos poucos materiais produzidos pela equipe, que tinha sido comunicada do encerramento do jornal e demitida no começo daquela tarde, foi um editorial de capa assinado pelo último chefe de redação, o jornalista Fábio Luporini, que assumira o cargo poucos meses antes. No texto, o jornal se despedia de seus leitores e anunciantes. Diz o primeiro parágrafo do editorial-epitáfio publicado na capa do jornal:

É com tristeza que anunciamos o fim da circulação impressa e da operação digital do JL – Jornal de Londrina, fruto de uma série de fatores. Depois de 26 anos de atuação jornalística em Londrina e região, o jornal encerra suas atividades em meio à crise econômica que acomete o Brasil e a uma reestruturação mundial pela qual passam os veículos de comunicação

---

<sup>1</sup> Professor adjunto colaborador adjunto do Departamento de Comunicação da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Doutor em Comunicação pela Universidade Estadual Paulista (Unesp). Email: fapoars@hotmail.com.

O fechamento anunciado por volta das 14 horas era o desfecho de duas semanas de tensão, iniciadas no começo de dezembro. A informação sobre a possibilidade de fechamento do jornal chegara à redação na primeira semana do mês, numa segunda-feira e se desdobrou em dois esforços. Os gestores do jornal apresentaram uma contraproposta para a direção do GRPCOM. A ideia era fazer o jornal com metade da redação do JL – que cairia de 17 para 9 jornalistas – e a extinção da edição impressa. O JL circularia apenas na internet. Essa saída esbarrava na convenção coletiva dos jornalistas paranaenses, que estabelecia critérios para “demissão em massa”, ou seja, de quase a metade da redação – que já era reduzida. Essa cláusula impedia a empresa de formar a equipe que desejava.

Na outra ponta, o Sindicato dos Jornalistas construiu um acordo que permitiria essa construção. Era um Plano de Demissão Voluntária, acrescentando ao valor da rescisão, 10% por ano trabalhado e extensão do plano de saúde por algum período. A proposta foi rejeitada por um voto de diferença, na assembleia da redação, realizada na sede do sindicato, no dia 14 de dezembro. A expectativa da redação era de melhorar os valores do PDV. A resposta veio na quinta-feira, dia 17, com a decisão irrevogável de fechar o jornal, os acordos trabalhistas já prontos para serem assinados e a transferência do fechamento da última edição para Curitiba.

O diário que circulou entre 1989 e 2015 em Londrina, começou com um grupo de jornalistas influenciados por experiências de cooperativas de jornalistas que surgiram em alguns lugares do Brasil na década de 80. Eles se associaram a um grupo de empresários, principalmente da construção civil, que se alinhavam ao grupo político do ex-prefeito Wilson Moreira, também ele empresário. O jornal nasceu com uma linha editorial combativa, com tom oposicionista e críticas à gestão de outro ex-prefeito, Antonio Belinati, que se elegeu um ano antes do jornal circular. Morreu também com uma linha editorial crítica, debatendo questões urbanas, como Plano Diretor, lei de zoneamento e questões ambientais, todas elas envolvendo o setor imobiliário e de construção civil.

O presente artigo é resultado da tese de doutorado defendida em 2020 no programa de pós-graduação em Comunicação na Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista (FAAC/Unesp). O recorte escolhido para a pesquisa, de 2013 a 2015, além de ser o período final de funcionamento do jornal,

teve esse tema entre as principais agendas do diário. As opções editoriais adotadas na cobertura dessa temática geraram pressão de anunciantes e essa pressão é fundamental para compreender a crise financeira que levou ao fechamento do jornal.

O presente trabalho traz duas contribuições para o debate sobre o jornalismo: primeiro na avaliação do noticiário e na busca do entendimento de como os valores-notícia são aplicados diariamente nas redações. E segundo, mas não menos importante, das dificuldades para fazer, manter e financiar o jornalismo em cidades médias do interior do país. Essa segunda questão demanda novas pesquisas e reflexões sobre a busca de formas de financiamento que consigam garantir a sustentabilidade de jornais e sustentem linhas editoriais que dialoguem mais com a sociedade e não estejam presas aos interesses de anunciantes e das elites econômicas.

## **2. Sobre jornalismo e escolhas**

Quem habita as redações no dia a dia, muitas vezes pode não perceber que está inserido num processo industrial de produção de notícias, organizado com base numa hierarquia rígida, que limita consideravelmente a sua capacidade de tomar decisões, em que pese o jornalismo ter características de atividade intelectual. A agilidade na apuração e veiculação de notícias, que caracteriza o trabalho diário nas redações, dificulta uma reflexão dos profissionais envolvidos no dia a dia sobre o seu trabalho cotidiano, da pauta à edição, passando pela reportagem. Isso faz com que as redações não sejam um espaço privilegiado para o debate teórico sobre a atividade jornalística. Mas, por outro lado, garante que as decisões sobre as notícias sejam tomadas de forma rápida, sem muita reflexão, permitindo a produção do noticiário dentro dos prazos apertados em que ele é construído. Em uma palavra, garante a eficiência da máquina das organizações noticiosas.

A matéria prima para as notícias são os eventos, os fatos que são infinitos. Por outro lado, os recursos das organizações noticiosas para lidar com toda essa matéria prima, são limitados. Entre esses recursos estão a quantidade de equipes para cobrir esses fatos, o tempo de trabalho que essas equipes têm para cumprir suas tarefas e o prazo de fechamento de cada edição. Nem todos os eventos podem ser cobertos porque não existem recursos nem humanos, nem tecnológicos em quantidade suficiente para



isso. E mesmo que os recursos conseguissem dar conta dessa fartura de matéria prima, não haveria nas páginas de uma edição impressa e nem no tempo de um telejornal, espaço suficiente para dar conta de tanto material. É por isso que as redações são obrigadas a fazer escolhas. Escolher alguns fatos para cobrir no lugar de outros. Definir o destaque que será dado a cada um desses eventos e até mesmo as pessoas, as fontes que serão ouvidas para falar daquele assunto. O que pretendemos fazer aqui é a discussão sobre os critérios usados pelos jornalistas para tomar essas decisões.

### **3. Valor-notícia**

A ideia de valor-notícia é debatida desde que Tobias Peucer defendeu a primeira tese acadêmica sobre jornalismo, na universidade de Leipzig, em 1690. Entre os valores-notícia que segundo Peucer justificariam a seleção dos fatos para publicação, ele cita basicamente três modalidades. A primeira: “os prodígios, as monstruosidades, as obras ou os feitos maravilhosos e insólitos da natureza ou da arte, as inundações ou as tempestades horrendas, os terremotos, os fenômenos descobertos ou detectados ultimamente” (Peucer, 2000, p.20). A segunda categoria de fatos citadas pelo autor diz respeito a decisões governamentais, passando pelas guerras e as batalhas e a terceira categoria inclui temas religiosos e literários. Por outras palavras, a ideia de valor-notícia adotada por Peucer (2000) pode ser resumida em três categorias: quebra da normalidade (ou desvio), significância social e a soma de quebra da normalidade e significância social. Pode-se dizer que essas três categorias são usadas até hoje. Interessante notar que já no século XVII, Peucer fala sobre a importância dos jornais não noticiarem fatos de pouca relevância e também da vida privada.

Mauro Wolf (2005, p. 202) diz que os valores-notícia “representam uma resposta à seguinte pergunta: quais acontecimentos são considerados suficientemente interessantes, significativos, relevantes para serem transformados em notícias?” Embora sejam apresentados em forma de “lista”, os valores-notícia são usados em “maços” e de forma complementar. O uso deles é feito em todas as fases da produção de notícias, da seleção primária, à apresentação do produto. Esses valores são regras práticas que compreendem o *corpus* do conhecimento profissional, que explicam e guiam os procedimentos adotados no trabalho da redação.

Podemos dizer que os valores-notícia, embora tenham caráter operacional e pragmático, por estarem ancorados no senso comum, dizem o que é e o que não é a normalidade. Por outras palavras, eles refletem a hegemonia de uma sociedade. Algumas categorias são perenes, como as de desvio e significância social. Mas outras são mutáveis porque, sendo os valores-notícia a expressão de uma cultura, eles mudam conforme a sociedade vai mudando.

#### **4. A questão imobiliária nas páginas do JL**

O recorte escolhido para analisar o fechamento do Jornal de Londrina (JL) foram os anos de 2013, 2014 e 2015. A hipótese inicial deste trabalho é de que o jornal enfrentou em seu noticiário uma agenda que afetava e incomodava setores importantes na economia da cidade – e conseqüentemente grandes anunciantes –, como loteadoras, construtoras e imobiliárias. Fazem parte dessa agenda temas como a política de uso e ocupação do solo (zoneamento) e questões ambientais vistas pelo setor como entraves ao seu desenvolvimento, como a preocupação com os fundos de vale e a preservação das águas urbanas. Londrina é uma cidade com altos índices de verticalização, o que demonstra o peso e a importância desse setor na economia local. Também por isso questões como essas fazem parte da agenda da imprensa na cidade.

Foram colhidos dados de todas as edições do jornal, entre 1º de janeiro de 2013 e 18 de dezembro de 2015, data em que circulou a última edição do Jornal de Londrina, num total 891 edições. Todas as manchetes do período e as reportagens que trataram de questões do mercado imobiliário foram separadas. Nas edições analisadas, este tema aparece em 121 reportagens, o que equivale a mais de 10% das edições – em algumas o jornal trata dos temas aqui analisados em mais de uma reportagem. Considerando que o jornal tratava em suas capas de uma gama enorme de assuntos, como saúde, educação, violência, transporte coletivo, política, esportes, administração pública, comportamento e escândalos de corrupção, entre tantos outros, pode-se dizer que foi dedicada uma atenção especial a esta questão.

Essas reportagens foram divididas em oito temas relevantes para o cidadão e para o setor. Neste artigo nos aprofundaremos trataremos dos dois mais polêmicos, que envolvem a construção de dois empreendimentos comerciais: um shopping e o prédio

onde funciona a loja de uma importante rede de comércio varejista, que foram tratados pelo jornal como Caso City/Havan e Complexo Marco Zero.

Das 121 reportagens analisadas no período, 79 ganharam destaque nas capas das edições do JL, o que equivale a 65,27% do total. Em 48 oportunidades (39,66%) elas foram manchete da edição, o tema mais importante do dia.

O ano de 2014 foi o ponto crítico dessa cobertura. Ele concentra um total de 67 das 121 reportagens estudadas, o que equivale a 55,37% do total. Em 2013 foram 41 reportagens (33,88%) e em 2015 foram 12 reportagens (9,91%). Sobre 2015 é preciso considerar que neste ano houve o caso que ficou conhecido como “Operação Publicano”, uma investigação do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), que sacudiu a Delegacia da Receita Estadual de Londrina e afetou o então governador Beto Richa (PSDB), o que concentrou as energias da imprensa paranaense e teve repercussão nacional, o que justifica, em parte, a menor atenção dada ao jornal para o tema.

Se 2014 foi o ponto mais crítico no período analisado, o epicentro estava localizado entre fevereiro e junho, quando foram publicadas 41 reportagens sobre o tema (número igual ao de todo o ano de 2013). Foi nesse período em que se concentraram as duas principais crises envolvendo o setor e que foram separadas das demais para que analisássemos os valores-notícia usados pelo JL na cobertura ao tema.

O tema que recebeu maior atenção do jornal foi a crise envolvendo o Complexo Marco Zero e a Comissão de Inquérito feita pela Câmara para investigar esse caso e os problemas na emissão de alvarás. Foi também o mais noticiado entre os oito temas analisados, com 31 reportagens, sendo 10 delas manchete nas edições (32,35%) e 12 receberam chamadas de capa (38,70%). Esse foi um dos temas escolhidos para a análise dos valores-notícia por ser o de maior atrito entre o poder público e o setor privado, devido à abertura de uma Comissão Especial de Inquérito (CEI) pela Câmara.

O segundo tema escolhido para a análise dos valores-notícia, o caso City/Havan, foi o quarto mais noticiado, com 17 reportagens, sendo 7 manchetes (41,17%) e 3 chamadas de capa (17,64%). À frente dele estão o Plano Diretor, com 25 reportagens, sendo 9 manchetes (36%) e 4 chamadas de capa (16%); e as matérias sobre o Mercado Imobiliário, com 22 reportagens, sendo 13 manchetes (59,09%) e 4 chamadas de capa (18,18%). O caso City/Havan foi escolhido por se tratar de um episódio também

polêmico, em que houve choque entre o poder público e o poder econômico, tendo em vista o não cumprimento da lei por parte do empreendedor. Enquanto o problema não se tornou público, o empreendimento foi construído e aberto para o público, apesar de não ter sido aprovado pelos órgãos públicos. Assim como o caso Marco Zero, este também mobilizou entidades empresariais, que saíram em defesa do empreendedor.

Nos dois temas que escolhemos para analisar mais de perto, predominam os valores-notícia relacionados à quebra de normalidade, caracterizada pelo desvio, o descumprimento de leis. Em segundo lugar vem o conflito, caracterizado pelos interesses em disputa. De um lado, o que seria o interesse da sociedade, representado pela legislação estabelecida dentro de um processo político, passando pelo debate técnico-político, referendado pelo Poder Legislativo e do qual o Poder Executivo seria o guardião, a cuidar que as leis sejam cumpridas<sup>2</sup>. Do outro, o interesse econômico dos empreendedores, que em vários momentos pedem menos regulamentação por parte do poder público e reclamam da demora do mesmo em analisar os pedidos de alvará para as construções. A relevância é o terceiro valor-notícia que aparece nas reportagens analisadas, devido à quantidade de pessoas envolvidas – a frequência a prédios sem a devida avaliação técnica de segurança pode ser um risco à população e não faltam exemplos no Brasil de episódios em que as falhas na fiscalização geraram tragédias.

A postura do JL ao priorizar esses valores-notícia mostra que o jornal se posicionou dentro de uma lógica segundo a qual a imprensa funcionaria como um “vigilante do poder”, como veremos a seguir.

## **5. Os valores-notícia...**

É importante que se diga que nas reportagens aparecem mais de um valor-notícia, alguns com maior força, outros com menor. No caso City/Havan, o valor-notícia quebra da normalidade aparece em todas as sete reportagens publicadas como manchete do jornal. Isso se justifica pelo fato da cobertura lidar com o descumprimento de leis municipais, que levaram a empresa responsável pela construção a tocar toda a obra sem os alvarás necessários para o seu andamento. Até a inauguração do prédio e

---

<sup>2</sup> Ressalvamos que a formulação do processo legislativo aqui citada é baseada na teoria liberal, em que pesem as limitações de tais leituras, criticadas por autores como Pachukanis, entre outros.

o começo do funcionamento das lojas que alugaram os espaços o alvará de funcionamento não tinha sido concedido. O problema do avanço além do permitido para aquela região da cidade é uma das questões centrais<sup>3</sup>. Todos esses desvios justificam a presença do valor-notícia quebra da normalidade nessa cobertura.

O valor-notícia conflito aparece em quase todas as manchetes: seis das sete que foram publicadas. Isso se justifica pela disputa entre empresário, entidades empresariais e poder público em torno de uma compreensão da lei. O empresário, alegando que cumpriu o regramento. A prefeitura e a Câmara de Vereadores, apesar da postura errática, ora alegando irregularidades, ora tentando regularizar o projeto sem que nenhum fato novo tenha sido criado, alegaram o não cumprimento da lei e cobravam contrapartidas. Uma das manchetes em que o valor-notícia conflito esteve mais forte foi a de 9 de maio de 2014, na qual aparece o então prefeito Alexandre Kireeff, classificando a postura da empresa responsável pelo imóvel como “afronta”.

O valor-notícia relevância aparece com força nas duas primeiras manchetes sobre o caso, ainda em 2013, num período que consideramos ser a “gestação” da crise. As reportagens falam de centenas de empresas sem alvará na cidade, o que poderia provocar transtornos para milhares de cidadãos que poderiam frequentar esses estabelecimentos.

O valor-notícia proximidade foi identificado em duas reportagens e aqui cabe uma explicação. O JL era um jornal com uma linha editorial local ou “hiperlocal”, como diziam os profissionais do veículo. Por isso pressupomos que a ideia de proximidade geográfica está embutida em todas as reportagens do jornal, tendo em vista que a linha editorial levava o periódico a se dirigir à cidade de Londrina. Essas reportagens foram publicadas em 25 de março e 8 de abril. Nesse período o jornal ainda definia como tratar o caso. No começo o jornal não deixava claro se o prédio construído em desacordo com as leis municipais tinha sido construído pela rede de lojas Havan ou não. A rede de lojas é a “âncora” do empreendimento e o uso do seu nome tornava o assunto mais familiar para os leitores. Afinal, ninguém saberia identificar o “Centro Comercial City”. Já a loja da Havan é mais conhecida. Nas duas reportagens citadas o JL informa que as

---

<sup>3</sup> Conforme reportagens publicadas na época, a fachada da loja não respeitava o recuo exigido pela legislação.

irregularidades na obra não são de responsabilidade da rede de lojas, mas lembra que o prédio em questão abriga a loja famosa.

Nas manchetes da cobertura sobre o Complexo Marco Zero prevalecem os mesmos valores. Das dez manchetes, o valor-notícia quebra de normalidade aparece em oito e o conflito em sete. A natureza da cobertura contribui para a prevalência desses valores-notícia. No caso do Marco Zero, a cobertura começa com o caso de um hotel sem alvará – ainda em julho de 2013 – e depois passa pela contrapartida devida pelo empreendimento à cidade. Daí a explicação para a forte presença do valor-notícia quebra da normalidade, decorrência do desvio. Ele aparece, por exemplo, na manchete de 7 de abril de 2014: “Habite-se – Prefeitura acha falha em alvarás, mas oculta autoria”. A falha nos alvarás e mesmo a ocultação da autoria alegados na manchete caracterizam desvios.

O valor-notícia conflito aparece em sete reportagens. Há nesse caso uma disputa entre poder público e o responsável pelo empreendimento. Entidades empresariais também apareceram em público para defender o Complexo Marco Zero. Um exemplo é a manchete do dia 28 de março de 2014, que fala sobre o resultado da votação da Comissão de Inquérito, que naquele momento fora arquivada pela Câmara: “Obras irregulares – Sindicância investigará Marco Zero; Câmara derruba CEI”. Nesse momento prevaleceu o interesse das entidades empresariais, contra a abertura das investigações, que seriam feitas pela prefeitura e estariam dentro de uma certa margem de controle. Numa comissão aberta na Câmara e acompanhada de perto pela imprensa o controle seria teoricamente mais difícil.

Por fim, o valor-notícia relevância aparece em três reportagens. Um exemplo é a manchete de 9 de abril de 2014, que anuncia a saída do secretário e Obras, uma figura importante do grupo que estava à frente da prefeitura, num esforço para barrar uma comissão de inquérito, o que seria um incômodo político para o prefeito.

## **6. ... e o quarto poder**

Com base no que foi exposto até aqui, pode-se dizer que os valores-notícia priorizados e adotados majoritariamente pelo Jornal de Londrina na cobertura sobre as questões relativas ao mercado imobiliário, mostram que o veículo se comportou dentro

de uma ideia que a comunidade jornalística usa para legitimar a sua atuação: a de que a imprensa funciona como o “quarto poder”.

Como é lembrado por Traquina (2004, p. 46-48), a expressão surgiu no Parlamento inglês, em 1828. Narra o autor que o deputado McCaulay apontou para a galeria onde estavam os jornalistas que acompanhavam a sessão e usou a expressão. A ideia de quarto poder, na época em que a expressão foi cunhada, dialoga com os três poderes (ou três estados) usados na Revolução Francesa, que se referia ao clero, a nobreza e o povo e que na teoria democrática se refere ao sistema de freios e contrapesos, caracterizada pela divisão dos poderes, o Executivo, o Legislativo e o Judiciário. Nesse formato, a imprensa seria o “quarto poder”, ao adotar uma postura de “desconfiança do poder” e de “vigilantes do poder político” para “proteger os cidadãos contra os abusos dos governantes”.

Dito isto é preciso fazer um rápido resgate da visão liberal sobre a imprensa, que é a que prevalece nas democracias liberais, como no caso brasileiro. Primeiro é preciso dizer que a promessa da imprensa, desde o seu surgimento, por volta do século XVII em muito se confunde com a promessa da modernidade. É nesse sentido que o trabalho jornalístico se contrapõe ao segredo nos negócios públicos, erguendo-se contra aquilo que prevaleceu na Era Medieval, período no qual os soberanos não precisavam buscar a legitimidade para governar, na aprovação dos seus governados. O jornalismo se propõe a ser o inverso disso. Entende-se ser papel da imprensa, por exemplo, tentar desvendar esses segredos, levá-los ao conhecimento público, expor todas as informações necessárias para que o cidadão livre possa se autogovernar<sup>4</sup>.

A ideia de cidadãos livres que se autogovernam se inspira no conceito de esclarecimento, uma das categorias fundamentais do pensamento de Kant. Para Kant, esclarecimento é a saída do homem da menoridade, entendida como a incapacidade do homem fazer uso de seu entendimento sem a tutela de outro indivíduo. Nesse sentido, esclarecimento é a possibilidade do homem de usar a razão sem ser tutelado por alguém. Esclarecimento seria superar essa menoridade.

---

<sup>4</sup> Bill Kovach e Tom Rosentiel comparam a função da imprensa à cartografia, no seu livro “Os elementos do jornalismo”. Eles usam a ideia de que a imprensa precisa trazer informações confiáveis e fidedignas para que os cidadãos livres tomem as suas decisões, o que os insere na visão liberal sobre o jornalismo.

A doutrina liberal da informação traduz em grande medida a aproximação entre o jornalismo e a trajetória da modernidade. Ela é concebida num contexto de luta contra o poder absolutista, a partir do século XVII, tendo como um dos marcos a publicação, pelo poeta britânico John Milton, em 1644, de um panfleto intitulado “Aeropagítica – Discurso pela liberdade de imprensa na Inglaterra”, defendendo a impressão e publicação sem autorização nem censura governamental– que são próprias da época (Bulik, 1990, p. 61-63). A publicação desse material é considerada um marco do enfrentamento à censura imposta pelo Estado, num período de enfrentamento ao absolutismo. No texto, Milton diz que “se não se empregar a prudência”, matar um homem seria o equivalente a “matar um bom livro”, tendo em vista que o homem é uma criatura racional e o livro é portador da razão (Bulik, 1990, p. 61-63).

A doutrina liberal da imprensa se sustenta na liberdade de informação, pluralismo de ideias e de meios de comunicação, concepção gestada no decorrer do século XVIII, baseada no Iluminismo. O chamado liberalismo das Luzes tem como base a concepção de liberdade e os princípios de verdade (Bulik, 1990, p. 61-63 e 64-65). A verdade, segundo a concepção liberal, seria resultado do choque das ideias e do pluralismo dos órgãos de informação – o que significa que os liberais rejeitavam a ideia de verdade como monopólio de alguma instituição.

No século XIX, o ideário do liberalismo econômico inglês, que reivindica a liberdade para as forças produtivas, é incorporado à liberdade de informar, à essa altura já garantida aos indivíduos. Essa incorporação estende aos meios de difusão, então em processo de transformação em empresas, a liberdade para informar. O jornalismo está nascendo enquanto atividade industrial, aplicando os princípios da livre empresa às empresas de comunicação.

Os liberais defendem que a democracia política e a economia capitalista garantiriam o desenvolvimento da imprensa, que usando os princípios da liberdade de publicação e de empresa, garantida pela supressão de medidas administrativas preventivas usadas até então (autorização prévia para publicar, censura e valores a serem pagos ao governo para poder publicar), vai se transformar numa instituição capaz de defender o cidadão de arbitrariedades cometidas pelo Estado (Bulik, 1990, p. 68).

No século XX, a doutrina liberal da imprensa, que no seu berço reivindica liberdades individuais e a defesa do cidadão contra o Estado, sofre uma alteração, para



assumir a característica de direito à informação. Nesse caso, o Estado passa a ser um fiador das liberdades, assegurando o direito à informação, sem, no entanto, deter o controle dos canais de difusão da informação. Os liberais entendem que a liberdade de expressão, sozinha, não garante mais o direito dos cidadãos à informação. O direito será assegurado pela livre expressão, mas também pela liberdade de acesso às fontes, o dever do poder público de prestar informações à sociedade, entre outras normas que pretendem proteger o exercício profissional do jornalismo (Bulik, 1990, p. 76-77).

Para que a imprensa consiga buscar a verdade e defender o cidadão de abusos cometidos pelo Estado, transformando-se numa instituição a funcionar dentro do sistema de freios e contrapesos, desenvolvido por Montesquieu (1996), é preciso que os veículos de comunicação se viabilizem enquanto empresas capitalistas. Segundo a visão liberal, a independência editorial é sustentada pela independência financeira (Silveira, 2004, p. 103).

Eugênio Bucci (2000) defende que essa independência editorial seria capaz de conquistar a credibilidade necessária para a sobrevivência dos veículos de comunicação. Os veículos de comunicação precisam ter credibilidade para conseguir manter altos índices de circulação e, por consequência, ter melhores condições de negociar no mercado publicitário (Bucci, 2000, p. 56-60). Isso acontece porque as empresas jornalísticas atuam simultaneamente em dois mercados: o de leitores<sup>5</sup> e o publicitário (Silveira, 2004, p. 70).

A capacidade de uma empresa jornalística de negociar no mercado publicitário depende da sua capacidade de atrair audiência ou leitores. Quanto maior o número de leitores, telespectadores ou ouvintes, maior a capacidade dessa empresa para barganhar no mercado publicitário. E a forma de conquistar, atingir grandes audiências e circulações é a credibilidade conquistada pela independência editorial<sup>6</sup>. Independência financeira – e conseqüentemente editorial – significa também que o veículo de comunicação consegue manter do Estado o distanciamento necessário para

---

<sup>5</sup> Ou na luta pela audiência, como acontece no caso de meios eletrônicos, como a televisão, o rádio e a internet.

<sup>6</sup> É importante lembrar também o outro lado da luta pela audiência, no contexto da qual alguns veículos apelam para temas polêmicos, violentos ou de entretenimento fácil e banal, como em programas policiais e os chamados *reality shows*.

cumprir a sua função de fiscalizar os governantes, levando ao leitor/cidadão informações que não estejam contaminadas por interesses políticos e econômicos, o que faz da imprensa um dos pilares das democracias – sempre levando em conta a visão liberal sobre o Estado e o jornalismo. Trata-se de uma tarefa difícil, tendo em vista que a pressão política e econômica tanto pode ser exercida pelo Estado, que maneja grandes volumes de verbas publicitárias, como pelos grandes anunciantes, com seu poder econômico e sua grande capacidade de pressão sobre as empresas jornalísticas.

Os temas analisados neste trabalho demonstram que o JL se propôs a atuar como fiscal do poder político, dentro dos parâmetros preconizados pelo liberalismo. Pela agenda adotada, a postura de fiscalização se estendeu também sobre o poder econômico. As agendas adotadas pelo jornal entraram em choque também com interesses do setor imobiliário, o que gerou atritos com anunciantes. É desses atritos que trataremos a seguir.

## **7. O Noticiário e as tensões**

A agenda adotada pelo JL provocava atritos. Alguns aconteciam nos bastidores, mas outros apareciam nas páginas do próprio jornal. Um desses foi publicado na edição de 20 de setembro de 2013, num artigo assinado pelo presidente da Associação Comercial e Industrial de Londrina (Acil), Flávio Balan. O artigo intitulado “A turma do fogo na floresta”<sup>7</sup> retoma algumas questões, retomando algumas polêmicas daquele ano, como o caso da Mata dos Godoy, tratado anteriormente neste trabalho. O artigo tem um tom entre pueril e autoritário. Pueril porque cria siglas como “Vica”, que seria “ vaidade, inveja, ciúme e arrogância” e faz brincadeira com a expressão “fogo na floresta”.<sup>8</sup>

[...] A turma da Vica é composta por uma minoria barulhenta de pessoas interessadas em impedir o desenvolvimento da cidade a qualquer custo. Só aparecem na hora de destruir; na hora de construir, ninguém sabe onde estão. Esses militantes do contra têm um lema, que gostam de gritar, com a boca bem aberta, ao menor risco de notícia boa: – Fogo na floresta!

---

<sup>7</sup> O texto pode ser encontrado no clipping de imprensa, disponível no site da própria Acil. O endereço é <http://acil.com.br/noticias/turma-do-fogo-na-floresta> (consultado em 21 de janeiro de 2020).

<sup>8</sup> Quem viveu no Brasil de 2019 pode não ver a expressão “fogo na floresta” como algo divertido.

[...]

Os militantes incendiários são Franciscos ao contrário. Onde há luz, eles levam trevas. Onde há sucesso, eles levam fracasso. Onde há bom senso, eles levam histeria. Onde há concórdia, eles levam rancor. Detestam a conjugação do verbo “ganhar” – pois perder se tornou um verdadeiro dogma para eles. Se alguém diz que a cidade está “ganhando” alguma coisa, os caras da Vica ficam muito bravos.

Outras reações aconteciam nos bastidores. A área comercial era uma das primeiras a sentir. Christian Fabiano Tabaka<sup>9</sup> assumiu o cargo de gerente comercial do JL em dezembro de 2014, um ano antes do fechamento do jornal. Vindo de Curitiba, onde trabalhava na área comercial da Gazeta do Povo, Tabaka encontrou um desafio em Londrina: “tinha uma necessidade de reverter mercado, os números vinham caindo nos dois anos anteriores e tinha essa proposta de resgatar faturamento e subir patamar”.

Quando Tabaka chegou, as dificuldades no relacionamento com os anunciantes já estavam sedimentadas. Ele relata que no final de 2012 (portanto, antes do período estudado), ainda quando trabalhava na Gazeta do Povo, ouviu os ecos do que acontecia no JL. “Eu estava na Gazeta no final de 2012, respingou pra gente lá a questão editorial, justamente que o mercado imobiliário acabou se levantando contra a linha editorial do jornal e fez um boicote comercial. Quer dizer, houve uma debandada, as marcas acabaram saindo com algumas poucas exceções”. Nos anos seguintes, entrando no período pesquisado em que temas relativos ao setor imobiliário tiveram relevância para o jornal, as dificuldades permaneceram. O ex-gerente comercial do JL relata que apesar da tentativa de reaproximação, alguns anunciantes evitavam voltar a veicular publicidade para não romper um “acordo de cavalheiros que eles tinham entre eles de não estar mais presentes no jornal”. Mesmo assim, poucas construtoras anunciavam pontualmente “por entender que a audiência do jornal era importante, que tinha um retorno satisfatório”.

Tabaka relata que reportagens sobre questões ambientais, como a questão da preservação dos fundos de vale, incomodava o mercado. “Era mais ou menos um sentimento que nós ouvíamos das marcas (empresas) de que o jornal não poderia ter tomado aquela posição de ir contra o mercado”, relatou. Ele defende que o jornal

---

<sup>9</sup> Entrevista concedida ao autor por Skype em 19 de julho de 2019. Londrina/Curitiba.

“levantou uma discussão que é importante”, que “fez o seu papel, de levar informação para a população”, mas isso fez com que o setor imobiliário se sentisse “atacado”. Apesar das tentativas da área comercial, várias dessas empresas não voltaram a anunciar no jornal.

O empresário Ézaro Fabian Medina, fundador e sócio da construtora Plaenge, uma das maiores de Londrina, confirma o descontentamento com a postura do jornal com relação a questões ambientais. “A gente achou (sic), depois que nós saímos, [o jornal] um pouco para uma linha muito do meio ambiente. Nós achamos que foi um pouco crítico demais nessa área aí. De resto, não”, disse o empresário, a respeito da linha editorial do JL<sup>10</sup>. Medina reclama de tentativas de ampliar a faixa de terras inedificáveis em fundos de vale, o que na visão dele seria prejudicial à construção civil: “Se é ambiente então vamos parar os carros, vamos parar a agricultura. Porque a agricultura também polui. Agora a gente tem que saber procurar o equilíbrio do convívio da agricultura com o meio ambiente. Agora não pode exagerar”, argumenta.

Sobre se a linha editorial provocou indisposição com anunciantes, Medina diz que não sabe se houve interferência, mas que ouviu do setor de marketing de sua empresa afirmações como a de que “o jornal está um pouquinho exagerado nessa linha”. O empresário disse que a Plaenge “não cortou [anúncios]”, nem “boicotou” o JL, mas “mas não estava se gostando muito de certos exageros [do jornal]”.

Júlio Sampaio é jornalista por formação e foi diretor executivo do JL nos últimos anos de funcionamento do jornal. Ele era consultor externo da Gazeta do Povo, o principal jornal do Grupo Paranaense de Comunicação (GRPCOM) e assumiu a frente do jornal no que era conhecido como o “Novo JL”, a partir da mudança de formato de *standard* para *berliner*. Com o tempo ele se tornou a ligação entre o JL e a direção do GRPCOM. Em sua gestão o jornal teve períodos com bons resultados, revertendo o prestígio editorial em receita financeira. “[O jornal] chegou a ultrapassar o ponto de equilíbrio da operação, tivemos bastante resultados positivos em termos de receita, de formato de jornais, de negócio, mas depois enfrentamos aí uma crise que eu acho até que seria superável do ponto de vista do negócio em si em algum tempo”, conta

---

<sup>10</sup> Entrevista concedida ao autor em Londrina, 3 de dezembro de 2018.

Sampaio, referindo-se a uma boa fase no começo dos anos 2010 e o fim do jornal, já na metade da década.

Ele afirma que “a construção civil reagiu mal a algumas matérias pontuais do JL”. Um desses pontos de atrito citados por ele foi a reportagem sobre a “bolha imobiliária”, publicada em 21 de outubro de 2013, sobre a qual nos referimos neste trabalho. Sobre a reportagem, Sampaio afirma que havia o debate, com economistas defendendo que haveria “bolha” e outros defendendo que não haveria. Mas na avaliação dele, o JL “assumiu uma posição muito mais que sim, havia uma bolha, sem apresentar o outro lado”. Esse é um dos episódios que simboliza os atritos provocados pela linha editorial na área comercial o jornal, com a saída de anunciantes. “O discurso era de que [a saída] era pela linha editorial, mas não era pela linha editorial, era por uma questão pontual, por uma divergência”, argumenta Sampaio.

Ele também cita reportagens sobre questões de zoneamento e ambientais como pontos de atrito. “Havia um grupo muito interessado em que fosse flexibilizada a legislação, e o JL se colocou, aí eu não sei dizer se certo ou errado, assumiu uma posição que contrariou os interesses do segmento, claramente”, recorda. Na opinião de Sampaio, “em economias mais maduras isso não deveria ser motivo de cancelamento de publicações publicitárias”. O argumento dele é que a compra se restringe ao espaço publicitário e não à linha editorial do jornal. O ex-diretor executivo do JL afirma que em economias “mais frágeis”, como a brasileira, a reação foi a retirada de anúncios para punir o jornal. “Ele [anunciante] sempre acha que o investimento dele deve ser feito num veículo que tenha a adesão ou que obedeça o que ele pensa. Então de fato aconteceu isso naquele momento foi um movimento do setor, pontual, eu não digo que foi por causa disso que o jornal acabou, não”.

Sampaio classifica o JL como um jornal que “tinha uma posição editorial muito corajosa, muito independente, muito coerente”, que cometeu erros, mas que não eram “erros mal intencionados”. “São erros que quem está fazendo um jornal todo dia pode cometer”, concluiu.

## 8. Ecos da redação

Os ecos desses atritos chegavam na redação. Fábio Luporini, o último chefe da redação do JL, assumiu com a ideia de fazer uma aproximação do jornal com setores da sociedade, na tentativa de romper a imagem de que o jornal batia de frente com interesses empresariais. Ele avalia que a resposta desses setores foi positiva num primeiro momento. Como o jornal fechou poucos meses depois de Luporini assumir a redação, não houve tempo suficiente para saber se as pontes que ele tentava construir com esses setores ficariam firmes ou não e se essa resposta iria além do discurso. Pelo curto tempo em que ficou no cargo, Luporini também não chegou a sentir a pressão na relação com os anunciantes: “Eu não ouvi, mas eu não sei se eu não ouvi porque não existia ou se eu não ouvi porque não tive tempo. Mas assim eu realmente não ouvi, não tive tempo disso”.

A jornalista Carla Nascimento foi chefe de redação durante a maior parte da fase final do JL. Ela assumiu a redação em 2004, logo depois de o jornal ter quase fechado e estava no cargo em 2006, quando houve a guinada para o “Novo JL”. Ela se lembra da relação com o setor imobiliário com ironia: “eles eram tão sensiveizinhos: ah, o JL fez uma matéria”. Ela recorda que, de forma geral, os anunciantes faziam pressão via área comercial, dificilmente exerciam essa pressão diretamente na redação. Segundo Carla Nascimento, havia uma espécie de cordão sanitário para isolar essas pressões e não permitir que elas chegassem até a redação. “Por princípio o comercial já era avisado o tempo todo de que o comercial não se mete na redação. E o Júlio [Sampaio] defendia isso muito mais do que o Nelson (Souza Filho, ex-diretor de redação da Gazeta do Povo)”. A ex-chefe de redação do JL conta que as reclamações da área comercial “chegavam às vezes chegavam muito veladas, assim, ah, vocês vão mesmo fazer essa matéria? Ah. A gente vai ter que fazer. Mas a gente acaba fazendo”.

Algumas vezes a pressão chegava até em tom bem humorado. A ex-chefe de redação lembra de um gerente comercial que “já chegava dando risada” e dizia que iria reclamar embora soubesse que “não vai adiantar”. “Ele chegava lá reclamava, falava alguma coisa, tentava ganhar no argumento, mas nunca foi: ó tem que pôr, vocês fizeram isso e emperrou”. Outra lembrança de Carla Nascimento é de uma orientação que era dada aos repórteres, quando as pautas não eram polêmicas: “se tem que fazer

uma matéria de venda no comércio e tem a loja A e a loja B e a loja A é nossa anunciante, fala com o cara da loja A, não custa nada. Nós não estamos sendo desonestos. Porque nós estamos ouvindo, de qualquer forma a gente já ia fazer isso”. Carla Nascimento ressalva que essa era uma recomendação e não uma exigência. Com relação à pressão, ela disse não lembrar “especificamente de algum caso em que a gente tenha sido obrigado a fazer uma matéria porque o anunciante quis”.

## 9. Jornalismo de proximidade

Durante toda a sua trajetória, de 26 anos, entre 1989 e 2015, o JL foi um jornal local. É assim que ele aparece na memória dos jornalistas que trabalharam na sua redação. Seu foco era principalmente a cidade de Londrina, noticiando também, acontecimentos relevantes de cidades da região e do governo do Estado. A definição feita pelos jornalistas que trabalharam no JL coincide com os recortes espaciais feitos no estudo de Sonia Aguiar (2016) sobre o jornalismo local e regional no Brasil. A autora identifica cinco recortes espaciais e os divide em escalas. Os recortes espaciais identificados por Aguiar são local, regional, nacional, internacional e global. O local é dividido nas seguintes escalas: hiperlocal, que corresponde a “nanoterritórios, prédio público, unidade habitacional, rua, quadra” e são atendidos por mídias como “jornal mural, rádio-poste, *newsletter*, intranet, *fanpage*” e outros; o Microlocal corresponde a quarteirão, sub-bairro, bairro, setor geográfico e comunidades rurais, atendidos por mídias como jornal de bairro, rádio comunitária, *site* zonal e *blog*. A escala seguinte é o Mesolocal, que são municípios, cidade e centro urbano, atendidos pela pequena mídia impressa, TV comunitária, agregador de *sites* e *blogs* microlocais. E por fim, o Macrolocal, que são metrópoles e região metropolitana, atendidos por jornal, rádio, televisão e webportais locais.

Citando o pesquisador português Carlos Camponez, Sonia Aguiar (2016) lembra que a proximidade não é uma questão exclusiva do jornalismo local ou regional. Todos os veículos, mesmos os nacionais, desenvolvem suas estratégias para se aproximar do seu público, mesmo que suas escalas de atuação sejam mais amplas. O exemplo citado por Aguiar é o dos cadernos regionais e de bairros, usados por grandes jornais para segmentar leitores e se aproximar deles. O Globo, do Rio de Janeiro, trabalha com

cadernos de bairros. A Folha de S. Paulo, já lançou mão de cadernos regionais, em alguns dos principais polos do estado, como Vale do Paraíba, Campinas, Rio Preto e Ribeirão Preto (projeto abandonado em algumas regiões).

Camponez (2012) ressalta que no caso dos veículos regionais e locais, o conceito de proximidade assume um significado que vai além de geografia. O autor diz que a imprensa regional se articula em torno de território, comunicação e comunidade. Ele sustenta que a proximidade não se restringe à dimensão física e territorial. Citando Yves Agnès e Jean-Michel Croissandeau, Camponez fala também das “dimensões temporais, psico-afetivas, socioprofissionais e sócio-culturais” (Camponez, 2012, p. 36) da proximidade. No caso da proximidade geográfica, o autor diz que ela pode ser usada numa lógica de “criação de interesses e fragmentação de públicos”, explorada tanto pelo jornalismo, quanto pelo setor comercial das empresas jornalísticas. Ainda sobre dimensão estratégica da proximidade, o autor português afirma que ela também é entendida “como valor-notícia orientador dos critérios noticiosos do jornalista” (Camponez, 2012, p. 35), sendo um dos valores centrais do jornalismo, capaz de determinar, inclusive, o interesse do público pelo noticiário.

A proximidade do veículo de comunicação com o seu público e com o poder político e o poder econômico, que fazem parte do território que é coberto por esse veículo, é muito mais forte no caso da imprensa local. E isso coloca diversas questões.

O lugar de onde o veículo narra os fatos para o seu público, interfere na forma como ele vai contar essas histórias. A proximidade geográfica da imprensa local faz com que ela cubra os fatos que ocorrem no seu território de abrangência de forma mais detalhada, dando maior importância a eles, ao contrário do que acontece quando esses mesmos fatos são cobertos, por exemplo, pela mídia nacional. Isso torna esses veículos porta-vozes de uma opinião pública local, mas também faz com que eles vivam as tensões existentes em torno desses fatos, fruto dos interesses envolvidos nos mesmos.

Essas tensões remetem a várias dimensões, do político ao econômico. Aguiar ressalta que um dos problemas da imprensa no Brasil (em todas as escalas) é a relação com o poder público e em vários casos, a dependência dele.

Para Aguiar (2016, p. 35). a proximidade da mídia local e regional com o poder político é um problema, já que a capacidade que prefeituras ou mesmo deputados têm



de fazer gastos com publicidade pode afetar a credibilidade dos veículos, “em especial quando se trata do relacionamento com as fontes e com o poder político”

A proximidade também é problema no relacionamento com o poder econômico, que também é próximo no caso da mídia local e regional. Um exemplo citado pela pesquisadora de como o jornalismo local pode manter distância desses constrangimentos, foi a implantação pela Folha de S. Paulo, dos cadernos regionais. Ela cita o caso da Folha Ribeirão, caderno regional da Folha de S. Paulo em Ribeirão Preto (SP), que proporcionou a possibilidade de profissionalização do jornalismo local, porque os donos das empresas locais não tinham facilidade de acesso aos donos do veículo de comunicação, diminuindo, assim, a sua capacidade de pressionar a redação (Aguiar, 2016, p. 35-36).

O exemplo citado por Aguiar é relevante para esta pesquisa, porque lembra a situação do JL, que era um jornal local de um grande grupo de comunicação, cuja sede fica em Curitiba, longe do alcance e da pressão dos empresários locais, em Londrina, onde o jornal circulava. E isso fez muita diferença na linha editorial, que fica caracterizada a partir dos valores-notícia mais usados pelo jornal. As reportagens pesquisadas neste trabalho mostram que o distanciamento do centro do poder do GRPCOM com relação a Londrina e a força do grupo permitiram ao JL levantar agendas importantes para a cidade, sem que a pressão do poder econômico tenha interferido de forma direta no conteúdo do jornal. Essa equação garantiu uma independência editorial difícil de ser vista no interior do Brasil.

## **10. Conclusão: os limites do jornalismo**

Não se pode atribuir o fechamento do JL a um único fator – e nem os dados levantados nesta pesquisa permitem uma afirmação nesse sentido. As baixas taxas de ocupação publicitária em dois dos últimos três anos de funcionamento contribuíram para esse desfecho, mas não foram a única causa. A avaliação de gestores da área comercial e da chefe de redação que ocupou o cargo por mais tempo, na última fase do jornal, nos permite dizer que a postura editorial crítica, traduzida pelos valores-notícia mais usados pelo JL na cobertura aqui analisada – e em outras também –, notadamente a preferência pela quebra da normalidade (principalmente no sentido de desvio e

descumprimento de leis) e pelo conflito, dificultaram, provocaram atritos na relação com atores importantes do ponto de vista econômico. E isso refletiu nas taxas de ocupação publicitária. Muitas críticas a políticas públicas para organizar a cidade não foram bem recebidas pelo setor imobiliário e da construção civil, que tinham e ainda têm um peso importante dentro do mercado publicitário. Isso fica claro na entrevista com o sócio de uma construtora, concedida para este trabalho.

Também não há como negar nessa crise final, a influência de fatores como a crise dos jornais impressos, que derruba tiragens pelo mundo afora e a crise econômica vivida pelo Brasil, tendo início em 2014 e 2015.

Do ponto de vista jornalístico, pode-se dizer que os valores-notícia priorizados pelo JL em seu noticiário demonstram que o jornal caminhou dentro de uma visão liberal da imprensa, buscando atuar como quarto poder, com independência editorial – ou pelo menos com a sua tentativa de demonstrar essa independência. O desfecho da história do jornal coloca duas questões importantes sobre os limites do jornalismo e o papel da imprensa e a sua viabilização neste começo da segunda década do Século XXI. A primeira é se ainda é possível fazer jornalismo independente, dentro do pressuposto iluminista, tentando entregar informação não contaminada por interesses políticos e econômicos para que cidadãos livres possam se autogovernar, em veículos que se financiam a partir da publicidade. A segunda questão é consequência: se é possível construir por meio da imprensa financiada nesses moldes uma esfera pública com a livre circulação e o debate de ideias. E mais ainda: se isso é possível no interior, mesmo em cidades de médio porte<sup>11</sup>, mas periféricas com relação ao eixo econômico do país. Ainda mais que a proximidade aumente o potencial do poder político e econômico para pressionar jornais e jornalistas. O ponto central nessas duas questões é: quais são os limites do jornalismo produzido sob o financiamento da publicidade e o formato de empresa capitalista?

Essas duas questões partem, obviamente, do pressuposto que aqui defendemos, de que o jornalismo tem, sim, um papel ainda fundamental, algo de relevante a dizer para a sociedade, mesmo em tempo de redes sociais e em que as mentiras repetidas à exaustão ganham o *status* de verdade. A palavra da moda para designar tal situação é “*fake news*”, embora a veiculação de mentiras travestidas de notícias seja muito

---

<sup>11</sup> Para os padrões da Região Sul, Londrina poderia ser considerada uma cidade de grande porte. Ela é a terceira maior da região, ficando apenas atrás de Porto Alegre e Curitiba.

anterior à invenção da internet. Que o diga o magnata da imprensa dos EUA, Willian Randolph Hearst, personagem real que inspirou Charles Foster Kane, no clássico Cidadão Kane, de Orson Welles.

Com relação ao financiamento, o modelo de negócios baseado na publicidade iniciado no Século XIX e que se consolidou e prevaleceu ao longo do Século XX, demonstra sinais de enfraquecimento, embora seja esse modelo que ainda mantém a maioria dos veículos tradicionais em pé, apesar da publicidade dirigida, proporcionada pela internet e seus algoritmos, ter avançado bastante sobre esse mercado. A tentativa de separar “Igreja e Estado”, ou seja, redação e comercial, nem sempre conseguiu entregar o que prometeu. No caso específico dos grandes grupos de comunicação brasileiros, a principal denúncia é de que essa separação não garante a pluralidade no jornalismo. A Reforma da Previdência feita no Brasil de 2019 é um dos muitos exemplos de coberturas que não abriram o debate, que se restringiram a opiniões unânimes, sempre a favor da reforma, apesar do seu custo social. Opiniões alinhadas com as do capital financeiro, não por acaso uma fatia importante do mercado publicitário e parte fundamental na engenharia financeira dos grandes grupos de comunicação.

A luz no fim desse túnel pode vir dos novos formatos de financiamento que têm surgido naquilo que Renato Rovai (2018) trata como “novo ecossistema midiático”. Vários veículos, ainda longe de rivalizar com os grandes grupos, mas que ocupam espaços têm surgido e se mantido dentro desse formato. São veículos que vivem de assinaturas e que entregam o conteúdo tanto pela internet (tanto por meio de sites convencionais, como por convencional quanto por mídias sociais, como o Youtube). Eles partem do pressuposto de que sendo financiados pelo seu próprio público, têm maior independência do que se o financiamento viesse pelo mercado publicitário. Existem várias experiências a partir de formatos que mesclam o financiamento dos leitores com outras fontes de recursos em todo o Brasil. No Paraná, o Plural.Jor, surgido em Curitiba em 2019 e tocado por jornalistas que saíram da Gazeta do Povo, é um exemplo desse tipo de formato.

## Referências bibliográficas

AGUIAR, S. **Territórios do jornalismo: Geografias da mídia local e regional no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio; Petrópolis: Editora Vozes, 2016.

BENETTI, M; FONSECA, V. P. da S. **Jornalismo e acontecimento: Mapeamentos críticos**. Florianópolis: Insular, 2010.

BUCCI, E. **Sobre ética e imprensa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BULIK, L. **Doutrinas da informação no mundo de hoje**. São Paulo: Edições Loyola, 1990.

CAMPONEZ, C. **Jornalismo de proximidade: proximidade e distâncias**. Linhas de reflexão sobre uma ética da proximidade no jornalismo. In: CORREIA, J. C. Covilhã, Ágora – Jornalismo de proximidade, desafios e oportunidades. Portugal, Editora LabCom.IFP – Universidade da Beira Interior, 2012.

FRANCISCATO, C. E. (2000) **A atualidade no jornalismo**. In: SILVA, G.; SILVA, M. P. da; FERNANDES, M. L. Critérios de Noticiabilidade: Problemas, conceituais e aplicações. Florianópolis: Insular, 2014.

GANS, H. **Deciding what news is: a study of CBS Evening News, NBC Nightly News, Newsweek and Time**. Northwestern University Press, 1979.

KANT, I. **A resposta à pergunta o que é esclarecimento**. In: KANT, I. Textos seletos. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1974.

LUPORINI F. **Entrevista concedida a Fábio Alves da Silveira**. Londrina, 10 jul de 2019.

MEDINA, E. **Entrevista concedida a Fábio Alves da Silveira**. Londrina, 03 dez de 2018.

MILTON, J. **Areopagítica**. México: UNAM, 2009.

MONTESQUIEU, Charles-Louis de S. **O espírito das leis**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

NASCIMENTO, C. **Entrevista concedida a Fábio Alves da Silveira**. Londrina, 13 jun de 2019.

PEUCER, T. Os relatos jornalísticos. Tradução de Paulo da Rocha Dias. **Revista Comunicação & Sociedade**. Universidade Metodista de São Paulo, n. 33, 2000.

ROVAI, R. **Um novo ecossistema midiático: a história do jornalismo digital no Brasil** prefácio de Sérgio Amadeu da Silveira - 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2018.

SCHUDSON, M. **Descobrimos a notícia: Uma história social dos jornais nos Estados Unidos**. Petrópolis: Vozes, 2010.

SHOEMAKER, P. J.; COHEN, A. 2006. News around the world: Practitioners, Content, and the Public. In: BENETTI, M; FONSECA, V. P. da S. **Jornalismo e acontecimento: Mapeamentos críticos**. Florianópolis: Insular, 2010.

SILVA, G. **Para pensar critérios de noticiabilidade**. In: SILVA, Gislene; SILVA, Marcos Paulo da; FERNANDES, Mario Luiz. (Org.) Critérios de noticiabilidade: problemas conceituais e aplicações. Florianópolis: Insular, 2014.

SILVA, G.; SILVA, M. P. da; FERNANDES, M. L. **Critérios de Noticiabilidade: Problemas, conceituais e aplicações**. Florianópolis: Insular, 2014.

SILVA, M. P. da. **A construção cultural da narrativa noticiosa: noticiabilidade, representação simbólica e regularidade cotidiana**. Tese de doutorado. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2013.

SILVEIRA, F. A. **Imprensa e política: o caso Belinati**. Humanidades: Londrina, 2004.

SOUSA, J. P. Construindo uma teoria multifactorial da notícia como uma teoria do jornalismo. **Revista Estudos em Jornalismo e Mídia**. v. 2, n. 1, 2005.

TABAKA, F. Entrevista concedida a Fábio Alves da Silveira. Londrina, 19 jul. de 2019.

TRAQUINA, N. **Teorias do jornalismo Volume I – Porque as notícias são como são**. Florianópolis: Insular, 2004.

TRAQUINA, N. **Teorias do jornalismo Volume II - A tribo jornalística: uma comunidade interpretativa sensacional**. 2ª Edição. Florianópolis: Insular, 2008.

WOLF, M. **Teorias das comunicações de massa**. Tradução: Karina Jannini. 2ª Edição. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

**TEORIA E EPISTEMOLOGIA DA  
ECONOMIA POLÍTICA DA  
INFORMAÇÃO, DA  
COMUNICAÇÃO E DA CULTURA**

## **Synco: as tecnologias da informação e da comunicação entre a superação do capitalismo dependente e a ofensiva neoliberal no Chile.<sup>1</sup>**

**Gina Viviane Mardones LONCOMILLA<sup>2</sup>**

**Manoel Dourado BASTOS<sup>3</sup>**

*O progresso tecnológico caracteriza-se pela economia de força de trabalho que, seja em termos de tempo, seja em termos de esforço, o operário deve dedicar para a produção de uma certa massa de bens. É natural, portanto, que, globalmente, seu resultado seja a redução do tempo de trabalho produtivo em relação ao tempo total disponível para a produção, o que, na sociedade capitalista, se manifesta por meio da diminuição da população operária paralelamente ao crescimento da população que se dedica a atividades não produtivas, às que correspondem os serviços. Essa é a forma específica que assume o desenvolvimento tecnológico em uma sociedade baseada na exploração do trabalho, mas não a forma geral do desenvolvimento tecnológico. É por isso que as recomendações que se têm feito para os países dependentes, onde se verifica uma grande disponibilidade de mão-de-obra, no sentido de que adotem tecnologias que incorporem mais força de trabalho, com o objetivo de defender os níveis de emprego, representa um duplo engano: levam a preconizar a opção por um menor desenvolvimento tecnológico e confundem os efeitos sociais especificamente capitalistas da técnica com a técnica em si.*

Ruy Mauro Marini, *Dialética da Dependência*

---

<sup>1</sup> Este texto foi originalmente escrito para compor um livro sobre tecnologias na América Latina, no ano de 2021. Era a elaboração, em pormenor, de argumentos que sustentaram o pré-projeto de pesquisa de uma das autoras para seu ingresso no doutorado - pesquisa original indicada à autora, de origem chilena, pelo outro autor a partir de uma conversa anterior com Miguel Stedile, que sugeriu a importância do assunto. Após receber uma primeira indicação positiva de publicação, o texto foi recusado por meio de um parecer, no mínimo, desonesto. De lá para cá, o projeto Synco recebeu bastante atenção, principalmente a partir da divulgação dos importantes trabalhos de Evgeny Morozov sobre o tema. No Brasil, o assunto, que era praticamente ignorado, recebeu mais atenção, em alguns casos surpreendentes, surgidos como raio despencado em céu azul. A fim de trazer o artigo a público na forma como foi originalmente apresentado, o texto segue sem alterações de fundo (salvo uma ou outra modificação estilística).

<sup>2</sup> Doutoranda em Economia Política Mundial pela UFABC. Mestre em Comunicação pela UEL. Graduada em Jornalismo pela Unesp/Bauru. Também é membra dos grupos pesquisa: Comunicação, Economia Política e Sociedade (OBSCOM/CEPOS) e CUBO/UEL.

<sup>3</sup> Professor Associado de Comunicação, Cultura e Sociedade na UEL, onde coordena o Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Doutor em História e Sociedade pela Unesp (Assis). Bacharel em Comunicação Social - Jornalismo pela UnB (2001), onde concluiu o mestrado em Comunicação e Cultura Contemporânea (2004). Foi Presidente (2020-2022) e diretor científico (2018-2020) da ULEPICC-Brasil.

## 1. Apresentação

Entendemos que estudar a digitalização das TICs na América Latina implica em observá-las no interior das relações sociais de produção postas no continente, cujo pressuposto mundial é a Terceira Revolução Industrial. Nesse processo, as contradições entre capital e trabalho se expressaram de diversos modos. Seguindo a perspectiva indicada por Ruy Mauro Marini como no trecho em epígrafe, trata-se de observar que o processo que culmina com a Revolução Microeletrônica foi palco de lutas não apenas em contraposição a ela, mas também em proposições alternativas em seu próprio interior. É nesse sentido que observaremos o projeto Synco, que se desdobrou no Chile durante o governo de Salvador Allende (1970-1973).

Basicamente, o Synco constituía-se por um projeto que visava a instalação de sistema de computadores nas unidades fabris e que daria ao governo a possibilidade de acesso diário aos dados sobre a produção. Em pormenores, o Synco seria composto por quatro eixos principais: *Cybernet*, rede nacional de comunicação via microondas-telex, e que conectaria todas as fábricas com o objetivo de promover a troca de informações de norte a sul do país; *Cybestride*, um conjunto de máquinas com programas que monitorariam as flutuações estatísticas na produção; *Checo*, um modelo que simularia a capacidade da economia chilena em termos de investimento estrangeiros e reservas internas; e, finalmente, *Opsroom*, um centro operacional composto por uma sala de estética futurista de onde seriam tomadas as decisões a partir de todas as informações coletadas.

Isto posto, o objetivo do presente texto é, a partir de uma avaliação das bases dependentes da economia chilena no contexto em questão, expor o Synco como um projeto alternativo no interior do processo da Terceira Revolução Industrial, numa perspectiva em que o socialismo democrático de Allende visava se valer das possibilidades abertas pela cibernética organizacional de Stafford Beer, o mentor operacional do projeto. Ainda que o Synco se fundasse em desenvolvimentos tecnológicos bastante precários se pensados a partir das trajetórias tecnológicas que redundaram na digitalização das TICs, as propostas postuladas pela cibernética de Beer visavam a reorganização profunda da dinâmica econômica chilena, deslocando as contradições entre capital e trabalho. Exatamente por postular uma rede de computadores cujo foco confrontava a dinâmica histórica centrada primeiramente no



projeto estadunidense da Arpanet até sua ampliação aos protocolos da World Wide Web, não estranha que tenha sido alvo da sanha neoliberal que tomou conta do país após o golpe de Pinochet e o apoio de Milton Friedman e os Chicago Boys.

Desenvolvido de posse de tecnologias ainda incipientes, em muitos casos readaptadas aos propósitos grandiosos da parceria entre o governo Allende e a cibernética de Beer, o Synco é um marco para se posicionar criticamente diante da rede mundial de computadores tal qual a conhecemos em sua forma capitalista, principalmente no contexto latino-americano. Dessa maneira, mesmo que o Synco tenha gerado poucos frutos concretos, destroçado pela violência do golpe de Pinochet e inviabilizado de encontrar seus próprios limites internos, ao colocá-lo em seu lugar histórico podemos nos pautar por um conhecimento de experiências afeitas à América Latina, fundamentadas em projetos de superação do modo de produção capitalista.

Para expor nosso argumento, dividimos o texto em três partes, além desta apresentação e das considerações finais. Na primeira parte, fundamentaremos uma avaliação da economia chilena a partir da *Dialética da Dependência* de Ruy Mauro Marini (2005a). Nesse sentido, destacaremos os elementos constitutivos da dissociação entre circulação e consumo nas economias latino-americanas, observando as condições de superexploração do trabalho, a precedência do mercado externo ao interno e a dinâmica de progresso tecnológico a partir dessas bases dependentes. No contexto chileno em questão, observaremos como a esfera alta de circulação concentra a capacidade tecnológica, o que indica como os aspectos específicos das estruturas de telecomunicações e informática que ali se desenvolveram visaram atender as demandas de bens de luxo.

Na segunda parte, apresentaremos os aspectos técnicos que assentaram a execução do projeto Synco no Chile, partindo da noção do Modelo de Sistema Viável (VSM), desenvolvido por Stafford Beer (1959). O VSM trouxe uma proposta de *controle* fundamentada na ideia de *equilíbrio*, e não de *dominação*. Segundo o pesquisador, somente a criação de um modelo que envolvesse a participação de todos os atores em todas as etapas poderia criar um sistema responsivo e harmônico. Assim, para melhor compreender a funcionalidade da cibernética organizacional, descreveremos de que maneira Beer (1979) projetou os quatro eixos operacionais do Synco. Com isso, observaremos como o Synco lida com contradições econômicas do projeto político da

Unidade Popular, principalmente os problemas relativos à dissociação entre circulação e produção, tal qual apontado por Marini para as economias dependentes, particularmente o caso chileno.

Por fim, na terceira parte, daremos atenção à avaliação do Synco como uma resposta às perspectivas neoliberais desencadeadas no assim chamado “debate sobre o cálculo econômico socialista”. Basicamente, sugerimos que o projeto de Beer vencia as concepções neoliberais exatamente porque ele se postava para além de uma mera intervenção na esfera da circulação, problema que ele precisava solucionar dado o caráter especificamente dependente da economia chilena.

## **2. Superexploração do trabalho, esfera da circulação e tecnologia no Chile a partir da teoria da dependência de Ruy Mauro Marini**

A *Dialética da Dependência* de Ruy Mauro Marini (2005) propõe um caminho de análise e interpretação das especificidades da acumulação e reprodução de capital na América Latina a partir de uma leitura bastante concentrada e singular da teoria marxista do valor, onde encontra os fundamentos categoriais para compreender as assimetrias na divisão internacional do trabalho e no processo de criação e desenvolvimento da grande indústria.

Ao recuperar a categoria de mais-valia relativa, Marini (2005a) repõe o debate sobre o desenvolvimento das forças produtivas, destacando que o decisivo está não apenas no aumento da produtividade do trabalho, mas na contradição disto com o aumento do grau de exploração do trabalho, ou seja, numa alteração na proporção do trabalho excedente sobre o necessário, implicando obrigatoriamente numa redução do valor dos bens necessários à reprodução da força de trabalho. Assim, a posição da América Latina esteve diretamente ligada a oferecer alimentos baratos à crescente classe operária, reduzindo o valor da força de trabalho nos países industriais e, com isso, viabilizando com que o aumento da produtividade se traduzisse em taxas de mais-valia progressivamente elevadas.

A superexploração do trabalho deve ser entendida, segundo Marini (2005a), como a produção fundada na maior exploração do trabalhador, mas não por meio do desenvolvimento de sua capacidade produtiva. Os três mecanismos que Marini recolhe em Marx para especificar a maior exploração do trabalhador (intensificação do trabalho;

prolongamento da jornada de trabalho e expropriação de parcela do chamado “trabalho necessário”, ou seja, aquele tempo que corresponde à reposição da força de trabalho) redundam na impossibilidade do trabalhador obter condições para a reposição da força de trabalho. Normalmente combinados, significam uma remuneração da força de trabalho abaixo de seu valor, que é o que Marini entende por superexploração do trabalho. Apresenta-se, assim, a contradição fundamental da América Latina: servindo à função de acumulação do capital mediante o aumento da produtividade nos países centrais, redundou internamente numa acumulação baseada na superexploração do trabalho.

Os efeitos disso no âmbito da circulação são decisivos para nosso estudo. À medida em que a produção latino-americana se dirige ao âmbito da circulação externa, opera-se uma dissociação entre produção e circulação interna, visto que a capacidade interna de consumo é indiferente à realização da produção de mercadorias, gerando especificidades na contradição entre capital e trabalhador que é tanto vendedor (força de trabalho) como comprador (bens necessários para a sua reprodução) de mercadorias. Desse modo, temos a máxima exploração da força de trabalho sem a preocupação com as condições de sua reposição pelo trabalhador, que pode ser substituído por novos braços disponíveis com o aumento da massa trabalhadora. Isso gera um mercado interno estratificado, com a demanda interna deprimida pela irrelevância do consumo individual do trabalhador frente à exportação que, por sua vez, amplia os lucros dos capitalistas que criam expectativas de consumo incapazes de serem satisfeitas pela produção interna e que são satisfeitas por meio de importações.

Trata-se do que Marini (2005, p. 165) chamou de “cisão do consumo individual total em duas esferas contrapostas”, que forma as bases para o processo de industrialização na América Latina. Em vez de criar sua demanda, a industrialização na América Latina lidava com o atendimento de uma demanda pré-existente, anteriormente atendida por exportações, implicando numa estruturação pautada por exigências dos mercados dos países centrais. Se de início havia a superioridade da demanda em relação à oferta, ao capitalista não cabia preocupações quanto à criação de mercado. E, mesmo quando essa situação chega a um equilíbrio, o capitalista continua não se colocando a necessidade de ampliação de mercados, atuando mais no aumento da massa de lucros em cima do produto unitário, a partir da alta de preços

possibilitada pela situação de monopólio (tanto no âmbito da produção nacional, quanto na ausência de produtos importados). Ao mesmo tempo, amparado pelo excesso de mão de obra próprio da economia exportadora e agravado pela crise do comércio internacional, o capitalista na economia dependente mantinha a pressão sobre os salários para baixo, visto que esses, dado o baixo desenvolvimento tecnológico, persistiam como o principal componente dos preços de produção.

Reproduzindo a acumulação de capital baseada na superexploração do trabalho, para Marini (2005a) a economia industrial dependente também o faz no modo de circulação, num sentido em que amplia a separação radical entre esfera alta e esfera baixa de circulação. Com a produção desvinculada ou pouco vinculada ao consumo popular, erige-se certa independência entre a produção industrial e as condições salariais. O valor dos bens manufaturados não determina o valor da força de trabalho, de modo que a desvalorização dos manufaturados não tem implicação na taxa de mais-valia. Assim, dispensado de preocupações com o aumento da produtividade do trabalho, o industrial em economias dependentes trata de conquistar o aumento de mais-valia a partir da maior exploração do trabalhador, com redução de salários para aquém do trabalho necessário. Já que o crescimento da oferta de mercadorias ocorre em detrimento do poder de compras do operário, o capitalista não reconhece problema algum na esfera da circulação, afinal os manufaturados não fazem parte decisiva do consumo individual do operário.

Para Marini, o processo de transição para uma economia industrial que superasse a superexploração do trabalho é efetivamente obstaculizado pelo fato de que a tecnologia que propicia o aumento da capacidade produtiva do trabalho ser fundamentalmente estrangeira. Para ocorrer o incremento crescente de capital constante nos países latino-americanos foi preciso recorrer à importação de capital estrangeiro (ou seja, financiamento de investimento direto na indústria), visto que a crise na dinâmica das trocas com o setor externo não possibilitava tal investimento sem o auxílio das grandes corporações (mormente estadunidenses) beneficiadas pela concentração de capital que sobreveio após o período de guerras e que justamente direcionaram seu fluxo aos setores industriais do exterior. Para além da atrativa concretização prévia das bases industriais na periferia, o capital estrangeiro buscou o investimento em economias dependentes a fim de escoar sua produção de bens de

capital, ademais porque o nível crescente de sofisticação do maquinário impulsionava sua substituição, que se tornava menos dispendiosa com a transferência das peças obsoletas para o parque industrial das economias periféricas.

Reconhecendo, conforme o trecho em epígrafe, a diferença entre os “efeitos sociais especificamente capitalistas da técnica com a técnica em si” (Marini, 2005, p. 176), Marini renega as posturas que sugeriam que os países dependentes deveriam apostar em “tecnologias que incorporem mais força de trabalho, com o objetivo de defender o nível de emprego”, pois assim ignoram a “forma geral do desenvolvimento tecnológico”. Trata-se de avaliar criticamente as dinâmicas que o progresso técnico assume quando introduzidas nas condições concretas das economias dependentes. Os efeitos gerais do progresso técnico, tal qual se deram nos países centrais (a saber, diminuição da população produtiva e crescimento da não produtiva), operaram de maneira diferente nas economias dependentes. Mantendo as características estruturais de maior exploração dos trabalhadores, o progresso técnico concorreu para a intensificação do ritmo de trabalho, ao mesmo tempo aumentando a produtividade e depreciando o salário, o que se deu a partir da instalação de setores industriais que atenderiam tão-somente a esfera alta de circulação. Foi aqui, contudo, que o projeto Synco encontrou uma brecha.

Enquanto elaborava a *Dialética da Dependência*, Marini observava *in loco* os processos que se desdobravam no Chile, onde chegou em 1969 para seu segundo exílio (Osório, 2019, p. 15). Suas observações resultaram em *O reformismo e a contrarrevolução: estudos sobre o Chile* (Marini, 2019). Enquanto a *Dialética da Dependência* opera num alto grau de abstração, *O reformismo e a contrarrevolução* une a abstração com a análise concreta da situação política chilena. Ao buscar uma interpretação para a ascensão de um governo de esquerda, com concretização de um projeto socialista pela via eleitoral, Marini nos traz elementos para avaliarmos as bases para a aparição do projeto Synco e as contradições políticas que impulsionam o golpismo militar neoliberal.

Segundo Marini (2019), dois fatores oferecem os aspectos principais para uma explicação da eleição de Allende em 1970: o crescimento, na cidade e no campo, do movimento de massas e as desavenças internas ao bloco das classes dominantes. Esses dois fatores, intimamente ligados, tinham seus fundamentos numa dimensão objetiva,

observada por Marini (2019) inicialmente pelo foco específico das divergências no seio dos estratos burgueses do setor industrial e, na sequência, avaliada pela decomposição política da aliança de classes que, até então, dominava a sociedade chilena, focando o papel da pequena burguesia no conflito burguesia e proletariado. Essas duas dimensões são bastante relevantes para entendermos as condições de aparição de um projeto como o Synco.

Ao avaliar diferentes dimensões das condições econômicas do setor industrial chileno durante a década de 1960, Marini (2019) chega a uma tese e duas consequências. A tese: a diversificação do setor industrial, com presença mais acentuada da produção de “bens de consumo suntuários”, se deu baseada numa imensa monopolização do setor industrial, fundamentalmente caracterizada pelo grande capital estrangeiro que, por meio de mais-valia extraordinária, canalizou parte desproporcional da massa de mais-valia gerada no setor. As consequências: a) alto grau de estratificação tecnológica, que operava a favor do grande capital, com novos investimentos em capital constante, ampliando suas vantagens e, assim, viabilizando o processo de concentração e restringindo o investimento tecnológico dos setores mais frágeis; b) intensificação da exploração do trabalho, principalmente nos grupos capitalistas mais frágeis, com consequente depressão do mercado consumidor, principalmente aquele voltado para os estratos de baixa renda, rebaixamento de salários e estagnação dos ramos produtores a ele destinados. Ou seja, Marini encontrou no Chile elementos concretos que ele desenvolveu em *Dialética da Dependência*.

A partir disso, Marini (2019) expõe suas consequências políticas, avaliando principalmente a aliança entre a burguesia e a pequena burguesia. A partir dos postulados de Marx, Marini caracteriza a constituição e importância da pequena burguesia no Chile dos anos 1960 em dois vetores: a) a importância da pequena burguesia proprietária num mercado pouco dinâmico, cujo comércio externo está restrito aos grandes capitais nacionais e estrangeiros exportadores de bens primários, com setor interno atrofiado pela superexploração da força de trabalho e consequente mais-valia extraordinária; b) já a pequena burguesia não proprietária fundamenta-se principalmente nos grupos assalariados formados pela hipertrofia do aparato estatal, gerado pelo papel do Estado na redistribuição de parcela do excedente produzido pelo enclave monopolístico, retornando para a economia nacional por meio de serviços

estatais. A “via chilena ao socialismo” tal qual proposta por Allende visava justamente uma aliança de classes entre os estratos sociais da pequena burguesia e a classe trabalhadora, mormente o operariado organizado.

Um dos aspectos essenciais inferidos por Marini está na relação entre a diversificação da produção industrial e a presença de capital estrangeiro na economia chilena. Essa combinação de fatores se concentrou especialmente nos setores de alta tecnologia, com consequências tanto para as dimensões produtivas quanto para as da circulação:

[...] naquelas [empresas] em que há participação estrangeira constata-se, em geral, um nível tecnológico mais elevado, além de um gasto menor em remuneração e salários, o qual evidencia o declínio do emprego e também pode indicar que o nível de ocupação menor observado na empresa tecnologicamente mais avançada é acompanhado por uma preservação do nível médio de remuneração no setor, resultando, assim, na formação de uma mais-valia extraordinária” (Marini, 2019, p. 89).

A proposição de uma economia socialista, para Marini (2019), passava pela apropriação do aparato do Estado pela classe trabalhadora, em termos ainda mais monopolísticos, com um viés, contudo, radicalmente distinto no que diz respeito “às formas de propriedade, relações de produção e apropriação do produto”, ou seja, “um novo sistema de dominação capaz de reorientar o desenvolvimento das forças produtivas” que só se concretizaria por meio de uma revolução política (Marini, 2019, p. 95). Deixando de lado as especificidades da orientação organizativa de Marini, elaboradas com rigor e seriedade no calor da hora, entendemos que o projeto Synco enfrentou, a seu modo, as transformações profundas pelas quais o capitalismo passava naquele momento. Vejamos a seguir aspectos específicos do Synco a fim de compreender como eles operaram em cima dos problemas constatados por Marini.

### **3. Beer, Synco e a cibernética organizacional**

Para compreender a história que estruturou as ambições tecno-científicas do Chile, é preciso retroceder aos anos anteriores do governo Allende. Em 1971, o país contava com apenas quatro pontos nodais constituídos justamente por quatro máquinas superpotentes disponíveis à época: três unidades IBM system/360 e uma

unidade Burroughs 350. Antes disso, o Chile já possuía uma vasta experiência com a utilização das chamadas “máquinas de tabulação” na administração pública (Medina, 2014, p.58). A IBM foi a primeira empresa a oferecer esse tipo de equipamento ao país no início dos anos 1920, instalando seu primeiro escritório na capital Santiago, em 1929. Juntamente com a Burroughs, a IBM dominava o mercado de exportação das chamadas máquinas de tabulação, o que possibilitou entre 1920 e 1971 a expansão da mecanização do processo de dataficação dos setores estatais chilenos.

A utilização dessas ferramentas foi impulsionada sobretudo durante o governo de Eduardo Frei (1964-70) quando da criação da Comissão Nacional para Ciência e Pesquisa Tecnológica, em 1967, e do Centro Nacional de Serviço Computacional no ano seguinte. Norteados pela ideia de “pesquisa orientada”, Frei acreditava que o Chile poderia usar a ciência e os recursos da engenharia para resolver problemas de relevância nacional (Medina, 2014, p.65). Curiosamente, toda essa dinâmica ocorria paralelamente às discussões da teoria da dependência em contraposição à vertente Cepalina, cujo pensamento desenvolvimentista encontrava na indústria e no complexo tecnológico um importante aliado para o progresso dos países periféricos.

No final dos anos 60, além de um elevado grau de monopolização no segundo setor, o Chile sofria gradativamente com a perda de dinamismo de suas indústrias, um movimento que, como vimos em Marini (2019), encontra seus limites no próprio processo de concentração do capital. Em meados de 1960, a grande indústria (+ de 200 pessoas), que representava 3% dos estabelecimentos nacionais, concentrava 52% do excedente bruto, sendo o grau de ocupação da força de trabalho (44%) inferior ao capital investido (58%) e ao valor agregado (51%), o que demonstra um certo nível de tecnificação dessas indústrias<sup>4</sup>. Neste sentido, Marini (2019) sustenta a tese anteriormente apresentada de que o grande capital canaliza para si a mais-valia extraordinária gerada em grande parte no setor industrial onde, primeiro, há um acúmulo tecnológico que opera a favor do processo de contração do grande capital; e, segundo, onde também se intensifica a exploração do trabalho e se enfraquece o mercado consumidor.

---

<sup>4</sup> Os dados fazem parte do relatório CORFO/1963 citado por Marini (2019, p. 83).



Em 1970, ao ser eleito, Salvador Allende trouxe a promessa de construir uma sociedade fundamentalmente diferente. Sua proposta de governo baseava-se no socialismo democrático, pautado pelo respeito à constituição e às liberdades individuais. No plano econômico, a plataforma central tinha por objetivo tomar o controle estatal das indústrias mais importantes do Chile. O projeto, a princípio ambicioso, tornou-se gradativamente uma realidade e, em 1971, o governo já tinha mais de 150 fábricas sob seu controle (Medina, 2014, p.51). O resultado aparentemente positivo, com o tempo demandou mais esforços de planejamento tendo em vista a dificuldade de gerenciar o volume de produção. Foi quando o engenheiro Fernando Flores, então membro da agência governamental responsável pelo plano de nacionalização das indústrias, ao tomar ciência dos trabalhos do britânico Stafford Beer, convidou o pesquisador para implementar um projeto audacioso e que ficaria conhecido como Synco (Sistema de Información y Control), ou Cybersyn na tradução para o inglês. Beer, especialista em cibernética, era conhecido pelo seu trabalho com gestão administrativa baseada em um sistema de informações. A chamada cibernética organizacional havia transformado Beer em um importante consultor de empresas e, em 1971, o pesquisador aceitou o convite de Fernando Flores para aplicar e explorar a tecnologia algorítmica a favor de um projeto político e econômico socialista.

Para isso, Beer baseou-se no que ele chamou de Modelo de Sistema Viável (VSM), cuja lógica de funcionamento demandaria das bases produtivas e governamentais uma postura de constante adaptação ao ambiente econômico, político e social em um contexto de mudanças previsíveis e imprevisíveis (Beer, 1959, p.17). Beer acreditava que uma das principais atribuições de um VSM residia no *controle*. Porém o termo não deveria ser aplicado em sentido unilateral e coercitivo, mas sim usado para designar *conectividade*. Está colocado, portanto, o fundamento de sua cibernética organizacional: o de que um sistema deveria ser compreendido como uma coleção coesa de unidades que se relacionam de modo dinâmico. O que conecta essas unidades representa as *comunicações* e o estado dessas ligações refletiria a quantidade de informação no sistema (Beer, 1959, p.11)

Desta forma, como afirma Éden Medina (2014), a técnica de coleta de dados que antecipava as flutuações externas, como proposta pelo projeto Synco, permitiria a todas as partes envolvidas tomar as medidas mais adequadas para equilibrar a produção. Não

por acaso, o próprio Beer nega a intenção de centralizar a economia uma vez que um dos eixos operacionais do Synco visava “disponibilizar o poder informático aos comitês de trabalhadores em todas as fábricas” (Beer, 1979, p. 252). Além disso, diferentemente do cenário que se colocava com a revolução computacional que substituía a força de trabalho na maioria das indústrias, a automação das fábricas sob o socialismo de Allende colocava-se como uma experiência de expansão do emprego, visto que o aumento da produtividade exigiria mais recursos materiais e humanos.

Assim, o trabalho de Beer coloca-se na vanguarda devido a alguns aspectos que merecem ser pontuados: a) o desafio em implantar uma estrutura informática e informacional em um país carente de recursos tecnológicos, justamente dentro de um contexto em que mesmo os países ricos da época faziam mal uso dos recursos cibernéticos disponíveis para criar um sistema de transmissão de dados (Beer, 1979, p. 248); b) a proposta de um sistema operacional que funcionasse na condição de medida profilática e assim evitar possíveis crises econômicas; c) construir essencialmente um sistema de informações dinâmico, que permitia a ampla participação dos trabalhadores, mas ao mesmo tempo respeitava a autonomia gerencial. Isto é, descentralizado em seu núcleo, porém centralizado em suas extremidades.

O Synco foi projetado para iniciar as operações dentro de quatro meses. Quando desembarcou no Chile em novembro de 1971, Beer sabia a dimensão do projeto em que se envolvera e implementá-lo no primeiro governo socialista do mundo eleito democraticamente seria dar um passo adiante na corrida por um sistema de regulação econômica em tempo real. “Mesmo os países mais avançados do mundo sofrem de um grande atraso no recebimento de dados econômicos e também com o tempo necessário para processar esses dados para qualquer tipo de conclusão” (Beer, 1979, p. 248, tradução nossa).

A primeira etapa do plano de ação foi a implantação de um sistema que conectasse todas as indústrias nacionalizadas, o chamado *Cybernet*. Para ser operacionalizado, o *Cybernet* demandaria uma tecnologia computadorizada de alta performance inexistente no Chile por aquela época. Como “servidor” foi necessário utilizar as únicas máquinas potentes sediadas na capital Santiago, um IBM 360/50 e um Burroughs 3500. Já para criar o sistema de comunicação entre as fábricas, Beer recorreu ao único meio disponível no momento: uma rede de telex ativada por uma comunicação

via micro-ondas que ligava o país de norte a sul. O *Cybernet* foi o primeiro passo para criar unidades de informação descentralizadas, utilizando poucos recursos com o objetivo primordial de engajar a ampla participação dos comitês de trabalhadores em cada chão de fábrica. A ideia era que cada planta de trabalhadores alimentasse diariamente os computadores com índices cruciais a serem reportados à gerência. Um fluxograma quantitativo de cada unidade seria elaborado com base no que Beer chamou de índice triplo, ou seja, a mensuração da produtividade, da latência e da qualidade do produto final. Havia também um outro padrão de mensuração nas ambições do pesquisador: o de mal-estar social. Para além da entrada de matéria-prima, da saída do produto finalizado e dos gargalos no sistema, Beer entendia que o absenteísmo dos trabalhadores era um tipo de medida moral importante a ser contabilizado entre os índices.

Consolidada a primeira etapa, era preciso formatar as ferramentas capazes de operacionalizar a sinergia cibernética. Em outras palavras, o próximo passo seria pensar em uma programação. Nasce o *Cyberstride*, criado para monitorar os fluxos de informação trocadas entre as unidades fabris e, assim, providenciar sinais de alerta em qualquer tipo de mudança incipiente. O *Cyberstride* foi pensado a partir de técnicas matemáticas precisas, usadas para gerar um filtro estatístico que pode reconhecer automaticamente mudanças nos fluxos de entrada. Com essas informações repassadas à gerência seria possível produzir previsões econômicas, dando liberdade a cada unidade para tomar as ações necessárias. Segundo Beer (1979), a finalidade do *Cyberstride* é fundamentada na “noção de que os dados que informam todos os sistemas regulatórios devem ser prospectivos e antecipatórios, ao invés de ser retrospectivos e utilizados apenas para registro histórico” (Beer, 1979, p. 261, tradução nossa). Ao final de quatro meses, cerca de 70% da economia industrial chilena (aproximadamente 400 empresas) estava envolvida nos dois planos de ação.

O terceiro estágio seria um dos mais trabalhosos, pois exigiria a remodelação do método de análise macroeconômica. O *Checo (Chilean Economy)* foi proposto por Beer em substituição ao modelo *input-output*, tradicionalmente importado dos planos nacionais dos chamados blocos do leste. Também conhecido por insumo-produto, este tipo de análise tem por finalidade “estabelecer as relações quantitativas entre os diferentes ramos da produção que é necessário manter para assegurar um fluxo

contínuo de produção no âmbito da economia nacional” (Lange, 1986, p. 61). Todavia, para o pesquisador o modelo insumo-produto revelava-se uma ferramenta insuficiente diante da velocidade de mudanças pela qual passava a economia chilena no governo Allende. Tendo em vista que para Beer (1979, p. 265) “a vida econômica é um processo estocástico” (cujo estado é indeterminado), o principal gargalo desta análise neoclássica incide na dificuldade de introduzir “elementos estocásticos” no modelo em questão. Assim, a partir do *Checo*, o pesquisador propôs um modelo de simulação dos setores industriais e suas interações que leve em conta a capacidade de investimento em termos de divisas e reservas nacionais. A primeira tentativa de execução foi feita em junho de 1972 e, em setembro desse mesmo ano, havia um modelo experimental macroeconômico que incluía a renda nacional, a inflação e as divisas.

Para encerrar o plano de ação, a implantação de uma sala operacional denominada *Opsroom* seria de fundamental importância para centralizar as etapas anteriores. O projeto Synco ficou mundialmente conhecido pela imagem do *Opsroom*: uma sala hexagonal com paredes cobertas por telas computadorizadas, rodeadas por cadeiras e painéis de controle que formavam ao meio um vão livre de circulação. O objetivo principal do *Opsroom* era conseguir monitorar as informações em tempo real provenientes do *Cybernet*, *Cybestride* e *Checo*, e tomar as ações necessárias em caso de emergência. Para além de uma equipe treinada capaz de permanecer na sala, Beer pensou em uma ergonomia prática e intuitiva que também fosse acessível ao comitê de trabalhadores das fábricas, evitando que o *Opsroom* se transforma-se num “*sanctum sanctorum* para a elite governamental”.

#### **4. Projeções, a partir do Synco, para uma crítica da doutrina neoliberal da informação**

Em artigo recente, Aaron Benanav (2021) faz um breve apanhado das novas perspectivas de esquerda sobre o planejamento econômico. O desenvolvimento das TICs, a partir de sua digitalização, e o avanço dos sistemas computacionais perpetrados nas últimas três décadas têm levado diversos pensadores de esquerda a afirmar que estamos vivendo uma superação definitiva dos problemas apontados no socialismo pelo pensamento neoliberal, com sua demarcação sobre a superioridade econômica do sistema de preços ante a planificação estatal centralizada. Benanav aponta que o problema maior do argumento dos pensadores de esquerda é, de certo modo, aceitar o

tabuleiro de análises proposto pelos neoliberais, que, ao delimitarem a eficácia do cálculo econômico a partir do sistema de preços, fixa o problema e sua solução na esfera da circulação. Assim, ao exaltarem as possibilidades desencadeadas pela internet, seus algoritmos e a capacidade de coleta de dados visando equacionar as defasagens entre oferta e demanda, os pensadores de esquerda referidos por Benanav ignoram a necessidade de pensar o problema desde o ponto de vista da produção.

Retomando a questão a partir do argumento de Marini (2005a), o problema que se colocava para a cibernética organizacional de Beer era justamente o da dissociação radical entre circulação e produção nas economias dependentes que, como vimos, é uma forma específica de particularização dos fundamentos do capital que nas economias centrais é suturada por diferentes mecanismos, dentre os quais justamente a dinamização da divisão internacional do trabalho operada segundo a lógica da assimetria do mercado mundial. Marini (2005a) reconhece na especificidade do Chile a correlação contraditória entre superexploração do trabalho, no âmbito da produção, e a rígida separação entre esferas alta e baixa de circulação, no âmbito da circulação, desenvolvida conceitualmente por ele na *Dialética da Dependência*. No caso chileno, segundo Marini, o problema posto ao governo da Unidade Popular era justamente o da conciliação entre as políticas de curto prazo, que se assentavam na economia de mercado, e as propostas de mudanças estruturais de longo prazo, pautadas pela planificação e direção estatal.

Marini ressalta que a Unidade Popular mediu mal as dificuldades que enfrentaria no projeto de transformação das estruturas econômicas, de sorte que o conjunto de problemas que sobressaíram (filas, desabastecimento, inflação) passaram a ser explicados por suas dimensões mais imediatas, dadas, por exemplo, pelas ações da burguesia e do imperialismo, como a especulação, a sabotagem e o boicote, ou ainda pela queda de preços do cobre, bem como a ineficiência governamental e ausência de planejamento. Destaque-se que Marini discorda dessas avaliações da Unidade Popular, destacando a dimensão contraditória entre ações de curto e longo prazo, cuja origem é a mesma:

[...] a recusa em transferir para a iniciativa das massas a solução dos problemas relacionados à transformação dos esquemas de produção e consumo do Chile. E, ao se recusar tomar essa medida, a UP confiou nos estímulos do Estado e nos mecanismos de mercado, tornando-se,

*assim, prisioneira das estruturas criadas pela burguesia para funcionarem de acordo com os interesses do capital* (Marini, 2019, p. 134)

Segundo Marini, a busca por uma economia planificada otimizada nos âmbitos da produção e distribuição passaria pelo reconhecimento da participação popular nas relações de trabalho: “Somente o controle popular da distribuição e dos preços permitirá a aplicação do racionamento de produtos de bens essenciais [...] e frear o aumento de preços dos bens de consumo popular que continuam sendo comercializados por canais privados” (Marini, 2019, p.162). Entendemos que, guardadas as proporções técnicas disponíveis e o grau de desenvolvimento do projeto, o Synco visava lidar com essas questões, a seu modo. A incorporação tecnológica nas bases produtivas se vinculava ao ideário da “via chilena ao socialismo” de Allende como forma de alcançar objetivos no âmbito da justiça social, da preservação das fontes naturais do país e de uma economia planificada que mantivesse a expansão dos empregos. Com o Synco na condição de peça chave para o projeto de nacionalização das indústrias, pode-se afirmar que Allende buscava na revolução tecno-científica uma reconciliação com as relações sociais de trabalho até então permeadas pela superexploração e desigualdade.

Por exemplo, o principal problema que Marini (2019) aponta na primeira fase do governo da Unidade Popular, em que consumismo e produtivismo entraram em rota de colisão, mostra os limites da política de concessões e alianças de classes levada adiante, baseada nas premissas do Partido Comunista. Aquilo que se encaminhou como a necessidade de ampliação da base política visando o aumento do controle do Estado para desembocar nas transformações do processo produtivo redundou em seu oposto. Ao final, a dimensão do consumo, em vez de fluir para a superação da profunda separação entre produção e circulação, foi utilizada exclusivamente para uma perspectiva de conciliação política que, no fim das contas, privilegiava setores que buscavam sua entrada na esfera alta da circulação, mas não os resultados da superexploração do trabalho na esfera popular da produção.

Isso se mostra particularmente na perspectiva adotada pelo governo da Unidade Popular com a política de incentivos aos trabalhadores, bem como sua participação na administração das empresas:

[...] a política de participação na gestão das empresas, à medida que foi sendo implementada, evidenciou a contradição entre os anseios dos trabalhadores em assumir o controle real da produção e o predomínio da gestão burocrático-estatal, que se consolidou como norma efetiva de administração (MARINI, 2019, p. 140).

Tratava-se de uma manutenção das cadeias de comando e controle, cujo foco era a perspectiva da aliança política, que estabelecia compromisso dos trabalhadores com metas de produção, ressaltando o poder do conselho de administração da empresa e inviabilizando qualquer participação dos trabalhadores na tomada de decisões. Era exatamente isso que o Synco visava superar.

A proposta do Modelo de Sistema Viável (VSM) tal qual projetado por Beer, visava, neste sentido, alocar no centro de suas operações a participação dos comitês de trabalhadores. Colocar em marcha os planos da cibernética organizacional exigia uma racionalização de todo o processo justamente em um momento em que os fundamentos técnicos se mostravam precários para isso. O Chile entra na década de 1970 contando com apenas 50 computadores, muito atrás da realidade de seus vizinhos latino-americanos como, por exemplo, Argentina (445), Brasil (754) e mesmo Venezuela (300) (Medina, 2014, p. 59). O quadro se agravaria sobretudo com as sanções da Burroughs e da IBM contra a plataforma socialista de Allende e que fizeram com que ambas as empresas retirassem suas filiais e cortassem as relações comerciais com o país.

A despeito da carência de recursos materiais, Beer conseguiu projetar e executar o Synco em suas quatro esferas. Não era a primeira vez que um governo socialista utilizava uma rede de computadores para automatizar o gerenciamento de dados sobre a produção. A primeira experiência já havia ocorrido na URSS em meados da década de 1950. Éden Medina (2014, p. 64) aponta para as diferenças que fizeram com que Allende rejeitasse o modelo soviético, tanto quanto o modelo norte-americano nos moldes da ARPANET que em 1969 já estava em curso.

Além da extensão da rede projetada na URSS - que exigia milhares de equipamentos instalados em três níveis de coordenação - o plano da chamada cibernética econômica soviética encontrou resistência sobretudo entre burocratas e gerentes que temiam perder boa parte de sua jurisdição local. Assim, disputas internas fizeram com que cada agência e ministério instalasse seu próprio sistema de gerenciamento automatizado, causando uma ruptura no processo de centralização das

informações, além de incompatibilidade técnica entre equipamentos e softwares. Tudo isso contribuiu para que, na virada dos anos 1970, o modelo soviético de cibernética econômica não alcançasse resultados frutíferos<sup>5</sup>. Na outra ponta, o modelo proposto pela ARPANET oferecia resistência desde sua gênese. Projetado no seio do país que subsidiou o golpe militar no Chile, fica evidente que questões de ordem política impediram o intercâmbio de conhecimento e tecnologia. Além disso, a proposta da ARPANET se aproximava muito mais de uma dinâmica comunicacional baseada em protocolos de e-mail, o que exigia, também, uma estrutura técnica muito superior aos quatro pontos nodais existentes no Chile.

Diferentemente, o plano de Beer pauta-se sobre a realidade material do país, bem como na centralidade de seu Modelo de Sistema Viável (VSM). Assim, seria possível construir um gerenciamento baseado tanto no compartilhamento de métricas sobre a produção quanto de informações sobre possíveis desequilíbrios ocorridos em cada unidade fabril. Um dos méritos do pesquisador britânico foi dedicar sua vida a explorar as ferramentas da cibernética, criando um sistema de reprodução algorítmica que poderia ser aplicado em favor da competência de mercado sem necessariamente aderir à ideia vigente de “ordem econômica espontânea” (Morozov, 2019, p. 58), defendida pelos teóricos da Escola Austríaca.

Assim, o cibersocialismo proposto pelo Synco pode ser pensado como uma resposta prática à perspectiva neoliberal em torno do debate sobre o cálculo econômico socialista, que tem suas origens com Von Mises e Hayek ao tratarem da natureza da relação entre preço e informação. Em seu ensaio de 1945, *O uso do conhecimento na sociedade*, Hayek (2013) argumenta que a eficiência de um sistema econômico está associada ao modelo pelo qual se dá o uso completo do conhecimento na dinâmica de mercado. Um dos caminhos possíveis para atingir esse estado de controle estaria na atuação de um sistema de preço livre, capaz, ao mesmo tempo, de coordenar o fluxo de informações dispersas em cada etapa.

Para o economista austríaco, o sistema de preços é também um sistema de telecomunicações cuja eficiência se dá pela transmissão apenas da informação

---

<sup>5</sup> Em sua obra *How Not to Network a Nation* (2017), o pesquisador do MIT, Benjamin Peters, faz uma investigação sociopolítica sobre as três décadas (1959-1989) em que a URSS tentou implementar o gerenciamento unificado por meio de uma rede nacional de computadores.



relevante. Em outras palavras, a autorregulação de um sistema econômico é possível graças a uma espécie de rearranjo orgânico do conhecimento, que ocorre sem a necessidade de centralização da informação ou de sua coordenação em todas as etapas. O sistema de preços funcionaria bem por si só porque o próprio capitalismo se encarregaria de fazer o resto (Morozov, 2019, p. 52). Nas palavras mais ortodoxas de Mises: “se inexistisse livre mercado, inexistisse mecanismo de preços; e sem um mecanismo de preços, inexistisse cálculo econômico” (Mises, 2017, p. 96).

As suposições de Hayek baseiam-se no papel assumido pelo conhecimento a partir da práxis e de uma “importância relativa” das coisas no momento em questão. As decisões econômicas devem ser pautadas pelo curto-prazismo que atende as necessidades de adaptação “às eternas flutuações de cada momento” e não esperar o planejamento a longo prazo. Basta identificar as lacunas imediatas e então preenchê-las com os recursos disponíveis. Esse efeito, segundo o autor, é capaz de se espalhar por todo sistema de modo a criar um equilíbrio. “Temos de olhar para o sistema de preços como um mecanismo para comunicação de informações, se quisermos compreender a sua real função” (Hayek, 2013, p. 159).

Tais argumentos contrapõem-se à visão socialista da planificação econômica, alegando a inviabilidade desse modo de produção justamente porque ele ignora o sistema de preços. Em outras palavras, a centralização do mercado reduz a circulação do conhecimento imediato, tais como: a preferência dos consumidores, os recursos disponíveis e os fatores limitantes para a otimização das trocas. Para o pensamento da escola austríaca, o planejamento aferra-se ao hermetismo das decisões científicas e racionais, sem tomar em consideração tempo e lugar particulares; assim, as decisões unificam-se na mão apenas de uma pessoa.

Se Hayek (2013) atribuía aos planejadores uma postura de menosprezo às oscilações, é possível refutar tal pressuposto a partir da experiência do Synco. O projeto de Beer coloca-se como uma possibilidade de coordenação social com base na relação entre planificação econômica, tecnologia e informação. Por isso mesmo, o debate sobre a cibernética organizacional socialista poderia oferecer aportes para uma melhor simetria entre produção e consumo. Também para Paul Cockshott (1993), a proposta de Stafford Beer centraliza os argumentos numa espécie de equilíbrio (ou harmonia) do processo produtivo viabilizado por uma rede de computadores. Tendo em vista que a

demora nas respostas para eventuais crises econômicas em governos ocidentais decorria justamente do atraso de informações estatísticas sobre a eficiência produtiva em cada etapa, Cockshott alega que tais efeitos poderiam ser evitados com a criação de um sistema de retroalimentação algorítmica que, ao fornecer informação imediata, possibilitariam a tomada de decisões preventivas. “Chile estabeleceu uma rede para fazer isso em apenas quatro meses [...] Dentro desses limites foi possível proporcionar ao governo informações sobre a economia que não tinham mais de um dia de vencimento” (Cockshott, 1993, p.85, tradução nossa).

Em 11 de setembro de 1973, o projeto Synco foi encerrado de forma abrupta. Beer encontrava-se em Londres prestes a retornar para o Chile quando soube do assassinato de Allende. Pode-se dizer que o Golpe conduzido por Pinochet aniquilou não apenas as estruturas materiais, mas também qualquer tentativa de propiciar a participação popular em uma economia planejada. Quando Beer apresentou a Allende a sua proposta de cibernética organizacional baseada no Modelo de Sistema Viável, o então presidente teria exclamado “At least, el Pueblo!” (BEER, 1979, p. 258), o que, portanto, reforça a centralidade do trabalhador no projeto Synco.

O golpe militar desencadeado no Chile em 1973 para a derrubada do governo Allende foi intelectualmente subsidiado pela Escola de Chicago e seu principal representante, herdeiro da teoria austríaca, Milton Friedman (Harvey, 2013, p. 17-9). Como tal, não é exagero afirmar que demonstra-se a necessária violência implicada na adoção da doutrina neoliberal como política econômica. Não por acaso, isso ocorre em um país onde a via democrática de implementação do socialismo colocava em cheque as perspectivas informacionais neoliberais. Com a infraestrutura de retroalimentação algorítmica de Beer, Allende materializava, de fato, uma via alternativa à “ordem econômica espontânea” (Morozov, 2019, p. 58) de Hayek. Em suma, o projeto Synco utilizava-se da revolução microinformática para sistematizar a economia, desafiando o modo neoliberal com os mesmos artefatos por ele produzidos. Nos anos de ditadura Pinochet, as possibilidades abertas pelo Synco deram lugar a um processo que vai desembocar na total privatização dos sistemas de telecomunicações, entre 1985 e 1989, e, posteriormente, com a consolidação dos protocolos que viabilizaram a internet comercialmente, em 1997. Ao contrário do caminho aberto para a superação da superexploração do trabalho e suas implicações na dissociação da esfera da circulação,

a internet repõe os principais problemas estruturais de uma economia dependente, esgarçados pelas políticas neoliberais.

Mesmo após a tomada do governo pelos militares, Beer continuou no auxílio de seus colegas chilenos intermediando muitos dos pedidos de exílio político (Medina, 2014, p. 225). Além disso, nos anos subsequentes à experiência do Synco, o pesquisador foi solicitado por outros países da América Latina como Uruguai, México e Venezuela para projetar sistemas semelhantes ao do Chile.

## **5. Considerações finais**

Ao longo do texto, visamos apresentar em linhas gerais uma análise do projeto Synco como o uso dos desenvolvimentos tecnológicos disponíveis à época em uma economia dependente. Para isso, iniciamos uma descrição num nível alto de abstração dos principais aspectos estruturais das economias dependentes, a saber: a superexploração do trabalho e a decorrente dissociação entre a produção e a esfera da circulação. À medida em que os aspectos estruturais das economias dependentes latino-americanas derivam de seu papel na solução dos limites impostos ao capital pela lei de tendência, principalmente no âmbito do aumento da produtividade, bem como do impulso às leis de movimento, com a expansão de mercados, o desenvolvimento tecnológico ganha características peculiares na região. O contraste entre o desenvolvimento tecnológico e a superexploração do trabalho, contornado pela adoção de diversos mecanismos para a expansão da produção industrial visando o atendimento das demandas da esfera alta de circulação, colocou no Chile uma série de elementos que redundaram na eleição de Allende. Na sequência, acompanhamos como o projeto Synco lidou com as contradições desencadeadas pela política econômica do governo da Unidade Popular, visando justamente operar com o uso de tecnologias para resolver a dissociação das esferas da produção e da circulação. Ao fim, observamos que o projeto Synco se coloca como uma resposta ao projeto neoliberal, cujo caráter de doutrina informacional se baseia justamente na elevação do sistema de preços em livre mercado como elemento decisivo para o funcionamento da economia. Não por acaso, a ascensão do neoliberalismo a política econômica se deu justamente no Chile, a partir de um golpe militar, que enterrou o projeto Synco com a peculiar violência do processo.

## Referências bibliográficas

BEER, Stafford. **Cybernetics and Management**. London: The English Universities Press LTD, 1959.

BEER, Stafford. **The Brain of the firm**. New York: Willey Press, 1979.

BENANAV, Aaron. Como fazer um lápis: se a gente quiser, o capitalismo acaba. Tradução de Manoel Dourado Bastos e Guilherme Bernardi. **Digilabour**, 07 mar. 2021.

COCKSHOTT, Paul; COTTRELL, Allin. **Hacia um nuevo socialismo**. Nottingham, England: Spokesman, 1993.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. 4a. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

HAYEK, Friedrich A. O uso do Conhecimento na Sociedade. **MISES Revista Interdisciplinar de Direito e Economia**, v. 1, n. 1, p. 153-162, 2013.

LANGE, Oskar. **Ensaio sobre a planificação econômica**. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. *In*: TRASPADINI, Roberta e Stédile, João Pedro (orgs.). **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005a.

MARINI, Ruy Mauro. **O reformismo e a contrarrevolução: estudos sobre o Chile**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

MARINI, Ruy Mauro. Sobre a Dialética da Dependência. *In*: TRASPADINI, Roberta e Stédile, João Pedro (orgs.). **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005b.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Livro I: o processo de produção do capital. 2a. Ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MEDINA, Eden. **Cybernetic Revolutionaries: technology and politics in Allende's Chile**. USA: MIT Press, 2014.

MOROZOV, Evgeny. Socialismo digital? El debate sobre el cálculo económico en la era de los big data. **New Left Review**, n. 116/117, p. 35-74, 2019.

OSÓRIO, Jaime. Prefácio à Edição Brasileira. *In*: MARINI, Ruy Mauro. **O reformismo e a contrarrevolução: estudos sobre o Chile**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

PETERS, Benjamin. **How not to network a nation: an uneasy history of the soviet internet**. London: The MIT Press, 2017.

VON MISES, Ludwig. **O cálculo econômico em uma comunidade socialista**. São Paulo: LVM, 2017.

## **A Economia Política é uma arte de combate: uma crítica à “esportivização” acadêmica da Economia Política da Comunicação**

**Carlos Peres de FIGUEIREDO SOBRINHO<sup>1</sup>**

### **1. Queremos ser um esporte?**

Durante o congresso da Ulepicc de Londrina apresentei, no GT 6 de nome Teoria e Epistemologia da Economia Política da Comunicação, um resumo de título “A economia política da comunicação é um esporte de combate: pensamento crítico e luta epistemológica no pensamento Comunicacional”. Dei tal título ao resumo que originou este capítulo por três motivos: o primeiro é a forma anódina que a economia política da comunicação (EPC) tomou; o segundo é o meu fascínio pela prática de artes marciais, Muay Thai e Jiu-Jitsu, mais especificamente o Muay Thai, e por último, claramente o título desse texto é uma paráfrase ao famoso documentário “A Sociologia é um Esporte de Combate” (Carles, 2001) que mostra a ação de Pierre Bourdieu como intelectual público.

O título do documentário é instigante e chama a atenção de qualquer intelectual crítico, não apenas de sociólogos, mas de qualquer outra ciência social – incluindo a comunicação, considerada Ciência Social Aplicada. Entretanto, o documentário e a situação que geraram o título da película podem ser decepcionantes para alguns. E isso se dá por um simples motivo: a visão da ciência Social como um “esporte de combate” e não como uma “arte marcial”, uma técnica de combate. Inicialmente, no resumo, fiz uma comparação entre as diferentes técnicas de combate desarmado e métodos das ciências sociais. Assim como algumas disciplinas marciais podem apresentar características mais reativas ou uma predisposição maior para tomar a iniciativa da luta; os métodos nas ciências sociais poderiam apresentar características mais reformistas ou de “crítica impiedosa” e destruidora como aventado por Marx. Portanto, a Economia Política da Comunicação, que se apresenta como portadora do método materialista-histórico no campo da comunicação, deveria se colocar como um método de luta que

---

<sup>1</sup> Professor Permanente do Mestrado Profissional em Economia da Universidade Federal de Sergipe. Jornalista, mestre em Comunicação e doutor em Sociologia (UFPE). E-mail: carlospfs@gmail.com

toma a iniciativa da crítica para derrotar o adversário. O objetivo não seria realizar acordos teóricos ou pensar dentro de um realismo capitalista (Fisher, 2020), seja objetivando reformar o capitalismo ou aderindo ao neoliberalismo progressista (Fraser, 2018); mas sim pensar em alternativas para um mundo radicalmente diferente.

Decidi mudar o título dado ao resumo apresentado em Londrina, pois me apropriei de uma discussão travada no mundo das artes marciais: a crítica à esportivização. Bourdieu, talvez sem saber, ao utilizar o termo “esporte do combate” faz uma analogia com um debate antigo no mundo das lutas: tornar-se um esporte e aumentar a probabilidade de determinada técnica de combate ser mais respeitada e aceita socialmente – chegando até mesmo a fazer parte do programa olímpico, como o Judô – ou cultivar o ímpeto e agressividade originais e manter um altíssimo grau de eficiência em um confronto desarmado que visa anular o adversário. Aqui entram questões colocadas por dois diferentes autores: Michael Burawoy (2010) e John Holloway (2003).

Burawoy, na obra “O marxismo encontra Bourdieu”, apresenta aproximações e distanciamentos entre Bourdieu e a teoria marxista. Segundo o autor estadunidense, um dos pontos de atrito entre Bourdieu e o marxismo tinha origem no engajamento de intelectuais marxistas em questões políticas. O teórico francês mostrava certo incômodo com a ideia gramsciana de intelectual orgânico, principalmente quando acadêmicos procuravam exercer esse papel. Já Holloway, em curto texto, denuncia que o marxismo se domesticara na academia, perdendo sua conexão com as lutas sociais. Como mostrarei, o momento em que Bourdieu emprega o termo “esporte de combate” no documentário, mostra sua aversão ao envolvimento direto do acadêmico em lutas sociais, em tomar partido.

Ora, já que para Bourdieu a sociologia é um esporte de combate – e estendemos esse raciocínio para a comunicação -, o marxismo nas mais diferentes disciplinas, incluindo a EPC, não teria sido “civilizado”, “esportivizado”? Assim como os praticantes de “esportes de combates” passaram a se preocupar com as mudanças de faixas e campeonatos esportivos - cujo objetivo é marcar pontos e não anular o oponente -, em vez de aprender as técnicas mais eficazes para derrotar seus adversários; os marxistas acadêmicos não teriam passado a se preocupar primordialmente com certo carreirismo e com a “marcação de pontos” exigida pelas diferentes instâncias do trabalho docente?

Em uma disciplina que desde seus primórdios apresenta uma aversão maior aos paradigmas críticos que a existente em outras ciências sociais (Simpson, 2015), os representantes da EPC não podem acabar matizando o discurso na busca ingrata por serem aceitos?

Este ensaio mistura observações pessoais feitas durante toda minha vida acadêmica, inclusive em outras disciplinas e campos da comunicação pelos quais passei, e considerações teóricas. Tenho a pretensão de propor uma práxis acadêmica adequada ao método da Economia Política, assim como de fazer uma análise de conjuntura da EPC enquanto parte do campo da comunicação. A análise começa com uma análise do termo “esporte de combate” usado por Bourdieu. Em seguida, traçamos uma breve trajetória da Economia Política da Comunicação enquanto teoria crítica e seu papel como continuadora da luta epistemológica travada no interior do campo da comunicação desde sua consolidação. Terminada essa parte, defendemos que a EPC brasileira – assim como suas versões norte-americana e europeia – acabam por se juntar a outros paradigmas no que Mark Fisher (2020) chama “realismo capitalista” que pode ser entendido como a incapacidade de pensar saídas do capitalismo. Finalmente, termino a análise com uma analogia do campo da comunicação com a figura do Grande Hotel Abismo, proposta por Lukács (2000), insistindo ao contrário do autor húngaro, que o lugar do teórico crítico é perto do abismo.

## **2. O esporte de Bourdieu**

Logo no início do documentário, Bourdieu é filmado durante uma entrevista concedida a uma rádio estudantil. Em determinado ponto da conversa, um dos entrevistadores faz o seguinte questionamento a Bourdieu: “para que serve a desigualdade?”. A resposta de Bourdieu é curiosa, e é dela que se origina o título do documentário: “A Sociologia é um esporte de combate”. Em sua resposta, o intelectual francês fala sobre a reprodução social da desigualdade, e como existem permanências na sociedade, e não apenas mudanças. Entre estas permanências está a desigualdade, mantida através do capital econômico e do que Bourdieu chama capital cultural.

Os entrevistadores, então, insistem na pergunta. Não se sentem contemplados pela resposta de Bourdieu. E, neste momento do diálogo, fica evidente o desconforto de Bourdieu. O sociólogo francês responde dizendo que a pergunta é “um problema

metafísico, um problema que um sociólogo não deveria tomar posição”. No fim, Bourdieu descarta a questão “porque é politicamente importante. É política, não é ciência. Para questões científicas corretas, deve-se dispensar a política”. No final, Bourdieu diz o seguinte para explicar o papel da Sociologia: “Eu costumo dizer que a Sociologia é um esporte de combate [...]. Como esporte de combate é para se defender, não se deve usar para atacar”. Compreende-se, desta entrevista, que Bourdieu acreditava que a desigualdade deveria ser combatida. Entretanto, diante de determinadas permanências, forças sociais muito poderosas, a Sociologia deveria desvendar continuidades que reproduzem essas desigualdades, permitindo à sociedade frear sua reprodução.

A primeira crítica que se pode fazer a Bourdieu é que nem todo esporte de combate trabalha com a lógica do contra-ataque ou de esperar o adversário tomar a iniciativa. Como praticante de artes marciais, considero a analogia do Bourdieu capenga, pobre, até mesmo preguiçosa. Antes do Jiu-jitsu e do Muay Thai, pratiquei Judô e Caratê na adolescência. Pelo menos as duas artes marciais japonesas que conheço, assim como o Jiu-jitsu brasileiro, que é derivado do Judô, se baseiam na lógica da autodefesa. Toda a disciplina corporal imposta no aprendizado dessas artes, se baseia no contra-ataque, no caso do Caratê, e no uso da força do próprio adversário em seu desfavor, no caso do Judô. É comum, por exemplo, caratecas utilizarem golpes de encontro, aproveitando a velocidade e a voracidade com que o adversário avança tanto para imprimir potência ao contra-ataque quanto para explorar as brechas abertas em sua defesa. Talvez a analogia de Bourdieu esteja próxima desses esportes, mas mesmo essas artes permitem estilos mais agressivos e combativos em que o praticante toma a iniciativa das ações.

Muito diverso é o estilo de luta conhecido como Muay Thai ou Boxe Tailandês, o esporte das oito armas, chamado assim por permitir golpes contundentes com joelhos e cotovelos além de mãos e tibias. Apesar de permitir táticas mais conservadoras, baseadas na manutenção da distância e contra-ataques com golpes de encontro, o perfil paradigmático do Thai Boxer é o lutador que “caminha para frente” sem recuar. É aquele que domina o centro do ringue, buscando encurralar o adversário para, se possível, levá-lo para a posição de clinche. Diferente do boxe, em que o lutador busca o clinche para evitar ser golpeado, no Muay Thai essa posição é buscada para atacar o adversário com a máxima contundência possível através de cotoveladas e joelhadas, golpes



extremamente duros. Como o adversário pode golpear duramente, o Boxe Tailandês dispõe de um sistema de defesa em que todo o corpo é utilizado, mesmo as pernas. Dessa forma, mesmo defendendo, o Thai Boxer pode andar para frente, e buscar a aproximação, o clinche com o adversário. Essa pequena diferenciação entre a postura das diversas artes marciais é um preâmbulo para que eu possa refazer a analogia de Bourdieu entre sociologia e artes marciais, substituindo a sociologia pela Economia Política, mais especificamente a Economia Política da Comunicação.

Como exposto por Bolaño (1999), as artes marciais impõem uma disciplina corporal a seus praticantes, e são criações culturais, que assim como outros esportes são colonizados pela lógica capitalista, mas denunciar tal colonização esse é o objetivo do texto. Embora, a transformação de algumas artes marciais em esportes – principalmente para torná-los olímpicos - tenham contribuído para sua domesticação. Portanto, voltando à analogia entre Ciências Humanas e artes marciais, podemos dizer que as artes marciais, além de disciplinas corporais, são métodos de combate, de enfrentamento. Esses sistemas de combate podem ser unificados como no caso das disputas de Artes Marciais Mistas, transformando-se, nesse caso, em outro esporte. No caso das disciplinas de humanidades, uma mesma disciplina pode conter diversos métodos, disputando espaço no campo ou convivendo harmoniosamente.

A Crítica da Economia Política, inaugurada por Marx e Engels, apesar de estar presente enquanto marco teórico nas mais diversas disciplinas humanas, possui um método próprio, o materialismo-histórico. Queremos chamar atenção para o fato de o nome da disciplina já carrega um sentido de disputa e antagonismo, explícito no termo *Crítica*. Outro ponto é que a Economia Política em sua versão crítica tem uma intenção política. “Os filósofos têm apenas interpretado o mundo de maneiras diferentes; a questão, porém, é *transformá-lo*”. É o que defende Marx na Tese 11 das Teses sobre Feurbach. Não há a separação entre questões políticas e científicas que Bourdieu defende em sua resposta sobre para que serve a desigualdade. Poderíamos, então, dizer então que há duas lutas na *práxis* da Economia Política: a luta epistemológica, nos termos Bolaño (2015), e a luta política pela transformação da sociedade? Não, pois o próprio Bolaño defende que a luta epistemológica é uma luta política, uma disputa pela orientação da *práxis* a partir da teoria.

Fica claro, então, que apesar de a Economia Política da Comunicação analisar objetos caros a outras vertentes teóricas do campo da comunicação como o jornalismo, as plataformas digitais, a cultura de fãs, comunicação de movimentos sociais, a televisão, políticas públicas etc., estará, em algum momento, em confronto epistemológico com estes subcampos da comunicação, mesmo aqueles considerados críticos. Podemos partilhar métodos de análise e coleta de dados<sup>2</sup>, *insights* e, até mesmo, oferecer apoio mútuo como o que acontece no que se convencionou chamar campo crítico<sup>3</sup>, mas chegará um momento em que tanto teoricamente quanto metodologicamente a EPC entrará em choque com outros subcampos. Longe de ser negativo, isso é profícuo para a própria comunicação enquanto disciplina. Um exemplo do qual trato no texto é a relação entre Políticas da Comunicação e EPC. Estamos na mesma associação acadêmica, publicamos nos mesmos periódicos e coletâneas, mas tendo em mente que políticas públicas são acordos entre sociedade civil e capital ou trabalho e capital, ambos mediados pelo Estado, uma derivação lógica do capital. Logo as políticas públicas não podem ser encaradas por marxistas como a solução definitiva para os problemas causados pelo capitalismo no âmbito comunicacional.

Refazendo a analogia colocada por Bourdieu, defendo que a Economia Política e, mais especificamente, a Economia Política da Comunicação é uma técnica de combate<sup>4</sup>. Mas o combatente, devido à disciplina mental imposta pelo método, não adota um sistema de luta reativo, de autodefesa. Assim como o Thai Boxer, o analista sempre caminha para a frente mesmo quando está se defendendo. Ainda que possa fazer recuos táticos e conjunturais como defender políticas regulatórias para os sistemas de comunicação, por exemplo, não é esse seu objetivo final, e reconhece a necessidade de prescrutar a conjuntura para entender se é possível ou não defender tal estratégia.

---

<sup>2</sup> Métodos de análise e coleta de dados são algo bem diverso de métodos de pesquisa, que estão relacionados à lógica da pesquisa, a forma como o pesquisador encara o objeto e a realidade que analisa.

<sup>3</sup> A Economia Política da comunicação faz parte do que poderíamos chamar campo crítico da comunicação, um espaço de atuação construído e partilhado cuja união é baseada mais em afiliações políticas dos integrantes do campo do que em proximidades metodológicas e teóricas. Voltarei a esse ponto mais adiante.

<sup>4</sup> Não quero, dessa forma, defender que a Sociologia não é um esporte de combate. Enquanto comunicólogo e marxista defendo que a Economia Política da Comunicação seja encarada por seus praticantes como uma disciplina do combate, do confronto, e não apenas um contra-ataque à apropriação do cotidiano e do imaginário através das mediações construídas pela Indústria Cultural ou, pior, um signo de status acadêmico.

Nesse momento histórico de crise do capital, temos de repensar nossa relação com o método, pois tal ato é repensar a própria razão da nossa existência no campo da comunicação. Qual a razão da existência de uma Crítica da Economia Política da Comunicação que não faz a devida crítica a outras vertentes teóricas, que apesar de não confessarem, possuem raízes epistemológicas fortemente fincadas no solo do credo liberal?

A segunda crítica é o uso da palavra esporte. Como indicado anteriormente, há um debate entre os praticantes das artes marciais acerca dos limites da transformação de uma arte marcial em esporte, e o que se ganha e se perde com esse movimento. Reconheço que a transformação em esporte no mundo das artes marciais é um caminho sem retorno e até mesmo necessário. Tal movimento foi parte do processo modernizador japonês na Era Meiji, por exemplo, e do processo da construção da identidade nacional no Japão (COELHO et al, 2019; MARTINS e KANASHIRO, 2010). O judô é o caso paradigmático e de maior sucesso da influência do processo civilizador na transformação de técnicas de combate desarmado em esportes de combate.

O judô foi sistematizado durante a Era Meiji por Jigoro Kano, originado do Jujutsu, reunião de técnicas de combate desarmado que faziam parte do Bujutsu, “conjunto de disciplinas marciais que podiam ser treinadas apenas pelos bushi ou samurais visando seu uso em batalha” (Martins; Kanashiro, 2010, p. 643). A restauração Meiji foi um processo de reunificação central do governo japonês no Século XIX, anteriormente na mão de senhores feudais liderados por um líder militar chamado Xogun. O componente militar na sociedade japonesa era fortíssimo, sendo os samurais, guerreiros que compunham os exércitos desses senhores, uma casta poderosíssima na organização social do Japão feudal. A restauração Meiji desmantela o Xogunato e substitui os exércitos pessoais de cada senhor feudal por um exército nacional de caráter profissional. Os samurais perdem os privilégios de sua casta sendo proibidos, inclusive, de portar espadas, a arma usada por esse grupo e também símbolo de distinção.

Nesse processo, Jigoro Kano, conhecedor de esportes ocidentais se apropria do conhecimento sobre jujutsu, e dos códigos de conduta samurai, o bushido, adaptando-os para uma prática voltada para ascese corporal e fins educativos (KASSAB, 2013). O bushido passa a se chamar budô, “filosofia das artes japonesas que possuem o caminho marcial como via de ascese e educação” (MARTINS e KANASHIRO, 2010, p.642). O

conjunto de técnicas que faziam parte do Bujutsu perdem o seu sentido de existir com a modernização do Japão e sua abertura para o mundo frente às novas técnicas de batalha utilizadas pelas potências ocidentais. O processo de transformação em esporte incluiu a eliminação ou adaptação de técnicas letais, que não faziam mais sentido no novo contexto social e militar japonês.

A criação do judô serviu de paradigma para o surgimento de outras artes marciais como o Kendo, Kyudo, Iaido, Karate e Aikido, e pode ser encarado como um grande processo de criatividade cultural nos moldes colocados por Furtado (2008). Kano não apenas retirou golpes letais e traumáticos que eram parte do Jujutsu, mas codificou regras e pontuação de lutas, além de criar um sistema de progressão começando pela faixa branca, passando por faixas coloridas, até a faixa preta, exclusiva dos mestres. O judô e outras artes, com seu código de conduta de autodefesa, são consideradas um legado cultural do Japão, além de fazer o ocidente encarar positivamente o legado cultural dos samurais, excluindo os aspectos violentos e resquícios de dominação de casta. Contudo, há críticas à profundidade desse processo, uma vez que até mesmo o caráter de defesa pessoal de determinadas artes vai sendo diluído pelo caráter esportivo, que transforma o treinamento para combate em um “jogo” de marcar pontos, diminuindo a capacidade dos praticantes de se defender em um combate real.

Entretanto, um discípulo de Jigoro Kano chamado Mitsuyo Maeda ou Conde Koma, chega ao Brasil para difundir o Judô e acaba ensinando algumas técnicas do Jujutsu a brasileiros. Duas famílias radicadas no Rio de Janeiro difundirão essas técnicas sob o guarda-chuva de uma arte que chamaram Jiu-Jitsu - mais tarde chamada Jiu-Jitsu Brasileiro -: a família Gracie, mais famosa, e a família Fadda. O patriarca da família Gracie, Hélio Gracie, insistia em dizer que o objetivo do Jiu-jitsu era a defesa pessoal para possibilitar que um lutador frágil conseguisse vencer um oponente mais forte<sup>5</sup>. Na verdade, o jiu-jitsu brasileiro foi responsável por manter técnicas do Jujutsu descartadas por Jigoro Kano e aperfeiçoar técnicas existentes no próprio judô (AWI, 2012). O Jiu-jitsu também foi responsável pela preservação de técnicas de solo retiradas ou minimizadas

---

<sup>5</sup> O próprio Jiu-Jitsu acabou trilhando o caminho da esportivização. O desenvolvimento técnico da luta culminou no desenvolvimento de técnicas cada vez mais elaboradas e, segundo alguns praticantes, desconectadas da situação de combate real. Outro ponto que contribuiu para o processo foi a profissionalização do esporte e sua institucionalização.

pelo Judô, que resolveu focar nas projeções, talvez pela plasticidade dos golpes e para facilitar o entendimento dos confrontos pelo público.

É inegável o exercício de criatividade cultural japonês ao transformar técnicas de combate voltadas para técnicas de educação corporal e moral. É um movimento positivo que, claro, carrega contradições, visto que a esportivização acarreta transformação ou desaparecimento de determinadas técnicas. O uso do termo “esporte de combate” pode ser infeliz para o praticante de suas vertentes críticas, pois pode significar uma suavização causada por institucionalização. Raciocínio que vai ao encontro do que Holloway (2003) denuncia. Para o britânico, o marxismo está cada vez mais desacreditado enquanto teoria da luta e não apenas pelos grandes meios de comunicação e universidade, mas pelos próprios marxistas acadêmicos e movimentos sociais. Para Holloway, a estatização do Marxismo pela URSS e países da Europa Oriental, que fizeram do marxismo ideologia oficial do Estado, transformou a luta contra o totalitarismo não em uma luta contra o Estado a partir de um “marxismo mais verdadeiro”, mas em uma luta contra o próprio marxismo. A entrada do Marxismo nas universidades acabou também por redundar em um processo de institucionalização muito parecido com a esportivização das artes marciais.

Mas não foi apenas no Oriente que a estatização do marxismo levou à sua rejeição. Também no Ocidente, a onda do marxismo nas universidades no final da década de 1960 e no início da década de 1970 levou, em certa medida, à sua dessecação. Trazida para as universidades numa onda de luta da classe trabalhadora, a teoria marxista tendeu a ser sugada pela separação geral entre teoria e prática que caracteriza a universidade como uma instituição. À medida que a onda de luta, que forneceu a base do marxismo, diminuiu, muitos acadêmicos marxistas abandonaram completamente o marxismo; pior ainda, talvez, muitos não o fizeram, mas carregaram consigo o seu Marxismo à medida que se adaptavam às estruturas institucionais e às pressões profissionais da universidade. Muitas vezes isto não é o resultado de uma escolha consciente, mas antes o resultado da dinâmica da não escolha; o trabalho na universidade tem uma dinâmica própria que tende constantemente a separar o trabalho teórico de qualquer base política (Holloway, 2003, p. 15-16)

A preocupação de Holloway é justificada. A “esportivização” da Economia Política da Comunicação nas universidades leva a uma espécie de autocensura<sup>6</sup> de seus praticantes que precisam analisar os fenômenos comunicacionais dando relevo ao “lado

---

<sup>6</sup> Muitas vezes não se trata de autocensura, mas de posição política.

positivo” ou propondo “soluções” que envolvem um pensamento reformista em relação ao sistema capitalista. Como pontua Mills (1959), o julgamento de uma teoria pelo seu grau de otimismo é um julgamento moral. Esse tipo de moralismo, como veremos, reside no nascimento da disciplina comunicação, e levado à frente até o momento apesar de profundas transformações teóricas. Dado o tamanho diminuto do campo teórico da comunicação, é normal que censuras sejam feitas em pareceres de artigos, pontos de concursos para cargos e por outros mecanismos institucionais, e podemos acabar por nos anteciparmos a tais situações.

Outro ponto envolvendo a esportivização da EPC é como a “política acadêmica” é realizada dentro do subcampo. Fazemos uma política em que procuramos nos fortalecer buscando alianças com outros grupos teóricos mais poderosos, o que pode redundar também em uma autocensura involuntária dada as susceptibilidades do *homo academicus*. Oferecemos espaços que poderiam ser dados a possíveis novas lideranças – cuja formação devido à organização do campo é difícil - e a EPC enquanto o campo ganha muito pouco em troca. Essa prática, como eu disse antes, afeta a luta epistemológica que deveria estar entre nossas tarefas, pois como diz Marx, a luta é também teórica.

Em luta contra ela, a crítica não é uma paixão da cabeça, mas a cabeça da paixão. Não é um bisturi, mas uma arma. Seu objeto é seu inimigo, que ela quer não refutar, mas *destruir*. Pois o espírito de tal situação já está refutado. Ela não constitui, em si e para si, um objeto memorável, mas sim uma existência tão desprezível como desprezada. A crítica para si não necessita de ulterior elucidação desse objeto, porque já o compreendeu. Ela não se apresenta mais como fim em si, mas apenas como *meio*. Seu pathos essencial é a *indignação*, seu trabalho essencial, a *denúncia*. (Marx, 2013, p. 153)

Em carta a Ruge, Marx (1843) lembra que a teoria crítica que começava a elaborar deveria realizar a “crítica implacável de tudo o que existe, implacável tanto no sentido de não termos medo dos resultados a que chegamos e no sentido de ter igualmente pouco medo de conflito com os poderes constituídos”. Não cabe a uma teoria crítica chegar a um acordo com o que já existe ou com aquilo que é escrito para legitimar o já existente. Na verdade, tal postura é uma degeneração de qualquer teoria que se coloca como crítica no sentido dado por Marx, pois como o próprio aponta “[A] crítica que se ocupa desse conteúdo é a crítica num combate *corpo a corpo*, e nele não

importa se o adversário é nobre, bem nascido, se é um adversário interessante – o que importa é *atingi-lo*” (Marx, 2013, p. 154).

### **3. Teoria Crítica da Comunicação e Luta Epistemológica**

Ao analisarmos a história da institucionalização do campo crítico da comunicação é possível defendermos a existência de uma continuidade entre a contenda iniciada nos EUA - envolvendo as teorias administrativa e crítica da comunicação - e as disputas teóricas latino-americanas entre as teorias pós-modernas e críticas da comunicação contemporâneas. Há relações de sangue entre as disputas iniciadas nos estudos sobre comunicação de massa no interior do *Radio Project* na Universidade de Princeton em Nova York, liderado pelo sociólogo austríaco Paul Lazarsfeld, e o desenvolvimento do campo comunicacional latino-americano. A cisão teórica entre a *Mass Communication Research* e a Teoria Crítica dentro deste projeto em Princeton não é uma contenda menor, mas fundante na configuração do campo da comunicação e da luta epistemológica existente em seu interior.

A partir dessa divisão, ocorre a conformação das disputas teóricas no campo da comunicação latino-americano que inicialmente se constituía a partir do embate entre as teorias da comunicação para o desenvolvimento – cujos estudiosos eram financiados pelas agências de inteligência norte-americanas no contexto da Guerra Fria - e as teorias da dependência cultural que surgem como uma reação a esse quadro teórico. A partir daí, como reação às limitações teóricas das teorias da dependência cultural surgem duas alternativas que possuem o conceito de mediação como centro, ainda quem em diferentes níveis de abstração: os Estudos Culturais Latino-Americanos e a Economia Política da Comunicação, inaugurada no continente pelos estudos de César Bolaño (Bastos, 2019).

A consolidação do campo acadêmico da comunicação se dá no mesmo contexto do surgimento da Indústria Cultural cujo nascimento é possível apenas com a ascensão do capitalismo monopolista. Dessa forma, as primeiras pesquisas produzidas no campo serão voltadas para a propaganda e para a publicidade, as duas funções da indústria cultural cumpridas pela Indústria Cultural para o funcionamento do sistema capitalista (Bolaño, 2000).

De um lado, Lazarsfeld irá conduzir pesquisas não apenas voltadas para a propaganda política, mas também estudos que envolvem consumo. A influência do autor austríaco nos campos da comunicação e na sociologia foi enorme, principalmente pelas inovações referentes a métodos quantitativos de coleta de dados. Já Adorno e Horkheimer (2006) inauguraram os estudos críticos em comunicação com o livro *Dialética do Esclarecimento*, publicado em 1947. A obra é uma crítica à derrocada do projeto iluminista que desemboca em um mundo administrado. No capítulo “Indústria Cultural: o Iluminismo como mistificação das massas” os autores inauguram o campo crítico dos Estudos em Comunicação ainda que este não seja o único ou principal objeto de pesquisa dos teóricos.

O campo crítico sempre foi considerado marginal na pesquisa em comunicação, e encontra extrema dificuldade em se institucionalizar nos cursos de graduação e programas de pós-graduação tanto na América Latina como em países do norte global como aponta McChesney (2004, 2008). A EPC encontra espaço em alguns momentos de questionamento do sistema como durante as décadas de 1960 e 1970 no norte global (McChesney, 2008) e na América Latina durante o processo de redemocratização dos países do continente na década de 1980. Isso se dá porque o campo da comunicação desde sua origem é voltado para a defesa do modo de produção capitalista e treinamento de profissionais capacitados para atuar na indústria cultural para que esta exerça as funções publicidade, propaganda e programa. Em sua origem norte-americana, os estudos de comunicação eram direcionados para a propaganda de guerra - financiados pelas agências de inteligência norte-americanas - ou para os estudos de audiência encomendados por empresas de comunicação ou anunciantes como no caso do *Radio Project* em Princeton.

Com o esgotamento dos estudos sobre guerra psicológica e propaganda de guerra, os mesmos pesquisadores envolvidos nestes projetos propõem estudos voltados para a comunicação como desenvolvimento para serem aplicados nos países subdesenvolvidos. O objetivo era evitar que a população desses países aderisse a projetos políticos de esquerda. Essas teorias continuarão sendo financiadas pelo governo norte-americano e estarão no cerne da implantação da revolução verde na América Latina como demonstram Herrera-Jaramillo e Bolaño (2019). O paradigma da “comunicação enquanto poder” da Sociologia Funcionalista da comunicação



gradativamente dá lugar à “comunicação enquanto consumo” (SIMPSON, 2015). Podemos dizer, ainda, na leitura de Mattellart (1994), que a pesquisa em comunicação passa da Guerra para o Progresso (Desenvolvimento) até chegar na Cultura.

Dessa forma, o caminho até a “comunicação enquanto consumo” só pode ser entendido pelas mudanças sofridas pelos Estudos Culturais tanto britânicos quanto Latino-americanos, que passam da tradição ligada ao campo crítico para o campo pós-moderno. A partir desse momento, o campo hegemônico da comunicação pode ser dividido entre o campo pós-moderno – enredado no que Nancy Fraser (2018) chama neoliberalismo progressista – e os estudos voltados para a tecnologia e que adotam teorias tecnodeterministas inspiradas na ideia de sociedade pós-industrial (BELL, 1977).

A teoria crítica de Frankfurt é tratada como elitista e catastrófica, pois não deixaria saída para uma nova utopia; além de, ao criticar duramente a Indústria Cultural, ser acusada de dissolver o objeto que a disciplina deveria estudar. O espaço não nos permite mostrar a parcialidade e injustiça do campo teórico da comunicação com os teóricos da Escola de Frankfurt<sup>7</sup>, mas os teóricos críticos – incluindo os ligados à EPC – são acusados de “delitos” semelhantes. A hegemonia do paradigma funcionalista foi substituída pelo domínio dos estudos culturais sejam aqueles de origem anglófona – surgido a partir da tradição crítica dos estudos culturais britânicos - ou latino-americana que, com o passar do tempo, passaram a uma celebração do caráter progressista do consumo e do poder das audiências.

A crítica ao “pessimismo” frankfurtiano muitas vezes redundante no que Mills chama moralismo alegre. Não se julga uma teoria por apresentar um “programa construtivo”, pois “o mundo que tentamos compreender nem sempre nos torna politicamente esperançosos e moralmente complacentes, o que significa que os cientistas sociais por vezes têm dificuldade em bancar o idiota alegre” (Mills, 1959, 78). Os últimos acontecimentos envolvendo os meios de comunicação – cobertura da Lava-Jato pelo jornalismo brasileiro, ascensão da extrema-direita, domínio das plataformas monopolistas de comunicação - sejam aqueles “de massa”, sejam os chamados “digitais” pedem uma crítica fundamentada, e deveriam ensejar a revisão de muita coisa

---

<sup>7</sup> A invasão do nosso tempo livre pela publicidade e propaganda, a volta de fenômenos políticos de caráter fascista etc., o domínio das métricas na circulação de música mostram a originalidade e acerto de vários pontos da análise frankfurtiana. Para uma abordagem mais equilibrada sobre a importância dos teóricos da Escola de Frankfurt para os estudos de comunicação ver Rüdiger (2004).

que vem sendo escrita no campo teórico da comunicação pelo menos desde a década de 1990.

#### **4. Superar a nostalgia do fordismo e o neoliberalismo progressista**

Uma das grandes dificuldades de um paradigma crítico se impor no campo da comunicação está na origem da disciplina e de seu “inconsciente ideológico”. A crítica tem um limite claro, e as soluções devem ser procuradas no interior do próprio sistema capitalista. A radicalidade é um tabu. Outra comunicação é possível? Na verdade, geralmente trata-se de um *slogan* para pedir que o Estado resolva via regulamentação, problemas que o próprio Estado não reúne mais condições de solucionar.

O campo da comunicação teoriza dentro do que Mike Fisher chama realismo capitalista (2020). Trazendo o raciocínio de Fisher para nossos problemas teóricos, podemos dizer que o pesquisador de comunicação não consegue vislumbrar a produção de cultura fora do sistema capitalista ou alguma mudança que não seja via reformismo estatal. Dessa forma, podemos dividir os estudos de comunicação em três vertentes no que diz respeito às soluções propostas: nostalgia do fordismo, neoliberalismo progressista e a tecnofilia pós-industrial, esses dois últimos praticamente caminham de mãos dadas.

O neoliberalismo progressista (Fraser, 2018) surge da captura de pautas surgidas durante as décadas de 1960 e 1970, principalmente aquelas ligadas à raça e gênero, pelas forças de mercado. Como Fraser (2018, p.46) coloca, o neoliberalismo progressista é fruto da união de “por um lado, as principais correntes liberais dos novos movimentos sociais (feminismo, antirracismo, multiculturalismo, ambientalismo e direitos LGBTQ); por outro lado, os setores mais dinâmicos, de alto nível “simbólico” e financeiro da economia dos EUA (Wall Street, Vale do Silício e Hollywood)”. Essa união resultou – pelo menos nos EUA – em um bloco hegemônico que teria durado até a eleição de Donald Trump combinando “um programa econômico expropriativo e plutocrático com uma política liberal-meritocrática de reconhecimento. O componente distributivo deste amálgama era neoliberal.” (Fraser, 2018, p.46)

Há fortes afinidades eletivas entre o neoliberalismo progressista e a virada teórica dos Estudos Culturais Britânicos (Hall, 2009) em direção a teorias pós-estruturalistas que influenciou os Estudos Culturais norte-americanos e Latino-

americanos. Apesar da política de reconhecimento dos Estudos Culturais não ser tão liberal e meritocrática quanto a proposta pelo antigo bloco hegemônico estadunidense, alguns conceitos como audiência ativa, hibridismo cultural e mesmo a visão de consumo como algo em disputa, ignoram a estrutura de poder na qual a negociação entre a audiência e significados acontece. Nesse paradigma teórico, o indivíduo possui grande liberdade e poder de agência para reinterpretar os significados dos produtos das indústrias culturais. Bem, os eleitores de Trump e Bolsonaro que invadiram o Capitólio e a Praça dos Três Poderes baseados em desinformação também eram bem ativos. Não podemos negar.

A proposta da tecnofilia pós-industrial tem origem nas teorias pós-industrialistas que propunham que o conhecimento substituiria o trabalho em importância no processo produtivo. O papel do conhecimento no processo produtivo é conhecido desde as teorizações de Marx no primeiro livro d'O Capital. A maquinaria industrial nada mais é que a incorporação do conhecimento do trabalhador à maquinaria, processo que Marx (2013) chama subsunção real do trabalho, e a ciência possui importante papel nesse processo. A questão é que esses autores consideraram que o advento da Internet e da convergência tecnológica trariam uma liberdade comunicativa e democratização sem precedentes. Dada a conjuntura em que vivemos contemporaneamente, não é preciso muito esforço para perceber que essa ideia envelheceu mal. O estado falimentar das empresas de jornalismo, a precarização e perda de prestígio da profissão são provas de que determinadas ilusões devem ser abandonadas.

Por último, resenharei uma tendência presente principalmente no chamado campo crítico da comunicação: a Nostalgia do Fordismo. Retirei o termo do título de um livro do sociólogo Ruy Braga (2003). Na obra, Braga dissecou as obras dos teóricos da chamada Escola Francesa da Regulação mostrando como ao tentar resolver a crise do modo de regulação fordista quando chamados a trabalhar no governo de esquerda de François Mitterrand, esses estudiosos acabam por construir soluções que passavam pela mediação do Estado para manter a existência da sociedade salarial dos 30 anos gloriosos do Pós-Guerra. Braga, corretamente, critica os membros da escola francesa por ignorarem completamente as lutas de classe, inclusive na formação do acordo entre capital e trabalho mediado pelo Estado, que para os regulacionistas acaba ganhando um caráter supraclassista, acima das disputas de classe.

Braga se pergunta “qual a vantagem em se apostar no projeto revolucionário quando a integração dos assalariados é capaz de produzir progressos tanto para o capital quanto para os trabalhadores?”. Adaptando a questão de Braga podemos formular o seguinte questionamento “qual a vantagem de questionar a abolição da propriedade privada dos meios de comunicação se podemos regular o ambiente comunicacional para impedir desordens comunicacionais?”. Apesar de sua importância, a regulação das plataformas e meios de comunicação não é capaz de colocar um ponto final no problema. O acordo fordista, que resultou em regulações como as que existiam nos sistemas de comunicação nacionais dos países desenvolvidos, durou até suas contradições se manifestarem. O coração do enfrentamento de uma política radical para a comunicação não se dá nos modelos de negócio e regulação das plataformas. O caminho para uma política comunicativa radical é construir estruturas que permitam a realização de novas mediações, de natureza contra-hegemônica, pelos trabalhadores da comunicação.

Essa nostalgia de um tempo dourado (que nunca existiu) em que um Estado supraclassista mediava os conflitos entre classes é um vício presente também em grande parte da Economia Política da Comunicação Anglófona. McChesney (2004), ao resenhar o estado lamentável da EPC nos EUA, defende a importância da Economia Política para informar acadêmicos sobre como melhorar o sistema de comunicação existente. O curioso é que McChesney separa as conclusões alcançadas através do método materialista-histórico de conclusões consideradas de esquerda. “Economia política parece ser outro nome para fazer análise materialista histórica, e o materialismo histórico está intimamente associado ao marxismo. Mas não há nada no materialismo histórico que conduza necessariamente a conclusões de esquerda” (McChesney, 2004, p. 46). O teórico também tranquiliza quem associa a EPC à crítica do capitalismo. “[P]arece que o antagonismo ao capitalismo é um pré-requisito para ser um acadêmico crítico dos EUA. No entanto, na medida em que um chamado acadêmico crítico defende políticos, causas ou instituições de esquerda, esta é uma crítica válida, e tal pessoa não é um acadêmico crítico assim como um defensor irrefletido dos interesses dos negócios também não é”. (McChesney, 200, p. 46).

O reformismo e a insistência da colocação do Estado como mediador dos conflitos classistas também é uma posição apreciada por Mosco (2009) ao tratar da

regulação em seu clássico manual de introdução à Economia Política da Comunicação. A EPC britânica também possui grande apreço pela presença do Estado, principalmente devido à existência da BBC, um serviço público de comunicação de alta qualidade. Mas, em um país como o Brasil, onde a regulação das comunicações nunca passou de uma promessa contida na Constituição de 1988, talvez deveríamos pensar diferente de quem olha com nostalgia para um passado vivido, e apontar soluções em vez de sentir saudades do que não vivemos.

## **5. Olhando para o abismo para construir uma imaginação radical**

É muito comum os detratores da Escola de Frankfurt utilizarem um trecho do prefácio escrito por Lukács na ocasião do relançamento do seu livro Teoria do Romance. “Uma parte considerável da nata da inteligência alemã, inclusive Adorno, alojou-se no ‘Grande Hotel Abismo’ - como escrevi por ocasião de uma crítica a Schopenhauer -, um ‘belo hotel, provido de todo conforto, à beira do abismo, do nada, do absurdo’”. (Lukács, 2000, p.18). Considero que todos nós – integrantes do campo da comunicação - habitamos o Grande Hotel Abismo. Mas penso em uma arquitetura diferente da imaginada por Lukács.

O Grande Hotel Abismo seria um palacete imponente em que os pesquisadores das correntes hegemônicas do campo ocupam os quartos da frente cuidando da fachada e mostrando aos visitantes as maravilhas e suntuosidade do prédio. Nós – os integrantes do campo crítico – estamos nos quartos dos fundos, úmidos e não tão luxuosos, que dão para um abismo cujo fim não podemos vislumbrar. Na verdade, esse prédio com problemas estruturais está perto de cair. Aqueles relegados aos quartos dos fundos devem ajudar na elaboração de um projeto de construção de uma ponte para o outro lado. O abismo - em mundo administrado pela lógica do valor de troca – se apresenta cotidianamente. A questão é que quem olha para o abismo pode ter uma ingrata surpresa quando o abismo olhar de volta - parafraseando Nietzsche -, pois há o risco de se descobrir parte do problema.

O que proponho para o subcampo da economia política da comunicação é a elaboração do que chamo imaginação radical. O termo é influenciado pela ideia de que a teoria crítica da sociedade deve ser radical e pelo conceito de imaginação sociológica de Charles W. Mills. “Ser radical” – como defende Marx - “é agarrar a coisa pela raiz”

(MARX, 2013, p.157). Ou seja, é compreender que a partir do advento do capitalismo monopolista, a Indústria Cultural surge para realizar as mediações entre mercado e consumidores de um lado – função publicidade – e Estado e cidadãos de outro – função propaganda. E, para que essas mediações possam ser realizadas, a Indústria Cultural precisa trazer elementos do mundo cotidiano, como a cultura popular, para a estrutura mediadora, transformando públicos em audiências (BOLAÑO, 2000). Por último, essas mediações são fruto do trabalho de uma série de trabalhadores como jornalistas, publicitários, radialistas, músicos etc. A ideia de imaginação sociológica proposta por Mills também é de suma importância para minha proposta.

A imaginação sociológica permite ao seu possuidor compreender o cenário histórico mais amplo em termos do seu significado para a vida interior e a carreira externa de uma variedade de indivíduos. Permite-lhe ter em conta como os indivíduos, na confusão da sua experiência cotidiana, muitas vezes se tornam falsamente conscientes das suas posições sociais. Dentro dessa confusão, busca-se a estrutura da sociedade moderna e, dentro dessa estrutura, são formuladas as psicologias de uma variedade de homens e mulheres. Desta forma, o desconforto pessoal dos indivíduos concentra-se em problemas explícitos e a indiferença do público é transformada em envolvimento com questões públicas. (Mills, 1959, p.5)

Por que pessoas acreditam na distribuição governamental de mamadeiras em forma de pênis ou que a vacina contra a Covid-19 pode matá-las? Por que motivos o número de passalhos aumenta a cada ano? Por que empresas de comunicação encontram dificuldade em manter suas portas abertas? Por que a cobertura jornalística dos grandes conglomerados de comunicação defende determinadas políticas econômicas em detrimento de outras? É a Economia Política da Comunicação que tem a resposta para esses problemas.

Compreendendo a raiz desses problemas é que os trabalhadores da comunicação podem passar a se enxergar como trabalhadores, como uma classe para si. E é a partir desse ponto que podem começar a surgir as soluções com o nascimento de um processo criativo de classe, assim como aquele descrito por Furtado (2008) quando relata o processo que levou a burguesia ao poder. Burguesia que conseguiu levar à frente as revoluções científica, industrial e política, e criou a Indústria Cultural. Por que se apropriar das instituições burguesas em vez de sermos criativos e criar novas?

Em outro lugar, propus (Figueiredo Sobrinho, 2018) que os jornalistas poderiam produzir um trabalho emancipado e emancipador fora dos meios de comunicação hegemônicos. Esse movimento passaria pela apropriação de novas tecnologias (Bolaño, Páez, Herrera-Jaramillo, 2017) que derrubam as barreiras de entrada para a criação de novos projetos jornalísticos, mas, para isso, os trabalhadores da notícia precisariam se enxergar como classe trabalhadora. A imaginação radical permitiria ao trabalhador da comunicação entender a causa dos fenômenos comunicacionais se apresentarem da forma que se apresentam no modo de produção capitalista e relacionar esse conhecimento ao seu lugar no mundo enquanto trabalhador para, a partir daí, exercer uma criatividade de classe.

Nossa tarefa é alimentar a imaginação radical partindo de um lugar aparentemente desvantajoso: os quartos dos fundos do Grande Hotel Abismo. É um local para quem tem coragem de olhar para o abismo e procurar a raiz dos problemas que atormentam nossas pesquisas. Voltando ao inicialmente criticado Bourdieu, o autor francês defende que os atos de subversão epistemológica (BOURDIEU, 1983) são realizados por aqueles que se encontram na periferia do campo científica ou nos piores cômodos do Grande Hotel Abismo.

### **Referências bibliográficas**

- ADORNO, Theodor. **Palavras e Sinais**. Modelos Críticos 2. Petrópolis/RJ: Vozes, 1995.
- ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **A dialética do esclarecimento**. Fragmentos filosóficos. São Paulo: Zahar, 2006.
- AWI, Filipe. **Filho teu não fuge à luta**. Como os lutadores brasileiros transformaram o MMA em fenômeno mundial. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2012.
- BASTOS, Manoel Dourado. Indústria Cultural e capitalismo tardio: origens da Economia Política da Comunicação no Brasil em Mercado Brasileiro de Televisão. **Chasqui: Revista Latinoamericana de Comunicación**, n. 142, p. 187-202, 2019.
- BELL, Daniel. **O Advento da sociedade pós-industrial**. São Paulo: Cultrix, 1977
- BOLAÑO, César. A capoeira e as artes marciais orientais. **Candeeiro**, Aracaju, v. 3, p. 51-56, 1999.
- BOLAÑO, César. **Campo Aberto**. Para a Crítica da Epistemologia da Comunicação. Aracaju: Edise, 2015
- BOLAÑO, César. **Indústria Cultural, Informação e Capitalismo**. São Paulo: Hucitec, 2000.
- BOLAÑO, César; PÁEZ, Ángel; HERRERA-JARAMILLO, Mauricio. Mediación, subsunción y apropiación social. Contribución al diálogo entre estudios culturales, economía política y comunicación. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, v. 13, n. 24, 2017.

- BOURDIEU, Pierre. O Campo Científico. In: ORTIZ, R. (Org). **Bourdieu**. Rio de Janeiro: Ática, 1983. p. 122-155.
- BRAGA, Ruy. **A nostalgia do fordismo**: modernização e crise da sociedade salarial. São Paulo: Xamã, 2003
- BURAWOY, Michael. **O marxismo encontra Bourdieu**. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.
- CARLES, Pierre. **A sociologia é um esporte de combate**. França, CP Production VF Films, v. 149, 2001.
- COELHO, Milton de Souza. et al. Caminhos do espírito samurai no karatê shotokan. **Motrivência**, v. 31, n. 57, 2019.
- FISHER, Mike. **Realismo Capitalista**: É mais fácil imaginar o fim do mundo que o fim do capitalismo? São Paulo: Autonomia Literária, 2020.
- FRASER, Nancy. Do neoliberalismo progressista a Trump e além. **Política & Sociedade**, v. 17, n. 40, p. 43-64, 2018.
- FURTADO, Celso. **Criatividade e dependência na civilização industrial**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- HALL, Stuart. Estudos Culturais: Dois Paradigmas. In: SOVIK, Liv (Org). **Da Diáspora. Identidades e Mediações Culturais**. Belo Horizonte: UFMG, 2009. pp. 131-159.
- HERRERA-JARAMILLO, Mauricio; BOLAÑO, Cesar. Modos de vida, conocimiento y capitalismo en perspectiva histórico-estructural. Para una crítica de la comunicación para el desarrollo en América Latina. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, 2019. pp. 98-122
- HOLLOWAY, John. In the Begginig was the Scream. In: BONEFELD, W. **Revolutionary Writings**: common sense essays in post-polical politcs. New York: Automeia, 2003. pp.15-22
- HORKHEIMER, Max. Teoria Tradicional e Teoria Crítica. In: BENJAMIN, W.; ADORNO, T.; HORKHEIMER, M.; HABERMAS, J. **Textos Escolhidos**. (Coleção os Pensadores). São Paulo: Editora Abril, 1975. p. 125-162.
- KASSAB, Pâmella. R. T. **Judô: esporte de luta ou arte marcial?** 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Educação Física). Instituto de Biociências da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Rio Claro, SP
- LUKÁCS, Georg. **Teoria do Romance**. São Paulo: Duas Cidades/Editora 34, 2000.
- LYOTARD, François. **O Pós-Moderno**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1988.
- MARTINS, Carlos. J.; KANASHIRO, Cláudia. Bujutsu, Budô, esporte de luta. **Motriz: Revista de Educação Física**, v. 16, p. 638-648, 2010.
- MARX, Karl. **Crítica da Filosofia do Direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, Karl. Marx to Ruge. In: Letters from the Deutsch-Französische Jahrbücher. Set. 1843. Disponível em: [https://www.marxists.org/archive/marx/works/1843/letters/43\\_09.htm](https://www.marxists.org/archive/marx/works/1843/letters/43_09.htm).
- MATTELART, Armand. **Comunicação-Mundo**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- MCCHESENEY, Robert. **Communication Revolution**. Critical Junctures and the Future of Media. New York: The New Press, 2007.
- MCCHESENEY, Robert. Making a Molehill out of a Mountain. The sad state of Political Economy of Communication in US media studies. In: CALABRESE A.; SPARKS, C. **Towards a Political Economy of Culture**. New York: Rowman & Littlefield, 2004. pp. 41-64
- MILLS, Charles. W. **The sociological imagination**. New York: Oxford Press, 1959.



MOSCO, Vincent. **The Political Economy of Communication**. 2ed. New York: Sage, 2009.

RÜDIGER, Francisco. **Theodor Adorno e a crítica à indústria cultural**. Comunicação e teoria crítica da sociedade. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

# **ESTUDOS CRÍTICOS EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

# **Ilusões idealistas: os limites da competência em informação como instrumento para enfrentar a desinformação<sup>1</sup>**

**Rodrigo Moreno MARQUES<sup>2</sup>**

**Débora Ferreira de OLIVEIRA<sup>3</sup>**

**Sophia de Aguiar VIEIRA<sup>4</sup>**

**Mateus Martins SANTOS<sup>5</sup>**

**Vinícius Sousa de OLIVEIRA<sup>6</sup>**

## **1. Introdução**

Na área de Ciência da Informação, prevalece uma proposta para enfrentar o fenômeno da desinformação que é relevante e merece ser promovida, mas cujos limites precisam ser reconhecidos. Alega-se que a solução para o problema da desinformação estaria no desenvolvimento, individual ou coletivo, da competência em informação, por meio da qual as pessoas iriam adquirir habilidades para detectar conteúdos desinformativos e compreender que eles não devem ser propagados. Esse tipo de solução também tem recebido outras designações como, por exemplo, competência

---

<sup>1</sup> O capítulo amplia e aprofunda discussão apresentada no IX Encontro Nacional da Ulepicc-Brasil (2022) e no XXIV ENANCIB (2024).

<sup>2</sup> Doutor em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Escola de Ciência da Informação (ECI) da UFMG. Professor e pesquisador do PPGCI/ECI/UFMG. Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Email: rodrigomorenomarques@yahoo.com.br

<sup>3</sup> Doutoranda em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Escola de Ciência da Informação (ECI) da UFMG. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Email: deborajroliveira@gmail.com

<sup>4</sup> Bacharel em Biblioteconomia pela Escola de Ciência da Informação (ECI) da UFMG. Mestranda em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da ECI/UFMG. Email: sophiaveira.ufmg@gmail.com

<sup>5</sup> Pós-graduando em Relações Internacionais para Docentes da Educação Básica pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Graduado em História pela Universidade Cruzeiro do Sul (UNICSUL). Graduando em Arquivologia pela UFMG. Bolsista PIBIC/CNPq. Email: prof.mateusmartins@gmail.com

<sup>6</sup> Graduando em Ciência Sociais pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG. Membro do Núcleo de Estudos Críticos Trabalho e Marxologia (Nec-TraMa). Bolsista do Programa Institucional de Bolsas De Iniciação Científica da UFMG. Email: viniussousa99@hotmail.com

informacional, letramento informacional, literacia informacional e alfabetização informacional (Bezerra, Schneider, Pimenta, Saldanha, 2019).

Não é a primeira vez que a área de Ciência da Informação abraça propostas que, apesar de movidas pelo desejo de emancipação, apresentam baixa eficácia para os objetivos almejados. Há duas décadas atrás, por exemplo, quando uma ingênua noção de sociedade da informação predominava na Ciência da Informação brasileira, a ideia de inclusão digital era apontada como solução para redução de desigualdades socioeconômicas e culturais, além de ser considerada um caminho promissor para emancipação humana (Marques, 2022).

Partindo desse contexto, o presente capítulo tem dois objetivos.

O primeiro é analisar, em um nível abstrato, a noção de competência em informação por meio da crítica da economia política de Karl Marx e Friedrich Engels, que foi empregada como instrumento analítico (Marx, 2007, 2010, 2011, 2024; Engels, 2011, 2012; Marx, Engels, 2003, 2007). Embora Marx e Engels não tivessem como foco das suas investigações o fenômeno da desinformação, suas reflexões nos levam a perceber alguns obstáculos que impedem que o desenvolvimento da competência em informação constitua um instrumento eficaz para erradicar o fenômeno social da desinformação. A análise revela que a noção de competência em informação flerta com o idealismo e incorpora os limites do pensamento idealista.

O segundo objetivo do capítulo é apresentar quatro exemplos concretos que ilustram os limites da competência em informação como solução para enfrentar a desinformação: (i) o caráter cada vez mais desinformativo instituído pela mediação técnica do aplicativo Whatsapp; (ii) a atuação da empresa Google, em abril de 2023, quando ela empregou o seu poder monopolista para desinformar a população brasileira acerca do projeto de lei das Fake News (PL 2630/2020); (iii) o caso do Ipês (Instituto de Pesquisas Sociais) que, no período de 1961 a 1964, fez uso da indústria cultural como instrumento de desinformação a serviço do golpe empresarial-militar de 1964; e (iv) as contradições das políticas públicas brasileiras voltadas para educação, que revelam possibilidades e limites para mitigar o fenômeno da desinformação.

## 2. A crítica da economia política e as fragilidades da noção de competência em informação

Crer que o desenvolvimento de habilidades cognitivas é a chave para superar o fenômeno da desinformação representa um equívoco idealista. Trata-se de um desacerto análogo a ilusão dos iluministas do século XVIII que supunham que a racionalidade humana poderia, por si só, conduzir a sociedade para um futuro virtuoso, mais justo e inclusivo, além de menos desigual. Tremendo engano, que foi revelado, enfaticamente, por Karl Marx e Friedrich Engels.

Desde sua juventude, Marx (2010) já tinha percebido que, no processo histórico de constituição de um tipo de sociabilidade dominante, as relações sociais mais relevantes não são as relações jurídicas, políticas ou intelectuais. De modo similar, podemos afirmar que também não são as relações informacionais, comunicacionais ou educacionais. Afinal, como nos revela o autor, as esferas da justiça, da política e da educação tendem a estar subordinadas ao complexo conjunto das *relações de produção e reprodução da vida*, que constituem a estrutura econômica da sociedade. Em 1859, Marx sintetizou esse princípio assim:

Na produção social de sua vida, os humanos estabelecem relações bem determinadas, necessárias, independentes de sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado estágio do desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real, sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política, à qual correspondem certas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o processo social, político e intelectual da vida em geral. Não é a consciência dos humanos que determina seu ser, mas o inverso: o seu ser social que determina sua consciência (Marx, 2024, p. 25).<sup>7</sup>

---

<sup>7</sup> Os detratores de Marx acusam-no de tomar o fator econômico como único determinante para os rumos da história humana. Essa acusação é injusta pois Marx não pressupunha a supremacia absoluta das causas econômicas, Marx rejeita determinismos ao buscar o ponto de vista da totalidade (Lukács, 2003; Netto, 2006, 2011). O trecho a seguir é revelador pois evidencia dois princípios do método de Marx: (i) o segredo mais profundo (base oculta) de toda estrutura social reside na relação direta entre os proprietários das condições de produção e os produtores e (ii) uma mesma base econômica pode manifestar-se em infinitas variações e matizes, graças a contingências, como condições naturais, raciais ou históricas, que só podem ser compreendidas por meio de análises empíricas. Diz Marx: “[...] é na relação direta entre os proprietários das condições de produção e os produtores diretos [...] que encontramos o segredo mais profundo, a base oculta de todo o arcabouço social e, conseqüentemente, também da forma política das relações de soberania e de dependência, isto é, da forma específica do Estado existente em cada caso. Isso não impossibilita que a mesma base econômica – a mesma no que diz respeito às condições principais –, graças a inúmeras circunstâncias empíricas de diversos tipos, condições naturais, raciais, influências

Segundo Engels (2011, p. 22), Marx foi pioneiro ao revelar que, historicamente, os confrontos nas arenas da política, religião, filosofia ou da ideologia são, na verdade, expressões mais ou menos nítidas de lutas entre classes sociais que são, por sua vez, condicionadas pelo conjunto das relações de produção e reprodução da vida, que constituem a estrutura econômica da sociedade.

Essa compreensão também está presente nas reflexões dos jovens Marx e Engels que, em 1845, tinham percebido que as ideias dominantes em cada contexto histórico estão subordinadas à classe que é a força material dominante da sociedade. Em outras palavras, a classe que domina a força material também domina a força espiritual do seu tempo. Assim, ideias dominantes são a expressão de relações materiais dominantes. Nos termos dos autores:

As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios da produção material dispõe também dos meios da produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios da produção espiritual. As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação (Marx, Engels, 2007, p. 47).

No mesmo sentido, em 1852 Marx destacou que uma classe social cria, a partir do seu fundamento material e suas relações sociais, “toda uma superestrutura de sentimentos, ilusões, modos de pensar e visões da vida distintos e configurados de modo peculiar” (2011, p. 60).

Marx e Engels formularam essas acertadas conclusões ao analisarem os obstáculos para a emancipação humana no contexto histórico europeu do século XIX, quando a noção de estado-nação se consolidava sobre os escombros do feudalismo e de monarquias decadentes. A análise dos autores revelou os desacertos do idealismo jovem-hegeliano alemão que acreditava, ingenuamente, que “basta denunciar as

---

históricas externas etc., manifeste-se em infinitas variações e matizes, que só se podem compreender por meio de uma análise dessas circunstâncias empíricas” (2017, p. 852).

desrazões para que elas cedam, e dizer a razão para que ela vença” (Althusser, 2015, p. 69). Em sentido oposto, Marx e Engels, ao criticar as ilusões dos jovens-hegelianos sobre a Revolução Francesa, afirmaram que “ideias não podem conduzir jamais além de um velho estado universal das coisas, mas sempre apenas além das ideias do velho estado universal das coisas. Ideias não podem executar absolutamente nada” (2003, p. 137).

Essas passagens expõem o fato de que a racionalidade humana, a cultura e a educação assumem formas sociais específicas em cada momento histórico e, no capitalismo, as chamadas “luzes” assumem formas subordinadas à sociabilidade do capital. Uma famosa passagem das *Teses sobre Feuerbach* de 1845 é bastante reveladora: “A doutrina materialista sobre a modificação das circunstâncias e da educação esquece que as circunstâncias são modificadas pelos homens e que o próprio educador tem que ser educado” (Marx, 2007, p. 533).

Ao adotarmos essa perspectiva de Marx e Engels, não estamos sugerindo que disputas nas arenas da lei, da política, da educação e da cultura sejam pouco relevantes para reduzir as barbáries da sociabilidade capitalista. Reconhecemos a importância dessas disputas, pois elas dizem respeito às agruras do tempo presente, ou seja, às amarguras da vida cotidiana. Porém, é preciso ter clareza que o direito, a política, a educação e a cultura tendem a assumir formas subordinadas às relações sociais responsáveis pela produção e reprodução da vida do ser humano, que são também responsáveis pela produção social da riqueza material que é apropriada pelos proprietários dos meios de produção e distribuída para cada uma das classes sociais, grupos ou indivíduos (Marx, 1983, 2024; Marx, Engels, 2007; Engels, 2012). Portanto, ainda que as disputas superestruturais sejam importantes para reduzir as barbáries do nosso tempo, essas disputas não atingem “o fator que em última instância determina a história”, ainda que exerçam “também sua influência sobre o curso das lutas históricas e determinam, em muitos casos predominantemente, a sua forma” (Engels, 2012, p. 103-104).

Retornemos ao objeto empírico que é foco do presente capítulo, isto é, o enfrentamento do fenômeno contemporâneo da desinformação.

Compreender a desinformação como um fenômeno que tem caráter individual, institucional e estrutural é fundamental, pois essa compreensão revela que a

competência em informação não pode ser considerada um instrumento efetivo para redução significativa da desinformação.

Se a desinformação tivesse apenas um caráter individual, as chances de superar esse fenômeno por meio da promoção da competência em informação seriam maiores do que na verdade são.

No entanto, além da dimensão individual, o fenômeno da desinformação tem um caráter institucional pois é resultado do funcionamento das instituições. As instituições privadas, detentoras dos meios de comunicação de massa tradicionais e das plataformas digitais, reproduzem um modelo de negócios que é responsável pela manutenção desse cenário de pós-verdade em que vivemos. Desinformações alimentam uma lucrativa indústria que se vale da disputa pela atenção. Como é notório desde os tabloides sensacionalistas do século XIX, são iscas para atrair audiência: fofocas, escândalos, violência, notícias estapafúrdias e mentiras. A mídia impressa, empresas de rádio e TV sempre lucraram com esse tipo de conteúdo.

Mas a desinformação não tem somente caráter individual e institucional. Como as instituições representam a materialização de uma estrutura social ou de um modo de socialização, o fenômeno da desinformação é, além de individual e institucional, um problema de ordem estrutural. Isso significa que a desinformação não é apenas algo criado por instituições, mas é sobretudo algo reproduzido por elas. A desinformação decorre da própria estrutura social em que vivemos, incluindo relações econômicas, políticas, jurídicas e familiares.

Mas como as lentes da crítica da economia política corretamente apontam, dentre essas diversificadas relações sociais que constituem a sociabilidade humana, aquelas que estão diretamente envolvidas na esfera da economia (esfera da produção e reprodução da vida, onde se produz e distribui a riqueza) tendem a subordinar as esferas das ideias, da educação, da política e da justiça.

Nas próximas seções do capítulo, apresentamos quatro casos que ilustram concretamente o que acabamos de apresentar em um nível abstrato.



### 3. WhatsApp: o monopólio na mensageria brasileira e seu caráter desinformativo

O Whatsapp é o aplicativo de comunicação interpessoal direta mais utilizado no Brasil com 136 milhões de usuários no país, segundo dados do primeiro trimestre de 2024. O uso desse aplicativo predomina em todos os estratos sociais e regiões do Brasil, atingindo 92% dos brasileiros que usam redes sociais online.<sup>8</sup> Quando serviços prestados por empresas privadas assumem um caráter monopolista, estamos diante de um mal presságio. No caso do Whatsapp, a situação se agrava devido ao fato desse aplicativo, que constitui um monopólio digital (Valente, 2019), prover uma mediação técnica claramente desinformativa. Analisemos esse caso com cuidado.

Ao longo dos anos, o Whatsapp tem passado por evoluções e vem adquirindo características de uma multiplataforma ao incorporar novas funcionalidades como sua versão empresarial (*WhatsApp Business*), as comunidades (que comportam até 50 grupos com 100 pessoas cada) e os canais (que comportam número ilimitado de participantes, que recebem conteúdo sem possibilidade de respostas).

Duas características do aplicativo favoreceram sua larga disseminação no Brasil. Seus requisitos de operação são compatíveis com a maioria dos aparelhos móveis que estão em uso no território nacional. Além disso, sua arquitetura funcional foi concebida para exigir reduzido consumo de dados móveis, favorecendo seu uso, especialmente para clientes que possuem planos pré-pagos com limite de consumo mensal, que atualmente representam 42% dos planos contratados no Brasil.<sup>9</sup>

Nesse cenário, proliferam no país os planos de telefonia móvel pré-pagos do tipo *zero rating*, que violam frontalmente o princípio da neutralidade da rede instituído no Marco Civil da Internet (Garcia e Silva, Marques, 2018, 2019). Nesse tipo de plano, a operadora de telefonia móvel não aplica tratamento isonômico no tráfego digital que circula em sua rede. Algumas aplicações como Whatsapp, Facebook e Instagram podem ser usadas ilimitadamente, ao passo que acessos a outras aplicações ou conteúdos são contabilizados como consumo e estão sujeitos a um limite mensal máximo.

---

<sup>8</sup> Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/tec/2022/07/94-tem-conta-em-alguma-rede-social-whatsapp-ldera-com-92.shtml>. Acesso em 30 jul. 2024

<sup>9</sup> Fonte: <https://www.teleco.com.br/opcelular.asp>. Acesso em 27 jul. 2024.

Portanto, no Brasil, o acesso à internet via rede de telefonia móvel é brutalmente desigual. Enquanto na internet dos ricos o acesso a aplicações e conteúdos é ilimitado, na internet dos pobres apenas algumas aplicações e conteúdos tendem a ser acessados (Ramos, 2014). Essa realidade gera consequências perversas. Uma primeira consequência é a desigualdade no acesso à informações e conhecimentos entre diferentes estratos da sociedade, criando contradições dentro da classe trabalhadora (Marques, 2017). Mas, a ampliação da desigualdade no acesso a informações e conhecimentos faz com que o estrato social que é economicamente mais frágil se torne também o estrato social mais vulnerável a cair nas armadilhas do efeito bolha (Pariser, 2011), pois os planos pré-pagos induzem os internautas a usarem apenas as redes sociais incluídas nas políticas de *zero rating*. Percebe-se aqui, mais uma vez, os limites da competência em informação como remédio para o fenômeno da desinformação. Afinal, não basta que o indivíduo pobre busque a competência em informação. É preciso que ele supere uma barreira mais difícil que é a barreira de um modelo de negócio que impõe exclusão por preço (Bolaño, 2000).

Juntamente com Facebook e Instagram, o WhatsApp toma parte da estratégia de mercado do conglomerado Meta (proprietário dessas três plataformas), cuja receita advém majoritariamente do marketing digital personalizado, que requer conhecer de maneira individualizada o perfil de cada usuário das plataformas, por meio da coleta de dados e metadados. Como o segmento de publicidade busca atrair a maior audiência possível, o WhatsApp se torna instrumento de uma captura de dados e metadados que são usados como iscas para atrair atenção em plataformas que ofertam publicidade dirigida, como Facebook e Instagram. E, quando o objetivo é atrair a maior audiência possível, as plataformas não privilegiam conteúdos informativos, mas sim a desinformação e a mentira, pois esse tipo de conteúdo tende a atrair maior atenção, assim como a notícia sensacionalista ou estapafúrdia, a fofoca, a violência e o discurso de ódio. Esse comportamento oportunista e nefasto já era evidente desde os tabloides sensacionalistas século XIX, assim como na indústria cultural do século XX, especialmente na TV aberta.

O WhatsApp adota um sistema que criptografa a troca das mensagens com códigos de identificação permanente (identificação do contato específico) e

temporários (cada mensagem enviada) para que apenas o destinatário tenha acesso ao conteúdo enviado pelo remetente (Rastogi, Hendler, 2017). Assim, a empresa detentora da plataforma alega ser incapaz de acessar as mensagens enviadas e recebidas pelo aplicativo, o que a resguardaria de ser responsabilizada pelos conteúdos que circulam em seus sistemas.<sup>10</sup> Porém, a criptografia adotada pelo WhatsApp não impossibilita a extração de metadados dos usuários que são matéria prima fundamental para o modelo de negócios da plataforma.

números de telefone, marcas temporais, duração da conexão, frequência da conexão, como também a localidade do usuário, estão sendo armazenados nos servidores da companhia. Esses metadados são suficientes para criar um perfil e delinear algumas inferências fortes entre as partes comunicantes (Rastogi, Hendler, 2017, p. 274).

Em 2021, o WhatsApp tornou públicas algumas modificações em suas políticas de compartilhamento com o Facebook. De acordo com os termos de uso divulgados, as informações dos usuários que são capturadas não são oriundas dos conteúdos mensagens criptografadas que eles enviam ou recebem. Segundo a empresa, a plataforma extrai “informações para registro da conta (como número de telefone), dados de transação comercial (por exemplo, se usa Facebook Pay), informações relacionadas a serviços, informações sobre interação do usuário em negócios” via serviços disponíveis, “informações do aparelho móvel, endereço de IP, e pode incluir outras informações identificadas na Política de Privacidade, seção ‘*Informações que coletamos*’, ou obtidas via notificação apresentada, ou baseada no seu consentimento”.<sup>11</sup> Percebe-se, portanto, que o sistema de criptografia do WhatsApp, que resguarda a plataforma de ser responsabilizada pelo conteúdo que circula no aplicativo, não impede a captura massiva de rastros digitais dos usuários, imprescindíveis para oferta de publicidade personalizada que, como já afirmamos antes, assume um caráter desinformativo fomentado pela disputa intercapitalista por audiências cada vez maiores.

---

<sup>10</sup> De acordo com Davies *et al.* (2021), uma análise da segurança dos protocolos de *backups* do WhatsApp, ocorrida em 2021, revelou fragilidades do sistema.

<sup>11</sup> Vide comunicado *Quais informações o WhatsApp compartilha com as Empresas da Meta?* Disponível em: [https://faq.whatsapp.com/1303762270462331/?cms\\_id=1303762270462331&draft=false](https://faq.whatsapp.com/1303762270462331/?cms_id=1303762270462331&draft=false). Acesso em: 30 jul. 2024

*Listas de transmissões*<sup>12</sup> e *Comunidades* são novas funcionalidades que exploram o efeito rede (Valente, 2019) no WhatsApp pois ampliam as possibilidades de transmissão de centenas de mensagens em um único disparo. Como a plataforma é aberta para uso externo de terceiros, cada vez mais surgem empresas especializadas que ocupam esse espaço e são chamadas de parceiras do WhatsApp.<sup>13</sup> Ampliam-se, assim, as cadeias de produção de desinformações e os agentes que tomam parte nelas.

Em 2023, foi lançada no WhatsApp a funcionalidade *Canais*, que possibilita a difusão unidirecional de notícias e informações por contas gestoras. Nesses canais unidirecionais, resta aos usuários apenas as possibilidades de reagir e compartilhar os conteúdos recebidos.<sup>14</sup> Essa nova funcionalidade trouxe para a plataforma um tipo de mediação técnica ativa que já era atotada em redes sociais online como Facebook e Instagram: a intervenção de algoritmos que determinam quais conteúdos são apresentados para cada usuário. Como os códigos desses algoritmos são tratados como segredo industrial pela empresa que o emprega, usuários se submetem a um tipo de curadoria algorítmica de conteúdos cujos critérios de seleção são totalmente obscuros e inacessíveis a eles. Assim, percebe-se aí uma assimetria de informação (Akerlof, 1970), ou seja, a empresa Meta, proprietária do WhatsApp, detém todas as informações sobre o funcionamento dos algoritmos da funcionalidade *Canais*, ao passo que os usuários e o poder público nada sabem sobre eles. Essa assimetria de informação, que impede que os algoritmos sejam objeto do escrutínio do público e dos órgãos reguladores, pode ser tomada como desinformação pois ocultar também é uma forma de desinformar. E, nesse caso, a desinformação atinge tanto os usuários competentes em informação como aqueles que não têm esse atributo.

Outro tipo de desinformação se faz presente nos termos de uso do WhatsApp, que são termos diferentes para cada um dos serviços ofertados pela plataforma. Há

---

<sup>12</sup> Vide *Como usar as listas de transmissão*. Disponível em: [https://faq.whatsapp.com/861663048350950/?locale=pt\\_BR&cms\\_platform=android](https://faq.whatsapp.com/861663048350950/?locale=pt_BR&cms_platform=android). Acesso em: 30 jul. 2024

<sup>13</sup> Como a empresa Zenvia, especializada em disparos em massa. Vide *Quais são as condições das Interactionz?* Disponível em: <https://www.zenvia.com/customer-cloud/help/>. Acesso em: 30 jul. 2024

<sup>14</sup> Vide *Normas dos Canais WhatsApp*. Disponível em: <https://www.whatsapp.com/legal/channels-guidelines>. Acesso em: 30 jul. 2024

termos no interior de termos, que se embrenham em um hipertexto de sentidos propositalmente obscuros e lacunares. Parafraseando Tom Zé, podemos afirmar que os termos de uso da plataforma explicam para confundir.<sup>15</sup>

#### **4. A reação da empresa Google contra o Projeto de Lei 2630/2020: poder de mercado a serviço da desinformação**

Os limites da promoção da competência em informação como instrumento para enfrentar a desinformação ficaram evidentes quando a página do Google e o algoritmo desse motor de busca, com seu poder monopolista, foram usados para desinformar a população brasileira sobre o Projeto de Lei 2630/2020 - Projeto de Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet, apelidado de PL das Fake News.

O projeto de lei propunha regular os serviços prestados por provedores de aplicações e conteúdo que têm, em média, mais de 10 milhões de usuários por mês. O texto do PL previa que passava a ser crime promover ou financiar a divulgação em massa de mensagens falsas que pudessem comprometer o processo eleitoral ou causar dano à integridade física. O PL das Fakes News determinava ainda, dentre vários pontos, que as empresas detentoras das plataformas digitais mantivessem regras transparentes de moderação e de operação dos seus algoritmos; que elas atuassem e promovessem ações contra práticas ilícitas; que as provedoras de conteúdos e aplicações fossem responsabilizadas, de forma solidária, pelos conteúdos patrocinados, além de serem obrigadas a identificar quem paga por anúncios.

Entre as plataformas digitais que operam no país, Meta, Telegram e Alphabet<sup>16</sup> (controladora da empresa Google) se manifestaram contrárias ao projeto, utilizando mensagens persuasivas direcionadas aos seus usuários. Diante dessa prática, o Ministério Público Federal instaurou inquérito para investigar a conduta dessas

---

<sup>15</sup> Diz a música *Tô* de Tom Zé: “[...] Eu tô te explicando / Pra te confundir / Eu tô te confundindo / Pra te esclarecer / Tô iluminado / Pra poder cegar / Tô ficando cego / Pra poder guiar [...]”.

<sup>16</sup> Alphabet Inc é um conglomerado que possui diretamente várias empresas que foram pertencentes ou são vinculadas ao Google.

plataformas, por ameaçar a democracia e o estado democrático de direito, crime contra a economia e as relações de consumo.<sup>17</sup>

Ao defender sua posição contrária ao PL das Fake News, a empresa Google utilizou diferentes técnicas para potencializar o alcance das suas mensagens, como a publicação de dezenas de postagens no blog da empresa e na página inicial do buscador Google, que promoviam um *link* com um artigo que criticava o projeto de lei. É oportuno pontuar que, em janeiro de 2023, o Google era o site mais acessado do Brasil (4.57 bilhões de visitas mensais), seguido do Youtube, outra plataforma do grupo Alphabet, (1,50 bilhões de visitas mensais).<sup>18</sup> Portanto, a ação de promover o posicionamento contrário ao projeto se valeu da sua incomparável capacidade de alcance e interação com usuários, ou seja, do seu poder de mercado.

Ao ser questionada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), a empresa Google informou que foram gastos R\$ 2,1 milhões em anúncios contra o PL da Fake News. Dentre as empresas que receberam esses recursos financeiros para divulgar tais anúncios estão: Folha de São Paulo (R\$ 634.023,94), o Correio Braziliense (R\$ 416.632,32), a CBN (R\$ 56.544,38), a Revista Veja (R\$ 54.600,00), Meta/Facebook (R\$ 639.286,75), Spotify (R\$ 198.234,02) e Google Search (R\$ 4.009,85).<sup>19</sup>

De acordo com relatório realizado pelo NetLab (2023)<sup>20</sup>, Laboratório de Estudos de Internet e Mídias Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o que está em jogo são os volumosos lucros da empresa com publicidade digital (em 2022 a empresa teve uma receita de 279,8 bilhões de dólares, sendo 80,2% advindos de publicidade online) que, sem nenhuma regulamentação de transparência, deixa tanto anunciantes quanto usuários vulneráveis aos interesses desse agente econômico. Além

---

<sup>17</sup> O texto da instauração de inquérito contra a conduta das plataformas acerca do PL 2630/2020 está disponível em: <https://images.jota.info/wp-content/uploads/2023/05/pet-representaccca7acc83o-instauraccca7acc83o-de-inquerito-google-e-telegram.pdf>.

<sup>18</sup> Relatório anual da empresa Hootsuite acerca do desempenho da internet e suas mídias no Brasil. Disponível em: <https://datareportal.com/reports/digital-2023-brazil>.

<sup>19</sup> Vide: <https://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2023-05-31/google-informa-stf-gasto-anuncios-contr-pl-fake-news.html>.

<sup>20</sup> O relatório divulgado pelo NetLab está disponível em: <https://netlab.eco.ufrj.br/post/a-guerra-das-plataformas-contr-o-pl-2630>.

disso, o laboratório destaca que a Google burlou suas próprias regras de publicidade ao publicar anúncios na plataforma e não sinalizar que eram temas políticos e sociais.

O relatório também apontou que a empresa apresentou resultados de buscas enviesados para os usuários que procuravam informações sobre o PL, privilegiando *links* de conteúdos que se opunham ao projeto. Além disso, a empresa induziu maliciosamente os usuários que buscavam o termo 'PL da Censura'. Nos espaços reservados para indicar outros temas relacionados ao conteúdo buscado pelo usuário, a plataforma indicava perguntas como: 'foi aprovado o PL da Censura?' e 'O que é o PL da Censura?'. Porém, no mesmo período, o laboratório NetLab evidenciou, por meio da plataforma SemRush, que divulga estatísticas sobre ferramentas de busca, que as perguntas mais comuns realizadas pelos usuários do Google não continham os termos 'PL da Censura'.

A plataformização é um conceito importante para compreender o modo de operação das *big techs*. Para Poell, Nieborg, Van Dijck (2020, p. 2) trata-se da "penetração de infraestruturas, processos econômicos e estruturas governamentais das plataformas digitais em diferentes setores econômicos e esferas da vida". Valente (2019, p. 192), por sua vez, afirma que além da infraestrutura, essas empresas podem ser tratadas como monopólios digitais: "São conglomerados que adquiriram presença fortemente dominante em uma área, mas passaram a atuar para além dela, assentados no exercício de poder a partir de sua base tecnológica".

O modo de operar da empresa Google e da sua controladora Alphabet, durante a tramitação do PL 2630/2020, aponta de forma evidente como esse conglomerado capitalista interfere nos desígnios da sociedade brasileira, como no enfrentamento do fenômeno da desinformação. Para conseguir seus objetivos, a empresa se despe, sem o mínimo pudor, da sua falsa neutralidade e ilusória imparcialidade. Como bem lembrado por Bezerra (2014), as lógicas que operam atualmente nas plataformas digitais são as mesmas lógicas capitalistas existentes antes da emergência desse tipo de empresa.

Nesse contexto, é importante ter em vista o conceito de regime de informação, proposto por González de Gómez (2012, p.43) para representar modos de informação dominantes em uma formação social. A análise de um regime de informação permite reconhecer

[...] quem são os sujeitos, as organizações, as regras e as autoridades informacionais e quais os meios e os recursos preferenciais de informação, os padrões de excelência e os modelos de sua organização, interação e distribuição, enquanto vigentes em certo tempo, lugar e circunstância. Como um plexo de relações e agências, um regime de informação está exposto a certas possibilidades e condições culturais, políticas e econômicas, que nele se expressam e nele se constituem (González de Gómez, 2012, p. 43).

Bezerra (2019, 2023) aponta que as plataformas são agentes centrais da constituição de um novo regime de informação no qual ganham centralidade fenômenos como a mediação algorítmica, a mineração de dados e a desinformação. Para o autor, esse regime de informação contemporâneo apresenta como característica principal “o fato de ser capitaneado por grandes corporações multinacionais, algumas delas criadas nos últimos 20 ou 30 anos, que se destacam pelo emprego de tecnologia digital de ponta (Bezerra, 2023, p. 5). Essas ações e estratégias capitalistas têm sido adaptadas agilmente às novas forças produtivas do ambiente digital. E, quando as *big techs* agem em favor dos seus interesses econômicos visando a manutenção de seus lucrativos modelos de negócios, elas interferem ostensivamente nas esferas políticas, econômicas e culturais dos países onde ofertam seus serviços, como no caso do Brasil.

Essas intervenções da Google demonstram os limites da proposta de se desenvolver a competência em informação nos indivíduos. Diante do modo de atuação dessa plataforma digital, do seu amplo poder de mercado e de seu lucrativo modelo de negócios, pouco adianta treinar as pessoas para reconhecer falsas notícias e para convencer os internautas a não propagá-las. Essa plataforma digital monopolista institui uma mediação técnica ativa que bloqueia, esconde e distorce a realidade para todos os seus usuários, sejam eles competentes ou incompetentes em informação. Nesse contexto, percebe-se o quão é injusto imputar ao indivíduo a responsabilidade por detectar, evitar e combater a desinformação. Conforme acertadamente aponta Bezerra (2019, p. 55),

o aparentemente inofensivo foco na “aprendizagem centrada no indivíduo” responde ao desiderato do neoliberalismo dos anos 1980, responsável pela desregulamentação de empresas e instituições financeiras [...]. Em tal contexto, aos indivíduos é concedida a liberdade do empreendedorismo e imputada a responsabilidade pelo eventual fracasso de seus projetos de vida. Para enfrentar desafios tecnológicos e reverter desvantagens, cabe ao indivíduo ser “competente” em informação, estando isentos de qualquer prestação



de contas os verdadeiros responsáveis pelas desigualdades econômicas e sociais que se abatem sobre o indivíduo considerado “incompetente”.

Em suma, as lentes da crítica da economia política revelam a essência desinformativa da empresa Google e como ela emprega o seu poder monopolista para desinformar. Importante perceber que a raiz do problema não está na tecnologia em si, mas na forma social que ela assume quando se é apropriada pelo grande capital. Conforme destaca Morozov (2018), o problema não está nas novas tecnologias, mas sim nos modelos de negócios nos quais elas estão envolvidas.

### **5. O caso do Ipês: a indústria cultural a serviço da desinformação**

A cultura tem um caráter dialético pois pode assumir formas sociais emancipatórias ou formas sociais a serviço da dominação. O golpe civil-militar de 1964 no Brasil nos revela como a indústria cultural pode ser empregada com o intuito de desinformar e, assim, dominar as massas.

Podemos afirmar que ditadura militar no Brasil (1964-1985) foi marcada por três tipos de desinformação. Um primeiro tipo foi a censura, que ocultava e impedia o acesso à informações públicas e à produções culturais. Nesse sentido, a ausência de informação também assume um caráter desinformativo (Oliveira; Souza, 2021). Um segundo tipo de desinformação praticada pelo regime militar brasileiro foi a difusão deliberada de mentiras como, por exemplo, no caso do assassinato do jornalista Vladimir Herzog nos porões do DOI-CODI ou no caso do atentado ao Rio Centro em 30 de abril de 1981. Um terceiro tipo de desinformação muito empregado durante a ditadura militar no Brasil foi a distorção da realidade por meio de campanhas político-ideológicas promovidas pela burguesia brasileira. Analisemos como a cultura se tornou, no contexto histórico pré-golpe, um aparelho ideológico desinformativo.

Na conspiração responsável pela deposição do presidente João Goulart, os setores privados nacional e estrangeiro tiveram papéis decisivos, em articulação com associações de classe há muito existentes e com novas entidades da sociedade civil criadas naquele contexto (Comissão Nacional da Verdade, 2014).

Antes do golpe, a elite orgânica brasileira, com o apoio do capital transnacional e do chamado governo invisível dos Estados Unidos<sup>21</sup>, desenvolveu uma articulada campanha ideológica multifacetada contra o bloco de João Goulart, demonizando as lutas populares e defendendo um modelo de sociedade capitalista (Dreifuss, 2006). O Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipês)<sup>22</sup> foram as iniciativas mais importantes dessa articulação que tinha como objetivo quebrar a ordem democrática então vigente e elaborar as diretrizes a serem seguidas pelo novo regime que seria implantado no país a partir de 1964 (Comissão Nacional da Verdade, 2014).

O Ipês, fundado em 1961 por empresários, tecnocratas de alto escalão e por militares da alta patente, com destaque para oficiais da Escola Superior de Guerra (ESG), tinha como objetivo inicial derrubar o governo de João Goulart e as forças sociais que o apoiavam (Bortoni, 2014). Durante o período de 1961 a 1964, o instituto, com seu caráter privado, não integrante da estrutura formal da burocracia estatal, funcionou como um verdadeiro órgão de inteligência paralelo, contando, desde sua formação, com uma grande massa documental de inteligência desviada do Serviço Federal de Informações e Contrainformação (SFICI) (Rodrigues, 2016)<sup>23</sup>.

---

<sup>21</sup> A expressão governo Invisível faz alusão aos órgãos de inteligência dos Estados Unidos, encarregados de observar e influenciar países e entidades estrangeiras, em conformidade com os objetivos da sua política externa (Rodrigues, 2016).

<sup>22</sup> O Ipês adotou como sigla o nome de uma árvore por três motivos: (i) o acento dava imponência e sonoridade; (ii) por essa árvore ser um símbolo do país, a imagem era adequada ao nacionalismo que o grupo fundador queria passar; (iii) sendo o ipê uma árvore resistente e que, para florir, perde as folhas, ela representava um símbolo útil para aqueles que pretendiam derrubar o poder vigente (as folhas) para fazer florir aquilo que era chamado de nova sociedade, mas que, na verdade, era a velha sociedade burguesa subordinada à sociabilidade do capital (Assis, 2001).

<sup>23</sup> O SFICI foi um serviço de inteligência criado por intermédio do Decreto-Lei 9.775/1946-A, de 6 de setembro de 1946, durante a presidência do general Eurico Gaspar Dutra, ex-ministro da Guerra no período do Estado Novo. Na sua criação, o órgão integrou formalmente a segunda seção do Conselho de Segurança Nacional (CSN). No governo de Juscelino Kubitschek, ele teve seu funcionamento alterado, tornando-se subordinado a Secretaria Geral do CSN. A partir de então, sua organização interna passou a comportar as seguintes subseções: Subseção do Exterior (SSEX), Subseção do Interior (SSIN), Subseção de Segurança Interna (SSSI) e Subseção de Operações (SSOP). Nesse mesmo período, o serviço passou a tomar seu principal adversário interno a “subversão comunista”. Durante o governo Jânio Quadros, o órgão foi coordenado por Golbery na qualidade de chefe da secretaria geral do Conselho de Segurança Nacional (CSN). Com a renúncia de Jânio Quadros, Golbery converteu o órgão em um centro conspiratório para impedir a posse do vice-presidente João Goulart. Com a vitória de João Goulart e da Campanha da Legalidade, Golbery saiu do SCIFI e levou consigo para o recém fundado Ipês, parte da documentação do serviço. Durante o governo militar, o órgão se tornou subordinado ao Serviço Nacional de Informação (SNI) (Rodrigues, 2016).

Tal intervenção liderada por Golbery do Couto e Silva representava um movimento de privatização da informação pública, combinado com estratégias de doutrinação da ESG e com expressivos financiamentos, que deram ao Ipês a capacidade de rivalizar ou até superar as capacidades do SFICI (Rodrigues, 2016).

O Ipês foi responsável por ostensivas publicações contra o governo de Jango e contra projetos de lei voltados para reforma agrária, legislação bancária, dentre outros. Ademais, o instituto também financiou secretamente políticos adversários do governo Jango e apoiou manifestações de rua contra o governo, despendendo, em dois anos, à quantia equivalente a 100 milhões de dólares, oriundos do empresariado nacional e internacional (Figueiredo, 2005; Rodrigues, 2016). Em seus 10 anos de existência, o Ipês recebeu recursos financeiros do governo dos Estados Unidos e de grandes empresas internacionais e nacionais como, por exemplo, a Listas Telefônicas Brasileiras S.A. (LTB), Light, Cruzeiro do Sul, Refinaria União, Indústria e Comércio de Minerais (ICOMI), dentre outras (Assis, 2001).

Desde sua fundação, o Ipês operava por meio de uma dupla face. Uma face pública contava com a presença e colaboração de professores universitários, técnicos e peritos, supostamente voltados para solucionar problemas nacionais:

O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais é uma iniciativa de empresários brasileiros, com a participação de profissionais liberais, reunidos numa entidade apolítica pela vontade de encontrar, com a soma de suas experiências, soluções nacionais para os problemas brasileiro (Ipês, 1960, p. 4).

Esse discurso, que incorporava pautas sociais como erradicação da fome, fim do desemprego, desenvolvimento regional e nacional, gerava uma cortina de fumaça que encobria os reais interesses econômicos que norteavam um projeto político-ideológico.

Já sua outra face, oculta, era responsável por coordenar uma sofisticada e multifacetada campanha política e ideológica voltada para manipulação da opinião pública e fomento de uma guerra psicológica (Dreifuss, 2006). O Ipês foi o “ovo da serpente” do golpe de 1964 (Comissão Nacional da Verdade, 2014).

Os canais de divulgação do Ipês incluíam publicações de livros, palestras, simpósios, conferências de personalidades famosas na imprensa, debates políticos,

filmes, peças teatrais, desenhos animados, entrevistas, propaganda de rádio e televisão (Dreifus, 2006).

Além disso, o Ipês foi responsável pela produção e difusão de 14 filmes curtas-metragens veiculados nas salas de cinema do Brasil (antes das atrações principais) e também em comunidades, sindicatos, universidades, clubes, empresas (durante os horários de almoço) e praças públicas de cidades do interior.

Tais produções cinematográficas, produzidas pelo próprio instituto, eram divulgadas em cinemas do território nacional, tanto em sessões regulares quanto nas especiais. Essa ampla difusão foi possível graças a uma articulação do Ipês com empresas de distribuição de filmes e salas de cinemas, como a rede do empresário Severiano Ribeiro, que era, naquela ocasião, proprietário da maior cadeia de cinemas do país, além de organizações como o Serviço Social da Indústria (SESI) (Dreifuss, 2006).

Com o objetivo de atingir cada vez maior audiência, o Ipês montou projetores em caminhões abertos e ônibus com chassis especiais, para exibir os filmes em comunidades e bairros urbanos periféricos das maiores cidades do Brasil, assim como no interior dos estados. Para realização dessa ação, algumas das grandes companhias supriram a demanda de infraestrutura técnica necessária, entre elas a Mesbla S.A., que forneceu equipamentos de projeção dentre outros, e duas das maiores montadoras de carrocerias de ônibus e caminhões do Brasil, Mercedes Benz e a CAIO, responsabilizadas pelo transporte (Dreifuss, 2006).

Em sua campanha publicitária, o Ipês descrevia o cenário político brasileiro como catastrófico. O presidente da República era constantemente acusado de desejar implantar uma ditadura no país. Era a tese de que Goulart tinha o interesse de implantar uma república sindicalista, inspirada no regime argentino do coronel Juan Domingo Perón, acusação essa que não possuía qualquer comprovação empírica (Comissão Nacional da Verdade, 2014).

Outra estratégia utilizada pelo Ipês foi o discurso anticomunista que descredibilizava e demonizava o comunismo e as lutas populares. O material produzido pelo Ipês cindia a conjuntura mundial e nacional em duas. Em um lado, estava uma suposta barbárie comunista e, no outro, a democracia que só poderia vigorar no capitalismo. Esse discurso maniqueísta e parcial contribuiu para acusar João Goulart de

ser uma ameaça ao país por, de acordo com o instituto, preparar o terreno para uma futura tomada do poder pelos “partidários de Moscou” e conceder importantes espaços da administração a esses grupos (Vicente, 2016, p. 18). Um dos efeitos dessa ação era alimentar um senso de necessidade e empatia com uma causa que mobilizava interesses de classe voltados para tomada do governo (Comissão Nacional da Verdade, 2014).

Rihan e Sette (2021, 2022) definem a desinformação como um fenômeno que é subproduto do capitalismo. Nesse sentido, a desinformação pode assumir a forma social de um instrumento de luta de classes que pode contaminar o senso comum.

Podemos afirmar que, por meio de discursos falseados, imprecisos e distorcidos, a elite orgânica reunida no Ipês desenvolveu “pontos de estabilização” para produzir um “consenso intersubjetivo” na população (Pêcheux, 2009. p. 148). Tais discursos visavam promover o medo, a indignação e a polêmica como meio para fomentar apoio ao golpe, numa conhecida estratégia de líderes autoritários e populistas que empregam a desinformação com o objetivo de semear desconfiança e provocar tensões nacionalistas, étnicas, raciais e religiosas (Seibt; Dannenberg, 2021). Bakir e McStay (2017) chamam a atenção para ações políticas e econômicas que fomentam a desinformação da população visando atingir o lado emocional de grupos sociais.

Em suma, embora se apresentasse como instituição social, educacional e sem fins lucrativos, o Ipês promoveu um assalto à opinião pública e disseminou desinformação por meio de diferentes canais da indústria cultural, como jornais, livros, rádio, TV, cinema, assim como em fábricas, escolas, universidades e igrejas. Esse exemplo nos releva, mais uma vez, os limites da noção de competência em informação, que ficam ainda mais evidentes quando, ao analisar essa noção, são levados em consideração os princípios da totalidade, da historicidade e da tensionalidade (Horkheimer, 1980).

## **6. Será que a promoção da competência em informação é capaz de erradicar do Brasil a desinformação?**

Ao atingirmos esse ponto da nossa análise, resta-nos buscar resposta para uma questão crucial. Será que, na atual conjuntura brasileira, ações educativas têm potencial para promover a competência em informação e assim erradicar do país a

desinformação? Nossa resposta para pergunta colocada é não, pelos motivos que passamos a expor.

Percebe-se que as iniciativas para combater a desinformação por meio de ações voltadas para o desenvolvimento da competência em informação são muito pontuais, se levarmos em conta a dimensão social desse fenômeno, que envolve diferentes estratos sociais em todo o país.

Por mais louváveis e meritórias que sejam, por exemplo, as ações de extensão universitária que promovem a competência em informação, seu alcance é limitado. Assim, torna-se necessário investigar as políticas públicas que tentam superar voluntarismos individuais e esforços particulares por meio de um compromisso de Estado. Se é que existe chance de a promoção da competência em informação efetivamente ajudar no combate contra a desinformação, essa chance reside na possibilidade de criação de políticas públicas com esse objetivo. Nesse sentido, Borges, Silva e Machado (2024) analisaram algumas propostas como o Programa de Inovação Educação Conectada do Ministério da Educação (MEC), a Estratégia Brasileira para a Transformação Digital do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTI), e a Estratégia Brasileira de Educação Midiática da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (SECOM).

Percebe-se que essas iniciativas não cumprem três princípios básicos do que se pode chamar de política pública: (i) ser amparado por um marco legislativo específico; (ii) ter previsão orçamentária que viabilize sua efetiva execução e (iii) apresentar um planejamento de longo prazo com metas bem definidas e avaliações periódicas do cumprimento dessas metas.

Apesar da BNCC - Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2017) também tocar superficialmente no enfrentamento da desinformação, percebe-se que seu foco é a promoção do ideal neoliberal do empreendedorismo e da qualificação dos indivíduos para se tornarem uma força de trabalho com maior empregabilidade. Conforme destaca Laval (2019), a educação tem sido norteadada pela ideologia da gestão e da eficiência econômica. Sob o pretexto da inovação e da modernização, busca-se adequar a escola aos moldes empresariais e tratar pais e estudantes como consumidores. A avaliação do aprendizado é reduzida a critérios quantitativos, e a função de transmitir a cultura e

formar valores comuns é substituída pelo ensino de competências e habilidades profissionais

Nenhuma das iniciativas do MEC, MCTI e SECOM listadas acima tocam nos fundamentos causais da desinformação, ou seja, não reconhecem que a desinformação decorre das coerções do capital, quando ele passa a colonizar a infraestrutura de telecomunicações, os aplicativos e serviços *online*, e a cultura de massas no ambiente digital. Assim, ao sujeito que é vítima do fenômeno estrutural da desinformação é atribuída uma missão hercúlea: substituir a incompetência em informação alojada em sua mente por aquilo que vai salvá-lo: a razão e o esclarecimento. Curiosamente, não é a primeira vez que esse tipo de ilusão conquista apoiadores bem intencionados. Mészáros (2008) nos lembra como o socialista utópico Robert Owen incorreu em equívoco semelhante no século XIX:

Pois tais transigências apresentam a verdade e o erro ao público, e, sempre que esses são exibidos em conjunto de um modo razoável, no final das contas a verdade tem de prevalecer. [...] Espera-se, confiantemente, que esteja próximo o tempo em que o homem, por ignorância, não mais infligirá um sofrimento desnecessário sobre o homem; porque a maioria da humanidade se tornará esclarecida, e irá discernir claramente que ao agir assim inevitavelmente criará sofrimento a si própria (Owen, 1927, p. 89).

Nota-se aí um tipo iluminismo ingênuo que, como denunciou Althusser, crê naquela já referida ilusão: “basta denunciar as desrazões para que elas cedam, e dizer a razão para que ela vença” (2015, p. 69). Ledo engano, pois na sociabilidade do capital não é assim que as coisas funcionam. Desde que a razão e a ciência moderna ganharam força no século XIX, a sociedade não se tornou menos excludente ou menos desigual. A promessa do progresso pautado pela racionalidade não se cumpriu e o projeto civilizatório da modernidade fracassou. Apesar do predomínio dos imperativos do progresso científico, desde o século das luzes cresce a violência e a desigualdade, genocídios são cometidos, o meio ambiente se deteriora e catástrofes ambientais cada vez mais frequentes se abatem sobre a humanidade (Cardoso, 1996).

A proposta de combater a desinformação por meio da Educação formal também incorre em outro equívoco apontado por Mészáros (2008). Não podemos superestimar

a capacidade das instituições de ensino formal quando o objetivo é transformar a sociabilidade vigente. Afinal, as instituições formais de ensino constituem apenas uma parte da Educação dos indivíduos, ou seja, o indivíduo não se educa apenas na escola. No século XVI, Paracelso nos apresentou uma visão de Educação bem mais consistente ao defender que “a aprendizagem é a nossa própria vida, desde a juventude até a velhice, de fato quase até a morte; ninguém passa dez horas sem nada aprender” (1951, p. 181). Em outras palavras, a instituição de ensino formal é apenas uma, dentre as várias atividades que formam o ser humano. O ser humano se educa também, ao longo de toda sua vida, em diversas outras instâncias, como no ambiente familiar, no culto religioso, nos momentos de lazer, quando tem acesso aos meios de comunicação de massa ou quando usa as redes sociais online, onde atualmente vigora o efeito bolha. Quando se tem em mente essa noção de Educação em sentido amplo, ficam claros os limites da educação formal.

Com esses argumentos que descredenciam a proposta de se erradicar a desinformação por meio da promoção da competência em informação, não queremos insinuar que a Educação não tem um papel fundamental na formação do ser humano e na constituição das relações sociais vigentes. Segundo a perspectiva que defendemos, é preciso reconhecer o caráter dialético da Educação, ou seja, ela tanto pode assumir uma forma social a serviço da emancipação humana quanto pode assumir uma forma social a serviço da dominação e da subordinação. Mas essas possíveis formas sociais são historicamente construídas pelos sujeitos sociais nas lutas de classes travadas no curso do esforço diário para produzir e reproduzir a própria vida, como nos aponta Marx.

Paulo Freire (2000) destaca que, “se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”. Mészáros também enfatiza que o papel da Educação, entendida em sentido amplo, é essencial para criarmos uma ordem social metabólica radicalmente diferente da que vigora atualmente. No entanto, o papel da Educação depende fundamentalmente da forma social que ela assume, historicamente.

Em uma conhecida ata da Primeira Internacional (AIT - Associação Internacional dos Trabalhadores) de 1869, Marx apontou o caráter dialético da Educação, ecoando o que ele já havia percebido desde a sua juventude: “as circunstâncias são modificadas



pelos homens e que o próprio educador tem que ser educado” (2007, p. 533). Na referida ata, Marx aponta um cenário análogo ao da Educação brasileira:

“O cidadão Marx diz que há uma dificuldade peculiar nessa questão [Educação]. Por um lado, uma mudança nas circunstâncias sociais se faz necessária para estabelecer um sistema adequado de educação e, por outro lado, um sistema adequado de educação se faz necessário para produzir uma mudança das circunstâncias sociais; devemos, portanto, partir de onde nos encontramos [...]” (Marx, 2014)

## 7. Considerações finais

Ao longo desse capítulo procuramos analisar os limites da noção de competência em informação como instrumento capaz de erradicar o fenômeno contemporâneo da desinformação. A análise apresentada e as conclusões que dela derivam são fruto do emprego das lentes da crítica da economia política para enfrentar esse tema.

Adicionalmente, apresentamos alguns exemplos empíricos que ilustram nossa perspectiva. Em suma, procuramos demonstrar como o fenômeno da desinformação possui fundamentos causais, ou seja, possui determinações sistêmicas que decorrem da ordem social do capital. Para superar a desinformação, será necessário superar as determinações estruturais da sociabilidade do capital que, em última instância, são as principais responsáveis por produzir e reproduzir a desordem informacional vigente e nos aprisionar na era da pós-verdade em que vivemos.

## Referências bibliográficas

- AKERLOF, George. The market for 'lemons': qualitative uncertainty and the market mechanism, **Quarterly Journal of Economics**, v. 84, n. 3, p. 488-500, 1970.
- ALTHUSSER, Louis. **Por Marx**. Campinas: Ed. Unicamp. 2015.
- ASSIS, Denise. **Propaganda e Cinema a serviço do Golpe (1962/1964)**. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.
- BAKIR, Vian; MCSTAY, Andrew. Fake News and the Economy of Emotions: Problems, Causes, Solutions. **Digital Journalism**, v. 6, n. 2, 2017.
- BEZERRA, Arthur Coelho. Circulação de informação e cultura na modernidade: das

técnicas analógicas às técnicas digitais de reprodução. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**. v. 7, n. 1. 2014.

BEZERRA, Arthur Coelho. Teoria Crítica da Informação: proposta teórico-metodológica de integração entre os conceitos de regime de informação e competência crítica em informação. *In*: BEZERRA, Arthur Coelho; SCHNEIDER, Marco; PIMENTA, Ricardo Medeiros; SALDANHA, Gustavo Silva. **iKritica**: estudos críticos em informação. Rio de Janeiro: Garamond, 2019.

BEZERRA, Arthur Coelho. Regime de informação e lutas de classes: reconstrução de um conjunto à luz da crítica da economia política. **Ciência da Informação em Revista**. v. 10, p. 1-14, 2023.

BEZERRA, Arthur Coelho; SCHNEIDER, Marco; PIMENTA, Ricardo Medeiros; SALDANHA, Gustavo Silva. **iKritica**: estudos críticos em informação. Rio de Janeiro: Garamond, 2019.

BEZERRA, Arthur Coelho; SCHNEIDER, Marco; SALDANHA, Gustavo Silva. Competência crítica em informação como crítica à competência em informação. **Informação & sociedade: estudos**, v. 29, n. 3, p. 5-22, 2019.

BOLAÑO, César Ricardo Siqueira. **Indústria cultural, informação e capitalismo**. São Paulo: Hucitec/Pólis, 2000.

BORGES, Jussara; SILVA, Daniela; MACHADO, Renata Farias. Educação em informação nas políticas públicas brasileiras. *In*: Anais do XXIV ENANCIB - Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, 2024, Vitória. **Anais [...]**. Vitória: ANCIB, 2024.

BORTONE, Elaine de Almeida. O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) na construção da reforma do Estado autoritário (1964-1968). **Tempos Históricos**, v. 18, p. 44-72, 2014.

BRASIL (Ministério da Educação). **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017.

CARDOSO, Ana Maria Pereira. Pós-modernismo e informação: conceitos complementares? **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 1, n. 1, p. 63-79, 1996.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **Relatório**. Volume 2, Brasília: CNV. 2014.

DAVIES, Gareth T. *et al.* Security analysis of the WhatsApp end-to-end encrypted backup protocol. *In*: HANDSCHUH, Helena; LYSYANSKAYA, Anna (org.). **Advances in Cryptology – CRYPTO 2023**. Cham: Springer Nature Switzerland, 2023.

DREIFUSS, René Armand. **1964**: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe. 6ª edição. Petrópolis: Vozes, 2006.

ENGELS, Friedrich. Prefácio à 3a. edição [de 1885]. *In*: MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo. 2011.

ENGELS, Friedrich. Carta de Engels a J. Block. *In*: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Cultura, arte e literatura**: textos escolhidos. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

- FIGUEIREDO, Lucas. **Ministério do silêncio**: a história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula – 1927-2005. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- GARCIA E SILVA, Hermann Bergmann; MARQUES, Rodrigo Moreno. Restrições ao acesso informacional: a neutralidade de rede e a prática do zero-rating na governança da Internet. **Informação & Sociedade**, v. 28, p. 169-182, 2018.
- GARCIA E SILVA, Hermann Bergmann; MARQUES, Rodrigo Moreno. Falsa percepção de gratuidade: a prática do zero-rating e o Marco Civil da Internet. **Transinformação**, v. 31, p. 1-10, 2019.
- GONZÁLEZ DE GÓMEZ. Regime de informação: construção de um conceito. **Informação e Sociedade**. v.22, n.3, p. 43-60, 2012.
- HORKHEIMER, Max. Teoria tradicional e teoria crítica. *In*: BENJAMIN, W; HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. W.; HABERMAS, J. **Textos escolhidos**. São Paulo: Abril Cultural. 1980.
- IBGE (Instituto Brasileiro de Pesquisa Geográfica e Estatística). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua**. 2022.
- IPÊS (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais). **O que é o IPÊS**. 1a ed. Rio de Janeiro. Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais. 1961.
- LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa**: neoliberalismo em ataque ao ensino público. São Paulo: Boitempo, 2019.
- LUKÁCS, György. **História e consciência de classe**: estudos sobre a dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- MARQUES, Rodrigo Moreno. Polarization of information and knowledge: a dialectical approach. **International Review of Information Ethics**, v. 26, p. 16-25, 2017.
- MARQUES, Rodrigo Moreno. Fetichismo da informação e da cultura: contribuições à crítica da Ciência da Informação. *In*: FROTA, M. G. da C.; SILVEIRA, F. J. N. da; MARQUES, R. M. (Org.). **Informação, Mediação e Cultura**: teorias, métodos e pesquisas. Belo Horizonte: Grupo Editorial Letramento, 2022.
- MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- MARX, Karl. Teses sobre Feuerbach. *In*: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo. 2011.
- MARX, Karl. **Crítica do Programa de Gotha**. São Paulo: Boitempo. 2012.
- MARX, Karl. **O Capital**. Livro III. São Paulo: Boitempo. 2017.
- MARX, Karl. **Para a crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo, 2024.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A sagrada família**. São Paulo: Boitempo, 2003.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2ª. edição ampliada. São Paulo: Boitempo, 2008.

MOROZOV, Evgny. **Big Tech: A ascensão dos dados e a morte da política**. Tradução: Claudio Marcondes. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

OWEN, Robert. **A new view of society and other writings**. Londres: Everyman. 1927.

NETLAB (Laboratório de Estudos de Internet e Mídias Sociais). **A guerra das Plataformas Contra o PL 2630**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2023.

NETTO, José Paulo. **O que é marxismo**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

OLIVEIRA, Laís Pereira de; SOUZA, Maria Aparecida Rodrigues de. A desinformação como pilar da intersecção entre letramento informacional e tratamento temático da informação. **Liinc em Revista**, v. 17, n. 1, 2021.

PARACELSO (Philippus Aureolus Theophrastus Bombastus von Hohenheim). **Selected writings**. Londres: Routledge & Kegan Paul. 1951.

PARISER, Eli. **The Filter Bubble: What the Internet is Hiding from You**. New York: The Penguin Press, 2011.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 1ª ed. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2005.

POELL, Thomas; NIEBORG, David; VAN DIJCK, José. Plataformização. Tradução: Rafael Grohmann. *In: Revista Fronteiras – estudos midiáticos*. v. 22, n. 1, p. 2 - 9, 2020.

RAMOS, Pedro Henrique Soares. Towards a developmental framework for net neutrality: the rise of sponsored data plans in developing countries. **TPRC Conference Paper**, 2014.

RASTOGI, Nidhi; HENDLER, James. WhatsApp Security and Role of Metadata in Preserving Privacy. *In: ICCWS 2017 12th International Conference on Cyber Warfare and Security*. Academic Conferences and publishing limited, 2017. p. 269.

RIHAN, Bianca; SETTE, José Raphael. A “infodemia” e a conquista do Estado brasileiro: da Ditadura empresarial-militar ao consenso neoliberal. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, 2021.

RIHAN, Bianca; SETTE, José Raphael. Ditadura empresarial-militar, desinformação e neoliberalismo: permanências no movimento histórico brasileiro. *In: Rodrigo Moreno Marques; Manoel Dourado Bastos. (Org.). Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura: confrontando as barbáries do capital no século XXI*. São Cristóvão: Edições Ulepicc-Brasil. 2022.

RODRIGUES, Vicente Arruda Câmara. **Documentos (in)visíveis: arquivos da ditadura militar e acesso à informação em tempos de justiça de transição no Brasil**. 2016. 261 p. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade Nacional de Direito/UFRJ, 2016.

SEIBT, Taís; DANNENBERG, Murilo Dannenberg. Pandemia, desinformação e discurso autoritário: os sentidos das declarações de Jair Bolsonaro no Twitter a partir de

checagens do Aos Fatos. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, mai. 2021.

VALENTE, Jonas Chagas. **Tecnologia, informação e poder**: das plataformas on-line aos monopólios digitais. Tese (Doutorado em Sociologia), UnB, Brasília (DF), 2019.

## O uso humano de seres humanos no capitalismo de plataformas

Luis Henrique do Nascimento GONÇALVES<sup>1</sup>

### Introdução

A Teoria do Valor Trabalho (TVT) tem sido a principal base teórica para compreendermos a relação entre a exploração do trabalho e a tecnologia. Entretanto, ela não é a única contribuição que o materialismo histórico-dialético tem dado sobre este tema. Por exemplo, Sohn-Rethel (1978) chega às origens da separação entre o trabalho intelectual e o manual localizando as primeiras tecnologias da escrita e da matemática. Lukács (2013) expõe o caráter ontocriativo e ontonegativo da relação entre o produtor e seus meios, além de se aprofundar em suas dimensões teleológicas. Vieira Pinto (2005) constrói uma rica abordagem filosófica para a relação entre o ser social e a tecnologia, enfatizando seu caráter produtivo, contraditório, sócio-histórico e ideológico. Através da sua teoria do método instrumental, Vigotsky (2004) detalha como tais características se realizam na consciência dos produtores. Heller (1976) investiga as motivações por trás da atividade em geral e para a venda da força de trabalho em especial, bem como essas necessidades se transformam com o desenvolvimento das forças produtivas. E, mais recentemente, Oliveira (2021) nos atualiza sobre o caráter racialmente estrutural do processo ontonegativo com que o capitalismo produz sua força de trabalho, de Cristóvão Colombo a Elon Musk.

Neste capítulo, a partir das lentes teóricas da Psicologia Social Sócio-Histórica (PSSH), articularemos essas e outras abordagens para contribuir com os debates da Economia Política das Tecnologias da Informação e Comunicação (EPTIC) sobre certos aspectos da relação entre trabalho e tecnologia – em especial, *a hipótese do trabalho de usuário* (Gonçalves, 2023a).

Em síntese, a PSSH é o campo da Psicologia que combina, principalmente, o conjunto da obra marxiana com os primeiros estudos soviéticos da subjetividade

---

<sup>1</sup> Pesquisador da Fundação Oswaldo Cruz e do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho, Atividade e Subjetividade (NUTAS, PUC-SP). Pesquisa financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

(Vigotsky, 2000) e a ontologia do ser social (Lukács, 2013), dentre outros. Para este campo, na medida em que a realidade humano-social existe biunivocamente na objetividade e na subjetividade (Marx e Engels, 2007; Lukács, 2013; Mészáros, 2011; Furtado, 2011; Bock; Gonçalves, 2009), a compreensão adequada de tal realidade depende de captarmos a dialética entre estas suas duas dimensões.

Com base nessa abordagem, argumentamos que as tecnologias digitais mediam e expressam certas *relações sócio-historicamente essenciais* que se atualizam no capitalismo. Dentre elas, discutiremos aquela que, a partir de Norbert Wiener (1970)<sup>2</sup>, chamamos de *o uso humano de seres humanos* – isto é, a redução ontológica objetiva e subjetiva que forma uma classe de seres sociais para fins de humanização exclusiva de outra classe. Argumentamos que, em seu período neoliberal e de crise estrutural, essas relações podem realizar-se sob uma "dança frenética das aparências" (Oliveira, 2000), de modo que elas podem não ser plenamente apreendidas.

Afim de manter visíveis os vínculos entre o uso humano de seres humanos e suas voláteis aparências, na primeira seção deste capítulo vamos rever brevemente algumas dessas relações essenciais, a saber: (1) a cooperação para a produção de excedentes; (2) a sua apropriação por não-produtores (Sohn-Rethel, 1978); além (3) da mediação psicossocial fundamental para a conexão entre essas relações sociais, as chamadas *ferramentas psicológicas* (Vigotsky, 2004) – cuja função é controlar, de fora, o comportamento próprio ou alheio.

Na segunda seção, reconheceremos essas relações sociais ao discutirmos certos aspectos da *formação do valor da força de trabalho* no capitalismo digitalizado e neoliberal. A saber, quais são e como se dá o acesso às riquezas sociais necessárias “[...] para manter o indivíduo trabalhador como tal em sua *condição normal de vida*” (Marx, 2013, p. 317; grifos nossos) num contexto onde, crescentemente, seu usufruto se realiza não pela posse de produtos físicos, mas pelo efeito útil que eles produzem na enquanto serviços e outras formas imateriais altamente mediadas.

Apresentadas essas questões, na terceira seção podemos retornar à cooperação

---

<sup>2</sup> Norbert Wiener foi o matemático, psicólogo e cientista de computação que criou o conceito de *cibernética*, principalmente em seu livro "*The Human Use of Human Beings: Cybernetics and Society*", de 1950. Nesta obra, Wiener expande suas ideias sobre cibernética, explorando e justificando suas aplicações no controle social, como discutiremos na próxima seção.

capitalista (agora, complexa) e às ferramentas psicológicas, até chegarmos a um dos seus produtos fundamentais, os *dados digitais*. Argumentaremos que, ao reproduzirmos acriticamente léxicos corporativos como "mineração" e "coleta" para descrever a *objetivação* dos dados, nos escapa que este é, na verdade, o seu momento de *apropriação privada*. Com isso, deixamos de compreender como eles são de fato produzidos, por quem e como – o que nos fará reintroduzir a questão do trabalho de usuário. Para essa discussão, trataremos daquilo que chamamos de *a questão da transferência do trabalho no produto, ou na mercadoria*, ao observarmos algumas condições concretas de produção dos chamados dados comportamentais.

Com esse acúmulo, na Conclusão arremataremos nossa contribuição à polêmica hipótese do trabalho de usuário, desta vez, a partir da abordagem marxiana da *falsa troca simples* (Marx, 2011). No caso da produção de dados comportamentais, por exemplo, não é uma questão central se essa atividade pode ou não gerar valor de troca (e mais-valor). Por outro lado, o imperativo dos dados comportamentais para a reprodução capitalista forja mercadorias digitais "gratuitas" cuja principal razão de ser é a troca do acesso a esses valores de uso pela apropriação dos dados produzidos de inúmeras maneiras pelos usuários durante este consumo. Concluiremos reforçando aos críticos desta hipótese que essa troca não é nem simples, nem contingente e trivial.

### **Ferramentas psicológicas para a cooperação e a ontonegatividade**

De modos sócio-historicamente particulares, muitas sociedades se desenvolveram em torno da divisão do trabalho para a produção de excedentes. Nesses casos, quando "a dependência recíproca e multilateral dos indivíduos mutuamente indiferentes forma sua conexão social" (Marx, 2011a, p. 105), surgem as "condições para que o mais-trabalho de um transforme-se em condição de existência do outro" (Marx, 2013, p. 710).

Por sua vez, quando essa conexão social se desdobra em trocas entre produtores independentes, a conexão social torna-se mais complexa e desafiadora (Marx, 2013; Sohn-Rethel, 1978). Isso porque o fato de que "[...] a satisfação individual só é possível se houver uma forma de controle social [...]" (Sevignani, 2019, p. 527) não quer dizer que ele acontecerá necessariamente de modo voluntário. Por isso, o poder de realizar

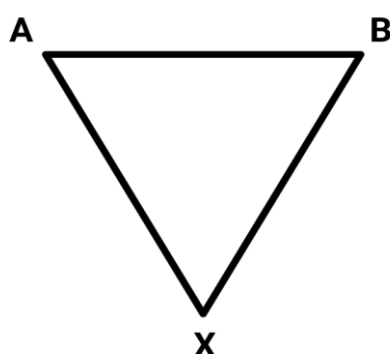


essa conexão sempre depende de "alguma combinação instável de coerções, emulações e exercício da liderança mediante o desenvolvimento do consentimento" (Harvey, 2004, p. 43). Para Lukács (2013), a necessidade dessa combinação produz uma série de transformações na estrutura originária do pôr teleológico. Agora, ele "[...] não está mais dirigido exclusivamente à transformação dos objetos naturais [...] mas quer induzir outros homens a realizar por si mesmos determinados pores desse gênero [...]" (Lukács, op. cit, p. 110). Assim, o "[...] próprio modo de comportamento e a própria interioridade passam a ser o objeto do pôr teleológico" (Lukács, op. cit, p. 110). Isto é, o comportamento cooperativo (ou coagido) passa ele mesmo a ser um produto social.

Segundo Vigotsky (1997), para que essa necessidade fosse resolvida foram exigidos, dentre outras formas, certos "sistemas de sinalização complexos, meios de conexão que orientam e regulam a formação de conexões condicionadas no cérebro de cada indivíduo" (Vigotsky, op. cit, p. 56). O autor está se referindo às *ferramentas psicológicas* – nós, *post-its*, algoritmos, notificações de WhatsApp –, produtos através dos quais podemos lembrar e orientar a nós ou aos outros do que deve ser feito.

Ocorre que as ferramentas psicológicas têm uma existência contraditória. Por um lado, Vigotsky (2004) demonstra que o seu surgimento é um dos demarcadores do nosso salto ontológico (Lukács, 2013). Com essas ferramentas, deixamos de regular nosso comportamento apenas em reação aos estímulos da natureza e passamos também a "auto-estimulação", determinando (ou seja, previamente idealizando) esse comportamento. O autor descreve as ferramentas psicológicas no contexto da sua teoria do *método instrumental*, onde as atividades não são mais apenas imediatas, passando também a ser realizadas mediadas pelas ferramentas, dinâmica pode ser resumida na figura abaixo:

Figura 1



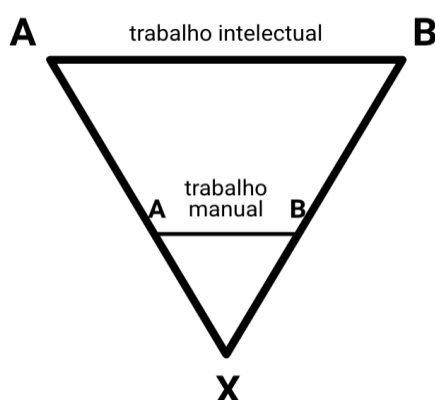
Fonte: Vigotski (2004)

De acordo com a figura 1, enquanto na memória cerebral a conexão entre dois estímulos – ex: (A) fome e (B) comida – é direta (A-B), com uma ferramenta psicológica – ex: aplicativo Ifood (X) – a lembrança é estabelecida pelas conexões A-X e X-B. Dessa forma, no método instrumental, *a atividade passa a ser proposta e ditada pela ferramenta psicológica* – ex: *design* de interface (*user interface*, UI) e da experiência do usuário (*user experience*, UX), algoritmos, dados etc.

Ocorre que, nas sociedades onde a produção de excedente é dirigida e apropriada por não trabalhadores, as ferramentas psicológicas sofrem profundas transversões. Segundo Sohn-Rethel (1978, p. 87), o “*feedback erosivo*” da troca entre produtores-proprietários sobre as relações comunitárias de produção fez com que esse intercâmbio se tornasse uma atividade específica, “[...] não originalmente como uma mediação da produção social”. Então, para que essa nova forma de conexão e comportamento social se (re)produzam, a escrita e a matemática foram desenvolvidas enquanto *ferramentas psicológicas para operações abstratas relativas à produção, mas à parte dos produtores*. Separado do trabalho manual, o conteúdo dessas prévia-ideações (leis, cálculos tributários, valor, juros etc.) “emerge com um sentido normativo peculiar e próprio, servindo como sua ‘lógica’” e conectado “desde o início com seu próprio senso de verdade e inverdade” (Sohn-Rethel, op. cit, p. 66).

Essas e outras mediações de segunda ordem (Lukács, 2013) são elementos fundantes das sociedades de classe, transvertendo também o triângulo de Vigotsky da seguinte forma:

Figura 2



Fonte: elaboração do autor.

Nestes casos, o *método instrumental é aplicado contra o próprio produtor*. Isto é, simplifadamente: (1) o ser que trabalha é reificado, sua ontologia é negada ou reduzida a um meio de realização – "instrumento animado" (Aristóteles, 2002), força de trabalho etc. – da classe que assim se produz em seu oposto (dos gregos ao Vale do Silício); (2) para isso, sua auto-estimulação – (A) necessidade > (X) teleologia instrumental > (B) objetivação – é subsumida enquanto parte da auto-estimulação da outra classe (figura 2); (3) assim apartado de aspectos decisivos do seu pôr teleológico (o que, para que, como, para quem), e tendo sua motivação reduzida à sobrevivência e reprodução, seu comportamento pode então ser estimulado de fora.

É importante registrar que para a economia política das TIC realmente existentes o processo aqui descrito aparece de forma invertida. Para esses campos, a redução ontológica do produtor, ao invés de ser *resultado* da luta de classes – e do racismo, patriarcado e colonialismo que a consubstanciam (Oliveira, 2021) –, vai aparecer enquanto *causa*, que Kant (1985) chama de *menoridade*. Isto é, a opção ou a condição natural que torna o indivíduo ou um povo incapaz de "fazer uso do seu entendimento *sem a direção de outro indivíduo*" (Kant, op. cit, p. 100, grifos nossos).

Com o surgimento da computação, o pressuposto da menoridade foi atualizado por Wiener (1970) a partir dos conceitos de *homeostase social e cibernética social*. Para o autor, dado que as entidades biológicas retardam sua entropia pela homeostase e a sociedade é um conjunto destas entidades, logo a tendência do ser social é meramente reproduzir seu estado de conservação. Assim, o desenvolvimento humano só é possível

através de uma cibernética social, onde o produtor é reduzido a um servomecanismo dirigido por um *kibernet*<sup>3</sup> (governador) racional e a ele externo.

Para antigos (Watson, 1913; Skinner, 1974) e novos behavioristas (Kahneman, 2012), esse governo pode ser exercido através de combinações entre estímulos (Pentland, 2014), restrições (Davis, 2020), arquiteturas de preferências (Kniess, 2022) e recompensas (Eyal, 2014). A economia comportamental reitera essa construção com sua teoria da *racionalidade limitada* (Simon, 1947; Ariely, 2008;), que por sua vez pode ser corrigida através de um *paternalismo libertário* (Thaler; Sunstein, 2003) organizado por agentes racionais da ciência, do Estado e do mercado (Pentland, 2014) através da satisfação instrumental (Katz; Khan, 1976) e de *arquiteturas de escolhas* (Norman, 2008). E por fim, conforme detalhamos em outro trabalho (Gonçalves, 2023), esses pressupostos dão sustentação teórica e técnica para o *design* de UX (Eyal, 2014) e o desenvolvimento de estruturas de *hardwares* e *softwares* como a inteligência artificial (Perdomo et al., 2020; Ward, 2022).

Até aqui, argumentamos que a conexão social (Marx, 2011) condicionada (Vigotsky, 2004) (tecnologias da informação e comunicação) é uma das mediações necessárias para que a redução ontológica e o uso humano de seres humanos (exploração) reproduzam as sociedades da apropriação sem trabalho (separação do trabalho intelectual e acumulação de excedentes). Com isso em mente, podemos investigar aspectos da reprodução dessas relações sócio-historicamente essenciais no capitalismo plataformizado.

### **Valores da força de trabalho**

No capitalismo, o uso humano de seres humanos – enquanto *produção* de força de trabalho para a cooperação coagida – tem como um dos seus momentos decisivos a falsa troca simples entre a mercadoria força de trabalho e a mercadoria-dinheiro (Marx, 2011). Para o portador da força de trabalho, o valor desta aparece na forma-salário, enquanto que para o portador do dinheiro o valor se apresenta como capital variável

---

<sup>3</sup> “[...] o *ciber-* em ‘cibernética’ e o *gover-* em ‘governo’ derivam da mesma raiz grega: *kyber-*, ‘dirigir ou guiar’, originalmente usado no contexto da navegação de navios” (Williams, 2018, p. 27). Da palavra *Κυβερνήτης* (*kibernetik*, governador em grego), Wiener deriva então a palavra *cibernética*.

(Marx, 2013). Desse modo, cada uma dessas formas do valor "se converte no espelho do valor" da outra (Marx, op. cit, p. 180). Além disso, o valor obtido pelo trabalhador nesta troca também tem que se converter em espelho do valor de outras mercadorias, aquelas correspondentes à sua "subsistência", portanto, "suficiente para manter o indivíduo trabalhador como tal em sua condição normal de vida" (Marx, op. cit, p. 317). Mas do que se tratam tais condições de vida?

a) Necessidades e valor da força de trabalho

Frequentemente, respondemos a esta pergunta exagerando na conotação homeostática (biológica) que a expressão "subsistência" confere a "condição normal de vida". É um exagero, em primeiro lugar, porque, mesmo nesses casos, essas carências só podem ser satisfeitas criando-se "necessariamente, no curso de sua atividade produtiva, uma complexa hierarquia de necessidades não-físicas, que assim se tornam condições igualmente necessárias a satisfação de suas necessidades físicas originais" (Mészáros, 2016, p. 79). Por exemplo, em certos casos, para subsistir, é necessário se ter uma conta bancária para se comprar um *smartphone* e um pacote de dados, que por sua vez são necessários para se baixar aplicativos sem os quais não se pode trabalhar por meio de plataformas (seja como entregador, professor ou comunicador).

Em segundo lugar, Marx (2013, p. 317) ressalta que, além dessas "necessidades imediatas", a motivação do trabalhador para vender sua força de trabalho tem certas *extensões*. Estas, "assim como o modo de sua satisfação", são elas próprias produtos históricos em grande medida influenciados pela cultura, moral, costumes e "outras exigências de vida", de modo que "a determinação do valor da força de trabalho contém um elemento histórico e moral" (Marx, op. cit.). Isso significa que certas necessidades – do terno para o culto às *skins* do Minecraft<sup>4</sup> – referem-se mais às carências relativas à humanização (autorrealização, compensações, fruição, hedonismo etc.) e, nestes termos, têm determinações também subjetivas (Gonçalves, 2023).

---

<sup>4</sup> Minecraft é um jogo *online* com mais de 121 milhões de usuários mensais. Fonte: <[www.statista.com/statistics/680139/minecraft-active-players-worldwide/](http://www.statista.com/statistics/680139/minecraft-active-players-worldwide/)>. Acesso em: 05 mar. 2022. *Skin* "[...] (ou pele) é uma camada de textura que é colocada sobre as centenas de modelos em vários *games*, não apenas em Minecraft". Ela é paga e tem por objetivo a personalização do avatar do jogador. Fonte: <<https://tecnoblog.net/responde/como-colocar-skins-no-minecraft/>>. Acesso em: 05 mar. 2022.

Em terceiro lugar, a possibilidade do indivíduo viver nessas "condições normais"<sup>5</sup> depende da sua inserção nas atividades que devem ser realizadas em uma sociedade específica, perfazendo as carências desta inserção enquanto *necessidades produtivas* (Sevignani, 2019). Para satisfazê-las, o indivíduo necessita conhecê-las e com elas lidar cognitivamente, o que faz surgirem *necessidades informacionais*, que tendem a se expressar e se concentrar cada vez mais nas ferramentas psicológicas como as TIC, perfazendo assim as *necessidades digitais* (Sevignani, op. cit) – por exemplo, o acesso a dispositivos digitais, conexão com internet, presença em redes sociais, cadastros *online* etc.

Adicionalmente, sabemos que a conexão social capitalista e suas condições normais de vida não dependem exclusivamente do trabalho produtivo (que produz valor). A concorrência para a realização do valor contido nas mercadorias depende de atividades não produtivas na esfera da circulação, como o trabalho comercial e de marketing. A reprodução ampliada (Marx, 2015) também depende indiretamente dos diversos papéis normativos e coercitivos do Estado, o que exige crescentemente, por exemplo, a força de trabalho improdutiva de burocratas e soldados (Harvey, 2004). O estágio financeirizado do capitalismo também exige a formação da força de trabalho improdutiva de bancários e corretores, dentre outros (Poulantzas; Blundi, 1975).

Temos até aqui, sinteticamente, três informações decisivas para compreendermos os *motivos* pelos quais vendemos nossa força de trabalho, bem como essas motivações formam o valor desta mercadoria. Em busca das nossas condições normais de vida, dependemos: (1) da posse de valores de troca equivalentes a essas condições, sejam na forma-dinheiro ou como força de trabalho (produtiva ou não); (2) da satisfação de necessidades não só do estômago, mas também da imaginação (Marx, 2013); e (3) de um crescente complexo de necessidades-mediação.

### **A dança frenética das aparências**

Com todos esses ângulos das necessidades sociais em mente, podemos então

---

<sup>5</sup> Em Marx (2013), a ideia de "condições normais de vida" alcançáveis mediante uma dada porção de mercadorias não se refere a uma vida digna e rica em necessidades (Marx, 2004), mas a reprodução do indivíduo enquanto portador da mercadoria força de trabalho, o que implica lhe satisfazer certas necessidades do estômago e da imaginação (Marx, 2013; Heller, 1976).

nos perguntar como se dá, atualmente, "o modo de sua satisfação", e como isso pode determinar a forma com que seu reflexo enquanto capital variável pode se apresentar.

Para este exercício, depois de conhecermos o jogo de espelhos do valor, tomaremos emprestado de Francisco de Oliveira (2000) a ideia de "dança frenética das formas". A partir dela, o autor discute as profundas transformações da forma-trabalho iniciadas no toyotismo e desdobradas com a revolução digital e os novos tipos de serviços e de precarização do trabalho. No caso deste último, vemos tanto a ascensão do "trabalho sem forma trabalho" (Abílio, 2017), quanto de "formas 'exóticas'" de um "trabalho abstrato virtual" que se apresenta "como diversão, entretenimento, comunidade entre trabalhadores e consumidores" (Oliveira, 2015, p. 137).

Essas novas formas, longe de negarem a TVT de Marx<sup>6</sup>, nos exigem, entretanto, um permanente cotejamento de suas manifestações para que as categorias marxianas possam ser nelas adequadamente reconhecidas. Vamos então repassar sinteticamente alguns aspectos da atual dança frenética entra as formas do valor, da mercadoria, do serviço, do trabalho e do capital variável.

No capitalismo industrial do século XIX e parte do século XX, as condições normais de vida (e a sua exploração) dependiam em grande medida da troca de frações da forma-salário por mercadorias físicas, que eram assim retiradas da esfera da circulação para serem consumidas na esfera privada (Marx, 2013). Hoje, em medida crescente, *os efeitos úteis de normalização da vida dos valores de uso não são usufruídos apenas pela sua posse*. Em muitos casos, o produto capitalista existe, desde a sua prévia ideação, se apresenta na forma de certas ferramentas psicológicas e seus produtos (dispositivos digitais, aplicativos, suas interfaces etc.). Mas estes, na verdade, são apenas a aparência de um complexo de outras ferramentas psicológicas (*datacenters*, CPU/GPU, IA etc.) que recebem, armazenam e produzem dados e outros valores de uso (e de troca), oferecendo-os aos usuários de inúmeras formas em suas superfícies acessíveis (Gonçalves, 2023).

Em tais casos, o efeito útil do produto capitalista pode perder a forma de uma mercadoria convencional e assumir a forma de serviços digitais (*pacote Office, Waze,*

---

<sup>6</sup> Ver nossa discussão em detalhes em Gonçalves e Furtado (2021a; 2021b) e Gonçalves (2023a; 2023b).

*Roblox, FitBit*<sup>7</sup> etc.) – o que aumenta a distância (objetiva e subjetiva) entre produção, produto, trocas e usufruto. Ainda assim, mesmo com o jogo de espelhos e a dança frenética das aparências, é possível reconhecer nesses novos "serviços" a formamercadoria e seu fetichismo<sup>8</sup>, agora renovados e radicalizados<sup>9</sup>.

Em alguns desses casos, o fato de que o efeito útil do produto não se realiza mediante cessão deste pelo capitalista em troca do seu equivalente na forma-dinheiro pelo consumidor não significa que uma troca de valores não aconteça, conforme descrito nos Termos de Uso da maioria das mercadorias digitais "gratuitas", que veremos adiante. Além disso, novas relações sociais e produtivas podem ocorrer nesta dança das formas. Por exemplo, na medida em que o produto não sai da posse do capitalista mas, de certas formas, está simultaneamente disponível para o consumidor, faz com que o capitalista passe a controlar o consumo de formas inéditas. Como nunca, ele pode observar os modos de consumo, aprender com eles, e buscar influenciá-los e controlá-los através de *scripts, trackers, API, affordances, atualizações, design* de UX e seus *nudges, recompensas variáveis* etc., como na figura 2 (Furtado; Gonçalves, 2021b; Gonçalves, 2023).

Nesta dança, o produto também pode nunca deixar a esfera da produção, pois é permanentemente modificado (produzido) – em parte, pelo *feedback* do consumo. E sempre pode ainda estar na esfera da circulação, seja porque não pode dela ser retirado fisicamente, seja porque pode ser modificado a qualquer momento pelo usuário ou pelo desenvolvedor<sup>10</sup> mediante novos pagamentos por novos recursos<sup>11</sup>. E pode sempre

---

<sup>7</sup> *Roblox* foi o jogo eletrônico mais consumido no Brasil em 2023, segundo o Relatório Games no Brasil. Disponível em: <https://materiais.opinionbox.com/relatorio-games>. Acessado em: 20/2/2024. *Fitbit* é um aplicativo e seus dispositivos (pulseira, *smartwatch* etc.), que podem monitorar dados de saúde.

<sup>8</sup> Enquanto: (1) mistificação do capital e ocultação da exploração do trabalho (Marx, 2013); (2) perda da produção como critério de compreensão da realidade (Furtado; Svartman, 2009); e (3) a consequente transferência psicossocial do poder humanizador do trabalho para o seu produto (Marx, op. cit.).

<sup>9</sup> Idem nota 6.

<sup>10</sup> Neste texto, sempre usaremos o termo "desenvolvedores" nos referindo principalmente a matemáticos, psicólogos, engenheiros de programação, *designers*, analistas de marketing, economistas, administradores, advogados, além de capitalistas produtivos, comerciantes e financeiros que, efetivamente, desenvolvem essas mercadorias e serviços em seus vários e combinados aspectos.

<sup>11</sup> Ver: HEALY, Euan. Dating apps test just how much users will pay for love. Financial Times, 2024. Disponível: <[www.ft.com/content/83cd07a3-134c-4df7-ab6a-08752c724bbe](http://www.ft.com/content/83cd07a3-134c-4df7-ab6a-08752c724bbe)>. Acesso: 20/2/2023.



estar na esfera do consumo pois, além das discutidas motivações para seu usufruto, em certos casos, sua disponibilidade é automática e aparentemente gratuita, como no caso dos aplicativos pré-instalados "sem custo" nos *smartphones*.

Por fim, essa dança pode tomar um ritmo ainda mais inusitado quando observamos que 97% dos cerca de 2,56 milhões de aplicativos disponíveis em lojas virtuais são acessíveis e consumíveis pelo usuário *sem a sua troca pela forma-dinheiro*<sup>12</sup>. Esta curiosa forma aparece por meio do chamado “mercado de três participantes”, em que o terceiro paga os custos de transação entre os outros dois (Anderson, 2017). Por exemplo, a Meta explica nos Termos de Serviço de sua principal rede social que, “[...] em vez de pagar pelo uso do Facebook [...] você concorda que podemos lhe mostrar anúncios que empresas e organizações nos pagam para promover dentro e fora dos Produtos das Empresas do Facebook”. Ocorre que o mercado de três participantes não é a única condição para esse acesso e usufruto.

### **O trabalho de usuário**

Para seguir compreendendo em que relações o usuário se envolve com a Meta é preciso continuar lendo os Termos de Serviço do Facebook, que nos informa que

[...] o conteúdo que você compartilha ou carrega, como fotos e vídeos, pode ser protegido por leis de propriedade intelectual. [...] Para fornecer nossos serviços, *precisamos que você nos conceda algumas permissões legais (conhecidas como “licença”) para usar esse conteúdo*. Isso é apenas para fins de fornecimento e melhoria dos nossos Produtos e Serviços. [...] Especificamente, quando você compartilha, publica ou carrega conteúdo protegido por direitos de propriedade intelectual em nossos Produtos ou em conexão com nossos Produtos, você nos concede uma licença [...] válida mundialmente para hospedar, usar, distribuir, *modificar*, veicular, *copiar*, executar publicamente ou exibir, traduzir e *criar trabalhos derivados de seu conteúdo* [...]. (Facebook, 2020; grifos nossos).

Esta nova relação de troca<sup>13</sup> – direito de usufruto de propriedade alheia

---

<sup>12</sup> Segundo o site [businessofapps.com](https://www.businessofapps.com/data/app-statistics/) há cerca de 2,56 milhões aplicativos disponíveis no mundo acessíveis pela Apple Store ou Google Play Store. Disponível em: <<https://www.businessofapps.com/data/app-statistics/>>. Acesso em: 09 mar. 2022. Segundo o site [statista.com](https://www.statista.com/statistics/266211/distribution-of-free-and-paid-android-apps/), em dezembro de 2021, 97% dos aplicativos do Google Play Store eram gratuitos. Disponível em: <<https://www.statista.com/statistics/266211/distribution-of-free-and-paid-android-apps/>>. Acesso em: 09 mar. 2022

<sup>13</sup> Idem nota 6.

(Facebook) em troca da apropriação dos dados produzidos nas atividades do seu consumo – é também descrita por um dos seus ideólogos e tecnólogos, o psicólogo e investidor do Vale do Silício Nir Eyal. Para ajudar os desenvolvedores a criarem produtos e serviços digitais vencedores, Eyal (2014) criou o Modelo do Gancho, um roteiro de quatro passos para o desenvolvimento de *design* de UX.

Resumidamente, os desenvolvedores devem: (1) criar *gatilhos*, isto é, relacionar certos aspectos do sociometabolismo digitalizado a necessidades psicológicas (senso de oportunidade, tédio, medo, prazer etc.); (2) disponibilizar *ações instantâneas* para reagir ao desconforto causado pelo gatilho (ex: sacudir um *smartphone* de modo que inicialize sua câmera para gerar um conteúdo em uma rede social); (3) fornecer uma *recompensa variável* relativa à ação (ex: *likes*, seguidores etc.) (Eyal, 2014).

O quarto passo do Modelo do Gancho é o *investimento*. Depois de ser habituado ao consumo de uma mercadoria digital, esta é a fase durante a qual "o usuário faz um pouco de trabalho" ao colocar "algo de valor no sistema", como "tempo, dados, esforço, capital social ou dinheiro" (Eyal 2014, p. 11). Mas a que tipo de trabalho Nir Eyal está se referindo?

### **A questão da transferência do trabalho no produto, ou na mercadoria**

Para respondermos mais diretamente a esta pergunta, precisamos antes rever certas características do trabalho capitalista. Nosso ponto de partida (e de chegada) é a *questão da transferência do trabalho no produto, ou na mercadoria*. Marx caracteriza este processo, primeiro em seu aspecto simples, da seguinte forma:

[...] a atividade do homem, com ajuda dos meios de trabalho, opera uma transformação do objeto do trabalho segundo uma finalidade concebida desde o início. [...] O trabalho se incorporou a seu objeto. [...] O que do lado do trabalhador aparecia sob a forma do movimento, agora se manifesta, do lado do produto, como qualidade imóvel, na forma do ser. (Marx, 2013, p. 330)

Nas diferentes formas de produção pré-capitalista, esse processo dependia determinantemente do conhecimento e da habilidade psicofísica do produtor individual e também da divisão técnica e da cooperação simples entre os trabalhadores (Marx, 2013; Lukács, 2013). Entretanto, do trabalho fabril ao digital, esses aspectos se transformam profundamente.

Como explica Oliveira (2015, p. 139), “[...] a revolução molecular-digital anula a fronteira entre ciência e tecnologia: as duas são trabalhadas agora num mesmo processo, numa mesma unidade teórico-metodológica”. Por exemplo, no caso da produção de mercadorias digitais,

Em geral, a “maquinaria” com a qual se transmite e se cristaliza o trabalho [...] são os *hardwares* e *softwares* especificamente organizados para esta finalidade produtiva. Alguns desses *softwares* [...] têm a propriedade de introduzir informações (comandos ou dados) de fora para dentro desse sistema produtivo (um cadastro, um *upgrade*, uma biometria, uma compra etc.). Neste adição, o produto vai se constituindo como valor de uso, seja de forma semi-acabada (um *log* de *cookie*), finalizada (um *e-book*), ou atualizável (um banco de dados). (Gonçalves; Furtado, 2021b, p. 187)

Além disso, a produção capitalista (material ou “imaterial”) se realiza na parcialização do trabalho e do produto. Trata-se do desmembramento das transformações necessárias ao produto em operações menores e mais específicas possíveis; “[...] processo no qual cada operação se cristalizou como função exclusiva de um trabalhador” (Marx, 2013, p. 512). Essas são operações parciais e mutuamente complementares que – nos limites das ciências produtivas de cada época, segmento e concorrente – passam a ser atribuídas simultaneamente aos trabalhadores parciais e às máquinas que cooperam com eles de forma igualmente específica e flexível<sup>14</sup> (Marx, op. cit). Parcializados, esses trabalhos são organizados em novas formas de *cooperação*, ou seja, “[...] a forma de trabalho dentro da qual muitos indivíduos trabalham de *modo planejado uns ao lado dos outros e em conjunto*, no mesmo processo de produção ou em *processos de produção diferentes porém conexos*” (Marx, 2013, p. 498; grifos nossos).

A cooperação parcializada atinge seu ápice na produção das mercadorias “imateriais” digitais. Uma nova mercadoria (por exemplo, um novo site de vendas para a Adidas) “[...] pode ser produzida por inúmeros trabalhadores atuando sincrônica e

---

<sup>14</sup> Isso vale tanto para máquinas que foram feitas para uma única função (ex: para soldagem de SMD – *Surface Mounted Device*, ou componente montado em superfície de placas eletrônicas), quanto para os computadores convencionais, que podem executar inúmeras tarefas diferentes mas que, numa dada circunstância, estão configuradas ou simplesmente são usadas para uma finalidade específica (ex: rotulagem de imagens para treinamento de IA). Da mesma forma, os trabalhadores nem sempre sabem qual produto irão coproduzir, cabendo-lhes apenas aceitar ou não executar a microtarefa (Abilio, 2019).

assincronicamente, possivelmente em diferentes países, em inúmeras partes e tarefas com tempo de trabalho determinado muito variados” (Gonçalves; Furtado, 2021b, p. 186). Em muitos desses casos, parte do processo produtivo é integrado através das *Applications Programming Interface (API)*<sup>15</sup> e *Softwares Development Kits (SDK)*<sup>16</sup>, enquanto *trackers*, *pixels* e *cookies*<sup>17</sup> codificam nossa navegação na internet em dados com valor de uso capitalista (Facebook, 2020; George, Haas, Pentland, 2014). Os trabalhos parciais de programadores, *designers*, *crowdworkers* etc. podem ser entregues em formas diversas e medidas em segundos, sem que eles necessariamente saibam o seu propósito ou produto final, em um gerenciamento algorítmico baseado na “dispersão do trabalho e centralização do controle” (Abílio; Amorim; Grohmann, 2021, p. 32).

Com base nesta discussão, podemos afirmar que, *sob certas circunstâncias*, o trabalho de soldagem de uma *Surface Mounted Device* poder expressar a mesma relação social e os mesmos resultados *enquanto capital*<sup>18</sup> que no trabalho, por exemplo, de digitação de dados num formulário. Isso porque, a qualidade do trabalho singular ou a variação da composição orgânica do capital não alteram esse resultado. O processo também seria o mesmo se o produto for uma etapa ou parte interna de outro produto (ex: um módulo de validação de usuário), ou se ele está em estado executável (um aplicativo); se é realizado por um engenheiro altamente especializado, ou por um

---

<sup>15</sup> API são interfaces de programação (“fronteiras” compartilhadas) que organizam trocas de informações entre diferentes sistemas ou *softwares*. Metaforicamente falando, as API cumprem certa função logística no fluxo de dados, permitindo e organizando o acesso de certos agentes a certos bancos de dados conforme suas especificações (D'Andréa, 2020). As API permitiram, por exemplo, que os dados dos usuários do Facebook fossem obtidos pela Cambridge Analytics.

<sup>16</sup> SDK são pacotes de ferramentas de programação que facilitam a construção de *softwares* em conformidade com outros *softwares* principais, ao invés deles serem codificados do zero. Por exemplo, os aplicativos que criam ilustrações ou efeitos especiais nas fotos de perfil dos usuários do Instagram, para funcionarem na plataforma, precisam ser programados a partir dos SDK fornecidos pela Meta.

<sup>17</sup> *Pixels* e *cookies*, assim com os *trackers* são diferentes códigos invisivelmente atuantes nos aplicativos e outros *softwares* instalados nos dispositivos dos usuários. Sua função é monitorar as atividades de usuário que sejam do interesse dos desenvolvedores desses códigos, convertendo-as na forma de dados.

<sup>18</sup> Usamos o termo “enquanto capital” quando, originado ou não do mais-trabalho assalariado, *um produto digital é apropriado para atuar como capital*. Ou seja, enquanto um ativo *apropriado* por um capitalista que quer valorizá-lo, seja na produção, como serviço ou renda (Harvey, 2004; Paulani, 2016). Esta é a chave analítica que nos permite ver o trabalho de usuário para além da produção (ou não) de valor, reconhecendo-o, entre o jogo de espelhos do capital e a dança frenética das suas aparências, a partir da abordagem marxiana de falsa troca simples (Marx, 2011), como veremos adiante.

operador de telemarketing; se seu usufruidor realizará um consumo particular (Duolingo) ou produtivo (Photoshop). Enfim, trataria-se do mesmo processo sempre quando uma tecnologia (Vieira Pinto, 2005), independente da sua forma, tiver a capacidade técnica e científica de determinar a atividade humana a ser realizada; *se puder ser ativado pela e absorver essa atividade enquanto força de trabalho*; objetivando neste processo um resultado previamente idealizado que produz efeitos úteis ou que transforma objetos em outros objetos, especificamente com a intenção de serem apresentados socialmente enquanto capital (Gonçalves; Furtado, 2021b).

### **Trabalho de usuário na cooperação complexa**

Essas e outras inúmeras formas de parcialização e cooperação, em combinação com as bases tecnológicas e subjetivas da sua comunicação, articulação e comando, além das incalculáveis finalidades, compradores e intermediadores dessa força de trabalho, são exemplos contemporâneos da *cooperação complexa* (Marx, 2013; Alves (2020). Mais do que uma mera evolução tecnológica e gerencial, a cooperação complexa é “[...] uma nova forma de produção de mercadorias, para evitar que a substituição do trabalho vivo por trabalho morto rompa com os limites da valorização do valor” (Teixeira; Frederico, 2008, p. 108). Para Souza (2018, p. 63), ela representa “[...] uma poderosa interação entre os trabalhos produtivos e improdutivo, materiais e não-materiais, intelectuais e braçais, o que torna muito difícil a compreensão da criação de valor e extração de mais-valor”. Neste sentido, segundo Alves (op. cit, p. 52), a cooperação complexa perfaz uma “interpenetração [...] das forças produtivas materiais e das forças produtivas cognitivas sociais e humanas”.

Mas a cooperação complexa não se refere apenas a produção de mais-valor, podendo ser também modelo e mediação para outras formas do uso humano de seres humanos. Aquino (2008, p. 24, grifos nossos) observa que “a persistência e a ampliação do *trabalho abstrato como princípio organizador da produção da vida social*” pode desdobrar-se em *novos modos de formação de força de trabalho*, “na qual todos os indivíduos se transformam, fora do trabalho, enquanto ‘consumidores’, em trabalhadores sem contracheque”. No atual desenvolvimento das forças produtivas, torna-se possível para o capital aproveitar fragmentos separados de tempo “[...] para

recombiná-los em uma esfera separada daquela correspondente à vida individual do trabalhador. Assim, produz-se uma verdadeira cisão entre a percepção subjetiva do tempo fluindo e a recombinação objetiva do tempo" enquanto tempo de produção (Berardi, 2007, p. 90). Por fim, nesse contexto, “[...] a sociedade mesmo se transforma numa grande ‘fábrica sem muros’”<sup>19</sup> (Teixeira; Frederico, 2008, p. 98).

Na subseção anterior, Marx (2013, p. 326) nos explicou que, na produção capitalista, o trabalhador “[...] se torna *actu* [em ato] aquilo que antes ele era apenas *potentia* [em potência], a saber, força de trabalho em ação”. Com tudo isso, argumentamos que, no capitalismo digitalizado, aquilo que era *potentia* nos séculos XIX e XX – *as atividades e gestos humanos que podem ser incorporados em valores de uso ou podem produzir outros efeitos úteis* (e, eventualmente, valores de troca) (Fígaro, 2022) – hoje ampliou-se radicalmente, fazendo com que sua transformação em *actu* seja tão possível quanto necessária, independente da consciência do seu realizador<sup>20</sup>.

Em conjunto, toda nossa discussão até aqui é o enquadramento sociotécnico, político-econômico e psicossocial que propomos para avançarmos na compreensão do trabalho de usuário. Vimos que, de certas formas, (1) não existe trabalho capitalista (produtivo ou não) sem tecnologias projetadas para absorver as atividades e gestos humanos organizados de forma parcializada e cooperada; (2) que estes atos são transferidos para um produto ou efeito útil que então serão reivindicados enquanto capital; (3) e que a teleologia deste processo está separada do seu executor, tornando-o dele parcialmente inconsciente. (4) Vimos também como as literaturas corporativa e mercadológica confirmam este processo no recorte que nos interessa – os aplicativos "gratuitos" –, ao mesmo tempo em que o "encriptografa" enquanto uma troca simples de direitos de usufruto de propriedades alheias – *softwares* por "conteúdos" (Cosio, 2017).

---

<sup>19</sup> Apenas a título de registro, o termo “fábrica sem muros” é muito próximo ao de “fábrica social”, usado, sobretudo, pelo campo que gira (ou girava) em torno do chamado operáismo italiano. Embora Teixeira e Frederico (2008) diverjam desse campo político-teórico de muitas formas, o termo alude ao mesmo fenômeno que, entretanto, é construído teoricamente de formas substancialmente distintas entre essas referências, assunto que foge ao nosso foco.

<sup>20</sup> Ver nota 6.

## Dados comportamentais

Essa discussão permite renovarmos nossa atenção acerca de um dos mais importantes e pouco compreendidos produtos das atividades dos usuários de mercadorias digitais "gratuitas", os *dados digitais comportamentais* (Bruno, 2013; Gerlitz; Helmond, 2013; Pentland, 2014; George; Haas; Pentland, 2014; Bharat; Lawrence; Sahami, 2016; Hartzog, 2018; Nieborg; Helmond, 2019; Zuboff, 2021; Ward, 2022). Ao contrário do que o termo sugere, eles não se referem apenas a hábitos de consumo ou características psicológicas dos usuários. Em geral, inicial e resumidamente, tratam-se de dados biomédicos, biométricos, conteúdos de redes sociais e outros aplicativos, modos de digitação, históricos de navegação, localização, tipo de conexão e *hardwares*, além de registro comercial, bancário, de identidade e de saúde etc., referentes e/ou produzidos por cada usuário individualmente.

Esses dados são *coletados* dos usuários ou intermediários pelos desenvolvedores – isto é, apropriados ou acessados depois de objetivados – principalmente em troca da forma-dinheiro, cessão de uso de bens ou mera espoliação (Seto, 2020; Gonçalves, 2023a); por exemplo, por meio de "raspagens" de repositórios abertos (ex: *timelines* de redes sociais) ou uso de API para bancos fechados (dados de saúde), além de *uploads*, digitação, *cookies* e sensores (câmera, som, acelerômetro, GPS etc.) dentre outras formas de interações humano-computador (Pentland, 2012; 2013).

Isoladamente, esses dados podem ser "não essenciais, com valor limitado ou zero para o parceiro de coleta de dados original" mas que, ao serem "coletados para uma finalidade diferente, [...] podem ser recombinaados com outras fontes de dados para criar novas fontes de valor" (George, Haas e Pentland, 2014, p. 2)<sup>21</sup>. Uma dessas finalidades é aplicá-los enquanto insumos para a produção de padrões probabilísticos que, arbitrariamente (Ward, 2022), correlacionam indivíduos e populações a determinados comportamentos<sup>22</sup> – não só os pré-existentes como também os desejáveis (Pentland 2014; Bruno, 2013; Ward, op. cit).

---

<sup>21</sup> No trabalho parcializado, "cada máquina parcial fornece à máquina seguinte sua matéria-prima, e uma vez que todas atuam simultaneamente, o produto encontra-se tanto nos diversos estágios de seu processo de formação como na transição de uma fase da produção a outra" (Marx, 2013, p. 558).

<sup>22</sup> Entendendo por comportamento os pores teleológicos e processos psicológicos afetiva e sócio-historicamente determinados que influenciam como as pessoas interagem com e significam o mundo social (Vygotsky, 1978).

Aqui, mais uma vez, reencontramos o uso humano de seres humanos com a inversão do método instrumental por meio da aplicação das ferramentas psicológicas para o controle do comportamento alheio. Isso porque o valor de uso pré-concebido desses padrões matemáticos é a possibilidade dos desenvolvedores usarem as mercadorias digitais para atuar sobre os indivíduos e populações a eles relacionados (Bruno, 2013; Ward, 2022) – solicitando, exigindo, incentivando, desencorajando, recusando ou permitindo (Davis, 2020). Por sua vez, este valor de uso pertence a uma cadeia de mediações de segunda ordem que incidem, por exemplo, sobre práticas de consumo (Ward, op. cit), preferências políticas (Pennycook; Rand, 2021.) ou riscos securitários (Sadowski, 2023).

E por fim, dentre outras finalidades possíveis, o efeito esperado dessa incidência seria a redução de custos, aceleração e ampliação da acumulação de capitais (como na microsegmentação e na securitização) (Dantas, 2019; Santos, 2013; Srnicek, 2019) e/ou o auxílio em tarefas da reprodução ampliada (como a persuasão furtiva em eleições) (Bond et al., 2012). Por conta destes potenciais, os dados comportamentais tornaram-se concorrencialmente cruciais, formando, por exemplo, um mercado de corretagem avaliado em mais de US\$ 257 bilhões<sup>23</sup>, assim como um faturamento de US\$ 1,41 trilhão apenas entre as seis das maiores plataformas que oferecem serviços "gratuitos".<sup>24, 25</sup>

Em todos esses casos, *os dados que se tornam comportamentais* não preexistem na natureza, não se objetivam espontaneamente e, como nos explicaram os cientistas-ideólogos George, Haas e Pentland (2014), esses dados *não são contingentes*. Ao contrário, mas de uma forma inesperada, esses dados são objetos com valores de uso previamente idealizados pelos desenvolvedores e que são produto da interação humano-computador.

---

<sup>23</sup> Maximize Market Research (2022). Data Broker Market: Global Industry Forecast (2022-2029). Disponível em: <https://www.maximizemarketresearch.com/market-report/global-data-broker-market/55670/>. Acesso em 03 dez. 2022.

<sup>24</sup> Soma do faturamento das empresas Apple, Alphabet, Meta, Amazon, Jingdong e Alibaba. Fonte: FORTUNE (2022). Disponível em: <https://fortune.com/global500/2021/>. Acesso em: 03 dez. 2022.

<sup>25</sup> Como sabemos, grande parte desse faturamento devém da renda informacional em geral e da atividade publicitária em particular (Dantas, 2019). Entretanto, também sabemos que os dados comportamentais são insumos matriciais para a realização dessas formas de produção, circulação e acumulação (Sadowsky, 2019). Para mais detalhes, rever a nota 6.



Por isso, expressões de origem corporativa tais como "mineração", "extração" e "coleta" na verdade atuam como despistamentos das relações de produção desses dados, podendo refletir aquilo que Marx (1978) chama de *mistificação do capital*. Para o autor, a abstração real da propriedade privada dos meios de produção “[...] instala-se a tal ponto na imaginação” dos agentes sociais, de forma que os elementos da natureza implicados na produção (matérias primas, máquinas, energia etc.) apresentam-se como valores de uso do capital e como partes suas. Nessa mistificação, “[...] as formas sociais de seu próprio trabalho – objetiva e subjetivamente –” tornam-se uma relação “[...] mais complicada e aparentemente mais misteriosa [...]” para os trabalhadores; elas “[...] apresentam-se como obra do capital [...]”, “[...] como algo alheio, objetivo, preexistente a eles, que ali estão, sem a sua participação [...] na medida em que [são] objetivas” (Marx, 1978, p. 86, 85, 87).

O que estamos argumentando aqui é que, na medida em que os dados comportamentais são concorrencial e massivamente necessários e é a atividade humana quem causa os dados, logo *a própria atividade deve ser causada* (Gonçalves, 2023c), especialmente por meio do consumo das mercadorias digitais "gratuitas". Essa produção de dados é suficientemente imperativa para que ela seja *a principal razão de ser da existência* de muitos aplicativos e seus mercados – não que as necessidades a eles relacionadas não existam ou não sejam satisfeitas de algum modo, mas que esta *não é a finalidade* para o mercado, mas sim *uma mediação* (tal como na figura 2). Isto é o que chamamos de *diluição do trabalho pela diversificação e intensificação de práticas de consumo*, isto é, o trabalho de usuário (Gonçalves, 2023a).

Por tudo isso, é difícil não reconhecer certas atividades de usuário enquanto trabalho implícito, não contingente, necessário, disputado, mercadorizado, sistemático, massivamente exigido, pré-organizado, parcializado e complexamente cooperado – atuando como capital (Marx, 1978), independente de produzir ou não "corpos de valor" (Marx, 2013). No uso cotidiano de *smartphones* (6,5 bilhões de dispositivos no mundo)<sup>26</sup>, trata-se de um conjunto de ações: parcializadas (um *log*, um *post*, 15 minutos

---

<sup>26</sup> Fonte: <<https://encurtador.com.br/epDP4>>. Acesso em: 13 mar. 2022.

de corrida com o *Nike Run Club*<sup>27</sup>); intermitentes (abrindo o *WhatsApp* entre 23 a 25 vezes por dia<sup>28</sup>); intensivas (cerca de 9 horas por dia<sup>29</sup>); massivas (4,2 bilhões de curtidas no Instagram por dia<sup>30</sup>); complexamente cooperadas (milhões de usuários com o mesmo perfil psicométrico coproduzindo-o<sup>31</sup>); cujo produto (parcial ou não) será apropriado e/ou usufruído por diferentes capitalistas que investem na produção dessas mercadorias digitais, num *novo e estranho tipo de fenomenologia da forma-mercadoria, da falsa troca simples e da forma-trabalho* (Oliveira, 2000; Gonçalves; Furtado, 2021a; Gonçalves; Furtado, 2021b).

Independente do meio de sua produção (sensor ou digitação), coleta/apropriação (API ou raspagem), da sua natureza (texto ou audiovisual), tamanho (*bytes* ou *terabytes*), referência (cardiológica ou localização) ou finalidade (lazer ou trabalho), *esses dados podem ser postos como produtos parciais de outros produtos*<sup>32</sup> – mesmo que, neles, tais dados percam totalmente sua existência original (como acontece nos processos industriais); mesmo que o produto final (trajeto no Waze) seja oferecido ao próprio usuário justamente na forma do valor de uso que origina essa falsa troca simples (ex: TikTok, DropBox), ou a terceiros na forma de serviços (ex: pontuações de crédito, seguros, microsegmentação publicitária, demografia para políticas públicas etc.) (Pentland, 2012; 2013; 2014; Ward, 2022).

Certamente, os dados produzidos por você em segundos e meia dúzia de toques no *WhatsApp*, enquanto sua companhia vai e volta do banheiro em um bar, parecem desprezíveis enquanto trabalho e aparentemente irreconhecíveis enquanto produção de um valor de uso para a valorização de capitais investidos. Contudo, tanto nos referimos nesse exemplo a um aplicativo usado por 2 bilhões de usuários<sup>33</sup> (ou

---

<sup>27</sup> *Nike Run Club* é um aplicativo de gerenciamento de corridas da Nike com mais de 1 milhão de usuários.

<sup>28</sup> Fonte: [www.digitalmarketing.org/blog/how-much-time-does-the-average-person-spend-on-social-media](http://www.digitalmarketing.org/blog/how-much-time-does-the-average-person-spend-on-social-media). Acesso em: 11 mar. 2022.

<sup>29</sup> Fonte: Most Connected Countries. Disponível em: <https://www.proxyrack.com/most-connected-countries/>. Acessado em: 23/2/2024.

<sup>30</sup> Fonte: <https://siteefy.com/instagram-statistics/>. Acesso em: 11 mar. 2022.

<sup>31</sup> Ver LAMBIOTTE, Renaud; KOSINSKI, Michal. *Tracking the digital footprints of personality*. Proceedings of the IEEE, v. 102, n. 12, p. 1934-1939, 2014.

<sup>32</sup> Como já citado nos termos de serviço do Facebook.

<sup>33</sup> Fonte: <https://www.statista.com/topics/2018/whatsapp/>. Acesso em: 10 mar. 2022.

produtores parciais) quanto que, como nos lembra Marx (2013, p. 533) “[...] o trabalhador parcial não produz mercadoria. Apenas o produto comum dos trabalhadores parciais converte-se em mercadoria”.

Essas diversas atividades transformativas, computacionalmente parcializadas, conectadas pelas telecomunicações e APIs e gerenciadas de forma gamificada e algorítmica, atualizam o trabalho cooperado desvelado por Marx no século XIX. Mais do que nunca e agora de modo automático e muitas vezes virtual, atividades como as dos usuários produzem objetos e efeitos úteis pré-idealizados em “operações parciais e mutuamente complementares”; atuando virtual e factualmente “uns ao lado dos outros e em conjunto”; e em “processos de produção diferentes porém conexos” (Marx, 2013 p. 498) – basta olhar para o quê a maioria das pessoas faz numa viagem de transporte público ou em filas<sup>34</sup>).

Mesmo que distintos das formas historicamente determinadas com as quais a teoria do valor-trabalho os captou; mesmo que na ausência de formas estáveis e socialmente acordadas de trabalho; mesmo que de formas "frenéticas", inovadoras e ainda mais contraditórias e pouco compreendidas; e mesmo que independente da forma fenomênica com que se expressem e do grau de consciência dos indivíduos, *enquanto resultado concreto, tais processos e seus efeitos práticos seguem sendo o de transferência do trabalho nos produtos (e serviços) ou, sob certas circunstâncias, nas mercadorias*<sup>35</sup>.

## Conclusão

Com toda essa discussão, e partindo de Marx (2011, p. 352), poderíamos então nos perguntar se para o usuário, “[...] o que é essencial é que a finalidade da troca [...] é

---

<sup>34</sup> Por exemplo, segundo o Ibope, apenas em 2012, 58% dos brasileiros usavam *smartphones* durante suas viagens de transporte público e 84% enquanto estão em filas. Disponível respectivamente em: <https://glo.bo/3MNYjT0>; <https://epocanegocios.globo.com/Informacao/Resultados/noticia/2012/08/ibo-pe-84-dos-brasileiros-acessam-internet-enquanto-estao-em-filas.html>. Acessos em: 13 mar. 2022.

<sup>35</sup> As circunstâncias onde o trabalho se incorpora em mercadorias de forma mais explícita ou convencional não são o foco deste trabalho, mas sim as zonas cinzas da falsa troca simples entre o direito de uso de *software* alheio e o trabalho que produz dados.

Nosso interesse não é sobre as situações em que o produto do trabalho de usuário é *incorporado em mercadorias de forma explícita* (por exemplo, quando a Meta vende e/ou aufere renda sobre esses novos dados)

o objeto imediato da necessidade, não o valor de troca enquanto tal”? Parece-nos que, com essas "máquinas automáticas" (Gonçalves, 2023a), agora é o usuário, tornado *prosumer*<sup>36</sup>, “[...] encontra-se nessa troca como igual frente ao capitalista, [...] ao menos de acordo com a aparência” (Marx, op. cit, p. 352). Entretanto, no processo apresentado como troca simples – licença para a captura da atividade humana na forma de dados em troca da saciedade de uma necessidade –, o capitalista poderia, em certas situações, estar recebendo “[...] o próprio trabalho, o trabalho como atividade que põe valor, como trabalho produtivo” (p. 352), ou “[...] força produtiva e *força reprodutiva do capital*, uma força pertencente ao próprio capital” (Marx, 2011, p. 338, grifos nossos). Nesses termos, “[...] na realidade, essa igualdade já está desfigurada pelo fato de que [...]” (p. 352) a relação do usuário-*prosumer* “[...] com o capitalista, como valor de uso [...] é pressuposta para essa troca aparentemente simples” (p. 352). O usuário, então, já se encontraria “[...] em uma relação determinada economicamente de outra maneira” (Marx, 2011, p. 352). Por exemplo, as alterações nos algoritmos e *datasets* da Meta Platforms, realizadas de forma mais ou menos direta pela interação dos seus usuários, somados ao trabalho dos seus funcionários assalariados e terceirizados sobre o seu capital-fixo (suas TIC), contribuiriam para conservar e multiplicar o capital lá investido (Dantas, 2019).

Com tudo isso, concluímos, (1) que o desenvolvimento produtivo e comercial aqui comentados permitem e exigem novas formas de "força de trabalho em ação" (Marx, 2013, p. 326), novas necessidades sociais e seus modos de sua satisfação, bem como seus *novos espelhamentos enquanto capital variável*; (2) que, no trabalho de usuário, esse espelhamento *não* se reflete exclusiva ou necessariamente na mercadoria dinheiro – seja como salário ou como os valores de troca das mercadorias que ele pode comprar – *mas, também*, diretamente no/enquanto acesso às mercadorias-serviço digitais "gratuitos", isto é, a diluição do trabalho pela diversificação e intensificação de práticas de consumo; (3) que, mesmo entre esses jogos de espelhos e nessa frenética conexão entre "trabalho-coerção e trabalho-consumo" (Oliveira, 2000), podemos reconhecer a inversão do método instrumental por meio das TIC para o uso humano de

---

<sup>36</sup> *Prosumer* é a contração das palavras inglesas *producers* e *consumers*.

seres humanos e a reprodução das sociedades da apropriação sem trabalho; e (4), por não ser nem contingente, nem trivial, nem simples, essa falsa troca, enquanto trabalho explorado, precisa ser melhor investigada, tanto pela PSSH, quanto pela EPTIC, juntas.

### Referências bibliográficas

- ABÍLIO, Ludmila Costhek. Uberização do trabalho: subsunção real da viração. **Passa palavra**, v. 19, 2017.
- ABÍLIO, Ludmila Costhek. **Uberização**: Do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. *Psicoperspectivas*, 2019.
- ABÍLIO, Ludmila Costhek; AMORIM, Henrique; GROHMANN, Rafael. Uberização e plataformização do trabalho no Brasil. **Sociologias**, v. 23, p. 26-56, 2021.
- ALVES, Giovanni. Digital Labour, Complex Co-operation and the New Collective Worker of Capital. **Socioscapes**, p. 41-56, 2020.
- ANDERSON, Chris. **Free**: grátis: o futuro dos preços. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017.
- ANTUNES, Ricardo. **O Privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.
- AQUINO, João Emiliano F. Cooperação complexa e aparência pós-moderna. In: TEIXEIRA, F.; FREDERICO, C. **Marx no século XXI**. São Paulo: Cortez, 2008.
- ARIELY, Dan. **Previsivelmente irracional**. Rio de Janeiro: Elsevier Brasil, 2008.
- ARISTÓTELES. **Política**. São Paulo: Editora Unesp. 2002.
- BHARAT, Krishna; LAWRENCE, Stephen; SAHAMI, Mehran. **Generating user information for use in targeted advertising**. U.S. Patent No 9,235,849, 2016.
- BERARDI, Franco. **Generación post-alfa**. Buenos Aires: Tinta Limón, 2007.
- BOCK, Ana Mercês Bahia; GONÇALVES, Maria da Graça Marchina (Ed.). **A dimensão subjetiva da realidade: uma leitura sócio-histórica**. São Paulo: Cortez Editora, 2009.
- BOND, Robert M. et al. A 61-million-person experiment in social influence and political mobilization. **Nature**, v. 489, n. 7415, p. 295-298, 2012.
- BRUNO, Fernanda. **Máquinas de ver, modos de ser**: vigilância, tecnologia e subjetividade. Porto Alegre: Sulina, v. 123, 2013.
- COSIO, Roberta. Facebook e Social. Natura del contratto tra utente e social. **Ricerche giuridiche**, v. 6, n. 1, 2017.
- D'ANDRÉA, Carlos. **Pesquisando plataformas online**: conceitos e métodos. Salvador: EDUFBA, 2020.
- DANTAS, Marcos. The Financial Logic of Internet Platforms: The Turnover Time of Money at the Limit of Zero. **Triple C.**, v. 17, n. 1, 2019.
- DAVIS, Jenny L. **How artifacts afford**. MIT Press, 2020.
- EYAL, Nir. **Hooked**: how to build habit-forming products. New York: Penguin, 2014.
- FACEBOOK. **Termos de Serviço**. Disponível em: <<https://www.facebook.com/terms>>. Acesso em: 26 out. 2020.

FIGARO, Roseli. **Datificação da atividade de comunicação e trabalho de arranjos de comunicadores**: os embates com as determinações das empresas de plataformas. Disponível em: <https://encurtador.com.br/cpvJ0/>. Acessado em: 13/7/2023.

FURTADO, Odair. **Trabalho e Solidariedade**. São Paulo: Cortez, 2011.

FURTADO, Odair; SVARTMAN, Bernardo. Trabalho e alienação. **A dimensão subjetiva da realidade**: uma leitura sócio-histórica. São Paulo: Cortez, p. 73-115, 2009.

GEORGE, Gerard; HAAS, Martine R.; PENTLAND, Alex. Big data and management. **Academy of management Journal**, vol. 57, n. 2, p. 321-326, 2014.

GERLITZ, C.; HELMOND, A. The like economy: Social buttons and the data-intensive web. **New media & society**, 15(8), 1348–1365, 2013.

HARTZOG, Woodrow. **Privacy's Blueprint: The Battle to Control the Design of New Technologies**. Harvard University Press, 2018.

GONÇALVES, L. H. do N. **Máquinas Automáticas**: trabalho, mente estendida e subjetividade sob o fetiche da mercadoria. Tese de doutorado, PPGPS PUC-SP, 2023a. Disponível em: <[repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/36263](https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/36263)>.

GONÇALVES, L. H. do N. Cognitivism neoliberal e datificação no trabalho de comunicação – uma agenda de pesquisa psicossocial. In: **Anais 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, 2023b. Disponível em: <https://encurtador.com.br/ivDY2>. Acesso: 14/11/2023.

GONÇALVES, L. H. do N. Cognitivism neoliberal e o trabalho de usuário no Design de UX. **Liinc em Revista**, v. 19, n. 2, p. e6580, 2023.

GONÇALVES, L. H. do N.; FURTADO, Odair. The fake simple exchange between Facebook and its prosumers. **Socioscapes. International Journal of Societies, Politics and Cultures**, v. 2, n. 2, p. 181-206, 2021a.

GONÇALVES, L. H. do N.; FURTADO, Odair. As dimensões subjetivas da mercadoria Facebook. In: **Anais do XII seminário do trabalho: crise capitalista, precarização do trabalho e colapso ambiental**. v. 1., p. 87-103. Marília: Projeto editorial Praxis, 2021b.

HARVEY, David. **O “novo” imperialismo**: acumulação por espoliação. Edições Loyola, 2004.

KAHNEMAN, Daniel. **Rápido e devagar**: duas formas de pensar. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

KANT, I. **Textos seletos**. Petrópolis: Vozes, 1985, p. 100.

KATZ, D.; KAHN, R. L. **Poder e autoridade**. Psicologia social das organizações. São Paulo: Atlas, p. 231-255, 1976.

KNISS, Johannes. Libertarian Paternalism and the Problem of Preference Architecture. **British Journal of Political Science**, v. 52, n. 2, p. 921-933, 2022.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **O capital**. Volume I, Capítulo VI. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MARX, Karl. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

MARX, Karl.; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MÉSZÁROS, István. **Estrutura social e formas de consciência II**: a determinação social do método. São Paulo: Boitempo, 2011.

- NIEBORG, DB; HELMOND, A. The political economy of Facebook's platformization in the mobile ecosystem: Facebook Messenger as a platform instance. **Media, Culture and Society**, v. 40, n. 2, p. 1–23, 2019.
- NORMAN, Donald A. **Design emocional**: por que adoramos (ou detestamos) os objetos do dia-a-dia. Rio de Janeiro: Rocco, 2008.
- OLIVEIRA, Francisco. **Passagem na neblina**. Classes sociais em mudança e aluta pelo socialismo, 2000.
- OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à razão dualista/O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2015.
- OLIVEIRA, Dennis. **Racismo estrutural**: uma perspectiva histórico-crítica. Dandara Editora, 2021.
- PAULANI, Leda. Acumulação e rentismo: resgatando a teoria da renda de Marx para pensar o capitalismo contemporâneo. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 36, n. 3, p. 514-535, 2016.
- PENNYCOOK, Gordon; RAND, David G. The psychology of fake news. **Trends in cognitive sciences**, v. 25, n. 5, p. 388-402, 2021.
- PENTLAND, Alex. Society's nervous system: Building effective government, energy, and public health systems. **Computer**, v. 45, n. 1, p. 31-38, 2012.
- PENTLAND, Alex. The data-driven society. **Scientific American**, v. 309, p. 78-83, 2013.
- PENTLAND, Alex. **Social physics**: How good ideas spread-the lessons from a new science. New York: Penguin, 2014.
- PERDOMO, Juan et al. Performative prediction. In: **International Conference on Machine Learning**. PMLR, p. 7599-7609, 2020.
- POULANTZAS, Nicos; BLUNDI, Antonio Roberto Neiva. **As classes sociais no capitalismo de hoje**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- SADOWSKI, Jathan. When data is capital: Datafication, accumulation, and extraction. **Big data & society**, v. 6, n. 1, p. 205, 2019.
- SADOWSKI, Jathan. Total life insurance: Logics of anticipatory control and actuarial governance in insurance technology. **Social Studies of Science**, 2023.
- SANTOS, Vinícius Oliveira. **Trabalho imaterial e a teoria do valor em Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- SEVIGNANI, Sebastian. The development of informational needs and prospects of a needs-based critique of digital capitalism. **Annual Review of Critical Psychology**, v. 16, p. 523-543, 2019.
- SETO, Kenzo Soares. Acumulação capitalista por meios digitais. **Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura**, v. 22, n. 1, p. 143-160, 2020.
- SIMON, Herbert A., 1955. A behavioral model of rational choice. **The quarterly journal of economics**, p. 99-118.
- SKINNER, Burrhus Frederic. **About behaviorism**. Nova Iorque: Knopf, 1974.
- SOHN-RETHEL, A. **Intellectual and Manual Labour**. London: Humanities Press, 1978.
- SOUZA, Rafael Bellan Rodrigues de. A dialética da crise do jornalismo: o sociometabolismo do

capital e seus limites estruturais. Intercom: **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 41, p. 55-69, 2018.

SRNICEK, Nick. **Platform capitalism**. John Wiley & Sons, 2017.

TEIXEIRA, Francisco; FREDERICO, Celso. **Marx no século XXI**. São Paulo, Cortez, 2008.

THALER, R. H. e SUNSTEIN, C. R. Libertarian Paternalism. **The American Economic Review**, v. 93, n. 175–179, 2003.

VIEIRA PINTO, Álvaro. **O conceito de tecnologia**. Volume 1. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005

VIGOTSKI, Lev S. **El problema del desarrollo de las funciones psíquicas superiores**. Obras escogidas, v. 2, p. 11-46, 1997.

VIGOTSKI, Lev S. Manuscrito de 1929. **Educação & Sociedade**, v. 21, p. 21-44, 2000.

VIGOTSKI, Lev S. **Teoria e método em psicologia**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

WARD, Jacob. **The Loop: How Technology is Creating a World Without Choices and How to Fight Back**. Hachette Books, 2022.

WATSON, John B. **Psychology as the behaviorist views it**. Psychological review, v. 20, n. 2, p. 158, 1913.

WIENER, Norbert. **Cibernética e sociedade: o uso humano de seres humanos**. São Paulo: Cultrix, 1970.

WILLIAMS, James. **Stand out of our light: freedom and resistance in the attention economy**. Cambridge University Press, 2018.

ZUBOFF, Shoshana. **A era do capitalismo de vigilância**. Editora Intrínseca, 2021.



# **ESTUDOS CRÍTICOS SOBRE IDENTIDADE, GÊNERO E RAÇA**

## Representatividade capitalizada: as configurações do racismo estrutural

Tamiris da Anunciação SANTOS<sup>1</sup>

O que é ser uma pessoa negra no Brasil?

O ser negro no Brasil vem carregado de estereótipos, estatísticas, dor e incertezas. M. de Jesus é a caçula dos quatro filhos de uma senhora prestes a completar 100 anos, conhecida por todos como Dona Preta. Uma mulher negra, nascida e criada em uma pequena cidade do interior de Minas Gerais, divisa com o estado da Bahia, criou seus quatro filhos sozinha, desde que seu marido saiu para andar a cavalo e nunca mais voltou.

Ainda criança, M. passou a trabalhar junto à sua mãe, em troca de comida e moradia. Com quase a mesma idade, A., já havia saído de casa e trabalhava para os mesmos patrões levando o gado de um estado ao outro, também em troca de comida. Anos depois, M. e A. se casaram e criaram seus filhos também em meio aos filhos de seus patrões. M., amamentava os seus meninos e os meninos da patroa. Essa que por sinal, era considerada muito bondosa, por não destratar ou inferiorizar os filhos da empregada que não recebia salário.

Décadas depois, A. passou anos lutando contra um quadro de alcoolismo severo e M. tem fortes crises de ansiedade, por observar o sofrimento da mãe que mesmo prestes a completar um século de vida, se ressentida do passado e da vida que não conseguiu proporcionar aos filhos.

Essa é uma história real e comum entre muitas famílias negras. Fica evidente os efeitos do racismo estrutural e da herança colonial que fez com que histórias como essa fossem normalizadas. Um ponto importante é que M. não se reconhece como uma mulher negra, ou pelo menos não gosta de admitir, seus filhos também não. Mesmo tendo isso marcado no tom da pele, na grossura dos lábios e na textura dos cabelos. Uma história de dor cujos atores principais não reconhecem a influência determinante da raça. Afinal, o que é ser uma pessoa negra no Brasil? Segundo Silvio de Almeida (2019), a definição de raça não é fixa.

---

<sup>1</sup> Mestranda em comunicação pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Email: tamiris.anunciacao@uel.br

Raça não é um termo fixo, estático, seu sentido está inevitavelmente atrelado às circunstâncias históricas em que é utilizado. Por trás de raça sempre há contingência, conflito, poder e decisão, de tal sorte que se trata de um conceito relacional e histórico. Assim, a história da raça ou das raças é a história da constituição política e econômica das sociedades contemporâneas. (Almeida, 2019, p. 19)

Quando analisamos a intersecção da história acima com o proposto por Almeida (2019) sobre o conceito de Raça, entendemos de forma lúdica o que o autor quis dizer com “Assim, a história das raças é a história da constituição política e econômica das sociedades contemporâneas”.

A intenção é demonstrar que o racismo brasileiro assume formas distintas ao longo das décadas para perpetuar sua estrutura baseada no capital da exploração humana, então, raça é um conceito relacional e histórico. Dennis de De Oliveira traduz com êxito a ideia que une perspectivas históricas, estruturais e culturais.

Em outras palavras, a luta antirracista tem um forte componente anticolonial, porque o racismo está diretamente ligado à constituição estrutural do sistema-mundo do capital. As relações raciais daí decorrentes são a expressão da luta anticolonial e da luta de classes. Assim, tem lógica um governo como o de Jair Bolsonaro ter um programa descaradamente entreguista (expresso simbolicamente pelo seu comportamento vergonhosamente vassalo aos Estados Unidos) e ter um discurso fascista, racista, misógino. Não se trata de dois elementos (o entreguismo e o fascismo) ou ainda mais um terceiro elemento, a radicalidade neoliberal. São faces da mesma moeda. (De Oliveira, 2021, p. 56)

“Faces da mesma moeda” é uma expressão que categoriza bem a hipótese que estamos propondo e que, de certa forma, sintetiza elementos presentes nos trabalhos de Dennis De Oliveira, Muniz Sodré e Silvio de Almeida. O que os separa é também o que os une: a formulação de uma hipótese urgente onde o caráter estruturante do racismo já está posto, mas é preciso desenvolver novas formulações para compreender os novos mecanismos do racismo estrutural em um sistema capitalista.

O fato é que existem mecanismos sofisticados e complexos que agem em prol da manutenção do racismo. Cabe a nós, identificar esses mecanismos e a maneira como agem. Encontrar um método é fundamental para que seja possível traçar as diferentes rotas do capital racista ao longo do tempo e é na Economia Política da Comunicação que enxergamos pressupostos capazes de solucionar minimamente essa questão.

César Bolaño, precursor da Economia Política no Brasil (EPC), não tem o racismo como um elemento central de suas pesquisas, sobretudo em seu trabalho Indústria Cultural, Informação e Capitalismo (Bolaño, 2000), livro que inaugura a EPC no Brasil. Apesar disso, assim como intelectuais negros de diferentes gerações desenvolveram elaborações brilhantes em torno do marxismo, Bolaño apresenta em seu trabalho algo bastante pertinente para estudos de raça e classe.

O autor desenvolveu o Método de Derivação das Formas com base em O Capital, de Marx. A partir de um método categoricamente desenvolvido, o autor apresenta a ideia de Forma Social. Curiosamente, Muniz Sodré apresenta em seu livro O Fascismo da Cor: uma radiografia do racismo nacional (2023), o conceito de Forma Social Escravagista, em um esforço de categorizar as novas configurações do racismo estrutural em seu mais recente livro.

Como se pode ver, a estrutura escravista - entendida como a organização interna de uma realidade ou então como a priori incondicionada - comportava brechas ou fissuras, a despeito do fechamento institucional. No balanço posterior, porém, isso foi de fato “uma aurora que não deu dia”, como se verificou em seguida à Abolição, quando a estrutura deu lugar a um esquema existencial derivado de relações espaço temporais com o afro-brasileiro - isto é, deu lugar à forma social escravagista -, que implica, no limite, uma máscara ou uma maquiagem da discriminação racial. Esta, mais do que “estrutural” na acepção rigorosa do termo, é de fato concreta e vital, o que implica uma historicidade singular (Sodré, 2023, p. 121).

É evidente que o conceito de racismo estrutural ganhou relevância, mas também tem se esvaziado em sentido. Em nossa elaboração teórica, propomos a hipótese de que a “maquiagem da discriminação racial” não é oposta à ideia de que o racismo no Brasil é sim estrutural, mas é mais uma face da mesma moeda (De Oliveira, 2021) e a comunicação sob o prisma da EPC tem um papel fundamental para a perpetuação do racismo em seus diferentes disfarces, em suas novas configurações. O próprio Sílvio de Almeida, autor que popularizou de forma brilhante o conceito de racismo estrutural, em entrevista ao podcast Mano a Mano, conduzido pelo rapper Mano Brown, opinou que “com o desenvolvimento das sociedades o racismo já não ousa se apresentar sem disfarces”.

### **Apagando as barreiras simbólicas do capital**

Como podemos ver em Bolaño e Bastos (2020):

Assim, a EPC se apresenta como alternativa no interior do conjunto das teorias da Comunicação existentes, todas elas destinadas a explicar de alguma maneira o problema da mediação social. A EPC tem tratado do problema particularmente ao estudar a Indústria Cultural, a estrutura de mediação social característica do capitalismo do século XX, mas não apenas. A mediação social deve ser entendida como um processo duplo, envolvendo elementos de ordem político-institucional, de um lado, e psicológico-cognitivo, de outro. As teorias da Comunicação, ao longo da sua história, têm se dedicado simultânea ou alternativamente a estudar esses aspectos da mediação, munidas de ferramentas em geral herdadas de diferentes tradições intelectuais, da economia à sociologia e à antropologia, passando pelas teorias da linguagem, dos sistemas, pela informática, as telecomunicações, as artes. Também a EPC trata de articular várias dessas ferramentas sobre a base da crítica da economia política e do materialismo histórico e dialético (Bolaño; Bastos, 2020, p. 178).

O método de derivação das formas é entendido por Bolaño como uma “estratégia teórica que parte de uma investigação sobre a forma comunicação adequada às determinações gerais do capital expostas por Marx, acompanhando a trajetória lógica de O Capital”.

Isso significa que para a EPC, a partir de Bolaño (2000), o capital se apresenta em formas diferentes para garantir sua rápida circulação e acumulação. Ou seja, “a maquiagem da discriminação racial” (Sodré, 2023), é para a EPC o efeito de formas sociais da comunicação na mediação do capital, via Indústria Cultural, em uma sociedade cujo a estrutura é essencialmente racista, por ser economicamente lucrativa.

Ainda sobre a entrevista de Silvio de Almeida ao podcast Mano a Mano, o intelectual e então Ministro dos Direitos Humanos, diz que o racismo é inviável em uma sociedade capitalista industrializada. Em seu livro O que é o Racismo Estrutural, Almeida desenvolve essa mesma ideia ao pontuar que o racismo cria a raça (2019). Ou seja, as novas configurações do racismo estrutural, que são os mecanismos contraditórios que coexistem nos mesmos contextos sociais, são, principalmente, uma característica do racismo em sociedades capitalistas.

Ao criar a raça, o racismo determina como indivíduos racializados e não racializados irão viver. No Brasil, a forma como uma pessoa é lida racialmente, determina em muitos níveis se sua vida será mais fácil ou mais difícil, mesmo que essa leitura seja uma invenção do próprio capital para atender aos seus interesses regionais.

Já que esse mesmo indivíduo aqui considerado branco, será lido de outra forma em outras regiões do mundo como nos Estados Unidos, por exemplo, onde ele será latino e terá seus privilégios reduzidos a esse fato.

Se no período do escravismo tal classificação/hierarquização racial era dada pelo discurso religioso (cristãos com alma e não cristãos sem alma), na modernidade pela racionalidade (as teorias “científicas” do racismo, a distinção entre civilizados e bárbaros, entre outros), no período atual, que alguns chamam de “pós-moderno”, outros de “hipermoderno”, as hierarquias raciais são dissolvidas no caldo da “tolerância à diferença”. (De Oliveira, 2021, p. 123)

Como é possível identificar por meio do que propõe Dennis De Oliveira na citação acima, o capitalismo sempre criou diferentes configurações para a perpetuação do racismo como um mecanismo central de manutenção desse sistema. Mesmo durante a barbárie da escravidão no período colonial, havia uma explicação para “justificar” o injustificável: negros e negras estão sendo escravizados por serem considerados sem alma, já que não são cristãos.

Quando a escravidão passou a ser inviável para o desenvolvimento econômico e político do Brasil enquanto nação, novas configurações foram adotadas, como podemos identificar no que propusera a democracia racial: no Brasil, todas as raças convivem harmoniosamente. Um ponto importante a se observar é que todas as configurações aplicadas para a manutenção do racismo estrutural tinham motivação econômica.

Libertos da situação de cativo, quando da promulgação da “Lei Áurea”, continuaram, porém, excluídos, despossuídos. Todo período que antecede à promulgação da lei se deu, paralelamente, às mudanças na ordem econômica e política, que colocavam obstáculos à existência de um país escravagista no cenário mundial. Os abolicionistas mostravam grande indignação pelas condições de cativos dos negros, mas não puderam pensá-los como indivíduos que deveriam ser inseridos na sociedade. Assim, supunham que, saindo da condição de escravos, o negro trabalharia como mão de obra remunerada para seu auto sustento. Mas grande parte do contingente de cativos libertos vaga desorientados, sem condições para seu auto sustento, e sem trabalho no campo, que começava, então, a ser feito pelos imigrantes (Nogueira, 1998, p. 14-15)

A realidade não importava, desde que as aparências representassem a ideia de país economicamente viável para o mundo. Foi assim no período pós-abolicionista no Brasil e continuou sendo, com novas configurações do racismo estrutural conforme novos obstáculos surgiam para o capitalismo. Realidade e aparência configuram uma

contradição inerente ao sistema capitalista, as contradições fazem parte da estrutura, mas é possível apagá-las simbolicamente, o que já é suficiente para a perpetuação de um sistema que depende da manutenção do racismo estrutural. Esse é o papel da Indústria Cultural como instância mediadora do capitalismo.

### **As aparências importam**

No capitalismo, as aparências importam e muito. Bem pontuado por Dennis De Oliveira:

A presentificação contínua equipara as expressões contingentes com as sustentações estruturais e o resultado disto são as crenças nas possibilidades de resolução dos problemas estruturais por meio de ações pontuais e de curto alcance. No limite, a visão estrutural se desloca para a essencialidade e a historicidade de categorias, características próprias de uma visão estruturalista. Porém, esse olhar estruturalista se expressa em um ativismo pós-estruturalista no sentido de centrar fogo nas ações micrológicas, comportamentais, fatuais. A rebeldia deixa de ser uma ação voltada para a construção de um novo projeto de sociedade e se transforma em uma modalidade de comportamento (De Oliveira, 2021, p. 24).

O proposto por Dennis De Oliveira complementa a ideia que apresentamos da Indústria Cultural enquanto instância mediadora do capitalismo, responsável por apagar as contradições simbólicas expressas pelo racismo estrutural. Uma das formas de se apagar contradições é presentificando problemas que nasceram com a estrutura. O imediatismo, característica nata do modo de vida capitalista, também foi deslocado para os problemas sociais de base estrutural. De modo que o foco não está mais na estrutura e em como revertê-la, mas se na publicidade X, de um produto Y, tem uma, duas ou nenhuma pessoa racializada.

Tal olhar, produto evidentemente de uma primeira apreensão do fenômeno – o racismo aparece, à primeira vista, como um comportamento, uma atitude que se explicaria apenas pelo caráter ou pela conduta da pessoa – tenta se travestir de uma perspectiva estrutural ao essencializar o sujeito praticante em um lugar racializado. O branco é assim mesmo, faz “branquice” e não há o que fazer. Em outras palavras, o que se quer expressar como racismo estrutural não passa de uma concepção estruturalista de racismo. A essencialização da raça como definidora dos comportamentos congela historicamente essa condição (De Oliveira, 2021, p. 62).

Ao entender a Indústria Cultural como um elemento de mediação social própria do capitalismo no século XX, a EPC dá um passo enorme dentro das teorias de

comunicação. Através desta perspectiva encontramos uma teoria da área que considera aspectos estéticos e técnicos, conceito definido como padrão tecno-estético presente em Bolaño (2000). Como podemos ver com mais clareza em, Bolaño e Bastos (2020):

No que se refere à teoria da mediação social, o aspecto político-institucional é óbvio: a Indústria Cultural é a instância de mediação entre anunciantes, Estado (e seus aparelhos) e o público transformado em audiência, para o que é necessária ainda a ação de agências de publicidade, institutos de pesquisa de opinião etc. O aspecto psicológico-cognitivo apresenta-se, por sua vez, no conceito de padrão tecno-estético, ligado às estruturas mentais, cognitivas, inclusive emocionais compartilhadas – e aqui, por exemplo, poderia estabelecer-se um diálogo profícuo com o conceito de estruturas de sentimento de Williams (2012) –, às linguagens e às identidades culturais que permitem a compreensão, o diálogo e o feedback. O conceito inclui ainda elementos de ordem técnica e tecnológica que impactam sobre a economia das empresas de mídia, definindo vantagens competitivas, barreiras à entrada etc. (Bolaño; Bastos, 2020, p.179)

A ideia de Bolaño (2000), que parte de um princípio dialético, é a de que o capital se apresenta em formas sociais diferentes. Nesta perspectiva, a Indústria Cultural é preponderante para a manutenção da estrutura racista e a transfiguração do racismo em diferentes formas ao longo da história. É a Indústria Cultural a responsável por incorporar elementos e símbolos culturais importantes para as massas e traduzi-los em produtos culturais.

Isso não significa dizer que a Indústria Cultural reflete fidedignamente o que as camadas da sociedade representadas em seus produtos pensam. A Indústria Cultural tem a capacidade, por meio das funções Propaganda e Publicidade (Bolaño, 2000) de criar narrativas conforme convém à classe dominante. É dessa maneira que se apaga simbolicamente as barreiras sociais impostas pelo capital.

Em Racismo Estrutural, Silvio de Almeida (2019) traz um capítulo dedicado à compreensão do porquê o racismo é naturalizado.

Todas essas questões só podem ser respondidas se compreendermos que o racismo, enquanto processo político e histórico, é também um processo de constituição de subjetividades, de indivíduos cuja consciência e afetos estão de algum modo conectados com as práticas sociais. Em outras palavras, o racismo só consegue se perpetuar se for capaz de:

1. Produzir um sistema de ideias que forneça uma explicação "racional" para a desigualdade racial;



2. Constituir sujeitos cujos sentimentos não sejam profundamente abalados diante da discriminação e da violência racial e que considerem "normal" e "natural" que no mundo haja "brancos" e "não brancos" (Almeida, 2019, p. 25)

Para Almeida, o racismo enquanto ideologia molda o inconsciente. Em seu trabalho, o autor tipifica as diversas formas de manifestação do racismo, individualista, institucional, como ideologia e por fim, estrutural. Mais adiante o autor escreve que o Estado Brasileiro não é diferente de outros estados capitalistas neste aspecto do racismo, já que o racismo é um elemento constituinte da política e da economia, sem o qual não é possível compreender as suas estruturas (2019).

O aporte teórico que temos em mãos de autores como Silvio Almeida, Dennis De Oliveira, Muniz Sodré e César Bolaño, nos permite dizer que, de fato, o racismo é estrutural e tem sua manutenção baseada nas diferentes formas sociais que desempenha dentro do capitalismo.

O Racismo não pode mais ser compreendido como um elemento da realidade. Um infeliz acontecimento. Um triste capítulo da nossa história que encontrou raízes. O Racismo precisa ser encarado como parte fundamental de toda a estrutura política e econômica do Brasil. O racismo é a estrutura. E são as formas sociais do capital (Bolaño, 2000) que garantem a perpetuação dela.

É nesse sentido que a comunicação encontra seu lugar dentro do sistema, também como uma forma social do capital e um elemento fundamental do Racismo Estrutural. A comunicação não é um reflexo da sociedade, ela é parte do funcionamento dela. Não é mais suficiente que enquanto comunicadores analisemos o cenário externo, como se não fôssemos parte dele. A comunicação é um elemento do Racismo Estrutural (Santos, 2021).

### **Por que representatividade capitalizada?**

Bolaño (2000) define em seu trabalho as funções desempenhadas pela comunicação enquanto forma social (a publicidade e a propaganda), a partir delas, existe a Função Programa, essa chama atenção, justamente por ser a responsável por incorporar símbolos culturais das massas em produtos da Indústria Cultural. E são esses produtos que consumimos ao chegar em casa depois de um longo dia de trabalho. A grande contradição está justamente em definir o que e quais são esses símbolos

culturais importantes para as massas, quem define e categoriza as demandas emocionais? Certamente não é a classe trabalhadora. Vejamos o conceito de ideologia.

O termo ideologia foi pensado de maneiras diferentes por vários autores ao longo do tempo, mas irei dar ênfase à ideologia segundo Marx. Para ele, a ideologia é um instrumento de dominação de classes, tem controle sobre o discurso, a classe que estiver dominante. A própria definição de ideologia segundo Marx, se relaciona perfeitamente ao conceito de Forma Comunicação de Bolaño (2000), uma vez que os meios de comunicação e mídia são justamente o instrumento de dominação ideológica do capital, logo, da classe dominante.

As ideias são complementares, o que a EPC faz é demonstrar que o caráter de dominação ideológica presente na comunicação é próprio da sua concepção enquanto instituição inserida no modelo de produção capitalista. Por sua vez, o que a Indústria Cultural faz, é unir os interesses do Estado e do capital, através das funções publicidade e propaganda (BOLAÑO, 2000) e expor o resultado às massas através da **função programa**, que por sua vez, atinge o público e gera a audiência.

Um dos pontos importantes que me levaram a incluir a discussão sobre racismo no debate da forma comunicação e das funções da Indústria Cultural, foi a abordagem de Bolaño (2000) ao se referir sobre uma análise específica do Brasil em relação às teorias de dependência cultural surgidas na América Latina nos anos 70. A publicidade e a propaganda vão funcionar de maneiras diferentes a depender do funcionamento da Indústria Cultural em cada lugar. De maneira comum, para a dominação ideológica destes mecanismos do capital ser eficiente, os conteúdos audiovisuais apresentados pela Indústria Cultural precisam encontrar ampla aceitação, o que nos leva a entender que a partir disso, a Indústria Cultural modifica os seus aspectos técnicos, estéticos e de conteúdo, conforme cada realidade cultural.

Não necessariamente o que vemos na Indústria Cultural reflete mudanças estruturais na sociedade, refletem de maneira importantíssima e em certo nível, em comportamentos sociais e culturais, mas no que diz respeito à estrutura fundamentalmente racista que temos mencionado, nada ou tão pouco muda. E por que? Por que raça e classe são conceitos que não se dissociam e porque o capitalismo precisa estar no controle das noções de identidade de um povo? Vejamos o que diz Dennis De Oliveira.

Evidente que o racismo não nasceu com o capitalismo, mas o racismo como se expressa hoje, baseado nessa classificação racial, sim. O eurocentrismo é uma narrativa ideológica que simplifica o processo civilizatório das tradições helênicas até o Renascimento e é com base nisso que se estabelece um padrão normativo racional que sustenta a hegemonia da “branquitude”. Esta branquitude normativa que se posiciona como centro hegemônico de uma tipologia de classificação racial que se expressa primeiramente, na vertente metafísica/religiosa (brancos cristãos e demais etnias não cristãs); passando pela “racional-científica” (teorias da eugenia, darwinismo social) e depois cristalizada a partir dos sentidos civilizatórios (povos desenvolvidos e não desenvolvidos) (De Oliveira, 2021, p. 66).

O racismo como se expressa até os dias de hoje foi e é fundamental para o desenvolvimento dos países considerados de primeiro mundo. Assim surgem centenas de M. e A., os personagens da história real e comum que citamos no começo deste capítulo. A perpetuação do racismo ao longo do desenvolvimento social e econômico da sociedade esteve ligada diretamente à capacidade da forma social da comunicação de apagar simbolicamente as barreiras impostas pelo capital. Uma vez que o racismo no Brasil também está inteiramente ligado à noção de trabalho. A principal função do racismo nesse contexto é estabelecer as hierarquias de ocupação nos sistemas produtivos, sejam eles do modo de produção escravista colonial ou do assalariado (De Oliveira, 2021). Essa é a resposta para o porquê.

Todo o esforço para a manutenção do racismo, não é simplesmente por questões ideológicas. É fato que ideologia e capitalismo são conceitos intimamente ligados, mas também que a perpetuação do racismo em países como o Brasil é uma questão prática.

Essa é a grande chave da questão: não se trata apenas de uma classificação racial que serviu apenas aos propósitos da colonização – caso contrário, com a independência política das nações do continente, o racismo seria naturalmente abolido – mas que transcende para uma determinada organização do trabalho, ou para a divisão internacional do trabalho (De Oliveira, 2021, p. 71).

A Representatividade Capitalizada é mais uma das configurações do racismo determinadas pelo capital ao longo dos séculos. Mas esta, é ainda mais perigosa, porque se apresenta com disfarces mais elaborados e bonitos, nos dando a falsa sensação de que o empoderamento negro por vias publicitárias será capaz de solucionar um problema causado pela mesma publicidade e propaganda que agora coloca rostos e corpos negros também para vender seus produtos, aumentar seus lucros e preservar sua audiência.

A maioria das mulheres negras cresceram sem referências intelectuais e de beleza. É um avanço indiscutível acordar e poder se ver em comerciais de televisão, séries, filmes e nas campanhas publicitárias na qual nos deparamos pela cidade a caminho do trabalho. A representatividade traz esperança, mas não se pode esquecer que essa é uma esperança, muitas vezes, simbólica. A libertação não virá pelas mesmas mãos que nos acorrentaram e acorrentam. O capitalismo é adoecedor para as pessoas negras justamente porque depende do racismo.

A pouco, citamos que o racismo não é uma classificação racial que serviu apenas para a colonização, mas que foi em torno do racismo que se desenvolveu formas de organização do trabalho (De Oliveira, 2021). Mesmo a exploração de corpos negros tendo se configurado como a base desse sistema, são as pessoas negras as mais afetadas pela noção de trabalho enquanto modo de vida. O capitalismo criou uma noção de identidade para a classe trabalhadora, sobretudo para a classe trabalhadora negra, que não dissocia a existência sem trabalho.

Bell Hooks (1993), em seu livro *Irmãs do Inhamo: mulheres negras e auto recuperação*, cita em vários momentos os resquícios da escravidão que afetam o psicológico e a visão que as mulheres negras possuem de si mesmas. Em um capítulo à parte, a autora trata especificamente sobre a relação das mulheres negras com o trabalho e com a noção de serem bem sucedidas. Nós nunca paramos, mesmo quando devemos parar. Pensar nessa noção de existência baseada no trabalho, para mulheres cujo seus corpos foram instrumentos de trabalho forçado é compreender a narrativa que nos foi empurrada para que nossos corpos continuassem sendo ferramentas compulsórias de trabalho para o capital.

E mais uma vez a contradição: o trabalho para muitas pessoas negras traz dignidade e possibilidades. É por meio do trabalho que entendemos ser possível honrar nossos ancestrais, prover conforto e paz para os nossos pais, avós e filhos. A representatividade contribui para o processo fundamental de desenvolvimento da nossa própria autoestima. Saber que é possível não torna as coisas mais fáceis, mas nos permite acreditar.

O grande paradoxo vem da Representatividade Capitalizada, que por definição, entendemos como o movimento capitalista de criar aparências capazes de minimizar os

efeitos do racismo estrutural, ao mesmo tempo que transforma essas mesmas representações em capital simbólico e não simbólico.

Vejamos o conceito de ESG (Environmental, Social and Governance), vindo do mercado corporativo. A sigla que em português significa Ambiental, Social e Governança tem guiado as ações de grandes e até pequenas empresas para os impactos de suas atividades nos âmbitos ambientais e sociais e isso impacta diretamente nos investimentos financeiros e na forma com que essas organizações serão vistas pelo mercado, seus *stakeholders* e consumidores.

Ou seja, pensar nas pessoas e no planeta se tornou um requisito para receber investimentos e para garantir perenidade. É através de documentos como relatórios anuais de sustentabilidade que as empresas devem descrever suas ações em cada uma dessas três áreas - meio ambiente, sociedade e governança. O ESG surgiu em uma publicação do Pacto Global em parceria com o Banco Mundial chamada “Who Cares Wins”, que significa “ganha quem se importa”. Empresas com bom desempenho em áreas ambientais, sociais e de governança apresentam, comprovadamente, margens de valorização mais altas do que as que não se preocupam em incorporar o ESG em sua gestão. Na prática, se importa quem ganha. E mais uma vez, eis a motivação econômica para questões estruturais.

Voltemos à M., citada no início deste capítulo, M., hoje uma senhora de pouco mais de 70 anos, tem paralisia infantil, ou seja, sua mobilidade é reduzida e por isso ao longo dos anos adquiriu um quadro de sobrepeso. Por não poder trabalhar e realizar suas atividades domésticas, intensifica-se a ansiedade, soma-se a insônia e a depressão. A., que já teve seu quadro de alcoolismo superado, se entregou ao vício da bebida após ser demitido da última fazendo em que trabalhou, sem nenhum direito ou indenização, já que se tornou inválido ao machucar uma das pernas caindo de cima de um cavalo. A ação trabalhista levantada pelos filhos se arrastou por anos, mais tempo do que deveria, já que A. é analfabeto e foi facilmente enganado pelos primeiros advogados contratados pela família.

## Quem forma o Brasil?

Esse é um tema de muitas camadas e nuances que merecem uma atenção que não podemos proporcionar neste momento. No entanto, ainda sobre a realidade do negro após o fim da escravidão, Da Silva (2000) assim como Nogueira (1998) pontua:

O fim do regime escravocrata poderia ter significado uma libertação social do negro, mas este continuou preso àquele sistema quando o excluíram do processo de transformação da sociedade brasileira. A sociedade construída, ao longo de quase quatro séculos, pelo trabalho do negro, quando muda de sistema joga o seu artífice à sua margem e a maioria da população negra ainda se encontra no lugar que a sociedade lhe concedeu. Segundo Andrews (1998), o governo gastou milhões de dólares com os imigrantes, mas não investiu absolutamente nenhuma quantia com a população negra.

Conclui ainda que,

Ao contrário, explicitamente a excluiu da possibilidade de exercer a cidadania Primeiro, com a República, proibiu o voto aos analfabetos e para os negros que se constituíam a maioria destes e, posteriormente, não permitiu ao negro ingressar no mercado de trabalho, especialmente o homem negro. No caso da mulher, esta continuava a servir às casas dos patrões brancos como empregadas domésticas, babás e concubinas. À mulher negra restou o pesado fardo de manutenção dos companheiros, quando tinha, e dos filhos. O negro não simbolizava o progresso que a sociedade no Brasil queria representar (Da Silva, 2000, p. 115)

Como cita Da Silva (2000), por anos consideráveis, até a Constituição de 1988, os analfabetos tiveram o direito de votar negado no Brasil. Fato que fez com que diversos presidentes fossem eleitos com participação mínima da população geral.

Após a Proclamação da República, ocorreram 23 eleições diretas no Brasil para eleger o presidente da República segundo dados do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), vamos nos ater até os primeiros quatro presidentes eleitos durante a redemocratização, após o período da ditadura militar.

Tabela 1 - Presidentes eleitos e quantidade de votos até a Era Vargas

Presidente	tempo de mandato	Quantidade de votos
Prudente José de Moraes e Barros	(15/11/1894 a 15/11/1899)	276.583
Manoel Ferraz de Campos Sales	(15/11/1898 a 15/11/1902)	420.286
Francisco de Paula Rodrigues Alves	(15/11/1902 a 15/11/1906)	592.039
Afonso Augusto Moreira Penna	(15/11/1906 a 14/06/1909)	288.285

Hermes Rodrigues da Fonseca	(15/11/1910 a 15/11/1914)	403.867
Wenceslau Braz Pereira Gomes	(15/11/1914 a 15/11/1918)	532.107
Francisco de Paula Rodrigues Alves (não assumiu, devido à doença)		
Epitácio Lindolfo da Silva Pessoa	(28/07/1919 a 15/11/1922)	286.373
Arthur da Silva Bernardes	(15/11/1922 a 15/11/1926)	466.877
Washington Luís Pereira de Souza	(15/11/1926 a 24/10/1930)	688.528
Júlio Prestes de Albuquerque (Não tomou posse)		1.091.709
<b>Era Vargas</b>	<b>(1930-1945)</b>	

Fonte: elaborada pela autora

Vejamos agora, os presidentes do Brasil eleitos após a Era Vargas e suas quantidades de votos até após o período de redemocratização que começa em 1985 e perdura até os dias atuais. Os dados são do TSE (Tribunal Superior Eleitoral).

Tabela 2 - presidentes eleitos no Brasil até 2003

<b>Presidente</b>	<b>tempo de mandato</b>	<b>Quantidade de votos</b>
Eurico Gaspar Dutra	(31/01/1946 a 31/01/1951)	3.235.530
Getúlio Dornelles Vargas	(31/01/1951 a 24/08/1954)	3.829.560
Juscelino Kubitschek	(31/01/1956 a 31/01/1961)	3.077.411
Jânio da Silva Quadros	(31/01/1961 a 25/08/1961)	5.636.623
<b>Ditadura Militar</b>	<b>(1964-1985)</b>	
<b>Redemocratização</b>	<b>(1985 - até os dias atuais)</b>	
Fernando Collor de Mello	(15/03/1990 a 02/10/1992)	35.089.998
Fernando Henrique Cardoso	(01/01/1995 a 01/01/1999)	34.377.829
Fernando Henrique Cardoso	(01/01/1999 a 01/01/2003)	35.936.916
<b>Luiz Inácio Lula da Silva</b>	<b>(01/01/2003 a 31/12/2006)</b>	<b>52.793.364</b>

Fonte: elaborada pela autora

Com base nas informações fornecidas pelo Tribunal Superior Eleitoral, é possível constatar o óbvio: a participação popular em massa nos processos eleitorais brasileiros só aconteceu a partir de 1985. Até então, Jânio Quadros era considerado o presidente mais votado do país com apenas 5.636.623 votos. Os números refletem a afirmação feita por Da Silva (2000), ao excluir a maior parte da população de exercer a cidadania, exclui-se, sobretudo, a comunidade negra de ser parte do país.

Quando se trata da influência do racismo no desenvolvimento de um país, o óbvio também precisa ser dito. É preciso considerar como a escravidão e seus resquícios afetaram a estrutura política e econômica do Brasil e também como afetaram a saúde mental, autoestima e a consciência das pessoas negras que aqui vivem.

### **Conclusão: raça e classe não se dissociam**

A Representatividade Capitalizada é resultado de uma nova configuração do racismo estrutural que tenta convencer no nível das aparências que o racismo estrutural é um problema que já está sendo superado. Esse é um caminho curto, que pode parecer mais fácil, mas que não chega a lugar nenhum. É preciso cuidado para não cair no canto da sereia, como elucida De Oliveira:

Por isso, não existe essa contraposição entre raça e classe ou ainda que essas duas categorias tão antiéticas só podem ser vistas a partir de uma justaposição interseccional. O homem negro, a mulher negra de que se fala se constitui a partir de atravessamentos relacionais construídos na ordem social capitalista. Desconsiderar as questões de classe é cair na armadilha da identidade de que fala Haider: congelar e mitificar a economia de mercado capitalista e, por conseguinte, essencializar as categorias de raça e gênero. Por outro lado, considerar que as lutas anti racistas não são manifestações da luta de classes é ser antimarxista conforme bem demonstra Losurdo. Nada mais antimarxista que uma perspectiva economicista. (De Oliveira, 2021, p.54)

Representatividade importa, mas importa também a compreensão de que esta é uma medida que age dentro dos limites do capital. “Esse raciocínio é fundamental para não se iludir com o canto da sereia das “solidariedades” cínicas e projetos de “empoderamento” financiados justamente por aqueles que mais se beneficiam do capitalismo dependente”, pontua Dennis De Oliveira (2021).



O Brasil é formado por Ms e As, sobreviventes de um país que tem sua história ancorada nas representações que convém ao capital e na maioria das vezes, isso significa nos fazer esquecer qual é a nossa real história.

### Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. Editora Jandaíra, 2019.
- HOOKS, Bell. **Irmãs do iname: Mulheres negras e autorrecuperação**. Editora WMF Martins Fontes, 2023
- BOLAÑO, César. **Indústria Cultural: Informação e Capitalismo**. 2000.
- BOLAÑO, César; BASTOS, Manoel Dourado. Um Pensamento Materialista Em Comunicação. *In*: BIANCO, Nelia R. Del; LOPES, Ruy Sardinha. **O Campo Da Comunicação**, São Paulo: Socicom Livros. 2020.
- CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. Brasiliense, 2017.
- DA SILVA, Maria Nilza. O negro no brasil: um problema de raça ou de classe? **Mediações-Revista de Ciências Sociais**, v. 5, n. 2, p. 99-124, 2000.
- DE OLIVEIRA, Dennis. **Racismo estrutural: uma perspectiva histórico-crítica**. Dandara Editora, 2021.
- ELEIÇÃO DIRETA. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/glossario/termos/eleicao-direta>. Acesso em 27 jun 2024.
- MANO A MANO: **Entrevista com Silvio de Almeida**. Entrevistadores: Mano Brown e Semayat Oliveira. Spotify Studios, nov. 2022. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/5VaSZbTi8pkNuht3LvtOLJ?si=c4c778f2672f497b>. Acesso em 17 nov. 2022.
- NOGUEIRA, Isildinha Baptista. **Significações do corpo negro**. 1998. 146 f. Tese (Doutorado em psicologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.
- SANTOS, Tamiris. **A comunicação é um elemento do racismo estrutural?** Trabalho de Conclusão de Curso em Jornalismo - Universidade Estadual de Londrina. Londrina, p. 63. 2021.
- SANTOS, Tamiris. **Ganha quem se importa: saiba o que é ESG e como o termo pode impactar a sua empresa**. Disponível em: <https://topdemarcas.com.br/noticias/o-que-e-esg/>. Acesso em 30 jun. 2024.
- SODRÉ, Muniz. **O fascismo da cor: uma radiografia do racismo nacional**. Editora Vozes, 2023.
- TOKITA, Márcia Figueiredo. Mulheres negras. **Anais do V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina**, v. 10, 2013.

**Comunicação, biopolítica e fabulação das crianças cuir/queer/viadas:  
quais futuros possíveis para suas corpos? <sup>1</sup>**

**Bruno Azzani BRAGA<sup>2</sup>**

**Reginaldo MOREIRA<sup>3</sup>**

**1. Introduzindo: calma não vai doar nada<sup>4</sup>**

Angústia Humana que nunca passa  
Se eu existir em outra vida  
em outro corpo for suficiente  
sentirei ainda angústia humana que nunca passa?  
Ou serei qualquer outra coisa  
que não humana  
apenas basta?  
(Hell, 2022, p.15)

Quem defende a criança queer? nos questiona Paul B. Preciado em um dos artigos de seu livro *Um apartamento em Urano* (2020). A partir desta leitura,

---

<sup>1</sup> O conceito de cuir/kuir representa uma reinterpretação sul-global (sudaca) do pensamento queer originado por acadêmicos e teóricos. Essa versão reestruturada localiza o conhecimento e as vivências dos corpos envolvidos na região, evitando uma transposição descontextualizada do que foi debatido nos Estados Unidos e na Europa, como se esses fossem os únicos detentores da verdade e legitimidade para abordar questões globais. Pereira, em 2012, aborda essa temática com destreza no artigo “Queer nos trópicos”. Quanto às variações de cuir e kuir, Jota Mombaça (2019) indica que o uso de kuir está mais associado a contextos de produção latino-americana, especialmente em países hispanofônicos. No Brasil, o termo kuir é mais prevalente, destacando o conhecimento gerado localmente (Trávez, Martínez-Echazábal, Pierce e Viteri, 2021). Em ambos os casos, a abordagem é decolonial, uma leitura crítica dos conhecimentos e perspectivas queer que valoriza as contribuições locais.

A denominação corpos questiona o uso binário do gênero na língua portuguesa e reitera a luta da inclusão das travestis de suas corpos políticas, pois a língua define normas e também que é passível de ser incluído no conceito de humanidade (Kilomba, 2018). A binaridade linguística colonial reflete valores políticos e culturais, sendo assim, é vital considerar saberes de grupos marginalizados, frequentemente silenciados (Spivak, 1985/2010), e resistir à coerção ideológica. A linguagem inclusiva de gênero visa diversificar narrativas e desafiar a historiografia dominante, conforme Chimamanda Ngozi Adichie adverte (2019), por isso que nos apropriamos de seu uso durante o texto.

<sup>2</sup> Docente Adjunto da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Mestre pelo Programa de Pós-Graduação *Stricto sensu* (Mestrado) em Comunicação da Universidade Estadual de Londrina - UEL. E-mail: brunoazzanibraga@gmail.com

<sup>3</sup> Docente Adjunto da Universidade Estadual de Londrina (UEL), do Centro de Educação, Comunicação e Artes (CECA), do Departamento de Comunicação. E-mail: regismoreiraregis@gmail.com

<sup>4</sup> Escutar a música *Mort De La Pieuvre* de Angelo Badalamenti. Disponível em:  
[https://www.youtube.com/watch?v=VouZdQJl-90&list=PLvtoVoSLovLgT\\_--UQVP4yCgh-4fW43\\_x&index=3](https://www.youtube.com/watch?v=VouZdQJl-90&list=PLvtoVoSLovLgT_--UQVP4yCgh-4fW43_x&index=3)

transversalizada pela obra de Judith Butler, em que os processos da heteronormatividade levam a classificar os corpos como abjetos e a classificar e valorar quais vidas que importam (2011), a partir das discursividades do sexo e da generificação dos corpos, somado aos conceitos da necropolítica (2018), de Achille Mbembe. Tais classificações, categorizações e valorações, a partir da diferença, gerando estigmatizações a partir das lógicas da normalização e normatização dos corpos. Essa estruturação social justifica os movimentos conservadores que constroem e projetam um imaginário do futuro a partir de um ideal de criança que se enquadre em padrões pré-determinados como modelo, como ideais a serem atingidos pela educação hegemônica, o que leva, como efeito, ao apagamento da validade subjetiva das existências das crianças cuir/queer/viadas e valida as diversas formas de negação, exclusão e violências cometidas contra esses corpos. Outro ponto levantado nessas discussões é o jogo da naturalização de categorias como “sexo” enquanto classificação pré-discursiva (Butler, 2003), ignorando sua construção histórica cultural como expõem Michel Foucault (1999, 2006, 2007) em *A História da Sexualidade* e Thomas Lacquer e Catherine Gallagher em *The Making of the Modern Body: Sexuality and Society in the 19th Century* (1987). Esses discursos inclusive têm seu efeito estruturado no campo jurídico, mas sem antes passar pelo ato de fabulação das representações, ou seja, através de uma construção imagética de um sujeito específico. Dessa forma como pensar em corpos/corpas que escapem de regulações binárias projetando então um local possível para expressão dessa criança cuir/queer/viadas?

Essa pergunta e esse contexto geral foram guias para realização das interpretações e investigações a partir do filme *La cité des enfants perdus* (1995). A temática central desta obra é a captura da potência da fabulação da criança criando uma situação cultural de medo que se beneficia pelo controle do corpo fazendo-o ser produtor ao sistema estabelecido e alienado (Deleuze, 1992). Esse tipo de mídia é discutido como sendo importante meio de comunicação enquanto gerador de reflexões sobre as operações humanas (Deleuze, 2005), além de ser um dos aparatos para reforço de operações na comunicação da biopolítica (Yamamoto, 2020). Destaca-se nesta pesquisa como o processo de construção imagética é fundamental para as ações concretas, pois forma um guia de onde se quer chegar, como exemplificado pelos

movimentos de fabulação especulativa (Haraway, 2016, 2019, Mclean, 2017, Nelson, 2002, Freitas, Messias, 2018, Nodari, 2015, Mbembe, 2016, Tal, 2002). A anti-metodologia empregada é da Cartografia Sentimental, de Suely Ronik (2007), que permite interpretações a partir dos afetos e dos agenciamentos dos pesquisadores.

## 2. Antimetodologia<sup>5</sup>

Para começarmos a entender as problemáticas da biopolítica e das crianças queer/viadas/cuir será necessário abrir aspectos da cartografia sentimental para entendermos o que se pretende com um tipo de pesquisa que desafia o campo da ciência. Estamos falando aqui de um local de disputa entre o que é considerado ciência, ou melhor, do que é negado pela ciência clássica e o que está tentando adentrar exatamente a esse campo científico analisando com outros critérios, o que a ciência clássica tradicional não consegue contemplar em sua perspectiva positivista. Adotar a cartografia sentimental é alinhar-se com militância do saber, de um conhecimento implicado onde o sujeito e o objeto não estão distanciados, muitas vezes são os mesmos. A cartografia convida o sujeito a adentrar ao campo daquilo que está sendo analisado e se transformando no processo, ou seja, sua análise é implicada e oriunda das experiências que aquele corpo está perpassando. O objeto passa então a ser reconhecido como um disparador de afetos, que ecoa em relação *at infinitum* no corpo do pesquisador, o que Rolnik (2011) chama de corpo vibrátil. E o que é afeto? Como explicar um conceito que não é só utilizado por Rolnik, mas também por outros autores como Deleuze, Guattari e Espinosa. O afeto é tudo aquilo que de alguma forma irá nos provocar a um determinado estado, isso não quer dizer que os afetos são só sentimentais, ou seja, formados exclusivamente pelo sentimento, mas é entender que o nosso corpo irá reconhecer uma situação que passamos e se manifestar de alguma forma. Podemos encontrar o termo também como afetações sendo exatamente o local que se percebem esses efeitos, isso não quer dizer que tem que ser um evento que ocorra de uma maneira apenas, pois as palavras, a dança e outras tantas formas de

---

<sup>5</sup> Escutar a música Les Enfants Sauvent One de Angelo Badalamenti. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=n5AksJqA3Ag&list=PLvtoVoSLovLgT\\_--UQVP4yCgh-4fW43\\_x&index=2](https://www.youtube.com/watch?v=n5AksJqA3Ag&list=PLvtoVoSLovLgT_--UQVP4yCgh-4fW43_x&index=2)

expressão podem ser meios para essa fala, logo não é algo necessariamente tangível ou que se demonstre de forma clara e objetiva, ela pode ser expressa em diferentes níveis de complexidade da humanidade. Ao escrevermos este texto, Bruno e Régis, falamos a partir de nossas afetações, originadas dessas experiências dos nossos corpos implicados que nos dão sustento, palavra e material para escrita. A escrita neste caso é a maneira que encontramos de demonstrar as nossas afetações para quem estiver lento. Em outra oportunidade poderíamos utilizar do teatro, música ou até mesmo de Podcast para demonstrar as nossas experiências contempladas durante a pesquisa. Queremos deixar marcado aqui o seguinte: não existe um limite expressivo, tudo o que dá língua aos sentidos pode ser utilizado como possibilidade para falar sobre determinado assunto. E aqui onde entramos é um segundo aspecto importantíssimo da cartografia sentimental que é esse caráter antropofágico que a Sueli Rolnik defende no seu livro chamado de Cartografia Sentimental. A leitura que ela tem da antropologia é baseado em Oswald de Andrade, lá no começo do século 20, em seu manifesto antropofágico. A partir da releitura das práticas de antropofagia de alguns povos originários, se entende o efeito enriquecedor que o corpo humano irá adquirir.

Uma vimos escrito no antebraço de uma pessoa a frase: “a antropofagia é o que nos une” e pensamos que exatamente isso é tanto um chamado para falar da união entre pessoas como da junção de si, uma forma de linha que costura nossas partes que parecem estar distantes e fragmentadas criando o que somos. O cartógrafo entende essa apropriação dos conceitos que nos forma e os explora, apropria, devora e desova. Não há necessariamente um fim para a pesquisa, pois o alimento/elemento de sua pesquisa pode ser vários e após concluído ressignificado.

Do mesmo modo, pouco importam as referências teóricas do cartógrafo. O que importa é que, para ele, teoria é sempre cartografia – e, sendo assim, ela se faz juntamente com as paisagens cuja formação ele acompanha (inclusive a teoria aqui apresentada, naturalmente). Para isso, o cartógrafo absorve matérias de qualquer procedência. não tem o menor racismo de frequência, linguagem ou estilo. Tudo o que der língua para os movimentos do desejo, tudo o que servir para cunhar matéria de expressão e criar sentido, para ele é bem-vindo. Todas as entradas são boas, desde que as saídas sejam múltiplas. Por isso, o cartógrafo serve-se de fontes as mais variadas, incluindo fontes não só escritas e nem só teóricas. Seus operadores conceituais podem surgir tanto de um filme quanto de uma conversa ou de um tratado de filosofia. O cartógrafo é um verdadeiro

antropófago: vive de expropriar, se apropriar, devorar e desovar, transvalorado. Está sempre buscando elementos/alimentos para compor suas cartografias. Este é o critério de suas escolhas: descobrir que matérias de expressão, misturadas a quais outras, que composições de linguagem favorecem a passagem das intensidades que percorrem seu corpo no encontro com os corpos que pretende entender. Aliás, “entender”, para o cartógrafo, não tem nada a ver com explicar e muito menos com revelar. Para ele não há nada em cima – céus da transcendência -, nem embaixo – brumas da essência. O que há em cima, embaixo e por todos os lados são intensidades buscando expressão. E o que ele quer é mergulhar na geografia dos afetos e, ao mesmo tempo, inventar pontes para fazer sua travessia: pontes de linguagem (Rolnik, 2011, p. 12).

O que limita as explorações e os caminhos são os platôs escolhidos para descrever aquela paisagem psicossocial que foi sendo descoberta como profundamente relevante para si. A ideia é formar um mapa que vamos desenhando cada local e dando nome a esses espaços. Quando nos sentimos satisfeitos com o que foi encontrado e percebemos que nossas provocações em torno do objeto parecem ter nos provocado até onde conseguimos ir sem nos ferir, temos uma proposta de mapa a ser compartilhado. Das poucas regras elencadas por Rolnik (2011) para construção da cartografia sentimental (já que ela pode ser composta de várias formas) o respeito sobre a vida é fundamental ao se apropriar da pesquisa:

Só tem uma: é uma espécie de “regra de ouro”. Ela dá elasticidade a seu critério e a seu princípio: o cartógrafo sabe que é sempre em nome da vida, e de sua defesa, que se inventam estratégias, por mais estapafúrdias. Ele nunca esquece que há um limite do quanto se suporta, a cada momento, a intimidade com o finito ilimitado, base de seu critério: um limite de tolerância para a desorientação e a reorientação dos afetos, um “limiar de desterritorialização”. Ele sempre avalia o quanto as defesas que estão sendo usadas servem ou não para proteger a vida. Poderíamos chamar esse seu instrumento de avaliação de “limiar de desencantamento possível”, na medida em que, afinal, trata-se, aqui, de avaliar o quanto se suporta, em cada situação, o desencantamento das máscaras que estão nos constituindo, sua perda de sentido, nossa desilusão. O quanto se suporta o desencantamento, de modo a liberar os afetos recém surgidos para investirem outras matérias de expressão e, com isso, permitir que se criem novas máscaras, novos sentidos. Ou, ao contrário, o quanto, por não se suportar esse processo, ele está sendo impedido. É claro que esse tipo de avaliação nada tem a ver com cálculos matemáticos, padrões ou medidas, mas com aquilo que o corpo vibrátil capta no ar: uma espécie de feeling que varia

inteiramente em função da singularidade de cada situação, inclusive do limite de tolerância do próprio corpo vibrátil que está avaliada. A regra do cartógrafo então é muito simples: é só nunca esquecer de considerar esse “limiar”. Regra de prudência. Regra de delicadeza para com a vida. Regra que agiliza, mas não atenua seu princípio: essa sua regra permite discriminar os graus de perigo e de potência, funcionando como alerta nos momentos necessários. É que, a partir de um certo limite – que o corpo vibrátil reconhece muito bem – a reatividade das forças deixa de ser reconversível em atividade e começa a agir no sentido da pura destruição de si mesmo e/ou do outro: quando isso acontece, o cartógrafo, em nome da vida, pode e deve ser absolutamente impiedoso (Rolnik, 2011, p. 12).

Essa regra ajuda quem pesquisa a não cometer atos que podem ser prejudiciais a sua saúde e de quem se relaciona no processo, pois essa metodologia pede que sejamos completamente auto-analíticos. Não existe processo cartográfico sem considerações sobre si, é necessário sempre estar pensando a respeito a cada afeto disparado, entendendo seus motivos e sentindo como reverbera no corpo. Isso significa encontrar mistérios profundos que foram muitas vezes evitados e durante o processo cartográfico são reavidos. Histórias de suicídio, um trauma esquecido, um estupro de algum parente próximo, entre tantos outros temas que podem ser paradigmas para um levando a um estado de marasmo e sofrimento ameaçador a sua vida. Por isso precisamos ter esse limite e sentir o corpo e os sentimentos que o atravessam é crucial para realização da pesquisa. Além disso, o mundo não irá interromper seus disparos no campo dos afetos, ainda mais quando entramos em trabalho cartográfico. O mundo influencia o tempo todo e nosso corpo como vibra, acaba por ser ressoar suas provocações:

[...] cada um de nossos órgãos de sentidos é portador de uma dupla capacidade, uma cortical e outra subcortical. A primeira corresponde à percepção, a qual nos permite apreender o mundo em suas formas para, em seguida, projetar sobre elas as representações de que dispomos, de modo a lhes atribuir sentido. Essa capacidade, que nos é mais familiar, é, pois, associada ao tempo, à história do sujeito e à linguagem. Com ela, erguem-se as figuras de sujeito e objeto, as quais estabelecem entre si uma relação de exterioridade, o que cria as condições para que nos situemos no mapa de representações vigentes e nele possamos nos mover. Já a segunda, que por conta de sua repressão nos é mais desconhecida, nos permite apreender a alteridade em sua condição de campo de forças vivas que nos afetam

e se fazem presentes em nosso corpo sob a forma de sensações. O exercício dessa capacidade está desvinculada da história do sujeito e da linguagem. Com ela, o outro é uma presença que se integra à nossa textura sensível, tornando-se, assim, parte de nós mesmos. Dissolvem-se aqui figuras de sujeito e objeto, e com elas aquilo que separa o corpo do mundo. É também neste livro que pela primeira vez chamei de “corpo vibrátil” precisamente essa segunda capacidade de nossos órgãos dos sentidos em seu conjunto (Rolnik, 2011, p. 13).

Até agora então foi dito que a cartografia mapeia as paisagens psicossociais, nos auxilia a entender as vibrações de nossos corpos, se faz no ato antropofágico de consumir todo tipo de conteúdo que a auxilie em sua expressão e possuiu uma regra de ouro a respeito de proteger a vida, o que poderia ser dito a respeito de sua escrita? Que possibilita uma redação (e pesquisa em si) teórica/prática/poética. A relação das duas primeiras é mais comum, mas a última característica pode parecer metafísica e descabida, contudo afirmamos que não o é. Se o cartógrafo é esse ser que por excelência deve ser um antropófago devorando vários conteúdos diferentes que o auxiliem em sua expressão, a poesia é a liberdade de poder o fazer. Ao invés da escrita dura (formal e distanciada) de um texto científico positivista, a cartografia oportuniza um campo expressivo que melhor se adequa ao investigado. Essa poética não é escrever necessariamente em rimas e versos, mas aquilo que de profundo se descobre. Pode ser mediante uma carta, de trechos de música, de uma arte plástica elaborada, etc. a regra aqui é que seja considerado e percebido como relevante para seus afetos. Para nós o uso da poesia espalhada ao longo do texto, das indicações musicais e a própria recomendação de assistir ao filme tratado aqui, contemplam essa poética, pois a poesia em si carrega a expressividade e jogo significativo que ao tangibilizar o efeito onírico da história e nos leva a pensar sobre locais possíveis de vivências que não heteronormativas<sup>6</sup>, completaria até mesmo com o prefixo cis de cisgênero<sup>7</sup>. A poesia apareceu durante a pesquisa como parte do próprio filme, que se constrói em muitos momentos surrealistas que parece não ter nexos, mas que provoca. Quanto a música, a

---

<sup>6</sup> Na seção “Heteronormatividade” discutimos sobre o conceito.

<sup>7</sup> Cisgênero são pessoas que se identificam com o gênero atribuído ao sexo no nascimento a partir da genitália, ou seja, uma mulher cisgênera necessariamente tem uma vagina e um homem cisgênero um falo.



trilha sonora do próprio filme auxilia na compreensão do sentimento do marasmo e do tom pesado que perpassa a obra, não é uma vida fácil para os órfãos ali raptados e que vivem em condições precárias. Elas são rodeadas de adultos que deveriam zelar por sua segurança, mas que se aproveitam de sua condição para explorar sua mão de obra, isso no melhor dos cenários, pois outros irão vendê-las para trocar sua visão humana por de máquinas. O tom melancólico é presente e incessante durante todo o filme, e recomenda-se assistir à obra para deixar reverberar no corpo a proposta. Esses foram alguns caminhos escolhidos para a poética da escrita cartográfica, quanto a abordagem criada para tanto se optou por: assistir ao filme *La cité des enfants perdus* (1995), ponderar quais cenas e propostas dele reverberam nos nossos corpos e apontar esses elementos disparados descrevendo os encontros entre pesquisador e obra. A proposta de conclusão desse processo foi a relação entre infância queer e como adultos conservadores irão lançar mão de tecnologias para conformar seus corpos a uma visão de futuro que não as contempla, que mata possibilidades não normativas. Esse efeito pode ser relacionado a uma biopolítica do deixar viver e deixar morrer, mas também uma tentativa de perpetuar-se como projeção psíquica através dos costumes desses grupos.

As próximas seções contam com definições a respeito dos conceitos articulados para a construção da cartografia sentimental disparada pelo filme, contudo por aqui se tratar de uma pesquisa cartográfica não veremos esses termos distantes de experiências que as autorias vivenciam, além disso, já serão articulados pontos que foram de destaque na obra que auxiliem já na relação, pois para ambas as autorias deste texto o saber precisa ser atravessado pelo corpo visto que ele é o local final das afetações e o grande caldeirão antropofágico da subjetividade.

### 3. A prisão da norma<sup>8</sup>

Existência insignificante  
Experiências desconexas  
Uma eternidade instantânea de desolação em vão  
Decadência do corpo  
Futilidade da alma  
Esquecimento do essencial  
Confronto do abismo da existência  
Compreensão súbita do insuportável  
Percepção do incompreensível

Resignação do inaceitável  
Um gênio que nunca nasceu  
Capacidades não desenvolvidas  
Não por falta de oportunidade  
Mas por falta, apenas

Reflexão absorta embebida na falta ou no excesso de ego  
Visão em escala do ser  
Só mais um  
Só mais um nada  
Só mais um nada no meio do turbilhão caótico do tudo  
Fui-me  
Extingui-me  
E, em breve, é como se nunca tivesse existido  
(Hell, 2022, p.25-26)

Quantas vezes em filmes não escutamos as personagens principais declamando sobre a vontade de serem normais, estarem conforme as estruturas vigentes para sofrer menos. Em alguns casos é alcançado esse local e o viver felizes para sempre se concluiu, como uma reatualização de que só existe felicidade para quem é normal. Por outro lado, ao se deparar com esse estado podem se perceber em uma condição que não contempla com profundidade sua subjetividade, uma sensação que fazer parte daquilo é cortar uma parte de si para caber nas caixas das expectativas. Essa segunda percepção reverbera em nós corpos *queer/cuir/kuir* com constância, pois os letrados de “não é bem querido aqui” ou “vá embora sua bicha” são escancarados. Foi em brejos, bueiros, guetos, saunas, atrás de bambuzais e outros locais na escuridão que as nossas vivências foram possíveis. A luz do dia é normativa, e quer queimar tudo que considera sujo,

---

<sup>8</sup> Escutar a música L'anniversaire D'Irvin de Angelo Badalamenti. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=KRF78AGvIoQ&list=PLvtoVoSLovLgT\\_--UQVP4yCgh-4fW43\\_x](https://www.youtube.com/watch?v=KRF78AGvIoQ&list=PLvtoVoSLovLgT_--UQVP4yCgh-4fW43_x)

diferente e inapropriado, por isso a escuridão se torna morada desses corpos não normativos. Mas o que é a norma? Além disso, qual o motivo de parecer que ela se estabelece para segregar e não incluir? Qual o seu uso para nossa sociedade? A partir das vivências experienciadas pelos corpos *queer/cuir/kuir* e também em outras instâncias como jurídica/política/social uma norma é um acordo entre membros da sociedade para manter-se de determinada forma e trazer segurança para seu sistema. Segurança essa relegada a apenas alguns corpos privilegiados, como veremos adiante. Em nossa sociedade os sistemas normativos não perduram apenas em uma instância como a legal, mas também a racial, de gênero/sexualidade, de classe, entre outros marcadores. Um corpo branco terá mais privilégios do que um negro em uma estrutura racista (ALMEIDA, 2019), ao ser construída para o primeiro ter mais direitos que o segundo. Dessa forma a norma, o normal, é a branquitude instaurada em locais de privilégio e maior acesso, o anormal são pessoas negras nesses espaços, o estranhamento é visível e profundo quando o segundo acesso o local construído e constantemente reatualizado para o corpo branco. Contudo, só raça não dá conta para entender as políticas da biopolítica de eliminação de corpos, ela é fundamental para entender sobretudo no Brasil pós-colonial (mas constantemente colonizado) e ver sim que corpos pretos, negros e pardos são os mais assassinados, contudo outra demarcação que corrobora para as violências é a de gênero e sexualidade que darão locais especiais na demarcação da abjeção dos corpos.

Um corpo de uma sapato branca e um corpo de uma mulher transexual preta terão tratativas diferentes, ambas são hipersexualizadas pela sociedade machista, contudo a punição e vivência para primeira difere da segunda (Kumpera, 2020, e PINHEIRO, 2022) ao nível de violência. Além disso, o acesso da primeira em alguns locais será quase garantido, se por acaso essa não revelar sua orientação sexual ou performar longe do entendimento social de feminilidade. Isso corrobora para entender que a normatividade privilegia não somente a branquitude, o sexo masculino e a heterossexualidade, mas corpos cisgêneros<sup>9</sup> também. Podemos chamar isso de

---

<sup>9</sup> O conceito de "cisheteronormatividade" emerge da combinação dos termos "cisgênero", "heterossexualidade" e "norma". O termo "cisgênero" foi previamente explicado (Grimm, 2017), descrevendo pessoas cuja identidade de gênero está alinhada com o sexo atribuído ao nascer (Rosa, 2020). A heterossexualidade é definida como a orientação sexual entre indivíduos de sexos biológicos

cisheteronormatividade<sup>10</sup> (Azzani Braga, 2023), contudo esse termo não é criado pelas autorias que aqui escrevem, mas baseados em outros estudos e na filósofa Jusuth Butler. Com ela podemos aplicar dois conceitos que surgiram de suas observações sobre corpos que tem mais privilégios que outros na sociedade. A ideia de heteronormatividade e de corpo abjeto são percepções que contribuem com nossa discussão, pois a leitura de Butler (2019) sobre a sociedade (EUA e que podemos pensar na brasileira com as devidas proporções) demonstra que a heteronormatividade é uma regulação social que beneficiará corpos que heterossexuais que agem conforme os padrões. Eles terão locais facilitados de acesso e a sociedade irá ovacioná-los veja as propagandas e histórias que reiteram essas relações como as mais importantes e significativas. O complemento com o prefixo cis e aglutinado ao termo branco demonstram ainda mais a especificidade de quem em nossa sociedade (e a de Butler também) terão esse local da proteção e acolhimento das leis.

Um corpo *queer/cuir/kuir* terá uma vivência que escapará muitas vezes dessas normas, nossos corpos brancos não sofrem pela raça no Brasil, pois as encruzilhadas (ideia de caminhos que nos formam, RUFINO, 2019) demonstram os privilégios que é ter esse caminho como atravessamento, contudo quando olhamos para a expressão de nosso gênero e sexualidade percebe-se o local da abjeção que carregamos, de uma inferiorização em comparação a heterossexualidade, como se fossemos menores e por isso o castigo é o abuso sexual dos demais colegas, os espancamentos nas ruas e o escárnio de outros, até mesmo com um sentimento de diminuição das capacidades cognitivas e sociais de um. Esse processo é quase pedagógico, pois na diferença e restrição do espaço ajuda na organização da própria cisheteronormatividade e criam corpos considerados abjetos, que Butler define como:

O abjeto designa aqui precisamente aquelas zonas “não-vivíveis” e “inabitáveis” da vida social que, não obstante, são densamente

---

diferentes, considerando apenas uma perspectiva cisgênera e binária, onde o sexo biológico feminino e masculino corresponde aos gêneros feminino e masculino, respectivamente. A "norma" refere-se aos sistemas e construções que buscam regular e controlar corpos (Foucault, 1982). Em 1997, Cathy J. argumentou que a normatividade está vinculada a um sistema hétero que favorece e subestima outras formas de relações (Rosa, 2020). Portanto, a cisheteronormatividade pode ser interpretada como um espaço de privilégio, onde aqueles que se enquadram nesse padrão obtêm benefícios interseccionais, ou seja, quanto mais alguém se conforma a essas normas, mais vantagens acumula dentro desse sistema.

<sup>10</sup> Que se identificam com o gênero designado ao nascer a partir da genitália (Leal, 2021).

povoadas por aqueles que não alcançam o estatuto de sujeito, mas cujo viver sob o signo do “inabitável” é necessário para circunscrever o domínio do sujeito. Essa zona de inabitabilidade vai constituir o limite que circunscreve o domínio do sujeito; ela constituirá esse lugar de pavorosa identificação contra a qual – e em virtude da qual – o domínio do sujeito circunscreverá sua própria reivindicação por autonomia e vida. Nesse sentido, o sujeito é constituído por meio da força de exclusão e abjeção que produzem um exterior constitutivo para ele um exterior abjeto que é, afinal, “interior” ao sujeito como seu próprio repúdio fundacional (Butler, 2019, p. 22).

Assim, equivale a afirmar que uma parcela da sociedade é aceita, enquanto outra, caso não se adeque às normas estabelecidas, é sujeita à exclusão ou até mesmo à eliminação. Especialmente ao considerar a construção desses sistemas operacionais que legitimam essa lógica, ou "Cistemas", como tenho discutido, evidenciando o impacto da cisgeneridade na estrutura social. No entanto, o que determina o que é considerado abjeto? Ao abordar a questão da sexualidade, podemos examinar o "Cistema Sexo/Gênero", que se baseia na ideia de que cada sexo biológico está associado a uma expressão corporal específica que deve ser seguida. Quando sujeitos desafiam ou questionam essas normas, automaticamente não se encaixam nesse "Cistema" e são frequentemente invisibilizados na vida social, indicando constantemente que não são bem-vindos.

#### **4. Necropolítica e a morte da fabulação da criança cuir/queer/viadas<sup>11</sup>**

[...] a expressão máxima da soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer. Por isso, matar ou deixar viver constituem os limites da soberania, seus atributos fundamentais. Exercitar a soberania é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação de poder (MBEMBE, 2016, p. 123).

Essa citação vem diretamente do ensaio intitulado Necropolítica do autor camaronês Joseph-Achille Mbembe. Nele tece uma construção crua e cortante da realidade, pensando que o Biopoder de Michel Foucault não contemplava uma ação mais ativa do estado nas políticas de regulação dos corpos. Em sua teoria o autor francês

---

<sup>11</sup> Escutar a música Miette de Angelo Badalamenti. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=V0KBtHwaJcw&list=PLvtoVoSLovLgT\\_--UQVP4yCgh-4fW43\\_x&index=8](https://www.youtube.com/watch?v=V0KBtHwaJcw&list=PLvtoVoSLovLgT_--UQVP4yCgh-4fW43_x&index=8)

demarca que estamos passando por uma construção e instauração do estado que a princípio criaria aparatos que dariam as condições para determinados corpos sobreviverem e outros morrerem. Sendo assim, é uma ação em volta de um pensamento do deixar morrer, não seria ele necessariamente o dono da ação de eliminação do outro, mas um facilitador das condições que tornaram assim sua vivência. Por outro lado, as políticas então promoveriam *status* o suficiente para que pessoas pudessem viver, ou melhor, terem alguma condição para tanto, assim quem não conseguisse sobreviver seria o próprio responsável e não o estado. Contudo, analisando o processo de colonização e o uso da escravidão do povo negro como mão de obra para regulação desse sistema econômico vigente, Mbembe percebeu que o estado não era somente responsável por criar aparatos para manutenção da vida, como também de tecnologias de morte. Através do investimento sólido em técnicas mortíferas, o próprio estado construirá um relacionamento com a vida que apaga certas noções como do ser. No período colonial brasileiro foram criadas inúmeras ações e investimentos governamentais para instaurar o regime de escravidão no país e perdões para os abusos cometidos nas pessoas escravizadas. Uma tecnologia de morte precisa somar 4 pontos fundamentais para seu funcionamento como: saber técnico, ser impessoal, silenciosa e rápida. Os navios negreiros oram famosos por amarrar dezenas de pessoas a uma pedra e lançar no fundo do mar para que se afogassem. O estado era ciente dessas práticas e não intervia, pelo contrário continuava a dar as condições necessárias para tais ações contribuindo ativamente com a barbárie, e justificamos essa ausência de posicionamento como uma ação ativa, pois ele se beneficiava com o comércio de humanos e dois da produção oriunda da exploração da mão de obra de pessoas escravizadas, sendo assim apesar de muitas vezes ações serem de morte serem realizadas por indivíduos, essa ausência torna-se um suporte. Um exemplo disso são as ações de milicianos no Rio de Janeiro com ligações e envolvimento de políticos, mesmo que facilitando e endossando suas ações, neste caso como foi o apoio do ex-Presidente agora inelegível Bolsonaro.

Outros momentos da história brasileira o estado foi o principal responsável por aplicar as tecnologias de morte como na ditadura militar de 1964 a 1985. Durante esse período, era legítima a ação estatal em técnicas de tortura e morte de corpos que era

oposição ao regime instaurado. Mas não eram apenas os corpos brancos heterossexuais dos opositores que eram perseguidos, todo tipo de manifestação contrária aos chamados bons costumes se fazia como inimigo do estado, logo as bixas, sapatões, travestis, pobres, pretos/pardos, loucos, etc eram elegíveis ao assassinato. A escravidão moderna demonstrou um recurso recorrente na instauração dessa lógica, que Mbembe entende como sendo a construção a partir da dicotomia entre razão e emoção, para delimitar quais corpos são humanizados e quais não. O autor camaronês entenderá como a instauração de estados de exceção como o local necessário para instaurar isso, substituindo o estado de direito. Uma pessoa negra escravizada, por exemplo, nessa lógica nefasta, perde o caráter de pessoa/humanidade para dar espaço a classificação de mercadoria, objeto e abjeto. Dessa forma as violências cometidas em seu corpo podem ser humanizadas e fazer parte integrante de como a sociedade funciona, em alguns casos o castigo será espetacularizado, mas como propõem Mbembe a busca quase sempre será pela eficiência. Em anos mais recentes o estado cometeu por grande parte do tempo um abandono a populações que eram (são) consideradas menores por grupos conservadores como a LGBTQIAP+, durante os anos iniciais do surto do vírus HIV/AIDS foram associados às doenças originadas por elas como sendo da comunidade, inclusive sendo vinculada a expressão Câncer Gay como sinônimo para tanto. Demorou anos e uma movimentação em conjunto de vários membros da sociedade para o estado ser mais responsável com sua população e ativamente ofertar-se meios e investimento em possibilidades de saúde que possibilitem o viver dos seus cidadãos soropositivos. Poderia um dizer que nesse caso a aplicação da ideia de biopolítica de Foucault seria a mais correta, e concordamos visto as especificações do conceito, contudo o efeito necropolítico está associado principalmente na ação de abjeção. O corpo abjeto é condição mínima para esse estado de exceção, logo de violência, sem ele as condições para mantê-lo tornam-se problemáticas, pois sem a identificação fácil de um inimigo, uma pretensão de verdade universal e erros minimizados, o terror, marca da tecnologia do medo, não se instaura com facilidade.

A comediantes ultraconservadora francesa Frigide Barjot em seu discurso na manifestação a favor da limitação dos direitos dos homossexuais propõe a abjeção de corpos. Em seu discurso a criança aparece como um local sagrado que as pessoas

LGBTQIAP+ estariam tentando corromper. Como? Apenas existindo em sociedade, para ela e “os católicos, os judeus e muçulmanos integralistas, os copeístas desinibidos, os psicanalistas edipianos, os socialistas naturalistas à la Jospin, os esquerdistas heteronormativos e o rebanho crescente dos modernos reacionários” (Preciado, 2019), a existência de pessoas que não as heteronormativas são exemplos de perversão e ruína da sociedade. Barjot tenta usar em sentença politizadas recursos velhos de tornar várias vivências como o lixo da sociedade, e assim fabula um futuro que crianças sejam necessariamente heterossexuais. A fabulação desse local, ou a reatualização de um passado memorável projetado no futuro é utilizado como condição aglutinadora desses grupos. Quando eles focam na proteção da criança se dizendo como os legítimos defensores, cria-se um paradigma social que é: “como não apoiar um grupo que quer defender o indefeso?” (Edelman, 2004). Essa narrativa põe qualquer opositor da direita conservadora, como nefastos aliciadores, como se opor a ideia proposta dessa criança imaginada fosse existente. Eis que Preciado (2019) reitera que a criança que Barjot tanto defende não existe.

Os defensores da infância e da família apelam à família política que eles mesmos constroem, e a uma criança que se considera de antemão heterossexual e submetida à norma de gênero. Uma criança que privam de qualquer forma de resistência, de qualquer possibilidade de usar seu corpo livre e coletivamente, usar seus órgãos e seus fluidos sexuais. Essa infância que eles afirmam proteger exige o terror, a opressão e a morte (Preciado, 2019, p. 69-70).

Considerar uma criança *a priori* heterossexual, pela lógica do que seria correto, é apagar as incontáveis outras existências que um corpo pode ter. Ao exigir a morte para se instaurar, essa criança servirá como a principal desculpa para diminuir, retirar ou não instaurar direitos a populações LGBTQIAP+, e novamente irão construir toda vivência desse como errada e malquista. Percebe-se com aos poucos como essa lógica beneficia as tecnologias de terror, e poderíamos dizer que Mbembe e Preciado tem um local em comum epistemologicamente (para além da relação da leitura de Michel Foucault): o terror é necessário para produzir uma política de morte que será expandida em atos estatais. Movimentos conservadores em alguns países africanos demonstram isso, por exemplo, a Uganda em 2023 apoiando a lei que condena a identificação de pessoas como LGBTQIAP+ ou fazendo práticas a 10 anos de prisão (Instituto Humanista Unisinos,



2023) ou a sentença de morte a pessoas da comunidade em países como Afeganistão, Catar, Emirados Árabes Unidos, Paquistão e Somália (Rosas, 2023). Essa expressão é máxima da intervenção do estado como instaurador da morte como política, ou para usar o termo, necropolítica da sua sociedade.

A condição de indefesa da criança proclamada por esses movimentos conservadores é construído como uma forma de retirar toda ação política do corpo da infância. Ela é vista na posição de impossibilidade para se governar, e isso justificaria as violências em seu nome e até em seu corpo. Como Edelman (2004) constrói em seu livro “No Future”, o adulto conservador projeta-se na criança consumindo-a, limpando do seu interior qualquer possibilidade de subjetividade diferente da dele. Essa é uma forma de tentativa de se imortalizar naquele ser, pois ele seria a propagação e continuação da sua própria existência. Por isso Preciado (2019) afirmara que “A biopolítica é vivípara e pedófila” (p.71). Ela precisa consumir e controlar o corpo, mas não só isso, precisa matar o devir daquele ser e por isso é necropolítica pela presença de aparatos do estado que beneficiam essas condições. Quais as punições para um líder religioso em fazer injúrias e condenação a população LGBTQIA+ ou as terapias de conversão (mesmo que essas sejam proibidas por lei e não reconhecidas por nenhum instituto sério de psicologia)? Um corpo queer pode cair na cilada de querer fazer parte desse esquema para se proteger, pois parece que o discurso de vida se associa a ela, mas não se enganem, essa é uma das operações mais básicas desses conservadores, projetar-se sobre a vida pulsões de morte. Segundo eles, a partir da eliminação da fabulação e expressão LGBTQIA+ poderia a sociedade proteger suas crianças.

Ao negar então esse devir da criança queer/viada/bicha etc. regimes opressão vem a tona, com outra roupagem, mas com mecanismos similares de outras épocas. O filme analisado perpassa esse ponto elevado ao máximo, a criança é retirada de toda e qualquer vontade e desejo a ponto de ser considerada apenas um objeto, e como vemos em Mbembe, sem humanidade. Poucos são os adultos a realmente escutá-las e quando os fazem percebem o humana em sua frente.

## 5. Mapeando as paisagens psicossociais<sup>12</sup>

A trama ilustra como a atuação do *Eye* se assemelha a uma metáfora para os setores mais conservadores, configurando-se como uma força de trabalho na construção de um futuro que tolera a barbárie. No papel de sequestradores de crianças, o *Eye* as troca por dispositivos produzidos por Krank (cujo significado é "doente" em alemão). Seu discurso é crucial para convencer outros a se alinharem à sua cruzada contra um mundo de perversão e superficialidades, sendo apresentado durante um longo plano sequência de cerca de 2 minutos.

A verdadeira luz é invisível. Penetrem no corredor das sombras e vocês entrarão no mundo dos escolhidos. Renunciem ao dom da visão. Eu sei que há céticos entre vós, receosos de partilhar conosco a morte da noite. Tenham coragem. Renunciem ao dom da visão. Arranquem vossos olhos. Juntem-se a nós. Ajudem a nos construir um mundo melhor (Capanga, em *La cité des enfants perdus*, 1995).

Nesse contexto, os seguidores são compelidos a se cegarem e a substituírem sua visão bifocal por uma monofocal usando os dispositivos fornecidos. Os corpos, mentes e identidades de gênero então se moldam para se conformarem à nova prótese, transformando-se em uma espécie de ciborgue anti-harawayano (Haraway, 1985). O trabalho do *Eye* é alienante ao ponto de justificar o sequestro e a venda de crianças como mercadoria, transformando-as em objetos de troca de sonhos, onde os sonhos das crianças são substituídos pelos futuros imaginados pelo *Eye*. Essa imagem ecoa a sala de reuniões do grupo, dominada por homens brancos vestidos de cinza, enquanto as cores dos sonhos são aprisionadas junto ao corpo das crianças nos sarcófagos de Krank.

A biopolítica é vivípara e pedófila. A reprodução nacional depende disso. A criança é um artefato biopolítico que garante a normalização do adulto. A polícia de gênero vigia o berço dos seres que estão por nascer, para transformá-los em crianças heterossexuais. A norma ronda os corpos meigos. Se você não é heterossexual, é a morte o que te espera (Preciado, 2013, p.2).

Aqui, a criança queer é aniquilada, submetida à conformidade física e mental pela imposição de objetos protéticos como armas de conformação, reminiscentes do

---

<sup>12</sup> Escutar a música L'execution de Angelo Badalamenti. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=-QvNK3-Fi\\_c&list=PLvtoVoSLovLgT\\_--UQVP4yCgh-4fW43\\_x&index=10](https://www.youtube.com/watch?v=-QvNK3-Fi_c&list=PLvtoVoSLovLgT_--UQVP4yCgh-4fW43_x&index=10)

conceito de gênero de John Money. Krank se apropria dessas crianças para modular ainda mais profundamente sua subjetividade, adentrando no reino dos sonhos, anulando a criança tanto em potencial quanto em retrospecto. As crianças "sobreviventes" vivem com medo e vulneráveis a mais abusos, enquanto a projeção de sua imaginação se torna restrita, incapaz de conceber uma imagem de si que não seja imposta por outros. A norma penetra em seus corpos, enraizada em suas mentes, desafiando a construção de um futuro emancipatório. Assim como Nelson (2002) compreende o potencial do Afrofuturismo para enfrentar questões reais, é necessário projetar um futuro que inclua essas crianças queer como protagonistas, desmantelando os laboratórios dos ladrões de sonhos, como retratado no filme.

## **6. Inconclusões para fabular futuros possíveis<sup>13</sup>**

A obra cinematográfica abre um tempo no espaço mental que nos eleva a uma condição de reflexão e afetação em demasiado. Esse filme afetou as autorias de maneira profunda tanto pela temática, mas pelas suas próprias experiências de sonhos roubados por uma corja de ladrões que se dizem mocinhos. Por clamarem tanto por humanidade, eles mesmo se destituem dela diminuindo qualquer possibilidade de empatia. Seu objetivo é tornar-se imortal a partir da destruição do sonho dos outros, mesmo que signifique causar profundos pesadelos. Assim como Preciado podemos então perguntar a sociedade a respeito de quem defenderá o direito das crianças de vivências e corporalidades divergentes quando a violência física e mental é tão familiar e profunda? É necessário que o estado não se omita nessas condições e que batalhamos para uma construção de um estado de direito que é de fato para TODES entendendo que enquanto uma pessoa for considerada abjeta para ser eliminada nas políticas de morte, não existe estado que não seja de sítio. Se não combatermos um estado desse tipo, os nossos afetos e vivências serão permeados por ações de terror e então a morte e um futuro que não contempla a diversidade será a realidade. O que o filme explicita é exatamente essa potência das próprias crianças em demonstrar seu desejo e dizerem não em atos

---

<sup>13</sup> Escutar a música La Cite des Enfants Perdus de Angelo Badalamenti. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=qZoJCusweN8&list=PLvtoVoSLovLgT\\_--UQVP4yCgh-4fW43\\_x&index=16](https://www.youtube.com/watch?v=qZoJCusweN8&list=PLvtoVoSLovLgT_--UQVP4yCgh-4fW43_x&index=16)

de resistência a essa captura, precisamos não proteger a criança em uma atitude paternalista, mas estar ao lado da criança e aprender a escutá-la, a reconhecendo enquanto humana.

### Referências bibliográficas

- ADICHIE, C. N. **O Perigo de uma História Única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- ALMEIDA, S. L. de. **Racismo Estrutural**. Editora Pólen, 2019.
- AZZANI BRAGA, B. **As Fantasias do Verm\*:** Histórias sobre a Construção de Meus Afetos a Partir das Personagens de Animações. Dissertação para o Programa de Pós-Graduação Strictu Sensu em Comunicação (PPGCom), Universidade Estadual de Londrina (UEL), 2023.
- BUTLER, J. **Questões de gênero: feminismo e subversão de identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BUTLER, J. **Bodies that matter: on the discursive limits of "sex"**. New York: Routledge, [1993], 2011.
- DELEUZE, G. **"A potência do falso"**. In: A imagem-tempo. Cinema 2. São Paulo: Brasiliense, 2005 [1985].
- DELEUZE, G. **Conversações: 1972-1990**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.
- FOUCAULT, M. **História da sexualidade 1: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal 1999.
- FOUCAULT, M. **História da sexualidade 2: O uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Graal, 2006.
- FOUCAULT, M. **História da sexualidade 3: O cuidado de si**. Rio de Janeiro: Graal, 2007.
- FREITAS, K; MESSIAS, J. O Futuro Será Negro ou Não Será. **Imagofagia – Revista de la Asociación Argentina de Estudios de Cine y Audiovisual**. Buenos Aires, 2018.
- HARAWAY, D. "Introduction", "Playing String Figures with Companion Species" e "The Camille Stories. Children of Compost". In: **Staying with the trouble: Making kin in the Chthulucene**. Durham, London: Duke University Press, 2016.
- HARAWAY, D. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: Buarque de Almeida, H. (Org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019[1985].
- KILOMBA, G. **Memórias da Plantação: Episódios de Racismo Cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2018.
- KUMPERA, J. A. M. Lesbianidade e Branquitude. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, v. 2, n. 04, 2020.
- LACQUER, T; GALLAGHER, C. **The Making of the Modern Body: Sexuality and Society in the 19th Century**. Califórnia: University of California Press, 1987.
- MBEMBE, A. **"Afropolitanism and Afrofuturism"**. Palestra em vídeo. College de France. Disponível em: <https://www.college-de-france.fr/site/en-alain-mabanckou/symposium-2016-05-02-17h30.htm> . Acesso: 10 de março de 2022.
- MBEMBE, A. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. Tradução de Renata Santini. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MCLEAN, S. Part I. Anthropology: a fabulatory act. *In: Fictionalizing anthropology. Encounters and fabulations at the edges of the human*. Minneapolis, London: University of Minnesota Press, 2017.

MOMBAÇA, J. **Fala de Jota Mombaça “O Labirinto da Casa Grande: representação e futuridade”**, no seminário Arte e Descolonização, no MASP, em 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fdb5Hw7sWhI>

NELSON, A. Introduction: Future Texts. **Social Text**, v. 20, n. 2, 2002.

NELSON, A. Making the impossible possible. An interview with Nalo Hopkinson. **Social Text**, v. 20, n. 2, 2002.

NODARI, A. Literatura como antropologia especulativa. **Revista da Anpoll**, v. 38, 2015.

PINHEIRO, E. Há 13 anos no topo da lista, Brasil continua sendo o país que mais mata pessoas trans no mundo. **Brasil de Fato**, Disponível em:

<https://www.brasildefato.com.br/2022/01/23/ha-13-anos-no-topo-da-lista-brasil-continua-sendo-o-pais-que-mais-mata-pessoas-trans-no-mundo>. Acesso em: 23 de janeiro de 2022.

PRECIADO, P. B. **Um apartamento em urano: crônicas da travessia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

ROLNIK, S. **Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo**. Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS, 2007.

RUFINO, L. **Pedagogia das Encruzilhadas**. Rio de Janeiro: Mórula Editora, 2019.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TAL, K. “That just kills me”. Black militant near-future fiction. **Social Text**, v. 20, n. 2, 2002.

TRÁVEZ, D. F.; MARTÍNEZ-ECHAZÁBAL, L.; PIERCE, J. M.; VIDAL-ORTIZ, S.; VITERI, M. A. Introdução: queer/cuir das Américas: tradução, decolonialidade e o incomensurável. **Revista Periódicus**, v. 1, n. 15, p. 01–16, 2021.

YAMAMOTO, E. Y. **Comunidade e Comunicação II: Ensaio do ser-com**. Appris: Curitiba, 2020.

## **SOBRE AS AUTORIAS**

### **Aianne Amado**

Doutoranda em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo. Mestre em Cultura, Economia e Políticas da Comunicação no Programa de Pós-graduação em Comunicação pela Universidade Federal de Sergipe. Bacharel em Imagem e Som pela Universidade Federal de São Carlos com ênfase em Roteiro e Fotografia. Tem experiência na área de Comunicação e Audiovisual. Atua principalmente nos seguintes temas: Economia Política da Comunicação, cultura pop, estudos de fãs, comunicação digital, cinema e indústria cultural. Membro dos grupos de pesquisa OBSCOM/Cepos (UFS); GENI - Gênero e Inteseccionalidades na Comunicação (UFS), JDL - Jornalismo, Direito e Liberdade (USP) e NEV - Núcel de Estudos da Violência (USP).

### **Bruno Azzani Braga**

Mestre em Comunicação pelo Programa de Comunicação (PPGCom/UEL) em estudos da infância, animação, gênero e sexualidade. Graduado em Tecnologia de Design Gráfico pela Universidade Federal do Paraná (UTFPR). Graduado em licenciatura em pedagogia pela Universidade Paulista (UNIP). Atualmente é docente na graduação de design na escola de Belas Artes pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Graduado em Tecnologia de Design Gráfico pela Universidade Federal do Paraná (UTFPR). Graduado em licenciatura em pedagogia pela Universidade Paulista (UNIP). Desenvolve projetos culturais, produções audiovisuais (principalmente usando as linguagens animadas) para vídeos nacionais e internacionais.

### **Carlos Peres Figueiredo Sobrinho**

Jornalista, Mestre em Comunicação e Doutor em Sociologia. Professor Permanente do Mestrado Profissional em Economia da Universidade Federal de Sergipe (PROPEC/UFS). Coordenador do Grupo de Pesquisa de Economia Política da Informação, Comunicação e Cultura da Intercom. Membro do Grupo de Trabalho de Economia Política da Comunicação, Informação e Cultura do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (Clacso). Tem como interesses de pesquisa a Economia Política da Internet, Algoritmos, Inteligência Artificial e suas consequências para o Mundo do Trabalho, Desinformação; e a intersecção entre a Economia Política da Comunicação e as Teorias do Jornalismo a partir da categoria trabalho. Realizou pesquisa de pós-doutorado sobre coletivos de mídias a partir da interdisciplinaridade entre as Teorias dos Movimentos Sociais e a Economia Política da Comunicação.

### **Carlos Shigueki Oki**

Doutorando em Ciência da Informação no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT-UFRJ), mestre em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO, 2016) e graduado em biblioteconomia e Ciência da Informação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR, 2004). Atuou como bibliotecário em bibliotecas especializadas privadas e públicas, editor assistente da Coleção Meira Mattos, presta assessorias gestão de informações e de equipes, somando 20 anos de experiência.

### **Danyela Barros Santos Martins de Queiroz**

Mestre em Comunicação pela Universidade Estadual de Londrina. Graduanda do curso de Licenciatura em História EaD pela Universidade Estadual de Maringá. Realizou pós-graduação em Comunicação Popular e Comunitária pela Universidade Estadual de Londrina (2007), possui bacharelado em Comunicação Social com habilitação em Relações Públicas pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (2005). É membro integrante dos Projetos de Pesquisa e Extensão Entretons e DECO - Decolonialidade na Comunicação (UEL), e tem atuado nos seguintes temas: gênero, feminismo, comunicação popular e comunitária.

### **Débora Ferreira de Oliveira**

Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI-UFMG) e Mestra em Comunicação Social pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social (PPGCOM-UFMG). Pesquisa e tem interesse em temas como imaginários algorítmicos e a construção/produção de conhecimento em espaços digitais mediados por algoritmos. Jornalista profissional, graduada em Comunicação Social pelo Centro Universitário de Belo Horizonte (2010). MBA em Mídias Sociais e Gestão da Comunicação Digital pelo Centro Universitário Una. Experiência em comunicação institucional em empresas de tecnologia, assessoria de imprensa e veículos de comunicação.

### **Fábio Alves Silveira**

Doutor em Comunicação pela Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação (FAAC), da Unesp/Bauru (2020). Pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina, UEL (2002). Graduação em Comunicação Social - Habilitação em Jornalismo pela UEL (1995). Professor do Departamento de Comunicação da UEL. Atuou como repórter e colunista político no Jornal de Londrina por 19 anos (1995-2015), foi comentarista político da RPC em Londrina e comentarista político na rádio UEL FM. Foi repórter da RPC (Rede Paranaense de Comunicação).

### **Gabriela Andrietta**

Doutorado em Artes Visuais no Programa de Pós Graduação em Artes Visuais da Unesp/SP. Mestre no programa de pós-graduação em Estudos Culturais da EACH - USP. Possui graduação em Relações Internacionais - Faculdades de Campinas (2012) e está concluindo o curso de bacharelado em Filosofia na Universidade de São Paulo (USP). Pesquisa políticas culturais para a exibição de cinema no Brasil. Concluiu o curso de Pós-graduação Lato Sensu Especialização em processos didático-pedagógicos para cursos na modalidade à distância da Univesp (2019-2021). Realizou o estágio em docência nas disciplinas "História da Arte III, IV e V" e "Sociologia da Arte", em curso de Graduação do Instituto de Artes. Foi bolsista de jornalismo científico da Agência de Inovação da Unesp (AUIN) de janeiro de 2022 a dezembro de 2023. Foi bolsista de jornalismo científico pela FAPESP, atuando no Centro de Ciência Translacional e Desenvolvimento de Biofármacos, sediado no Cevap (Centro de Estudos de Animais Venenosos e Peçonhentos), da Unesp de Botucatu (2023). Atual secretária-geral da Ulepcc-Br (2022-2026).

### **Gabriel Pansardi Ruiz**

Mestre em Comunicação pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Especialista em "Comunicação Popular e Comunitária", pela UEL, em 2018. Graduado em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), em 2008. Docente no curso de Publicidade e Propaganda e de Pedagogia na faculdade Pitágoras - Londrina (PR).

### **Gina Viviane Mardones Loncomilla**

Doutoranda em Economia Política Mundial pela UFABC. Mestre em Comunicação pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Graduada em Jornalismo pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2006). Trabalhou durante 12 anos como repórter fotográfica tendo passado 10 anos na Empresa Jornalística Folha de Londrina. Foi docente da Universidade Norte do Paraná - Unopar-Arapongas por 4 anos. Também é membra do grupo pesquisa: Comunicação, Economia Política e Sociedade (OBSCOM/CEPOS), CUBO/UEL e é integrante da bancada do podcast Jogando Dados sobre Economia Política da Comunicação.

### **Guilherme Bernardi**

Mestre em Comunicação pela Universidade Estadual de Londrina (UEL) e graduado em Comunicação Social - Habilitação Jornalismo pela mesma instituição. Tem experiência em jornalismo político-econômico, cultural, esportivo e sindical. Desde 2019, é jornalista do Sindiprol/Aduel - seção sindical do Andes-SN que representa docentes da UEL e da Uenp. Membro do Laboratório Cubo (Economia Política da Comunicação e Crise do Capitalismo), na UEL, e do Obscom/Cepos (Comunicação, Economia Política e Sociedade), na Universidade Federal de Sergipe (UFS). Foi tesoureiro da Ulepcc-Brasil (2020-2022). Produz o podcast Jogando Dados sobre Economia Política da Comunicação.

### **Juliana Campos de Aguiar Mattos Ribeiro**

Doutoranda em Ciência da Informação pelo IBICT/UFRJ, mestra em Ciência da Informação pelo IBICT/UFRJ (2023), pós-graduada em Direito do Consumidor pela AVM, graduada em Direito pela Universidade Cândido Mendes (1999). Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Civil, Empresarial, Consumidor e Responsabilidade Civil, Direito Digital e Gestão Pública. Advogada com mais de 20 anos de experiência na atuação de processos jurídicos, mentora da OAB e atualmente bolsista ProEX Capes para pesquisa.

### **Luis Henrique do Nascimento Gonçalves**

Comunicador popular e educador por 30 anos. Mestre (UFRJ, 2017) e doutor (PUC-SP, 2023, bolsista CNPq) em Psicologia Social. Pesquisador em Saúde Digital na Fundação Oswaldo Cruz, em trabalho plataformizado e subjetividade no Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho, Atividade e Subjetividade (NUTAS, PUC-SP) e em método e categorias teóricas na pesquisa em Psicologia Sócio-Histórica na ANPEPP



### **Manoel Dourado Bastos**

Professor Associado de Comunicação, Cultura e Sociedade na Universidade Estadual de Londrina, onde coordena o Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Doutor em História e Sociedade pela Unesp (Assis), com estágios de pós-doutorado em História Social do Trabalho pela Universidade Federal de Santa Catarina (2010) e em Comunicação pela FAC/UnB (2023). Bacharel em Comunicação Social - Jornalismo pela Universidade de Brasília (2001), onde concluiu o mestrado em Comunicação e Cultura Contemporânea (2004). Foi Presidente (2020-2022) e diretor científico (2018-2020) do Capítulo Brasil da União Latina de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura (ULEPICC–Brasil).

### **Márcia Neme Buzalaf**

Professora associada do Departamento de Comunicação Social da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Formada em Comunicação Social-Jornalismo pela Unesp (1998) com mestrado em Relações Internacionais e Teoria Política pela Universidade Westminster (2001), Londres. Doutora em História pela Unesp - Assis. Atua principalmente nos seguintes temas: comunicação, história, censuras, jornalismo, feminismo, orientalismo, decolonialidades e potencialidades.

### **Mateus Martins Santos**

Pós-graduando em Relações Internacionais para Docentes da Educação Básica pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Graduado em História pela Universidade Cruzeiro do Sul (UNICSUL). Graduando em Arquivologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PIBIC - CNPq).

### **Pamella Cristina Basetti de Souza**

Doutoranda no Programa de Política Social e Serviço Social (PPGSSER) da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Graduada em Comunicação Social - habilitações em Relações Públicas e Jornalismo - pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Especialista em Docência na Educação Superior. Especialista em Comunicação e Cultura Política. Mestre pelo programa da Comunicação da Universidade Estadual de Londrina.

### **Priscila Seixas**

Doutora em Mídia e Cotidiano (UFF, 2023) e mestra em Ciência da Arte (UFF, 2009) e bacharel em Produção Cultural (UFF, 2006). É CEO da Burburinho Cultural. Atua como professora na graduação tecnológica do Senac-Rio e na pós-graduação da Mackenzie-RJ. Ganhadora do prêmio Rio Sociocultural 2011 com o projeto Cordel com a Corda Toda. Ganhadora do Prêmio Atitude Carioca 2022 na categoria "Impulsionando o Rio". Finalista do prêmio SEBRAE Mulher de Negócios 2022.

### **Reginaldo Moreira**

Docente da graduação e pós-graduação do Departamento de Comunicação, da Universidade Estadual de Londrina (UEL), do Centro de Educação, Comunicação e Artes (CECA). Integrante do Observatório Nacional de Políticas Públicas e Educação em Saúde. Um dos coordenadores dos Grupos de Pesquisa e Extensão: Entretons e DECO (Decolonialidade na Comunicação). Coordenador do Projeto de Extensão Entretons: Disrupturas Discursivas Decoloniais de Comunicação de Vidas que Importam. Pós-doutor em gênero, sexualidade e teoria queer, pelo EICOS/UFRJ.

### **Rodrigo Moreno Marques**

Doutor e mestre em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Escola de Ciência da Informação da UFMG. Professor e pesquisador da Escola de Ciência da Informação da UFMG. Atualmente é vice-presidente da Ulepicc-Brasil. Editor Adjunto da Revista Eptic (Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura) e da Revista Trabalho & Educação. Sua linha de pesquisa emprega as lentes da Economia Política para apreender as dinâmicas socioeconômicas que conformam os contextos nos quais a informação, a comunicação e a cultura têm centralidade. Investiga também alguns aspectos das políticas de informação contemporâneas, que incluem a governança da internet e o enfrentamento do fenômeno da desinformação.

### **Rosangela de Jesus Fernandes**

Doutoranda em Comunicação e Cultura da Escola de Comunicação da UFRJ e mestra pela mesma instituição (2019). Possui especialização em Inovação na Gestão Pública pela Faculdade de Administração e Finanças da UERJ (2012); em Comunicação Empresarial pela Universidade Cândido Mendes (2008); bacharelado em Comunicação, habilitação Jornalismo, Faculdades Integradas Hélio Alonso - FACHA (1990). Fundadora e coordenadora da ONG CRIAR Brasil onde desenvolve projetos sobre comunicação como direito humano e defesa de direitos. Atuou como jornalista na TV Brasil, TV Record, TVE, Rede TVT, Rádio Tupi e na ONG Ibase. É integrante do Grupo de pesquisa em Políticas e Economia da Informação e da Comunicação (PEIC), da ECO/UFRJ.

### **Rozinaldo Antonio Miani**

Possui graduação em Comunicação Social - Jornalismo pela Universidade de Mogi das Cruzes (1990), graduação em História pela USP (1995), mestrado em Ciências da Comunicação pela USP (2000), doutorado em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Unesp/Assis (2005) e pós-doutorado pela Escola de Comunicação e Artes da USP (2012). Atualmente é professor associado da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Docente permanente do Programa de Mestrado em Comunicação da UEL e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social da UEL. Tem experiência na área de Comunicação, com ênfase em Comunicação Popular e Comunitária e Humor Gráfico, atuando principalmente nos seguintes temas: comunicação popular e comunitária, imprensa alternativa, imprensa sindical, história da mídia alternativa, humor gráfico, charge, caricatura, cartum, história em quadrinhos, mundo do trabalho, movimentos sociais e movimentos populares. É coordenador do Núcleo de Pesquisa em Comunicação Popular (NCP).

### **Sophia de Aguiar Vieira**

Bacharel em Biblioteconomia pela Escola de Ciência da Informação (ECI) da UFMG. Mestranda em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da ECI/UFMG.

### **Suzy dos Santos**

Doutora em Comunicação e Cultura Contemporânea pela Universidade Federal da Bahia (2004), atualmente é professora da Escola de Comunicação e do Programa de Pós-Graduação de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO/UFRJ). Líder do Grupo de Pesquisa Políticas e Economia da Informação e da Comunicação (PEIC), em atividade desde 1995. Suas pesquisas e sua produção concentram-se na área de Comunicação, com ênfase em economia política da comunicação e políticas de comunicação, atuando principalmente nos seguintes temas: televisão, novas tecnologias de comunicação, estrutura dos meios e condições de acesso à informação e à comunicação e regulação.

### **Tamiris da Anunciação Santos**

Jornalista e mestranda em comunicação pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Desde sua iniciação científica em Economia Política da Comunicação, em 2018, tem a Economia Política da Comunicação como base de suas pesquisas e trabalhos acadêmicos com foco em questões raciais no Brasil. Natural de Tarumã-SP, a autora incorpora em suas pesquisas vivências de sua própria história, partindo da origem de sua família, cujas raízes estão predominantemente no interior de Minas Gerais e na Bahia.

### **Vinícius Sousa de Oliveira**

Graduando em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH) da UFMG. Membro do Núcleo de Estudos Críticos Trabalho e Marxologia (Nec-TraMa). Bolsista do Programa Institucional de Bolsas De Iniciação Científica da UFMG. Participa do projeto de pesquisa Trabalho e Saúde no Sistema Prisional e Socioeducativo: Pesquisa-Intervenção e Extensão Dialógica entre Pesquisadoras e Trabalhadoras Organizadas (UFMG).